

polissema

REVISTA DE LETRAS DO ISCAP 2005 N.º 5

ÍNDICE

Artigos

LINGÜÍSTICA DE CORPUS E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: O ESTADO-DA-ARTE/ Adail
Sebastião RODRIGUES JÚNIOR

MENTAL IMAGERY IN INTERPRETING – A NEUROCOGNITIVE PERSPECTIVE/
Agnieszka Chmiel

THREE POOR JOBS: JEWISH, AMERICAN, AND HONG KONG/ Chapman Chen

A TRAGÉDIA DA CONSCIÊNCIA NO CONTO DE MACHADO DE ASSIS/ Clara Sarmento

IMPRESSÕES DE LEITURA: O POEMA DO MAR DE JORGE BARBOSA

WORKING IN AND ON GROUPS:

**AN ILLUSTRATION OF THE PRINCIPLES OF EXPLORATORY PRACTICE IN AN ESP
CLASSROOM/** Cristina Pinto da Silva

CONSTRUÇÕES DE FOCALIZAÇÃO NA IMPRENSA INGLESA/ Dalila Lopes

**D. JUAN DE E.T.A. HOFFMANN E DON GIONVANNI DE LORENZO DA PONTE – ANÁLISE
COMPARATIVA E INTERTEXTUAL/** Maria Helena Guimarães

DIDEROT, LE GRAND SATIRIQUE/ Lúcia Margarida Pinho Lucas de Freitas de Carvalho Pedrosa

**PERSPECTIVAS DA TERMINOLOGIA NA CONCEPÇÃO DE UM DICIONÁRIO
MULTILINGUE DE ESPECIALIDADE: Abordagem à Estruturação Conceptual de um
Subdomínio do Dicionário/** Manuel Moreira da Silva

EM VEZ DOS ELEMENTOS/ Kai Immig

**VERBOS PREFIXADOS ALEMÃES E A SUA TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS: Análise
contrastiva do conto *Mein Onkel Fred*, de Heinrich Böll/** Eduarda Maria Ferreira da Mota

**A PREPOSIÇÃO EM NA OBRA DE LUÍS DE STTAU MONTEIRO *ANGÚSTIA PARA O
JANTAR* E NA SUA TRADUÇÃO INGLESA, *THE RULES OF THE GAME*/** Teresa Alexandra
Azevedo Pataco

**O USO DE CORPORA NA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO EM
TRADUÇÃO/** Silvana Maria de Jesus

**O USO DE CORPORA NA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO EM
TRADUÇÃO/** Silvana Maria de Jesus

SOBRE A ‘TRADUÇÃO’ OU NÃO ‘TRADUÇÃO’ DE NOMES PRÓPRIOS/ Dalila Lopes

**CONTRASTIVE TERMINOLOGY: SEMITIC, ANGLO-GERMANIC AND LATIN CONCEPT
BUILDING THROUGH COMPLEX TERMS. (AVOIDING ONE-WAY METHOD**

PROCEDURES IN TRANSLATION)/ Anna Aguilar-Amat/ Willy Neunzig/ Pilar Sánchez-Gijón/
Ouissem Touhami

**EL CONCEPTO DE TEXTO PARALELO: ALGUNAS CONSIDERACIONES PARA LA
TRADUCCIÓN ESPECIALIZADA/** Mari Carmen Acuyo Verdejo

EUROPA NACH 1945 – ZUR SITUATION NACH DEM ZWEITEN WELTKRIEG/ Marco
António Cerqueira Mendes Furtado

Recensões:

THE ESSENTIAL NERUDA. Edited by Mark Eisner. Pp. 199. San Francisco: City Lights 2004. Pb.
\$16.95./ Penny Johnson

ANTHONY PYM *The Moving Text. Localization, translation and distribution.* Amsterdam /
Philadelphia: John Benjamins, 2004. xviii +

223 pp. ISBN 1 58811 508 9 / USD 102.00 [Benjamins Translation Library 49] /Ignacio Garcia

Traduções:

Wolf Wondratschek 43 HISTÓRIAS DE AMOR 43 LIEBESGESCHICHTEN, 1969

Tradução comentada

Emily Dickinson (1830-1886) “MUCH MADNESS IS DIVINEST SENSE” (1862) Tradução

LINGÜÍSTICA DE CORPUS E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: O ESTADO-DA-ARTE

Adail Sebastião RODRIGUES JÚNIOR¹
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil
adail.sebastiao@terra.com.br

Sinopse

O objectivo principal deste ensaio é discutir o interesse crescente que os Estudos da Tradução tem expressado acerca da Lingüística de Corpus e seu importante papel para a investigação do fenómeno tradutório. O ensaio apresenta os primeiros trabalhos na interface entre corpora e tradução e como a disciplina dos Estudos da Tradução de base em corpus evoluiu na última década. Uma atenção mais pontual é dada à noção de *estudos em corpus de pequena dimensão* e sua influência no campo das pesquisas em tradução no Brasil. Além disso, o ensaio explora como o conceito de *representatividade* tem recebido definições diferentes nos estudos dos fenómenos tradutórios de base em corpus.

Palavras-Chave: Estudos da Tradução, Lingüística de Corpus, Estudos de Corpus de Pequena Dimensão, Representatividade de Corpus, Estudos da Tradução no Brasil.

Abstract

The main aim of this essay is to discuss the growing interest Translation Studies has expressed in Corpus Linguistics and the important role its methods play on the investigation of translation phenomenon. The essay presents the first works on the interface between corpora and translation and how the Corpus-based Translation Studies discipline evolved in the last decade. A more close attention is given to the notion of *small corpus studies* and its influence on the field of translation research in Brazil, as well as how the concept of *representativeness* has received different conceptualisations in corpus-based studies of translation phenomena.

Key words: Translation Studies, Corpus Linguistics, Small Corpus Studies, Corpus Representativeness, Translation Studies in Brazil.

Corpus linguistics sees language as a social phenomenon. Meaning is, like language, a social phenomenon. It is something that can be discussed by the members of a discourse community. There is no secret formula, neither in natural language nor in a formal calculus, that contains the meaning of a word or phrase. There is no right or wrong. What I call a weapon of mass destruction differs probably a lot from what President George W. Bush calls a weapon of mass destruction. What I call a baguette is not the same as what many supermarkets sell as a baguette. What I call love may not be what my partner calls love. Different people paraphrase words or phrases in different ways. They do not have to agree. In a democracy, everyone's opinion is as good as anyone else's. Wolfgang Teubert, 'Language and Corpus Linguistics', p.97-8.

O comentário de Teubert (2004) expressa as duas faces da Lingüística de Corpus: analisar estatisticamente e probabilisticamente manifestações lingüísticas a partir de um *corpus* representativo, embora o conceito de representatividade seja bastante abstrato diante das incontáveis formas de uso da linguagem por falantes e escritores nativos. No caso, por exemplo, da “colocação” (*collocation*) em língua inglesa *a weapon of mass destruction*, suas intenções de uso e, conseqüentemente, seus significados diferenciam-se sobremodo quando usada por um falante nativo qualquer e quando empregada pelo actual Presidente dos Estados Unidos da América, tendo como pano de fundo sua relação com os eventos internacionais nos quais ele tem sido personagem política central. Este aspecto é fundamental para as pesquisas na interface Corpora e Tradução. Ou seja, “[p]ara responder *representativo do quê?*, deve-se olhar para a questão da amostragem” (Berber Sardinha 2004:23). No que se segue, apresento a evolução dessa discussão e suas conseqüências teóricas e metodológicas para os Estudos da Tradução. Meu objectivo neste ensaio, pois, é demonstrar, sucintamente, como o interesse pela Lingüística de Corpus nasceu entre os teóricos da Tradução, a evolução das teorias e suas aplicações apresentadas em algumas pesquisas internacionais e, por fim, a viragem dos corpora de

pequenas dimensões e seu uso em pesquisas internacionais e brasileiras nessa linha de interesse até o presente momento.

Linguística de Corpus e Tradução

O estudo pioneiro de Mona Baker (1993) acerca da relação entre Linguística de Corpus e Tradução inaugurou, por assim dizer, o ‘casamento’ entre esses dois ramos de pesquisa, delimitando, assim, sua interdisciplinaridade. Para Baker, os textos traduzidos devem ser considerados textos autênticos, passíveis de investigação da mesma forma que os textos originais são estudados pelos linguistas aplicados. Quase uma década após a publicação do artigo de Baker (1993), surge o *Reader* dos Estudos da Tradução no circuito editorial internacional (Venuti 2000), como “uma espécie de ritual de passagem” que traz a “compilação de textos ‘fundacionais’ para a área de estudo em questão” (Pagano 2001:7). Todavia, o *The Translation Studies Reader* reserva pouco espaço para a relação entre Linguística de Corpus e Tradução, tecendo comentários breves sobre ‘normalização’, ‘explicitação’, ‘sanitização’, dentre outros, considerados ‘universais’ em fenómenos tradutórios (cf. Baker 1997; Kenny 1998, 2001). Tal facto, no entanto, já indica que o próprio *Reader* legitima essa vertente asseverando sua importância histórica, teórica e prática para os Estudos da Tradução.

A meu ver, a Linguística de Corpus lança luz sobre a própria conceituação de texto apresentada pelos analistas do discurso enquanto unidade linguística avaliada com base em seu contexto de produção e recepção (cf. Iñiguez 2004; Jaworski & Coupland 2000; Wetherell, Taylor & Yates 2001), ao possibilitar maneiras diferenciadas de abordar os textos conforme os objectivos analíticos do(a) investigador(a). Em outras palavras, apenas um conjunto significativo de textos representativos em formato electrónico (um corpus), enquanto instância discursiva que expressa em cálculos probabilísticos as formas de uso da linguagem empregadas pelos usuários da língua, pode revelar realizações linguísticas que materializam fenómenos culturais, sociais e políticos dos contextos de onde elas surgem (cf. Stubbs 1996, 2001; Teubert 2004; Teubert & _ermáková 2004).

Conseqüentemente, esse corpus deve ser avaliado no todo, e não em partes, com uma visão mais abrangente de vários textos ao mesmo tempo e de partes desses mesmos textos, através de ferramentas computacionais que a Linguística de Corpus oferece, visto que a avaliação manual de um corpus de grande dimensão é totalmente inviável. Para Berber Sardinha (2004) e os linguistas de corpus, os textos de interesse da Linguística Aplicada de base em corpus são textos naturais, em formato electrónico, produzidos para fins de comunicação em contextos variados, agrupados com o fito de constituírem um corpus representativo. Em virtude disso, com o advento da Linguística de Corpus os textos passaram a ser compilados, formando grandes bancos de dados, para fins de estudos linguísticos, de acordo com critérios definidos conforme os objectivos de investigação (cf. Sinclair 1991).

De igual modo, traduções são mais facilmente investigadas a partir da abordagem de corpus, a fim de delimitar como as realizações linguísticas do texto original se rematerializaram no texto traduzido em busca de significação. Venuti (2000:336) sintetiza essas considerações ao indicar que ... *análises computacionais podem elucidar padrões tradutórios significativos em um corpus paralelo de textos originais e suas traduções, sobretudo se esses padrões são avaliados em contraste com um amplo corpus de ‘referência’ tanto na língua-fonte quanto na língua-alvo.* Delimita-se, pois, uma metodologia para a investigação de traduções, mais especificamente as escolhas linguísticas que o(a) tradutor(a) realiza em comparação com as escolhas linguísticas do original e, concomitantemente, a verificação se tais escolhas são frequentes em corpora naturalmente produzidos tanto na língua original quanto na língua traduzida.

Com efeito, descortina-se um campo de investigação de textos traduzidos com o advento da Linguística de Corpus, através do qual Mona Baker (1993, 1995, 1996, 1998, 1999) tem estabelecido uma agenda teórica e metodológica para os Estudos da Tradução. A proposta desta teórica é aliar os estudos descritivos em Tradução, com base na teoria de Gideon Toury (2000), às descobertas do linguista John Sinclair (1991), “que conseguiu, através da coleção de *corpora* computadorizados e do desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa relevante, superar as limitações humanas do pesquisador e minimizar sua dependência da intuição” (Magalhães 2001:97). Dentro do escopo dessa metodologia, Kenny (1998, 2001) destaca a importância de se estudar colocações (*collocations*) em textos traduzidos, no âmbito da estrutura lexical, como forma de identificação das “forças culturais” presentes nos textos e refletidas no mercado editorial literário. Para tanto, esta teórica propõe uma metodologia que necessita de (i) um corpus paralelo (texto original e texto traduzido), (ii) um corpus de referência de grande dimensão na língua do original e (iii) um outro corpus de

referência de grande dimensão na língua da tradução. A partir daí, faz-se a comparação entre texto original e texto

traduzido, em seguida, texto original e corpus de referência na língua do original e, por fim, texto traduzido e corpus de referência na língua da tradução. Esse tipo de metodologia comparativa, segundo Kenny, inspirando-se no trabalho de Stubbs (1996), possibilita a investigação de escolhas lexicais carregadas de características culturais.

Todavia, no caso de pesquisas na área desenvolvidas em universidades brasileiras, Berber Sardinha (2002) esclarece que um dos motivos do relacionamento não muito estreito entre lingüistas de corpus e pesquisadores em Tradução se deve pelo facto do difícil acesso à tecnologia, ou seja, o acesso aos corpora de grandes dimensões propriamente ditos e aos programas computacionais para exploração desses corpora voltados para a Tradução. Segundo Berber Sardinha (2002), a maioria dos textos investigados por pesquisadores em Tradução são impressos, o que exige um trabalho custoso e metódico de digitalização desses textos e seu preparo até atingir o formato electrónico, sem falar dos problemas com os direitos autorais dos mesmos. Tal facto, por si só, já inviabiliza a aplicação *in toto* da metodologia da Lingüística de Corpus aos Estudos da Tradução.

Um outro ponto corriqueiro, conforme esboça Berber Sardinha (2002), é a deficiência de manuseio de software para investigação lingüística apresentada pelos pesquisadores em Tradução, como bem expresso, por exemplo, no II Encontro Internacional de Tradutores, realizado em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, em que o tema foi “Translating the New Millennium: Corpora, Cognition and Culture”. Berber Sardinha (2002:21) assim se expressa sobre esse facto: *Em suma, o pesquisador ou tradutor que deseje fazer incursões na exploração de corpora para a investigação da tradução enfrentará o problema de maior escassez de recursos para sua área, da necessidade de aprender a utilizar software especializados, além de necessitar executar algumas tarefas comuns da Lingüística de Corpus, como a organização, formatação e exploração de corpus.*

Com efeito, o próprio escopo da Lingüística de Corpus, que seja a compilação de um grande banco de dados de linguagem autêntica, usada em contexto, para fins de pesquisa dos traços lingüísticos proeminentes e peculiares de cada língua (cf. Baker 1995; Laviosa 1998), ganha matizes diferenciados em pesquisas tradutórias no contexto brasileiro. Como bem salienta Magalhães (2001), os objectivos de pesquisa em corpus e Tradução devem se desmembrar em sub-projetos que interdependentemente desenvolvam pesquisas com interesses análogos, com o intuito de criação de um banco de dados em língua portuguesa e línguas estrangeiras que sirva de base para um projeto mais amplo.

Neste sentido, Pagano, Magalhães e Alves (no prelo) desenvolveram o projeto CORDIALL (Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias) do Núcleo de Estudos da Tradução (NET) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, cujo objectivo central é compilar, sistematizar e disponibilizar para uso corpora monolíngües e bilíngües³ para pesquisa, e cujo escopo seja investigar a linguagem de textos originais e traduções enquanto realizações lingüísticas dentro do sistema lingüístico de cada língua sob análise e suas comparações. Para a efectivação desse projeto, Magalhães (2001:113) sublinha a importância da expansão dessa vertente de pesquisa “de modo a acolher um número maior de alunos pesquisadores (...), além de interagir com outros grupos académicos, nacionais ou internacionais, com interesses de pesquisa similares (...)”. Assim, o projeto CORDIALL se instalou, de início, com o propósito de compilar corpus de pequena dimensão (Ghadessy, Henry & Roseberry 2001) e investigar como as estruturas sintagmáticas dos textos originais e traduções materializavam o sistema paradigmático donde esses textos se originaram. Para isso, a Gramática Sistemico-Funcional de M. A. K. Halliday (2004) tem demonstrado ser um

referencial teórico eficiente para se levar a termo os objectivos de pesquisa do projeto CORDIALL. No que se segue, apresento, detalhadamente, o que vem a ser o objecto de estudos em corpus de pequena dimensão (*small corpus studies*), sua importância para o CORDIALL, as pesquisas, nacionais e internacionais, realizadas nessa vertente até o momento.

Corpus de pequena dimensão

Para Sinclair (2001), o tamanho do corpus certamente influencia o tipo de pesquisa a ser realizada, mas isso em nada compromete a qualidade da pesquisa: para ele, tudo depende dos objectivos do(a) pesquisador(a). Com essa afirmação, Sinclair inicia o prefácio da coletânea *Small Corpus Studies and ELT: theory and*

practice (Ghadessy, Henry & Roseberry 2001), considerado um marco histórico para a Lingüística de Corpus, em especial as pesquisas que utilizam corpus de pequena dimensão para demonstrar sua aplicabilidade e validade para a Lingüística Aplicada (cf. Berber Sardinha 2004). Continuando suas explanações, Sinclair expressa considerações interessantes sobre o conceito exato de *dimensão* de um corpus, uma vez que as pesquisas baseadas em corpus

vêm se aprimorando progressivamente, à medida que o mercado da informática disponibiliza novos softwares para análises lingüísticas. Por exemplo, na década de 60, Nelson Francis e Henry Kuçera, na Brown University em Rhode Island, EUA, compilaram um corpus de ‘grande dimensão’ com cerca de um milhão de palavras. Nos dias de hoje, esse corpus é considerado de pequena dimensão, devido ao aprimoramento de técnicas de coleta de dados que a Lingüística de Corpus tem desenvolvido nos últimos anos, principalmente em universidades britânicas, dando origem a imensos Bancos de Dados para estudos lexicográficos, gramaticais e discursivos.

A diferença básica entre um corpus de pequena dimensão e um de grande dimensão é o facto de que neste podem-se observar repetições, ou uma variada gama de escolhas léxico-gramaticais recorrentes, enquanto que naquele isso não se torna metodologicamente viável, afirma Sinclair (2001). Neste sentido, ao investigar um corpus de pequena dimensão, o(a) pesquisador(a) adota uma postura que Sinclair (2001:xi) denomina “intervenção humana antecipada” (*early human intervention*), isto é, o(a) pesquisador(a), com uma meta bem delimitada, seleciona um corpus de pequena dimensão para investigar ocorrências peculiares àquele corpus. À medida que esse tipo de metodologia é empregada por um grupo de pesquisadores(a)s afiliado(a)s de preferência a um Grupo de Pesquisa, pouco a pouco, os corpora de pequenas dimensões vão sendo compilados até se ter um corpus representativo, a partir de pequenas amostras. Tal metodologia tem lançado luz sobre pesquisas discursivas aplicadas aos Estudos da Tradução em que pesquisadore(a)s tencionam averiguar fenómenos lingüísticos típicos do corpus sob investigação, sem generalizações que somente um corpus de grande dimensão poderia permitir.

Estudos nessa vertente têm demonstrado a utilidade de ferramentas computacionais para a investigação de fenómenos peculiares ao corpus sob análise, o estilo dos autores e tradutores dos textos, suas formas de construção discursiva e suas escolhas léxico-gramaticais (cf. Baker 2000). Neste ramo de pesquisa temos o estudo de Munday (1998a), de base sistêmico-funcional, em que este teórico analisa traduções para o inglês de romances do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Sustentando-se numa abordagem baseada em corpus, Munday analisa tanto o produto quanto o processo social da tradução, através de métodos computacionais automáticos do software *WordSmith Tools* (Scott 1996, 1997, 1999), mais especificamente os alinhadores (*Aligner*) e as linhas de concordância (*Concord*). Em suas análises, Munday salienta a importância das ferramentas computacionais da Lingüística de Corpus e como estas podem ser utilizadas heurísticamente para desvelar estruturas lingüísticas não facilmente visualizadas por mera análise manual. Essa visão heurística, indica Munday, verte a atenção para as escolhas lexicais individuais do(a) tradutor(a), na tentativa de demonstrar como tais escolhas influenciam o texto como um todo.

Em um outro estudo sobre relações temáticas no discurso do texto original comparado ao texto traduzido, Munday (1998b), com o suporte da Gramática Sistêmico-Funcional hallidayana, sugere que a organização tema-rema difere-se de uma língua para outra, como é o caso do inglês e do espanhol. Ao investigar o conto *El verano feliz de la señora Forbes*, de Gabriel García Márquez, e sua tradução *Miss Forbes’ Summer of Happiness*, feita por Edith Grossman, Munday (1998b) afirma que o sistema linguístico da língua inglesa poderia criar uma diferença considerável na progressão temática do discurso do conto de Gabriel García Márquez. Em outras palavras, ao se traduzir o conto do espanhol para o inglês, a liberdade inerente de posicionamentos temáticos comum à língua espanhola pode não ser possível em língua inglesa, visto que nesta os temas são mais não-marcados se comparados aos temas da língua espanhola. Para Munday, essa rigidez temática pode igualmente afetar as relações de espaço e tempo nas narrativas do escritor colombiano. Esses estudos de Munday culminaram em um ensaio (Munday 2002) cujo enfoque é o desenvolvimento de um modelo de três estágios. Sustentando-se nos Estudos Descritivos da Tradução (Toury 2000), Munday esclarece que os dois primeiros estágios de seu modelo se erigem a partir da identificação sistemática de “mudanças” (*shifts*) na tradução, orientado pela teoria Sistêmico-Funcional de Halliday e auxiliado pelas ferramentas da Lingüística de Corpus. O terceiro estágio do modelo localiza os resultados da análise feita nos dois primeiros estágios dentro dos contextos editorial, político e sócio-cultural com o intuito de

identificar factores externos que tenham motivado essas “mudanças”. Em seu modelo, Munday explora um texto de Gabriel García Márquez a respeito do naufrágio em terras norte-americanas de um garoto cubano, Elián González, ao final do ano de 1999, traduzido para o inglês em dois jornais de ampla circulação nos Estados Unidos da América, *The Guardian*, de origem britânica, e *The New York Times*, de origem norte-americana, e uma versão em inglês traduzida pelo grupo cubano *Granna International* e disponibilizada via Internet. Investigando as três metafunções desenvolvidas por Halliday (2004), Munday (2002) demonstra que os editores, e talvez os

próprios tradutores, tenham sido motivados por questões ideológicas e políticas ao produzirem versões diferenciadas da narrativa em torno do dilema do garoto cubano, através de mudanças na transitividade dos textos traduzidos (aspecto ideacional) (p.85), de expressões discursivas de modalização (aspecto interpessoal) (p.86), de aumento ou diminuição de citações do nome Elián nas traduções (aspecto textual) (p.87), dentre outros factores. Percebe-se, pois, que a teoria Sistêmico-Funcional e a Lingüística de Corpus, aliadas à teoria de Estudos Descritivos da Tradução, oferecem meios analíticos e metodológicos para a investigação de escolhas léxico-gramaticais em traduções motivadas por questões ideológicas e hegemônicas. Munday, portanto, sistematiza adequadamente esse movimento *do-texto-ao-contexto-e-vice-versa*, partindo de análises textuais e apontando para possíveis impactos na cultura receptora que o texto traduzido possa causar.

Um outro estudo, na área da Tradução, baseado em corpus e amparado pela teoria hallidayana é o de Ghadessy & Gao (2001). Estes teóricos analisaram quantitativamente as estruturas temáticas de textos originais em língua inglesa e suas traduções para o chinês. A amostra de textos investigada é de livros-texto usados para o ensino de tradução em universidades chinesas. Após identificar os limiares sintagmáticos das orações para a identificação dos temas, Ghadessy e Gao classificaram-nos em categorias conforme suas funções oracionais, oferecendo um elenco variado de tipos de temas encontrados no corpus paralelo por eles estudado. Os resultados da pesquisa levaram os autores a averiguarem uma semelhança na estrutura temática do texto original em comparação com o texto traduzido, embora, segundo Ghadessy e Gao, tenham ocorrido diferenças relevantes na quantidade e nos tipos de temas em ambos os corpora. Para os autores, esse tipo de pesquisa, longe de responder aos questionamentos sobre tradução e equivalência, “conduz-nos para uma melhor compreensão de um aspecto discursivo significativo dos textos que exercem papel importante em nossas decisões acerca do conceito de equivalência em tradução” (2001:353).

No Brasil, os estudos na interface Estudos da Tradução e Lingüística de Corpus se deram, pioneiramente, no Projeto CORDIAL citado anteriormente, com as pesquisas de Cruz (2003), Mauri (2003), Jesus (2004) e Assis (2004). Cruz (2003) examina o texto original *Harry Potter and the chamber of secrets* e sua tradução para o português brasileiro, *Harry Potter e a câmara secreta*. A instância do discurso que a pesquisadora investiga são os verbos de elocução (*reporting verbs*) e os processos de transitividade que os mesmos configuram. O aspecto principal de investigação são as escolhas que a autora Joanne K. Rowling fez dos verbos de elocução para a construção de suas personagens e como a tradutora, Lia Wyler, retextualiza essa construção através dos verbos de elocução.

Os resultados da pesquisa de Cruz apontam para um predomínio, no texto original, de ocorrências de verbos de elocução em torno do processo verbal *say*, diferentemente da tradução, em que a tradutora opta pelo processo verbal *perguntar*, sinalizando um ato de fala das personagens. Além disso, no texto original percebe-se o uso freqüente de processos que sinalizam sons de animais e expressões faciais das personagens, ao passo que na tradução a utilização desses processos é bem reduzida. Por fim, ao utilizar, em número maior, processos comportamentais, a autora, Joanne K. Rowling, constrói personagens conscientes dos comportamentos físicos e psicológicos executados por elas; já na tradução, Lia Wyler, ao preferir processos verbais, “apresenta os personagens como falantes, podendo ser conscientes ou não, sem focalização específica de comportamentos físicos e psicológicos” (Cruz 2003:189).

Mauri (2003), por sua vez, realizou uma análise contrastiva dos contos *Laços de família*, de Clarice Lispector, e sua tradução para o italiano, *Legami familiari*, feita por Adelina Aletti. O objectivo da pesquisa concentrou-se nos aspectos indicadores de semelhanças e diferenças no uso dos verbos de elocução, tanto em língua portuguesa quanto italiana, a fim de observar se os níveis de introspecção das personagens femininas variavam na tradução. Os resultados apresentados por Mauri sinalizam para um número considerado de processos mentais sendo utilizados como verbos de elocução no original.

Na tradução, por sua vez, essas mesmas escolhas nem sempre ocorriam, devido às estruturas da língua italiana, ou levando-se em conta o contexto sócio-cultural do texto de chegada, ou o estilo da própria tradutora.

Jesus (2004) investiga padrões de textualização característicos do estilo do escritor e tradutor Érico Veríssimo. Após a publicação de sua tradução, em 1934, da obra do autor inglês Aldous Huxley, *Point counter point*, cujo título foi *Contraponto*, Érico Veríssimo escreve *Caminhos cruzados* em 1935, sofrendo críticas por ter reempregado nesta última as técnicas ou estratégias de textualização presentes em *Point counter point*. Jesus, pois, investiga os três romances, i.e. original e sua tradução e *Caminhos cruzados*, sob a perspectiva do sistema de transitividade de Halliday (2004), mais especificamente focalizando o processo mental *think* e sua tradução *pensar*, com o intuito de avaliar padrões de textualização nas três obras analisadas. Os resultados da pesquisa demonstram que Veríssimo-autor e Veríssimo-tradutor textualizam o processo mental *pensar* de maneiras diferenciadas, apresentando diferenças em ambas as relações de textualização. No dizer de Jesus (2004:115), [e]nquanto Huxley enfatiza a representação do conteúdo das personagens através do uso de citação e paráfrase, configurando uma significação condizente com o gênero da obra - um romance de idéias, Veríssimo, por outro lado, focaliza, em *Caminhos cruzados*, a fragmentação dos pensamentos das personagens, através do uso de sintagma preposicionado e relato descontínuo, aspecto também condizente com o gênero da obra - um romance urbano moderno, entre a crônica de costumes e a notação intimista.

Por fim, Assis (2004) investiga a representação discursiva da personagem Sethe no romance original *Beloved*, de Tony Morrison, em comparação com a tradução *Amada*, feita por Evelyn Kay Massaro. Privilegiando o sistema de transitividade (Halliday 2004), Assis focalizou os tipos de processos utilizados para representar a protagonista Seth, como *Ator* (processo material), *Experienciador* (processo mental), *Dizente* (processo verbal), *Comportante* (processo comportamental) ou *Portador* (processo relacional), dando origem à nomenclatura AEDCP proposta por ele. A fim de analisar a construção discursiva de Sethe inserida nessa metodologia, Assis selecionou as instâncias discursivas em que Sethe era narradora onisciente e onipresente. Dessa forma, Assis explorou a representação de Sethe no original e em sua tradução, podendo constatar que as retextualizações dos processos relacionais e verbais ocorreram de forma mais “flexível” (Assis 2004:111), ao passo que os outros processos assumiram padrões de (re)textualização análogos.

Além desses trabalhos pioneiros na área de tradução e Linguística de Corpus, existem outros do Projeto CORDIAL em andamento, bem como no NUT (Núcleo de Tradução) da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, principalmente os trabalhos de Morinaka (em andamento) e Paquilin (em andamento). Morinaka investiga como ocorre a coesão lexical no romance *Gabriela cravo e canela*, de Jorge Amado, sobretudo como os padrões coesivos contribuem para a representação da personagem principal do romance, Gabriela, no texto traduzido para o inglês. Paquilin, por sua vez, explora como as relações temáticas são usadas para demonstrar as várias facetas de construção de significados no original *Bridget Jones' diary*, de Helen Fielding, e sua tradução para o português brasileiro.

Considerações finais

As pesquisas apresentadas neste ensaio retrataram o potencial da Linguística de Corpus para as investigações em Tradução, sobretudo a utilidade de ferramentas computacionais para a viabilização de análises tradutórias em comparação com originais.

O enfoque principal recaiu sobre o interesse crescente que os estudiosos em Tradução têm apresentado acerca do papel metodológico que a Linguística de Corpus exerce para a viabilização de suas pesquisas. Neste sentido, o advento dos corpora de pequenas dimensões abriu novas perspectivas teóricas e metodológicas de análise de textos originais e suas respectivas traduções, preenchendo a lacuna que o conceito de *representatividade* apresentava quando da investigação de corpora menores. A noção de representatividade, pois, torna-se flexível ao se abrir para as especificidades dos objectivos de pesquisa, para os interesses do(a) pesquisador(a) e, notadamente, para os problemas de pesquisa exequíveis ao seu tamanho. A questão da representatividade, neste enfoque, passa a depender dos interesses que o(a) pesquisador(a) tenciona perseguir em sua pesquisa, levando sempre em consideração que os resultados da mesma serão cada vez mais genéricos e pontuais quanto maior o corpus, tanto em número de ocorrência de palavras quanto de gêneros textuais.

Referências

- ASSIS, R. C. *A Transitividade na Representação de Sethe no Corpus Paralelo Beloved-Amada*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado)
- BAKER, M. "Corpora in Translation Studies: an overview some suggestions for future research", *Target*, 7, 1995. Pp.223-243.
- BAKER, M. "Corpus Linguistics and Translation Studies: implications and applications." In: BAKER, M., FRANCIS, G. e TOGNINI-BONELLI, E. (eds.). *Text and Technology: In honour of John Sinclair*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993. Pp.233-250.
- BAKER, M. "Corpus-based Translation Studies: the challenges that lie ahead". In: SOMERS, H. (org.). *Terminology, LSP and Translation: studies in language engineering, in honour of Juan C. Sager*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. Pp.175-186.
- BAKER, M. "Réexplorer la langue de la traduction: une approche sur corpus", *Meta*, 43, 1998. Pp.480-485.
- BAKER, M. "The role of corpora in investigating the linguistic behaviour of professional translators", *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 4, n.2, 1999. Pp.281-298.
- BAKER, M. "Towards a Methodology for Investigating the Style of a Literary Translator", *Target*, 12 (2), 2000. Pp.241-266.
- BERBER SARDINHA, T. "Corpora Eletrônicos na Pesquisa em Tradução", *Cadernos de Tradução*, n.2, 2002. Pp.15-59. (Número especial sobre Tradução e Corpora organizado por Stella Tagnin.)
- BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- CRUZ, O. M. de S. e S. da. 'Harry Potter and the Chamber of Secrets' e sua tradução para o português do Brasil: uma análise dos verbos de elocução com base na linguística sistêmica e nos estudos de corpora. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado.)
- GHADESSY, M. e GAO, Y. "Small Corpora and Translation: comparing thematic organization in two languages". In: GHADESSY, M., HENRY, A. e ROSEBERRY, R. L. *Small Corpus Studies and ELT: theory and practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. Pp.335- 359.
- GHADESSY, M., HENRY, A. e ROSEBERRY, R. L. *Small Corpus Studies and ELT: theory and practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd edition, rev. ampl. Por Christian M. I. M. Matthiessen. UK: Arnold, 2004.
- IÑIGUEZ, L. (Ed.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Trad. Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JAWORSKI, A. e COUPLAND, N. "Introduction: perspectives on discourse analysis". In: JAWORSKI, A. e COUPLAND, N. (eds.). 2nd print. *The Discourse Reader*. London e New York: Routledge, 2000.
- JESUS, S. M. *Representação do Discurso e Tradução: padrões de textualização em corpora paralelo e comparável*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado.)
- KENNY, D. "Creatures of habit? What translators usually do with words", *Meta*, v.43, 1998. Pp.515-523.
- KENNY, D. *Lexis and Creativity in Translation: a corpus-based study*. Manchester, UK: St. Jerome Publishing, 2001.
- LAVIOSA, S. "The Corpus-based Approach: a new paradigm in translation studies", *Meta*, 43 (4), 1998. Pp.631-651.
- MAGALHÃES, C. M. "Pesquisas Textuais/Discursivas em Tradução: o uso de corpora." In: PAGANO, A. (org.). *Metodologias de Pesquisa em Tradução*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. Pp.93-116.
- MAURI, C. *Um Estudo da Tradução Italiana de 'Laços de Família', de Clarice Lispector, a partir da Abordagem em Corpora: a construção da introspecção feminina através dos verbos de elocução*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado.)
- MORINAKA, E. M. *Shifts of Cohesion in 'Gabriela Cravo e Canela' and its English Translation: a case-study based on systemic-functional linguistics and corpus linguistics*. Florianópolis: UFSC, em andamento. (Projeto de Dissertação de Mestrado.)
- MUNDAY, J. "A Computer-Assisted Approach to the Analysis of Translation Shifts", *Meta*, 43(4), 1998a. s/p.
- MUNDAY, J. "Problems of Applying Thematic Analysis to Translation between Spanish and English", *Cadernos de Tradução*, n. 3, 1998b. Pp.183-213.
- MUNDAY, J. "Systems in Translation: a systemic model dor descriptive translation studies". In: HERMANS, T. (ed.). *Crosscultural Transgressions: research models in translation studies II, historical and ideological issues*. Manchester, UK e Northampton MA: 2002. Pp.76-92.
- PAGANO, A. "Apresentação." In: PAGANO, A. (org.). *Metodologias de Pesquisa em Tradução*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. Pp.7-11.
- PAGANO, A., MAGALHÃES, C. e ALVES, F. "Towards the Construction of a Multilingual, Multimodal Corpus: factors in the design and applications of CORDIAL", *Revista TradTerm* (no prelo).

- PAQUILIN, V. The Various Facets of a message: an analysis of the thematic structure in *Bridget Jones's Diary* in the light of the systemic functional grammar, corpus linguistics and translation studies interface. Florianópolis: UFSC, em andamento. (Projeto de Dissertação de Mestrado.)
- SCOTT, M. *WordSmith Tools Manual - version 3.0*. Oxford: Oxford University Press, 1996, 1997, 1998.
- S INCLAIR, J. M. "Preface". In: GHADESSY, M., HENRY, A. e ROSEBERRY, R. L. (eds.). *Small Corpus Studies and ELT: theory and practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. Pp.vii-xv.
- SINCLAIR, J. M. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- STUBBS, M. *Text and Corpus Analysis; computer-assisted study of language and culture*. Oxford: Blackwell, 1996.
- STUBBS, M. *Words and Phrases: corpus studies of lexical semantics*. Oxford: Blacwell, 2001.
- TEUBERT, W. & _ERMÁKOVÁ, A. "Directions in corpus linguistics". In: : HALLIDAY, M. A. K., TEUBERT, W., YALLOP, C. & _ERMÁKOVÁ, A. (Eds.). *Lexicology and Corpus Linguistics*. London & New York: Continuum, 2004. Pp. 113-165.
- TEUBERT, W. "Language and corpus linguistics". In: HALLIDAY, M. A. K., TEUBERT, W., YALLOP, C. & _ERMÁKOVÁ, A. (Eds.). *Lexicology and Corpus Linguistics*. London & New York: Continuum, 2004. Pp. 73-112.
- TOURY, G. "The Nature and the Role of Norms in Translation". In: VENUTI, L. e BAKER, M. (eds.). *The Translator Studies Reader*. London e New York: Routledge, 2000. Pp.198-211.(originalmente publicado em 1978 e revisto em 1995.)
- VENUTI, L. e BAKER, M. *The Translation Studies Reader*. London e New York: Routledge, 2000.
- WETHERELL, M., TAYLOR, S. & YATES, S. J. (Eds.). *Discourse Theory and Practice: a reader*. London, Thousand Oaks & New Delhi: The Open University & Sage, 2001.

MENTAL IMAGERY IN INTERPRETING – A NEUROCOGNITIVE PERSPECTIVE

Agnieszka Chmiel

Department of Translation Studies, Adam Mickiewicz University, Poznan

Poland

mol@poczta.icpnet.pl

Abstract

The paper discusses mental imagery as an important part of information processing performed during interpreting. Mental imagery is examined to see if visual processing used to remember the source text or to facilitate its understanding helps to ‘off-load’ other cognitive (mainly linguistic) resources in interpreting. The discussion is based on a neurocognitively-oriented depictivist model by Kosslyn (1994). The overview of mental imagery processes and systems is followed by the discussion of imagery used in interpreting. First, imagery development in student interpreters is described on the basis of a note-taking course for would-be consecutive interpreters organized by the author at AMU. The initial part of the course devoted to imagery involves visualizations of geographical, descriptive and narrative texts. The

description abounds in authentic examples and presents conclusions for interpreting trainers. Later, imagery as employed by professional interpreters is discussed on the basis of a qualitative survey. General implications of the use of mental imagery for cognitive processing limitations in interpreting are presented in the concluding section.

Key words: Mental Imagery, Interpreting, Visualization, Cognitive Processing, Memory.

Mental imagery is an important part of information processing performed during interpreting since its basic function is to support memory. This is especially true in consecutive interpreting. Mental imagery as used by interpreters is examined below to see if visual processing used to remember the source text or to facilitate its understanding helps to ‘off-load’ other cognitive (mainly linguistic) resources. A general description of mental imagery processes and systems from the neurocognitive perspective will be followed by the discussion of the nature of imagery used in interpreting.

Mental imagery is considered to be a higher brain function (Kosslyn – Smith 2000: 961), i.e. not involved in early perception and motor control but in reasoning and problem solving. Higher functions are obviously more complex than basic functions and it frequently happens that the latter constitute a basis for the former. The nature of mental imagery has sparked a wide debate involving the proponents of the

propositional (language-like) format and the advocates of the depictive (picture-like) format (Farah 2000, Kosslyn 1994, Maruszewski 2001). Depictivists carried out a series of experiments to show that rotation and scanning of mental images does not involve propositional elements, but pictorial elements such as space (reviewed by Kosslyn 1995). It turned out that that the time of attention shift (e.g. from the trunk to

the tail of an imagined elephant) was directly proportional to the distance and that the time of an object’s rotation was directly proportional to the angle. Such explanations did not convince propositionalists who postulated propositional representations of images as networks with branching nodes. Since the node representing the elephant’s trunk is not directly related to the same node as the node representing the tail, it causes an increase in the shifting time. In this way, the results of the experiments to support the descriptive approach could also be explained on the basis of the propositional theory.

The arguments of propositionalists could be definitely refuted thanks to the results of neurocognitive studies. Studies of brain-damaged patients showed that mental imagery activates cortical visual representations because patients with impairments of visual perception manifest impairments in mental imagery (Farah 2000: 966). For example, a patient with bilateral occipital damage displayed both color

perception impairments and color imagery impairments. Thus, at least some structures responsible for visual perception participate in mental imagery tasks.

Studies of normal subjects corroborated the thesis because visual cortices in the parietal and temporal lobes of those subjects were activated in a visual imagery task (Farah 2000: 969). Farah, unlike Maruszewski (2001) claims that in the light of neurocognitive evidence the imagery debate has been solved in favor of depictivists.

Damage to specific cortical areas responsible for processing such visual elements as color, location and shape entails parallel impairments in mental imagery functions (Farah 2000: 970).

In fact, as Kosslyn puts it: “imagery is not merely a parasite, piggybacking on perception” (1994: 21). Mental imagery shares certain structures used in perception but it also involves some distinct mechanisms that will be described below. According to Farah (2000: 972):

Mental imagery is believed to be the efferent, or top-down, activation of some subset of the brain’s visual areas. In other words, at least some of our cortical visual areas are used both for imagery and perception. Furthermore, these areas subserve the same types of representational functions in both cases, carrying information specifically about color, shape, spatial location, and so on.

Kosslyn analyzes visual perception and mental imagery in detail. He distinguishes the following components of the visual perception architecture (1994: 69-74):

- Visual Buffer (topographically organized visual areas in the occipital lobe, areas 17 and 18, used in figure-ground segregation);
- Attention Window (selects the region for further processing, located in the occipital lobe);
- Ventral System (a set of brain areas from the occipital lobe to the inferior temporal lobe, responsive to shapes, colors, textures; the ‘what’ system);
- Dorsal System (a set of brain areas from the occipital lobe to the parietal lobe, processes location and size; the ‘where’ system);
- Associative Memory (located in the posterior superior temporal cortex, temporal-occipital-parietal junction). The object properties (from the Ventral System) and the spatial properties (from the Dorsal System) are matched here to stored information.
- Information Lookup (activated information is used for further top-down processing if there is no match with a specific object);
- Attention Shifting (attention is shifted to a location of an informative characteristic to facilitate the match). The major difference between mental imagery and perception is the source of stimuli. In perception, the stimuli come from the outside world; in imagery visual images are generated from memory. How are images generated? First, the representation of a particular object is accessed and its code is activated. The activation is sent via the appropriate pattern activation subsystem which sends feedback to other areas to activate a specific pattern in the visual buffer, which is the image proper (Kosslyn 1994: 287). Kosslyn and Thompson suggest three distinct types established on the basis of neuroscientific data (2000: 982):
- *spatial images* – (also referred to as attention-based imagery in Kosslyn 1994) based on spatial relations; they do not involve representations of color, shape, texture, etc. Processing of these images does not activate the Ventral System but does activate other structures located in the posterior parietal lobes, left dorsolateral prefrontal cortex, Area 19 and other areas responsible for attention.
- *figural images* – (also referred to as visual-memory-based imagery in Kosslyn 1994) low-resolution topographic images that require activation of object properties representations in the Ventral System. Processing of these images does not activate the MOC area (medial occipital cortex, includes Area 17 and 18) responsible for high-resolution processing but does activate the Ventral System (posterior portion of inferior temporal cortex), Area 19, left dorsolateral prefrontal cortex and areas responsible for attention.
- *depictive images* – rely on high-resolution representations. Processing of these images activates the medial occipital cortex. Such imagery is used to compare or reorganize shapes and this imagery “corresponds to what most people seem to mean when they say they are *seeing with the mind’s eye*”

(Kosslyn – Thompson 2000: 983). Frequently the type of imagery generated by a person will be a combination of two or of all the above described types. As we shall see below when we analyze possible uses of imagery in interpreting, it will also be possible to assume that interpreters use various types of images in processing various types of texts. Kosslyn points out various types of further processing of generated images.

First, he claims that chunking may be performed during visual-memory-based imagery (1994: 324). Chunking is a well known process of organization of material to be remembered. People tend to chunk, or group similar items together. The memory storage capacities depend not so much on the number of digits or letters or visual items to remember, but rather on the number of chunks (Baddeley 1999: 24). For example, it will be difficult to remember all the following letters: I E N I L T L E T N G. However, if we group them (into, let's say: I N T E L L I G E N T), we will arrive at one chunk only, which will not tax our memory capacity in any way. The same chunking technique may be used in imagery; grouping similar items together will enhance memorization. Apart from chunking, Kosslyn also focuses on image maintenance. He claims that visual-memory-based images are maintained by “repeatedly activating a compressed image representation or set of such representations in a pattern activation subsystem” (1994: 387). Of course, the more effective the organization into chunks, the more material may be maintained.

Attention-based images, or spatial images, are maintained by continuous engagement of attention at the same loci in the Visual Buffer (Kosslyn 1994: 325). Regardless of the source of the image (imagery or perception), the images are processed by the same mechanisms. As Kosslyn puts it: “once a configuration of activity exists in the Visual Buffer, input is sent to the Ventral and Dorsal Systems and is processed in the usual ways – regardless of whether the activity arose from immediate input from the eyes or from information stored in memory” (1994: 336).

Having reviewed the basic types of images and ways to process them, let us proceed to discuss the employment of imagery in interpreting. The following section presents visualization as a technique deliberately developed in students interpreters. Later, experiences of practicing professionals are described.

Imagery development in student interpreters

As proven by Paivio (1971), imagining an object results in better memory. Hence, visualization as a mnemonic technique seems a useful technique for interpreters. The use of imagery in interpreting, or even in reading any texts (both fiction and newspaper articles) will depend on a personal cognitive makeup, including the development of visuo-spatial intelligence (Gardner 1983). However, as a skill to be employed to facilitate memorization in interpreting, it can and should be learned. In my own course for student interpreters at the School of English, Adam Mickiewicz University, Poznan, participants are exposed to visualization techniques. Initial classes of the note-taking course are deliberately carried out in a paperless environment. Students are asked not to use any notes but to use their memory instead while trying to remember an utterance chunk to be interpreted consecutively. This is deliberate because beginning interpreters usually have problems with the allocation of attention resources and they focus too much on their notes, do not concentrate on the text macrostructure and, as a result, produce very poor renditions. Thus, students have to learn to use their memory first, to analyze and process the input and only later to apply notes as a prop.

With such an approach in mind, the course is designed to include a short introduction to mnemonics. Students are presented with some mnemonic techniques (the Roman room, the peg system, story making) (Buzan 1999). Special attention is paid to mental imagery, the basis of most mnemonics that can be used to a certain extent in consecutive interpreting. Students are encouraged to perform synesthetic visualizations by combining as many sensory elements as possible (not only visual images, but also movement, colors, smells and sounds). The first visualization task is performed together. Students devise an exemplary shopping list and are later asked to propose their own images to involve the items in an absurd story (one story made up by students two years ago was in fact about a beer can

that had a toothpaste and cornflake shower and then met its friend shampoo to go on a trip in a chocolate car). Visualizations are later practiced on the basis of three main types of texts: geographical, descriptive and narrative. Students are asked to look for authentic texts that would be easy to visualize and group them according to the above criterion. This task makes students more sensitive to visualization possibilities in various texts they read in newspapers or are asked to interpret. As it turns out, press cuttings include a plethora of opportunities for geographical visualizations since numerous locations are given. Narrative and description visualizations may be applied to descriptions of accidents, processes and machine functionalities.

If we return for a moment to the types of imagery classified by Kosslyn and Thompson (2000) (spatial, figural and depictive), we will see that they correspond to the types of texts used in student exercises. Spatial imagery is a candidate for the processing employed in visualizations of geographical texts (maps, locations, spatial relations of various items with little or no reference to their object properties). We may predict that in such texts, the Dorsal System will be activated. Descriptions of complex devices or machinery will certainly be better understood and remembered if high-resolution depictive representations are used (they would presumably demand the involvement of Area 17 and/or Area 18). Obviously, just as there are numerous texts that combine characteristics of various genres, there are also numerous texts that would require mixed types of imagery. As Kosslyn and Thompson put it (2000: 982): “pure forms of these three types of processing (i.e. spatial, figural and depictive) may be relatively rare.” Professional interpreters who frequently apply visualizations to facilitate remembering will effortlessly combine various types of imagery in their practice.

It is also possible to apply certain techniques of imagery to encode some general meaning of the visualized message. These techniques are based on submodalities used in Neuro-Linguistic Processing. They include: color vs. black and white images (might encode levels of attractiveness), two-dimensional vs. threedimensional images, localization (left, right, center – may encode political affiliation in case of texts related to politics), brightness, speed of movement, size, etc. (O’Connor – Seymour 1996). For instance, a message in which the author criticizes the right-wing party for being very carefree about fast unemployment growth may be visualized as a chart with a line moving quickly upwards. The whole picture may be black and white (to encode criticism) and located to the right (to encode the rightwing party). Development of such visualization techniques may be very helpful for future interpreters in their consecutive interpreting practice. The mind will be used to such an encoding, which will facilitate data retrieval for the purpose of rendering it in a target language. If student interpreters are made aware of the importance and usefulness of imagery in interpreting from the very beginning of their training, they will try to apply the technique as often as possible in their practice.

Imagery employed by professionals

How are images employed by professional and practicing interpreters? In fact, when asked to subjectively assess their use of memory, professional interpreters do confirm the use of images to boost their memory. Presented below are the results of a short questionnaire completed by 13 practicing interpreters. All of them are members of A.I.I.C. – the International Association of Conference Interpreters which associates the best simultaneous and consecutive interpreters. The questionnaire included, among other things, a set of closed questions on visualizations used in simultaneous interpreting (SI) and consecutive interpreting (CI) (Q2-Q6). Following was an open question (Q7) and the respondents were asked to give examples of other types of visualizations employed in the course of their practice. The table below gives the results for the five closed questions.

Table 1. Questionnaire results – closed questions

Q2

a

Q2

b

Q3

a

Q3

b

Q4

a

Q4

b

Q5

a

Q5

b

Q6

a

Q6

b

Subject 1 3 3 0 0 3 0 3 0 2 0

S2 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

S3 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4

S4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4

S5 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2

S6 2 1 0 0 4 4 1 1 3 3

S7 2 0 2 2 2 2 0 0 2 2

S8 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3

S9 1 2 0 1 2 2 3 3 3 3

S10 0 2 0 0 4 4 0 0 4 4

S11 4 4 3 3 4 4 4 4 4 4

S12 3 2 0 0 4 4 3 3 3 3

S13 4 4 1 1 2 2 2 2 3 3

Average 2.5 2 1.5 1.5 3 2.7 2 2 2.8 2.7

Answer possibilities:

4 – very often;

3 – often;

2 – sometimes;

1 – rarely;

0 – never;

N/A – not applicable (if the interpreter practices one type of interpreting only)

Q2a – Do you use visualization to boost your memory in SI?

Q2b – Do you use visualization to boost your memory in CI?

Q3a – Do you visualize well-known people the text refers to in SI?

Q3b – Do you visualize well-known people the text refers to in CI?

9

Q4a – Do you try to imagine processes/devices that are being described in SI?

Q4b – Do you try to imagine processes/devices that are being described in CI?

Q5a – Do you try to imagine places/countries (locate them on an imaginary map) in SI?

Q5b – Do you try to imagine places/countries (locate them on an imaginary map) in CI?

Q6a – Do you visualize stories that are told in texts of a more narrative nature in SI?

Q6b – Do you visualize stories that are told in texts of a more narrative nature in CI?

As shown in the table, practitioners claim that processes/devices described in source texts are most frequently imagined in SI (average 3) and in CI (average 2.7).

Interpreters also try to imagine stories (2.8 and 2.7 in SI and CI respectively).

Visualizations of well-known people are the least frequently used types of imagery.

What is probably more interesting than these average quantitative data are the individual differences among the subjects. S2 claims that he does not use any visualizations whereas S3, S4 and S11 apply various types of visualizations as often as possible. S6 and S10 use some types very often and some not at all. This shows clearly that the amount of imagery used by interpreters depends on their cognitive makeup. Kosslyn also underlines the issue of individual differences in the type and the frequency of generated images. Of course, his analysis pertains not only to interpreters. Kosslyn (1994: 400-401) lists three factors related to imagery idiosyncrasies:

First, the difference in the efficacy of individual subsystems is clearly important. Second, people develop preferred strategies for a number of reasons, not all of which are based on how useful the strategy is. If one hits upon a way to solve a specific type of problem, one may stick with this method in the future simply because it is familiar. (...) And third, people also differ in a number of parameters that are likely to cut across the operation of individual subsystems and to place constraints on which strategies they are likely to adopt. For example, people vary in their overall speed of processing capacity of short-term memory.

Such differences may explain the varied results obtained by individual interpreters. Due to such individual factors, quantitative results of the questionnaire are not as important as qualitative ones, i.e. the answer to the open question (Q7 – Do you use other types of visualizations? Please specify.) According to Setton (personal communication, 2002), the survey questions “rely on a very general kind of introspection”. However, this technique has been applied deliberately to obtain mainly qualitative data from practicing interpreters. If the interpreters are able to give examples of consciously applied visualizations, we may obtain insight into how imagery may be, but does not have to be, used to facilitate processing in consecutive and simultaneous interpreting. The aim of the questionnaire was not so much to see what percentage of interpreters use specific kinds of imagery, but whether the technique is applied consciously in this job at all and how, in fact, it facilitates processing. Moreover, the selection of a small sample group shows that quantitative results were much less important than qualitative ones.

Below are selected answers to Question 7.

1.

In consecutive without notes, I will sometimes visualize the structure of the speech, using a mental image of Point 1: xxxxxxxx, BUT Point 2: xxxxxxxx, THEREFORE Point 3: xxxxxxxx.

2.

Yes - e.g. I have a linear representation of time.

3.

In my mind, I often find myself driving around the streets of the country the speaker is referring to.

It is for this reason precisely that we stressed the importance of developing imagery techniques at an early stage of interpreter training. When the trainees ‘hit’ upon the solution to the problem of memory overload or processing limitations, i.e. if they start using visualizations to facilitate processing from the very beginning, they will continue with the technique in their further practice. If they are not made aware of the benefits of visualizations at the beginning of the interpreting course it may be difficult to convince them to use the technique later if they have already worked out some individual (and probably less efficient) techniques to go around the problem.

11

4.

In very technical subjects I use COLOR.

5.

Yes, at least in consecutive. It can be very useful for remembering delegates’ names, which is notoriously difficult. For instance, ‘Kwasniewski’ or ‘Zielinski’ can be associated with ‘acidity’ [kwasowosc] or ‘greenery’[zielen].

6.

I sometimes visualize particularly difficult or unpleasant speakers in a home situation i.e. in their pyjamas. It tends to de-dramatize things.

7.

It is difficult to explain, but I can illustrate: once, at a Vuitton meeting, the CEO announced that they had just purchased an American company that produced, as he said, “des bagages américains très laids en tapisserie”. I knew exactly what he was describing, and also knew the right word was NOT ‘tapestry’. For some reason,

“Gone with the Wind” came to my mind, and with it, the image of the northern businessmen, called ‘carpetbaggers’. Bingo, the right word was ‘carpet bags’. It took about a millisecond of brain time, and amazed me, as I was witnessing this as it were from the inside as well as the outside.

These examples are quite telling. For some of them, it is relatively easy to determine which type of imagery was used. In examples 1 and 2 spatial images are applied. The time line, or the structure of the text are more related to spatial relations between specific elements (events on the time line or points of the text) rather than specific object properties. Example 3 might involve both spatial imagery and figural imagery, depending on how visual the images of the streets really are (specific landmarks or just the location of the streets in relation to one another). As far as example 4 is concerned, it is difficult to tell since we do not know exactly how the color is used. It might be a mixed type of imagery, involving both the Visual Buffer and the Dorsal or Ventral System. Example 5 might actually qualify as a translation tag (Molska 2001). It does not necessarily have to involve visualizations, but only associations between the name and the concepts of acidity or greenery. However, it might include novel images (e.g. an image of Mr. Zielinski with green body or green clothes) and thus generate the ‘mind’s eye’, or the depictive imagery. Creative imagery is also exemplified by the interpreter depicting unpleasant speakers in their pyjamas (example 6). The last example is particularly interesting since it involves not only imagery, but specific images from the interpreter’s declarative memory. It might actually involve episodic memory because the subject might have remembered not just the movie but the event of his watching the movie. The interpreter’s meta-remark is also worth underscoring. The interpreter was in fact aware of the mental effort his brain accomplished within “a millisecond” and was amazed at the speed and accuracy of processing.

A similar use of declarative memory when trying to remember information while interpreting occurred to two of interpreting students participating in the above described note-taking course. The students were asked to visualize and remember a text about various types of original CVs people send to a British producer of cards in order to get a job. The text was taken from the Polish edition of Newsweek (October 15, 2001). One sentence was the following: “Kandydaci wysyłają więc do Carlton okrety w butelce z wiadomością SOS: Mam nudną pracę, ratujcie.” (*Thus, the candidates would send boats in the bottles to Carlton. The bottles would include Mayday messages that read: My job is boring, help me.*) Most students simply visualized a piece of paper in a bottle floating on the water surface. One student nondeliberately used her declarative memory and associated the image with the song entitled “Message in a Bottle” performed by The Police. Yet another student associated the image with the movie entitled “A Message in the Bottle” featuring Kevin Costner! We do not know how visible these associations were (the former student could have seen Sting with the mind’s eye or heard a piece of the song with the ‘mind’s ear’; the latter student could have seen Kevin Costner, a poster or a specific scene from the movie). What we do know is that the interpreter’s brain sometimes uses quite unexpected associations and images to help memorize specific source text elements.

We may distinguish two other types of visualizations. This distinction is not based on the location of activated systems in the brain. It is based on the amount of details and the type of input given to the interpreter. Top-down (deductive) visualizations are generated when the interpreter listens to a text describing some machine, or process, or geographical area he knows. In such a situation, he does not have to wait for all the details to be presented to him; his image will include many cognitive complements retrieved from his memory. The other type of visualizations, bottom-up (inductive) visualizations are generated when a description of a machine, or a topographical area not known to the

interpreter is given. In this case the interpreter would build up the image 'as he goes'. It is of course possible to use some cognitive complements to create assumptions in the picture and later verify those as more details are presented in the input. This type of processing would be similar to macroprocessing and macrostructure detection. As Stillings et al. claim (1991: 77): "a rather abstract verbal description of an object can easily be encoded propositionally and remembered. However, when the object is imagined, it seems that a number of properties must be added to the description. Yet these properties fall far short of all those that would be present in an actual visual scene."

The human mind has the urge to clarify things, to introduce dichotomies, to order elements in certain structures (which may not be genuine, but still facilitate processing). In the case of visualizations, the mind uses its built-in structures and procedures to serve as a basis for processing. These structures include visual traces from semantic or episodic memory (e.g. the above-mentioned message in a bottle), chunking, and ordering. This support from visualization and related techniques proves the plausibility of interpreting. It is possible to process sometimes complex technical descriptions and interpret them consecutively or simultaneously because the brain uses imagery as a device that is very helpful in comprehending and then remembering input.

Studies have been carried out to show that using imagery in visual tasks proves more effective as a processing mode than phonological recording. Kosslyn (1994: 337) describes a study of Brandimonte and co-workers. Their subjects were asked to memorize pictures and then perform some subtraction tasks on the basis of their visual memory. When subjects were prevented from subvocally naming and rehearsing the names of specific items (i.e. they were prevented from using the phonological loop to record them) their results were better than in the condition which did not involve the suppression of the subvocal rehearsal. In another study by Brandimonte and Gerbino (1993) subjects were again proven to be better at processing images without the use of verbal encoding. A group of subjects was asked to either remain silent (no suppression of subvocal rehearsal) or to repeat a nonsense syllable (suppression of subvocal rehearsal) while trying to reverse the duck/rabbit (Figure 1) or young girl/old woman (Figure 2) images.

Figure 1. The duck's beak is the rabbit's ears. (Source: www.curiouser.co.uk)

Figure 2. The young woman's chin is the old woman's nose, while the young woman's ear is the old woman's eye. (Source: www.curiouser.co.uk)

Phonological encoding hampered image processing because the silent group was less efficient at image reversal. Thus, it may be concluded that image processing is more effective without phonological encoding.

What are the consequences of the above conclusions for interpreters?

Interpreters are not usually asked to reverse duck/rabbit images, but they do process images during their practice. The first conclusion is that they are more efficient in processing if they use imagery, rather than verbal encoding and memory. The second, even more important conclusion is that the simultaneous interpreter's output (which is parallel in time with imagery processing) serves as the suppression of phonological encoding of visual images (as the nonsense syllable repeated in the Brandimonte- Gerbino experiment) and in this sense makes the imagery processing more efficient since no verbal encoding interferes. This might mean that the fact that the interpreter's cognitive resources are so much employed in his difficult and taxing task is beneficial because it 'directs' his mental resources to be used in the most efficient way.

References

- BADDELEY, Alan D. 1999. *Essentials of human memory*. Hove: Psychology Press.
- BRANDIMONTE, Maria, and Walter Gerbino. 1993. "Mental image reversal and verbal recoding: when ducks become rabbits". *Memory and Cognition* 21. 23-33.
- BUZAN, Tony. 1999. *Rusz głowa*. Lodz: Ravi.

- FARAH, Martha J. 2000. "The neural bases of mental imagery". *The new cognitive neurosciences*, ed. by Michael S. Gazzaniga, Cambridge, Massachusetts: MIT Press. Pp. 965- 974.
- GARDNER, Howard. 1983. *The theory of multiple intelligences*. New York: Basic Books.
- KOSSLYN, Stephen M. 1994. *Image and brain. The resolution of the imagery debate*. Cambridge: MIT Press.
- KOSSLYN, Stephen M. 1995. "Mental imagery". *An invitation to cognitive science. Visual cognition*. Vol. 2, ed. by Stephen M. Kosslyn and Daniel N. Osherson, Cambridge: MIT Press. Pp. 267- 296.
- KOSSLYN, Stephen M., and Edward E. Smith. 2000. "Introduction". *The new cognitive neurosciences*, ed. By Michael S. Gazzaniga, Cambridge, Massachusetts: MIT Press. Pp. 961- 963.
- KOSSLYN, Stephen M., and William L. Thompson. 2000. "Shared mechanisms in visual imagery and visual perception: Insights from cognitive neuroscience". *The new cognitive neurosciences*, ed. by Michael S. Gazzaniga, Cambridge, Massachusetts: MIT Press. Pp. 975- 985.
- MARUSZEWSKI, Tomasz. 2001. *Psychologia poznania*. Gdanskie Wydawnictwo Psychologiczne: Gdansk.
- MOLSKA, Agnieszka. 2001. "Preferencja sluchowa i zakładki tłumaczeniowe jako przykłady strategicznego wykorzystania neurolingwistyki w procesie kształcenia tłumaczy symultanicznych". *Studia Neofilologiczne 2*, ed. By Pawel Plusa, Czestochowa: Wydawnictwo Wyższej Szkoły Pedagogicznej w Czestochowie. Pp. 95-107
- O'CONNOR, Joseph, and John Seymour. 1996. *NLP. Wprowadzenie do programowania neurolingwistycznego*. Poznan: Zysk i S-ka.
- PAIVIO, Allan. 1971. *Imagery and verbal processes*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- STILLINGS, Neil A., Mark Feinstein, Jay Garfield, Edwina Rissland, David Rosenbaum, Steven Weisler, and Lynne Baker-Ward. 1991. *Cognitive Science. An Introduction*. Cambridge: MIT Press.

A TRAGÉDIA DA CONSCIÊNCIA NO CONTO DE MACHADO DE ASSIS

Clara Sarmiento

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

clara.sarmiento@netc.pt

Sinopse

Neste ensaio, o conto *O Caso da Vara* de Machado de Assis é lido não só como uma história irónica, cuidadosamente estruturada, de conflitos internos *versus* acções reais, mas também como uma potencial peça dramática que partilha das características da tragédia clássica. As acções das personagens são vencidas pela torrente dos seus pensamentos, medos, crueldades e dramas, conduzindo a narrativa até um desfecho enigmático e sempre adiado. Tal como no drama clássico, n' *O Caso da Vara* notamos a predilecção de Machado de Assis por situações universais que revelam a feição trágico-cómica dos comportamentos instituídos, num conto carregado de implicações morais que despertam o leitor para as grandes intenções e ainda maiores cobardias do ser humano.

Palavras-chave: Drama; Tragédia Clássica; Caso; Ironia; Comportamentos.

Abstract

In this essay, we read Machado de Assis's *O Caso da Vara* not only as a ironic carefully structured story of inner conflicts *versus* external actions, but also as a potential dramatic play, sharing characteristics with classical tragedy. The actual deeds of the characters are overcome by the stream of their thoughts, fears, cruelties and dramas, leading the narrative towards an enigmatic end, postponed until the very last moment. As in classical tragedy, in *O Caso da Vara* we notice Machado de Assis's predilection for universal situations that reveal the tragic and comic side of human behaviour. Therefore, an apparent very-short-story is charged with a moral meaning that appeals to the reader's responsibility and reflects about the great intentions and even greater fears of humankind.

Keywords: Drama; Tragedy; Case; Irony; Behaviour.

Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias* em 1881, *O Caso da Vara* teve edição conjunta nas *Páginas Recolhidas* de 1899. O conto abre com um verdadeiro *lead* jornalístico que, numa só frase, condensa personagem, acto, local, hora, dia da semana e mês. O ano, apesar de impreciso, remete para antes de 1850, ainda longe das campanhas abolicionistas que ganham corpo em 1860 e conduzirão à assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, a 13 de Maio de 1888. O leitor fica precavido para uma enraizada atmosfera social escravagista. A hesitação quanto ao ano (“Não sei bem o ano”) institui um narrador assumido na primeira pessoa como fio condutor da história, veículo mais ou menos conciso de informação, ao sabor da sua memória e critérios de escolha. Estabelece-se grande proximidade entre narração e narrativa, optando pelo *showing* orientado, quer se trate de uma acção física quer psicológica.

Um “caso”, como *O Caso de Romualdo*, conto machadiano da década de setenta, adequa-se ao estilo inicial de *fait-divers*. A simples expressão “fugiu do seminário” cria, de imediato, um horizonte expectacional quanto ao desenrolar da acção e aos factos que a motivaram. O leitor imagina todo um passado de infelicidade no seminário, a ida compulsiva de Damião (implícita uma autoridade oponente) e a falta de vocação (implícito, pela negativa, um traço do seu carácter). Aguarda-se uma sequência de efeitos funestos para o fugitivo. Na actualidade, torna-se obrigatória a referência a *Manhã Submersa* de Vergílio Ferreira: a leitura prévia dessa obra arma o leitor com um arsenal de horrores e repressões justificativos da fuga de Damião, para além de suscitar os inevitáveis paralelos entre as personagens Pai e Dona Estefânia e entre Dona Estefânia e Sinhá Rita, elementos femininos de início tão distantes mas que, progressivamente, irão aproximar-se.

O narrador acompanha a personagem passo a passo, na sequência das suas acções internas e externas. É omnisciente na comunhão com Damião e, por isso, narra ao correr dos factos, entrando e saindo a seu bel-prazer no íntimo do jovem seminarista. Exemplo claro é a passagem imediata de “andava e desandava” (acção externa) para o processo mental desencadeado pela dúvida de “Para onde iria?”. A sequência interna pergunta-resposta ilustra bem a perda total, que não se restringe à falha do sentido de orientação. Damião está perdido também afectivamente, pois busca a salvação cada vez mais longe: do pai passa ao padrinho e, depois, a Sinhá Rita, recorrendo a “pessoas estranhas”, como dirá João Carneiro. O pai é a personagem fantasmagórica que assombra

todo o texto, negativamente caracterizado, sempre de forma indirecta, como se o próprio narrador dele temesse aproximar-se.

Juntamente com a vara, partilha de uma conotação punitiva, autor e instrumento de castigos, imbuídos de poder autoritário. Uma leitura profunda identificará a vara com o símbolo do poder masculino, do próprio sexo masculino, de que o pai é a figura arquetípica por excelência. João Carneiro também não escapa à caracterização desfavorável: “moleirão” é o epíteto que sempre o seguirá, ligado ao apelido da dócil passividade que se deixa arrastar pelo rebanho. Contrastam as grandes palavras com as quais apresentara o afillhado no seminário, plenas de certeza e logo cerceadas pela gravidade dogmática da pronta resposta do Reitor. Nesta, sabemos da necessidade de o seminarista ser humilde e bom (o mau seminarista Damião não será, portanto, nem uma coisa nem outra). Nas reticências finais está implícito todo um discurso aterrorizante, como um verdadeiro Reitor vergiliano, dirigido ao “Moço...”, que gera, como efeito quase imediato (“Pouco tempo depois”), a fuga intempestiva, sem olhar a consequências. A analepse, já de si breve, condensa-se em “Tal foi a entrada”. O conto vai explorar a saída. Este breve diálogo faz parte do passado omitido, da elipse temporal que o nosso imaginário facilmente preenche. Cita-se apenas uma circunstância fortuita que acelerou o plano de fuga e retoma-se, de imediato, o presente da acção, que não mais se abandonará (“Aqui o vemos agora...”). Os deícticos e o verbo ver no Presente do Indicativo caracterizam bem a focalização d’*O Caso*.

No processo mental de medo-raciocínio-solução, desenha-se novo plano: “pegar-se com Sinhá Rita”. “Pegar”, “lançar mão de”, “usar” são as características principais do foragido calculista, que virão a ganhar sentido literal no final do conto, com o pegar da vara. Damião dirige-se para o local principal da acção: o Largo do Capim. Situa-nos, assim, em terras cariocas, localização corroborada posteriormente pela referência de João Carneiro à Tijuca e a Jacarepaguá e pela alusão ao “pedestre”, praça de polícia então comum no Rio de Janeiro.

Sendo um conto de grande brevidade espaço-temporal (um dia em casa de Sinhá Rita), à qual se alia uma comunhão de instâncias narrativas entre o caso de Damião e o de Lucrecia, *O Caso da Vara* poderia facilmente ser apresentado como um drama teatral, restrito à cena doméstica. Quase obedece à chamada lei das três unidades, desviando-se dela apenas para repartir a atenção entre o ex-seminarista e a escrava. A peça começaria com a entrada inesperada de Damião e a exclamação surpresa de Sinhá Rita. É a quebra do equilíbrio que dita o início da acção, segundo Vladimir Propp. Sinhá Rita “estava reclinada”, em repouso. Damião acaba com a tranquilidade e toda a trama vai visar o restabelecimento desse equilíbrio perdido, ou seja, a libertação do seminarista com a aprovação do pai. A acção em torno de Lucrecia, pelo contrário, vai envolver no sentido do desfecho disfórico. A fortuna de Damião, que consegue fugir atempadamente ao padre (símbolo do pai), perdura na memória do leitor para contrastar, mais tarde, com a má fortuna de Lucrecia, que nunca escapa ao castigo (“e fugiu para dentro, a senhora foi atrás e agarrou-a”).

No círculo feminino dedicado à clássica actividade dos labores, Damião é o centro das atenções e das diligências salvadoras pois detém a vara simbólica, de que Lucrecia está desprovida. No entanto, a ironia machadiana faz dele um varão de saias (a batina), assustado e dependente do auxílio feminino. Damião nunca deixará a batina até ao final do conto e vai entregar a vara a Sinhá Rita. A integridade varonil da personagem nunca será alcançada, vencida pelo impulso egoísta. A batina torna-se uma marca diferenciadora (como a farda de alferes do conto *O Espelho*), anómala, um invólucro maldito a rejeitar se Damião tiver que recorrer, de novo, à fuga.

O pedido (“pediu-lhe que o salvasse”) subjaz aos diálogos e atitudes de Damião. Sinhá Rita nega-lhe três vezes a ajuda, como o apóstolo, e reitera a caracterização indirecta negativa do “seu pai, que dizem que é zangado!”. A linguagem é simples, directa, coloquial, própria da encenação de um caso. Damião está perdido, mais uma vez, e já não só devido à desorientação física e afectiva. Só lhe resta a postura humilde (recordemos as palavras do Reitor) e humilhada, à qual fugira. Eis um seminarista em fuga à vida de permanente genuflexão, mas que não hesita em a ela recorrer para melhor encenar a sua súplica. A importância do código gestual, da postura corporal, é tão bem compreendida por Damião como por um experiente actor. Ironia máxima: a salvação de Damião faz-se por afastamento da santa vida do sacerdócio, ou seja, através da perdição no mundo profano. A súplica a Sinhá Rita é astuciosa e toca pontos fulcrais: o afecto “por alma de seu marido”, a ameaça de praticar o supremo pecado do suicídio e a lisonja ao poder da viúva (“Pode muito”, “salve-me”). Ela é a mestra que guia as discípulas com a sua vara, ela partilha esse símbolo de poder com os *pater* (pai/pai). E, por isso, atende lisonjeada às súplicas de um varão que diante dela se ajoelha e implora auxílio. Quão longe estamos do resultado que a súplica final de Lucrecia terá. Esta só evocará entidades divinas (Deus, “Nossa Senhora que está no Céu”), possíveis rivais da toda poderosa senhora. Damião nem esqueceu a componente mais mundana, com o toque de sedução de “beijando-lhe as mãos”. Sem vara, Lucrecia não comove nem a patroa nem o outro suplicante que, mesmo ajoelhado, está ainda muito acima da sua condição de “negrinha magricela”.

O discurso persuasivo de Sinhá Rita, iterativamente negado por Damião, não é despido de irónica hipocrisia. O seu louvor à vida de padre esfuma-se mal ela se sente “ferida em seus brios” e toma a cargo a libertação do seminarista, não hesitando em brincar despreocupadamente com o epíteto de “padreco”. Os actos e as palavras espontâneas desmentem a tentativa moralizadora. Sinhá Rita é uma personagem de contrastes, que se revela inesperadamente ao conhecimento do leitor-espectador e expectante do desenlace.

A exposição do processo mental das personagens visa agora Sinhá Rita. Damião desafiou-a, ciente da sua proximidade com João Carneiro. Ao questionar o poder da viúva sobre o padrinho, inicia todo um processo movido a orgulho, tão favorável a si mesmo como ao amor-próprio de Sinhá Rita. A construção polissindética e a dualidade redundante de advérbios (“bradou-lhe que fosse à casa do Senhor João Carneiro chamá-lo, já e já [...] precisava muito de lhe falar imediatamente”) imprimem grande rapidez ao discurso indirecto, como se a ordem de “andar” (“Anda, moleque”) também a ele se aplicasse. Sinhá Rita não admite a lentidão nem a inactividade, são as faltas que ela castiga com maior furor, mitigado para com João Carneiro, explosivo para com Lucrecia. Não é um imaculado anjo salvador, é apenas alguém a quem Damião se “pegou”. Mascara por palavras uma muito prosaica relação, a desvendar em breve, que lhe permite um tal ascendente sobre João Carneiro.

A caracterização directa da viúva polariza-se entre a alegria jovial e a capacidade de se enfurecer. Já a conveniência dessa bravura (“quando convinha, brava como o diabo”) pode ser lida em dois níveis: um positivo e pertinente no momento da defesa aguerrida do foragido, e outro negativo, que surgirá mais tarde mas já anunciado em “Lucrecia, olha a vara!”, com toda essa bravura dirigida contra uma personagem indefesa. Justificar-se-á, assim, a demoníaca comparação. A juventude de espírito (“vinte e sete nos olhos”, espelho da alma) adequa-se à cumplicidade brejeira

que estabelece com Damião através das anedotas, mas contrasta com os onze anos da escrava, para quem não é mais do que a matriarca punidora. A cena melodramática da súplica evolui para um quadro de salão, ligeiro e mundano, onde não é esquecido o imperativo social do *mot d’esprit*. A singular graça de Damião parece desajustada num seminarista do século XIX, comprovando a sua inadequação à vida de sacerdote, por uma vocação congénita para as coisas do mundo.

Desenvolvendo a eficaz capacidade histrionica prefigurada no apelo desesperado, Damião prova ser um bom actor, não se furtando a trejeitos para conseguir o adequado efeito da anedota. Mas, como tantos outros elementos deste caso, a anedota é dúplice: se, por um lado, provoca uma favorável boa disposição, por outro, motiva a primeira ameaça a Lucrecia. O riso vai, mais tarde, gerar o pranto.

Neste conto, a onomástica não deve ser desprezada. A pequena escrava possui um nome com ressonâncias clássicas e trágicas que parecem desajustadas a um “frangalho de nada”. Para além da famosa Lucrecia Bórgia, não podemos esquecer a dama romana, mulher de Tarquínio Colatino, célebre pela sua morte trágica que se julga ter arrastado à queda a realeza romana, inspirando artistas e escritores. O seu nome originou o advérbio “lucreciamente”, que significa “à maneira de Lucrecia”, pudicamente. Mas a tragédia desta Lucrecia está bem marcada no seu franzino corpo de onze anos e é gritante até aos olhos de uma personagem tão preocupada consigo mesmo como é Damião. Damião é, onomasticamente, “o domador”, aquele que sabe sempre sair-se bem das dificuldades, proveniente do grego “Damião, o popular”. O drama de Lucrecia ergue-se pouco a pouco. A caracterização disfórica culmina no

impossibilia de “tossia, mas para dentro, surdamente”. Lucrecia está ferida na mão (“uma queimadura na mão esquerda”), testa (“uma cicatriz na testa”) e interior (a tosse). O interior é o âmago, o coração. São os três pontos de uma extrema unção prefigurada na tosse condenatória, tópico recorrente no Romantismo e que surge igualmente no conto *A Causa Secreta* e nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Nova personagem entra em cena: o já conhecido João Carneiro chega ao Largo do Capim. O seu primeiro gesto não é também muito varonil: “Empalideceu quando viu ali o afilhado”. Pelo contrário, Sinhá Rita não perde tempo e resume os motivos fundamentais da necessidade/ordem “era preciso tirar o moço do seminário”. Primeiro ordena, depois explica. E fá-lo em termos muito mais racionais do que a paixão com que Damião contara tudo no início. Ao “desgosto que lhe dava o seminário” e ameaças suicidas deste, Sinhá Rita contrapõe a autoridade aforística de “antes um padre de menos que um padre ruim” e “lá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor”. Em claro contraste, João Carneiro vacila, ganha tempo e entrega-se a considerações redundantes e inconsequentes. O narrador cita-o ironicamente, usando as aspas e o declarativo, como se se tratasse de um discurso de frases tão definitivas como as que Sinhá Rita acabara de formular.

O tema da vocação suscita novo paralelo com *Manhã Submersa*, principalmente na disparidade das reacções das senhoras (Sinhá Rita e Dona Estefânia) às negativas dos seus protegidos (Damião e António)³. À compreensão da primeira contrapõe-se a violentíssima explosão da segunda, de autêntica possessão demoníaca, disparidade que irá atenuar-se na cena final com Lucrecia. Sinhá Rita parece usar o mesmo tom insinuante e desafiador de Damião

(“Se o senhor quiser, tudo se há-de arranjar”), como se tivesse compreendido tacitamente a estratégia de que fora alvo. Há um grande paralelismo discursivo n’*O Caso da Vara*, entre segmentos textuais mais ou menos próximos. A viúva interrompe o parco e incipiente discurso de João Carneiro, dando-lhe quase a mesma ordem que dera já ao moleque: “Vá, vá”. É ela quem comanda e avalia os movimentos das personagens, é ela o pólo para o qual todos convergem. Damião traça o destino de Lucrecia através da entrega da vara, instado por Sinhá Rita. João Carneiro sabe que será punido (“nunca mais nos vemos”) se a acção diplomática, a que Sinhá Rita o obrigou, falhar. Lucrecia não conclui a tarefa imposta pela patroa e sofre as consequências. Só a fuga inicial escapou à determinação da mestra, e até essa ela passará a dominar, a partir do momento em que Damião se acolhe ao seu círculo. Efemeramente confiante, Damião vai compreender a verdadeira situação e ritualizá-la na passagem da vara. Ela é a Sinhá, nunca simplesmente Rita. Há uma luta de Titãs na mente de João Carneiro, abúlico entre a força desmedida de Sinhá Rita e a autoridade do compadre. Mas ela é a Parca tecedeira, a mestra de labores deste caso. O padrinho é uma personagem involuntária que tenta infrutiferamente recusar o papel que lhe impõem na peça. Ele não quer ser actor, agir.

Ainda mais do que o medo ao pai de Damião, o verdadeiro motivo de hesitação é o poder da apatia. A palavra de Sinhá Rita é última e dogmática em qualquer momento e, mesmo no conjunto do conto, as últimas palavras são, efectivamente, “Sinhá Rita”. As três personagens que com ela se confrontam ao longo do caso estão sempre dominadas pelo terror ou pela súplica: Damião, João Carneiro (“pupila desvairada, a pálpebra trémula, o peito ofegante”) e Lucrecia, lembrando o terror e a piedade da tragédia clássica. Os simples mortais vacilam diante da Sinhá, que maneja os fios das suas existências como se fossem renda, crivo e bordado.

No conto não há afectividade verdadeira e desinteressada, vejam-se as relações Damião-Sinhá Rita, Damião-Lucrecia e Damião-Pai (e vice-versa) ou Sinhá Rita-João Carneiro e João Carneiro-afilhado. A única expressão de carinho que ouvimos (“Nhanhã”) é paradoxalmente proferida por Lucrecia no momento do castigo e dirigida ao seu carrasco. As catastróficas soluções imaginárias de João Carneiro anunciam o egoísmo total do epílogo, no qual é sacrificada a vida de outrem pelo bem-estar próprio. A dissecação do carácter das personagens, exposto aos nossos olhos, é o processo discursivo preferencial de Machado de Assis. João Carneiro tornase cómico no modo como metaforiza um caso familiar através de eventos da História Universal, traço psicológico típico das mentes medíocres, no seu filtrar do universo pela rede do quotidiano inabalável. E o próprio João Carneiro tem certa consciência do seu estatuto ao escolher para duplo metafórico o barbeiro de Napoleão (será que o imperador é Sinhá Rita?), apesar de, em *O Alienista*, alguém como o Barbeiro Porfírio ser o líder da Revolta dos Canjicas. A realidade impõe-se e João Carneiro sai, qual mártir anti-cristão, na sua pugna por “um padre de menos”.

Entretanto, Damião continua o seu papel. Respirou de alívio quando o padrinho se decidiu mas “exteriormente deixou-se estar na mesma”. A postura exterior comovente do bom actor resulta logo no gesto de despreocupado carinho de Sinhá Rita, feliz porque reinante. Mas a desconfiança já se instalou no leitor: o espírito leve de Damião é traço de carácter, como atesta a sua emergente mundanidade, ou deve-se apenas ao bom rumo dos acontecimentos? Verdade ou estratégia? Não esqueçamos que “Contudo, jantou bem” e “voltou às pilhérias”. O prazer sensual de comer e rir sobrepõe-se a qualquer angústia e nós já não duvidamos que o lugar de Damião é no mundo. A problemática machadiana do Ser e do Parecer reacende-se, como n’*A Causa Secreta*, *O Enfermeiro*, *Noite de Almirante*, *O Espelho* e *A Cartomante*.

O cenário, que se transferira brevemente para a sala de jantar, é reposto no salão, ocupado agora com cinco novas figurantes, as vizinhas. A deslocação dos protagonistas faz-se sob o leve ridículo do assustado equívoco de Damião, que confundiu cinco frágeis elementos femininos com a autoridade paterna e policial. A cena reelabora-se, as discípulas também tomam posições para o desenlace do caso.

Damião volta a ser o centro das curiosidades e Sinhá Rita a tudo preside como se tivesse um ceptro na mão. Mas a vara, substantivo feminino, adequa-se melhor ao ambiente de gineceu. Sinhá Rita, dizem-nos, “presidia a todo esse mulherio, de casa e de fora”, mas o seu poder estende-se inexoravelmente aos homens que se efeminam na sua presença. É ela quem tange a guitarra, quem ordena a anedota a Damião, que “não teve remédio senão obedecer”, e determina que “Vocês vão gostar muito”. Para Damião, o seminário (a recordação da Teologia e do Latim) esfumou-se frente à inebriante atmosfera mundana feminina. Paira uma festividade hedonista feita de risos, café e música e do eco insinuante do “sussurro dos bilros” e do “palavrear das moças”.

O momento da anedota eleva Damião e ajuda-o a conquistar simpatias mas é também um momento semelhante que perde Lucrecia. A mesma acção tem consequências antitéticas em função da cor da personagem, daí o comprazimento quase masoquista com que Machado de Assis prescreve a boa maneira de contar uma anedota (“o anúncio e a expectativa, que serviam a diminuir o chiste e o feito”), para aqueles que a ela têm direito. Para Lucrecia, símbolo da desprotecção absoluta (criança, feminina, escrava, negra), rir significa lágrimas, tosse e morte⁴. Enquanto Damião se abre para o mundo, Lucrecia fecha-se até ao limite (“teria rido para dentro, como

tossia”). Mas a anedota e seus efeitos são algo efêmero, *uerba uolant*, e a confiança e intenções que geram em Damião em breve desaparecem.

Chega um mensageiro, recorrência do tópico clássico, com as últimas do caso. João Carneiro, agora narrador intradieético homodieético, dá-nos por escrito a sinopse de uma trama paralela que durou quase todo o dia, desde a sua saída até à “boca da noite”. As piores previsões cumpriram-se, a disforia do retrato paterno, composto pouco a pouco por todas as personagens, era verdadeira. Há, porém, todo um outro horizonte expectacional que sai gorado, como se o autor nos quisesse fazer “Em seus contos, vemos o problema da escravidão tratado por maneira comovente em ‘O Caso da Vara’ e ‘Pai Contra Mãe’, nos quais o bárbaro dos costumes aparece ao vivo” (MATOS, Mário. Compreender que não é a conclusão deste caso que interessa. Anuncia-se um tempo que nunca veremos chegar: a noite, durante a qual o pai tentará meditar, e o dia seguinte, em que “lá iria ver o homem”. Esforço inútil o de João Carneiro que, violentando a sua índole, já optara claramente por uma das forças em conflito e se assumira como advogado de Sinhá Rita, empenhado em ganhar a causa. O público não poderá aplaudir o fruto das suas diligências e, na memória, perdurará a sua faceta de “moleirão”. No processo de defesa iniciado, lançou mão do mote de Sinhá Rita (“antes um padre de menos que um padre ruim”) ao interrogar “se era conveniente dar

à religião um sujeito tão rebelde e vicioso”. Sequioso de aprovação, logo explica que “falou assim para melhor ganhar a causa”. A distorção da verdade é essencial para a prossecução do jogo de conveniências. A exploração da palavra orienta os discursos de Damião, Sinhá Rita, João Carneiro e até de Lucrecia, nos seus desesperados apelos à piedade, ou seja, de todos as personagens com direito à voz.

Os olhares e pensamentos falam, são visíveis, como no instante em que Damião sabe ter de conservar a qualquer preço a sua tábua de salvação, desistindo de função semelhante para com Lucrecia. Sem se deixar comover, Sinhá Rita lança a última cartada, empenhando generosamente a sua relação com “Joãozinho”. Sinhá Rita apossou-se totalmente do caso (“aquele negócio era agora dela”). A Damião só resta recolher-se “no capuz da humildade e da consternação”. O capuz esconde o rosto, a verdadeira identidade, como a máscara que os actores escolhem consoante a personagem a interpretar. O jovem, assumido como actor, terá que seguir à risca um papel que lhe garanta o apoio de Sinhá Rita. Aproxima-se o julgamento final da tarefa de Lucrecia. As atenções focam-se sobre a escrava que ganha, a partir de agora, estatuto de personagem dialogante, depois de já ter sido destacada do colectivo “crias” pelo direito ao nome. Uma possível encenação seria: escuridão no exterior, apagamento das outras discípulas que haviam concluído a tarefa e um foco luminoso sobre a nota dissonante, ainda meneando os bilros, para a qual se dirigem as outras personagens. O isolamento desta *persona* dramática eleva-se e apaga o caso de Damião, que já só regressará mentalmente, como motor da hesitação final. Uma vez que “aquele negócio era agora dela”, o próprio público está à mercê das orientações caprichosas de Sinhá Rita. E como, no seu código existencial, a ineficácia e o estatismo são graves infracções, “Machado de Assis, Contador de Histórias”. Machado de Assis: *Obra Completa*, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979), impõe-se ao narrador (também ele subjugado) relevar este segundo caso em detrimento do primeiro. Sinhá Rita determinou a decepção do nosso horizonte expectacional porque, acima de tudo, deve punir-se a retardada, o resto resolver-se-á (?) a seu contento. Inicia-se a *peripeteia*, a violenta explosão de uma personagem aparentemente generosa mas que se dá a conhecer (*anagnôrisis*) na sua pior faceta. A crueza dos diálogos reflecte-se na estrutura sintáctica depurada ao essencial. Lucrecia foge e suplica, tal como fizera Damião, mas com o resultado oposto. É o paralelo feminino da tensão entre Damião e seu pai, personagem sem corpo mas sempre ameaçador em espírito: Pai *versus* Damião (com Sinhá Rita e João Carneiro como adjuvantes) / Sinhá Rita *versus* Lucrecia (sem adjuvantes).

À carinhosa infantilidade do tratamento por “Nhanhã” opõe-se a reiteração de “Malandra!”. Três vezes, de novo, Sinhá Rita nega o perdão e quatro vezes insta pela vara. A violência eclode como em outros textos machadianos (*A Causa Secreta*, *O Enfermeiro*, *A Cartomante*, *Pai contra Mãe*, *O Alienista*). A negrinha, note-se a carga significativa do diminutivo, praticou a *hybris*, desafiou a ordem de Sinhá Rita, e cometeu também a *hamartia* que impulsiona a catástrofe. O poder de alterar o destino é nulo, dada a fraqueza física e de estatuto, seus únicos apanágios. A violência latente da fúria paterna concretiza-se pelas mãos de Sinhá Rita. Tornam ambas à sala, à boca da cena, para que o quadro supremo não se perca em narrações indirectas. Iremos nós fugir ao preceito horaciano, estabelecido na *Epistula ad Pisones*, “não se mostrem em cena acções que convém se passem dentro. Não vá Medeia trucidar os filhos à vista do público”? Não, no último instante cai o pano sobre a tragédia de Lucrecia, poupando-nos ao espectáculo brutal facilmente adivinhável. As características repetições no discurso de Sinhá Rita tornam a vara cada vez mais concreta e ameaçadora, materializando o motivo anunciado desde o título. O derradeiro diálogo gira em torno d’*O Caso da Vara* (entregá-la ou não entregá-la, eis a questão), que passou a dominar “o caso do seminarista fugitivo”. Ao cotejo com a tragédia clássica acrescentemos o cânone horaciano

“nem se empenhe em falar uma quarta personagem”. Com efeito, nunca há mais do que três personagens em diálogo. O círculo das vizinhas e das crias funciona como uma espécie de coro sem falas inteligíveis. As discípulas estão em silêncio, só os bilros sussurram. Às moças vizinhas pertencem “o palavrear”, “uma modinha” e as risadas, mas nem uma palavra concreta. O corifeu que se destaca, Lucrecia, fá-lo involuntariamente através do riso e, por isso, será punida com a maior aspereza.

Tal como João Carneiro, Damião não quer o protagonismo que lhe cabe nesta sequência. Luta por recusar o papel mas, inexoravelmente, vai também escolher a causa de Sinhá Rita. A força ingente desta mulher corrobora a conclusão de Mário Matos: “Em número considerável de contos, dos melhores de sua obra, as figuras centrais são mulheres”, a que acrescenta vinte e três exemplos. N’*O Caso da Vara* não há sombra de maniqueísmo, nem bons nem maus (os que agora fazem o mal já fizeram ou pensaram o bem e vice-versa), só existe um absoluto: o drama de Lucrecia. A hesitante progressão em cena de Damião exprime corporalmente o seu processo psicológico. É acompanhado passo a passo, numa típica análise machadiana de indivíduos. A anisocronia é quase uma pausa analítica ou, pelo menos, um *slow motion* durante o qual o narrador se entrega ao prazer do conhecimento dos caracteres, no sentido clássico do termo. A previsível transformação do pedido em ordem, típica de Sinhá Rita, faz mover Damião mas o caminho é longo e acidentado: ouve a súplica da negrinha e sente-se compungido; pressupomos que pára; chega, por fim, à marquesa junto à qual repousa a vara. Aqui termina a jornada do conflito interno. E o pedido de Lucrecia é tão semelhante ao seu de há poucas horas atrás: pela divindade e por familiares, culminando no grito de socorro “Me acuda, meu sinhô moço!” (como “salve-me da morte”).

O retrato de Sinhá Rita é agora totalmente disfemístico (“a cara em fogo e os olhos esbugalhados”), atingindo a identificação máxima com a Dona Estefânia de *Manhã Submersa*. É a loucura de *A Causa Secreta*, *O Alienista*, *O Enfermeiro*, *O Espelho*, *A Segunda Vida*, *A Verba Testamentária* e de Quincas Borba nas *Memórias Póstumas*. O ambiente também é algo absurdo: gritos de raiva e de “instava pela vara” confundem-se com o acesso de tosse. A escrita das últimas frases é cruel. A exclamação “mas ele precisava tanto sair do seminário!” poderia ter sido proferida por Damião mas é o narrador quem a fornece, como se a subscrevesse, em discurso indirecto livre. Ironia de um argumento imaculadamente exposto, qual razão irrefutável. Entregar a vara a Sinhá Rita é dar o sinal de partida para o espancamento “O plano mítico ou metafísico do conflito entre o bem e o mal é neutralizado, uma vez que se confundem os dois princípios. O contraste dramático entre forças opostas e irreduzíveis torna-se um

quiproquo, um embroglio de ópera cómica [recorde-se o próprio conceito de ‘caso’] que mistura o que devia ficar separado. Dá-nos, enfim, essa cena, o exemplo extremo de rebaixamento humorístico, do de Lucrecia. Mas é também a derrota final do varão que oferece o símbolo de poder à matriarca. Anulou-se psicológica e fisicamente na entrega simbólica, homem cabisbaixo e sem vara. A prolepse que se adivinha, o castigo imediato de Lucrecia, liga-se, circularmente, à analepse deduzida do *lead* inicial. É grande a condensação em ambos os pólos deste caso. N’*O Caso da Vara* detectamos o “pendor para as grandes abstrações, para as situações universais, realizadas com ironia e humor, que revelam transfiguradamente os aspectos tragicómicos da condição humana”⁶. Machado de Assis segue à risca a ideologia expressa nas cartas-críticas dirigidas a Eça de Queirós sobre o Realismo. Fugimos, deste modo, à circunstância inconsequente de um caso doméstico, ampliando-o com uma carga moral que responsabiliza actores e leitores, na reflexão introspectiva que suscita sobre os grandes desígnios e ainda maiores covardias de todo o ser humano. De acordo com Regina Zilberman, “não se trataria este de um diálogo pacífico, de uma conversa murmurada, de uma anedota divertida, de um episódio singular, hipóteses que o título do conto, ‘o caso da vara’, sugere; pelo contrário, o autor investe contra práticas de seu tempo, uma delas sendo o encobrimento da violência contra o negro”.

O Caso da Vara resume, assim, uma das situações preferidas do contista Machado de Assis, espectador displicente que ironiza sobre o comportamento moral do homem na vida e na sociedade: “a alternativa entre a poesia do coração e a prosa das relações sociais, para usar as categorias de Hegel, em sua *Estética*”⁸. pessimismo e da suspensão” (NUNES, Benedito. “Machado de Assis e a Filosofia”. *Travessia* 19 – Especial sobre Machado de Assis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1989). 6 MOISÉS, Massaud; PAES, José Paulo, org. “Assis, Machado de”. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1987.

7 ZILBERMAN, Regina. “Um Caso Para o Leitor Pensar”. *Travessia* 19 – Especial sobre Machado de Assis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

8 LUCAS, Fábio. *Poesia e Prosa no Brasil*. Belo Horizonte: Interlivros, 1976. P. 83. E também: “É como se repetidamente (...) tentasse investigar e denunciar, por detrás da brilhante aparência de ordem das estruturas sociais que nos regem, por detrás das nossas pretensões de heroísmo, a pequenez do ser humano, a mesquinhez e a insignificância dos nossos gestos e ambições aparentemente mais nobres”

(SANTOS, João Camilo dos. “Algumas Reflexões Sobre *O Alienista* de Machado de Assis”. P. 55).

O CASO DA VARA

DAMIÃO fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo. Desconhecia as ruas, andava e desandava, finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não, lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. Não

assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou. Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria cousa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresentou ao reitor:

— Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.

— Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço...

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:

— Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...

Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas idéias vagas dessa situação e tratou de aproveitar. Onde morava? Estava tão atordoado, que só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa; era no Largo do Capim.

Santo nome de Jesus! Que é isto? bradou Sinhá Rita, sentando-se na marquesa, onde estava reclinada.

Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar à casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna não estava fechada a chave nem ferrolho. Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.

— Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera.

Que vem fazer aqui!

Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.

— Descanse; e explique-se.

— Já lhe digo; não pratiquei nenhum crime, isso juro, mas espere.

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa, e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

— Como assim? Não posso nada.

— Pode, querendo.

— Não, replicou ela abanando a cabeça, não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!

Damião viu-se perdido. Ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe as mãos, desesperado.

Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa.

Sinhá Rita, lisonjeada com as súplicas do moço, tentou chamá-lo a outros sentimentos. A vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela; o tempo lhe mostraria que era melhor vencer as repugnâncias e um dia... Não nada, nunca! redargüia Damião, abanando a cabeça e beijandolhe as mãos, e repetia que era a sua morte. Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do Sr. João Carneiro chamá-lo, já e já; e se não estivesse em casa, perguntasse onde podia ser encontrado, e corresse a dizer-lhe que precisava muito de lhe falar imediatamente.

— Anda, moleque.

Damião suspirou alto e triste. Ela, para mascarar a autoridade com que dera aquelas ordens, explicou ao moço que o Sr. João Carneiro fora amigo do marido e arranjará-lhe algumas crias para ensinar. Depois, como ele continuasse triste, encostado a um portal, puxou-lhe o nariz, rindo:

— Ande lá, seu padrego, descanse que tudo se há-de arranjar.

Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; mas, quando convinha, brava como diabo. Quis alegrar o rapaz, e, apesar da situação, não lhe custou muito. Dentro de pouco, ambos eles riam, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

— Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão...

Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste. Nisto, chegou João Carneiro. Empalideceu quando viu ali o afilhado, e olhou para Sinhá Rita, que não gastou tempo com preâmbulos. Disse-lhe que era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos que um padre ruim. Cá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor. João Carneiro, assombrado, não achou que replicar durante os primeiros minutos; afinal, abriu a boca e repreendeu o afilhado por ter vindo incomodar "pessoas estranhas", e em seguida afirmou que o castigaria.

— Qual castigar, qual nada! interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, vá falar a seu compadre.

— Não afianço nada, não creio que seja possível...

— Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo se há de arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, Senhor João Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...

— Mas, minha senhora...

— Vá, vá.

João Carneiro não se animava a sair, nem podia ficar. Estava entre um puxar de forças opostas. Não lhe importava, em suma que o rapaz acabasse clérigo, advogado ou médico, ou outra qualquer cousa, vadio que fosse, mas o pior é que lhe cometiam uma luta ingente com os sentimentos mais íntimos do compadre, sem certeza do resultado; e, se este fosse negativo, outra luta com Sinhá Rita, cuja última palavra era ameaçadora: "digo-lhe que ele não volta".

Tinha de haver por força um escândalo. João Carneiro estava com a pupila desvairada, a pálpebra trêmula, o peito ofegante. Os olhares que deitava a Sinhá Rita eram de súplica, mesclados de um tênue raio de censura. Por que lhe não pedia outra cousa? Por que lhe não ordenava que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho; era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara. Ah! se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução — cruel, é certo, mas definitiva.

— Então? insistiu Sinhá Rita.

Ele fez-lhe um gesto de mão que esperasse. Coçava a barba, procurando um recurso. Deus do céu! um decreto do papa dissolvendo a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem. João Carneiro voltaria para casa e ia jogar os *três-setes*. Imaginai que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a Igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava cosido à parede, olhos baixos esperando, sem solução apoplética.

— Vá, vá, disse Sinhá Rita dando-lhe o chapéu e a bengala.

Não teve remédio. O barbeiro meteu a navalha no estojo, travou da espada e saiu à campanha. Damião respirou; exteriormente deixou-se estar na mesma, olhos fincados no chão, acabrunhado. Sinhá Rita puxou-lhe desta vez o queixo.

— Ande jantar, deixe-se de melancolias.

— A senhora crê que ele alcance alguma coisa?

— Há de alcançar tudo, redargüiu Sinhá Rita cheia de si. Ande, que a sopa está esfriando. Apesar do gênio galhofeiro de Sinhá Rita, e do seu próprio espírito leve, Damião esteve menos alegre ao jantar que na primeira parte do dia. Não fiava do caráter mole do padrinho. Contudo, jantou bem; e, para o fim, voltou às pilhérias da manhã. A sobremesa, ouviu um rumor de gente na sala, e perguntou se o vinham prender.

— Hão de ser as moças.

Levantaram-se e passaram à sala. As moças eram cinco vizinhas que iam todas as tardes tomar café com Sinhá Rita, e ali ficavam até o cair da noite.

As discípulas, findo o jantar delas, tornaram às almofadas do trabalho. Sinhá Rita presidia a todo esse mulherio de casa e de fora. O sussurro dos bilros e o palavrear das moças eram ecos tão mundanos, tão alheios à teologia e ao latim, que o rapaz deixou-se ir por eles e esqueceu o resto. Durante os primeiros minutos, ainda houve da parte das vizinhas certo acanhamento, mas passou depressa. Uma delas cantou uma modinha, ao som da guitarra, tangida por Sinhá

Rita, e a tarde foi passando depressa. Antes do fim, Sinhá Rita pediu a Damião que contasse certa anedota que lhe agragara muito. Era a tal que fizera rir Lucrecia.

— Ande, senhor Damião, não se faça de rogado, que as moças querem ir embora. Vocês vão gostar muito.

Damião não teve remédio senão obedecer. Malgrado o anúncio e a expectativa, que serviam a diminuir o chiste e o efeito, a anedota acabou entre risadas das moças. Damião, contente de si, não esqueceu Lucrecia e olhou para ela, a ver se rira também. Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa. Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia.

Saíram as vizinhas, e a tarde caiu de todo. A alma de Damião foi-se fazendo tenebrosa, antes da noite. Que estaria acontecendo? De instante a instante, ia espiar pela rótula, e voltava cada vez mais desanimado. Nem sombra do padrinho. Com certeza, o pai fê-lo calar, mandou chamar dous negros, foi à polícia pedir um pedestre, e aí vinha pegá-lo à força e levá-lo ao seminário. Damião perguntou a Sinhá Rita se a casa não teria saída pelos fundos, correu ao quintal e calculou que podia saltar o muro. Quis ainda saber se haveria modo de fugir para a Rua da Vala, ou se era melhor falar a algum vizinho que fizesse o favor de o receber. O pior era a batina; se Sinhá Rita lhe pudesse arranjar um rodaque, uma sobrecasaca velha... Sinhá

Rita dispunha justamente de um rodaque, lembrança ou esquecimento de João Carneiro.

— Tenho um rodaque do meu defunto, disse ela, rindo; mas para que está com esses sustos? Tudo se há de arranjar, descanse.

Afinal, à boca da noite, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita. O negócio ainda não estava composto; o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não, senhor, que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no Aljube ou na presiganga. João Carneiro lutou muito para conseguir que o compadre não resolvesse logo, que dormisse a noite, e meditasse bem se era conveniente dar à religião um sujeito tão rebelde

e vicioso. Explicava na carta que falou assim para melhor ganhar a causa. Não a tinha por ganha, mas no dia seguinte lá iria ver o homem, e teimar de novo. Concluía dizendo que o moço fosse para a casa dele.

Damião acabou de ler a carta e olhou para Sinhá Rita. Não tenho outra tábua de salvação, pensou ele. Sinhá Rita mandou vir um tinteiro de chifre, e na meia folha da própria carta escreveu esta resposta: "Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos". Fechou a carta com obreia, e deu-a ao escravo, para que a levasse depressa. Voltou a reanimar o seminarista, que estava outra vez no capuz da humildade e da consternação. Disse-lhe que sossegasse, que aquele negócio era agora dela.

— Hão de ver para quanto presto! Não, que eu não sou de brincadeiras!

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os, todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrecia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

— Ah! malandra!

— Nanhã, nanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

— Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrecia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

— Anda cá!

— Minha senhora, me perdoe!

— Não perdôo, não.

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

— Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

— Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

— Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

— Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá

Rita.

IMPRESSÕES DE LEITURA: O POEMA DO MAR DE JORGE BARBOSA

Poema do mar

O drama do Mar,
o desassossego do Mar,
sempre
sempre
dentro de nós!
O Mar!
cercando
prendendo as nossas Ilhas,
desgastando as rochas das nossas Ilhas!
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,
roncando nas areias das nossas praias,
batendo a sua voz de encontro aos montes,
baloçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...
O Mar!
pondo rezas nos lábios,
deixando nos olhos dos que ficaram
a nostalgia resignada de países distantes
que chegam até nós nas estampas das ilustrações
nas fitas de cinema
e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros
quando desembarcam para ver a pobreza da terra !
O Mar!
a esperança na carta de longe
que talvez não chegue mais!...
O Mar!
saudades dos velhos marinheiros contando histórias de tempos passados,
histórias da baleia que uma vez virou a canoa...
de bebedeiras, de rixas, de mulheres,
nos portos estrangeiros...
O Mar!
dentro de nós todos,
no canto da Morna,
no corpo das raparigas morenas,
nas coxas ágeis das pretas,
no desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!
Este convite de toda a hora
que o Mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!
(in *Ambiente*, 1941)

Poema do Mar dá voz ao ideal da “terra-longe” e ao “querer bipartido”¹ do poeta caboverdiano mais desencantado frente à terra-*cretcheu*, amada. Jorge Barbosa (1902-1971) foi, juntamente com Baltasar Lopes e Manuel Lopes, uma das figuras de proa da *Claridade*. O aparecimento desta revista, em 1936, define o moderno movimento cultural caboverdiano. Conscientes da sua unidade cultural, pretendiam os “claridosos” romper em definitivo com a subalternidade que os cingia à temática europeia, libertando o acto criador de tão colonial alienação. Já em 1935, ao publicar o seu primeiro livro, *Arquipélago*, Jorge Barbosa vencera a tradicional dependência dos modelos metropolitanos e tornava-se pioneiro da moderna poesia caboverdiana.

Jorge Barbosa era natural da ilha de Santiago, a mais pobre e assolada do arquipélago. Daí a impossibilidade de arrebatamentos apaixonados, como os do conterrâneo Osvaldo de Alcântara em *Mamãe* (“Mamãe-Terra”), *Deslumbramento* ou *Presença*: “Que és para mim? / minha amante, / minha mãe adormecendo os meus cuidados / de filho vadio?” (...) “Mas quero renascer / no beijo dos teus lábios morenos!” (...) “Vem comigo: / continua comigo o teu caminho de séculos... / Iremos de mãos dadas / para o teu destino / para o meu destino...” (*Claridade*

nº 2, 1936). No *Poema do Mar*, as Ilhas são só “rochas, areias e montes”. Não há um vislumbre de verdura sem, no entanto, se chegar aos extremos de crueza de *Casebre*². É Jorge Barbosa quem procede à radiografia do drama social do homem caboverdiano: a seca, a fome, a emigração, o isolamento. É ele quem, em *Panorama*, denomina as ilhas como “Destroços de que Continente / De que cataclismos, / De que sismos, / De que mistérios?...” ou, em *Irmão*, escreve “Viver sempre vergado sobre a terra, / a nossa terra / pobre / ingrata / querida!”. Um telurismo rude, sobriamente eloquente, a recordar o modelo de Miguel Torga. A linguagem é tão nua e depurada como a paisagem caboverdiana ou como a própria essência de ser caboverdiano. Nesta linha, à escrita de Jorge Barbosa poderíamos associar a frase de José Régio: “É mais belo um adágio popular do que uma frase de literato” (*Presença* nº 1, 1927).

1 Termos-chave do espírito caboverdiano, equacionados por Pedro Corsino Azevedo em *Terra-Longe*: “Terra-longe! Terra-longe!... / - Oh mãe que me embalaste! / Oh meu querer bipartido” (*Claridade* nº 4, 1947).

2 “Foi a estiagem. / E o silêncio depois. / Nem sinal de planta / nem restos de árvore / no cenário ressequido da planície. / O casebre apenas / de pedra solta / e uma lembrança aflitiva. (...) Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas! / Nem gritos nem alarme / - somente o jeito passivo de morrer!” (*Caderno de um Ilhéu*, 1956).

3

Tal como Manuel Lopes, Barbosa é também o poeta do mar, que teme e deseja paradoxalmente a *hora di bai*³, prisioneiro e cantor da total insularidade. O mar omnipresente “dilata sonhos e sufoca desejos” (*O Mar*), na cosmovisão caboverdiana, nessa estreita relação entre a paisagem física e as dúvidas filosófico-existenciais em que os poetas da *Claridade* basearam a sua poesia. Se esse “insinuar horizontes” (*O Mar*) ao isolamento do ilhéu parece oximórico, também o é a sua própria alma dividida n’ “Este desespero de querer partir / e ter que ficar!”. A busca literária da metafísica caboverdiana faz-se, assim, sob um signo alquímico de fusão entre o *aqui* e o *lá*; entre o mar carcereiro e o mar encarcerado dentro de cada um; algures a meio caminho entre um *locus amoenus* que não se quer abandonar, povoado de raparigas morenas e de Mornas, e um *locus horrendus* de fome e de seca (como em *Casebre*), que instiga à partida.

Poema do Mar é igualmente alquímico ao fundir “O Mar!” e “nós”, vocábulos recorrentes em toda a composição, como se o resultado desta fusão fosse a frase crioula *Nós é di mar*. “Mar” surge nove vezes, destacado no título e no mote exclamativo de cinco estrofes. A primeira pessoa do plural repete-se seis vezes, como pronome pessoal e possessivo; subjaz, por exemplo, a “dos que ficaram” e “sonhos de muita gente” e, como sujeito experienciador implícito, à “esperança” (quarta estrofe), às “saudades” (quinta estrofe) e ao “desespero” (última estrofe). Se “O Mar!” é (com elisão do verbo, o que confere imediatismo à metáfora) “saudades dos velhos”, então esse mar-saudade só poderá existir na alma de um povo-nós saudoso.

O título encerra uma aparente contradição com o corpo do poema. Com efeito, o *mar* não está aí maiúsculo como na composição *O Mar*, nem como nas recorrências seguintes, com o carácter de entidade quase mítica residente nos homens.

Pelo contrário, no título há uma referência metatextual que enfatiza não o motivo mas a forma: em primeiro lugar, o leitor implícito deve lembrar-se de que está perante um *Poema*. E logo “O drama e o desassossego do Mar” ganham valor redobrado pois substituem *Poema*, ainda antes da preposição e da identidade maiúscula. A poesia do mar é o seu drama. 3 Hora de despedida, hora da partida. Tema de Mornas. Ver também o romance *Hora di Bai*, publicado em 1962, de Manuel Ferreira, escritor luso-caboverdiano com uma aproximação neo-realista ao tema da

fome e da emigração em Cabo Verde.

4

O leitor, frente a um *Poema*, fixará os olhos na mancha gráfica, característica primordial deste género literário. E esta não é isenta de significado: do dissílabo “O Mar!” ao verso de dezoito sílabas “Deixando o esmalte (...) dos pescadores”, cada estrofe é como uma onda que rebenta com a exclamação inicial e vai-se espalhando “nas areias das nossas praias”, com avanços e recuos ondulantes, ou como o movimento de sístole e diástole do coração do povo ilhéu. Esta subversão das estruturas poéticas tradicionais (rima, métrica, etc.) recorda a libertação linguística de Modernistas e Presencistas.

“O Mar” é uma personagem humanizada, autor de acções nunca acabadas, que regressam em cada onda, numa repetição anafórica de gerúndios longos e gradativos (“circando – prendendo – desgastando” ou “pondo – deixando”). A atmosfera apática do poema não é capaz de quebrar esse presente eterno e o vocábulo que mais sobressai graficamente, para além de “O Mar!”, é o “sempre”, repetido e isolado. “Mar sempre”, tal seria a expressão do caboverdiano olhando desalentado o infinito horizonte líquido. Só há um esforço para conter o

eterno prolongar da onda na praia: é o ponto de exclamação que fecha abruptamente os versos dominados pelo ritmo arrastado das nasais (“desgastando as rochas das nossas Ilhas!” ou “sempre / sempre / dentro de nós!”). Tão contraditório como o querer bipartido, esse alongamento-corte parece querer conter o fluir do mar-saudade mas logo cede lugar às previsíveis reticências meditativas (como na quarta e quinta estrofes), para só reaparecer no “desespero” do epílogo. A atmosfera fónica do poema parece confluir para a quarta estrofe, um terceto central, onde o “longe” e a “esperança” sumariam a carga simbólica dos versos de sons nasalados anteriores.

Nas estrofes seguintes, o ritmo acelera-se, os sons abrem-se, a enumeração torna-se caótica. A assonância do *i* em “histórias da baleia que uma vez virou a canoa.../ de bebedeiras, de rixas...” deixa escapar a emotividade. Mas o próprio delírio sensual de invocações báquicas é dúplice: se as “bebedeiras, (...) rixas e (...) mulheres” estão “nos portos estrangeiros”, já o “canto da Morna”, o “corpo das raparigas morenas” e as “coxas ágeis das pretas” estão ali, no Mar-Nós. A sexta estrofe responde à quinta para impor o epíteto de “sonhos” a esse “desejo da viagem”.

A *des-ilusão* da partida recorre na morfologia de substantivos como “desassossego” e “des-espero” ou de verbos como “des-embarcar” e “des-gastando”. É o *des-fazer* dos sonhos, a angústia da permanente e negada ânsia da liberdade (podemos evocar aqui de novo Miguel Torga), à qual a hipálage “nostalgia resignada” dá perfeita expressão.

A terceira estrofe dicotomiza duas terras estranhas aos olhos dos observadores que as captam por sinédoques: o caboverdiano vê os “países distantes por estampas das ilustrações” e por “fitas de cinema”, enquanto que “os passageiros que desembarcam” vêm não a terra mas sim “a pobreza da terra”. O sonho e a realidade, ambos meras partes de totalidades, nem tão absolutamente eufóricas (“os países distantes”) nem tão completamente disfóricas (“a pobreza da terra!...”).

O *Poema do Mar* possibilita uma divisão quadripartida do seu *corpus*, não isenta de certa circularidade. Podemos considerar a primeira estrofe como um subtítulo, com a já citada relação de substituição, como um mote a ser glosado e resumível a duas frases-chave (“O drama do Mar” e “o desassossego do Mar” [...] “sempre dentro de nós”). Teremos, então, o primeiro conjunto de duas estrofes que humanizam *O Mar* como autor de diversas acções, Adamastor carcereiro e insinuante mas também mortífero, “pondo rezas nos lábios”, uma perífrase eufemística para a morte. Passamos, nas duas estrofes seguintes, daquilo que o mar faz para aquilo que o mar é, com elisão do verbo da essência, para logo, na sexta estrofe, sabermos onde é que o mar está. É esta a estrofe que legitima a humanização inicial ao realizar a fusão Mar-Nós. A estrofe final, graficamente deslocada, desloca também a tónica de “O Mar” para “Este”, sentimento que prevalece após a leitura, num epílogo igualmente resumível a duas frases. Cumprindo a mencionada circularidade, o “convite (...) para a evasão” é “O drama do Mar” (o drama que ele desencadeia, que ele leva à cena) e o desespero é também desassossego, esse tal *des...* Desfazer de um sonho porque aqui não há sequer a hipótese da partida compreendida em *Solilóquio junto do mar parado* (“Partir sozinho, mar em fora...”) ou em *Poema de quem ficou* (“no mundo que percorreste...”) de Manuel Gomes, o mesmo autor de *Chuva Braba*, “pequena obra-prima da novelística islenha”, nas palavras de Vitorino Nemésio. Em *Poema do Mar*, o fatalismo estático e abúlico de Jorge Barbosa cobre irremediavelmente todo o seu *Arquipélago*⁴.

⁴ “Malditos / estes anos de seca! / Mete dó / o silêncio triste / da terra abandonada / esmagada / sob o peso / do sol penetrante! (...) Em tudo / o cenário dolorosíssimo / da estiagem / - da fome!”

(“Paisagem”, *Ambiente*, 1941). “O teu destino... / O teu destino / Sei lá!” (“Irmão”, *Ambiente*, 1941).

WORKING IN AND ON GROUPS:

AN ILLUSTRATION OF THE PRINCIPLES OF EXPLORATORY PRACTICE IN AN ESP CLASSROOM

Cristina Pinto da Silva

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

csilva@iscap.ipp.pt

Have you already found the beginning, then, that you seek for the end?

Gospel of Thomas

Sinopse

Neste artigo, descrevo e analiso uma actividade de trabalho em grupo desenvolvida para uma aula da disciplina de Língua Inglesa VI das turmas do 3º ano do Curso de Línguas e Secretariado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). No enquadramento teórico, abordam-se questões relacionadas com o trabalho em grupo numa aula de língua estrangeira, nomeadamente a dimensão social da sala de aula em geral e da interacção aluno-aluno em particular. Apresentam-se então os princípios da *Exploratory Practice*, com ênfase na possibilidade preconizada por esta abordagem de se poder transformar uma actividade de reflexão e discussão sobre o processo de ensino/aprendizagem numa unidade pedagógica.

Segue-se a apresentação da proposta didáctica, respectivo plano de aula e alguns exemplos dos textos produzidos pelos alunos. O artigo termina com a apresentação de alguns comentários críticos, realçando-se a contribuição da *Exploratory Practice* para o desenvolvimento de uma maior consciencialização por parte dos alunos do seu processo de aprendizagem.

2

Palavras-chave: *Exploratory Practice*; English for Specific Purposes; Group Work.

1. INTRODUCTION

The classroom materials presented and discussed in this article were prepared for third-year students of English (*Língua Inglesa VI*) of the BA Course in Languages and Secretarial Studies (LSS) at *Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto* (ISCAP). The materials are shown together with some of the texts produced by the learners in two different classes where they were used (in school year 2002/2003). I am aware that this choice of including a description and brief analysis of learner statements written as a result of the actual use of the materials may look unorthodox. Nevertheless, I hope I will be able to make the case that a mere presentation and discussion of the materials and tasks as ‘workplans’ (Breen, 1989) would be totally unsatisfactory in the light of my own preconceptions of what is entailed in teaching and learning a foreign language.

A lesson is not an island, and I borrow this image to mean that, when planning a particular lesson for a particular group of students, a teacher calls upon a plethora of aspects that are as complex as they are difficult to disentangle. Woods (1996), for example, has put forward an acronym - BAK, that stands for *Beliefs, Assumptions, and Knowledge* - given the impossibility he faced in his studies of arriving at operational definitions that would allow him to distinguish between the different aspects that concur to teachers’ decisions and their interpretations of classroom events. The literature is in fact full of attempts to uncover and classify whatever aspects are said to influence teacher practice. These taxonomic exercises are often a *reductio ad absurdum*, especially whenever teachers are portrayed as ‘free agents’, i.e. when their professional behaviour is seen to be solely dictated by and explained in reference to their beliefs, without taking into account the myriad of factors (professional, organisational, societal) that may in fact prevent them from behaving according to their beliefs. As I see it, teacher behaviour and the lessons we plan are ‘nested’ phenomena (Clark & Yinger, 1987: 87) and so should be construed as *responses* to institutional constraints, as on-the-

spot *reactions* to unpredictable events, and direct *results* of professed beliefs about teaching.

I must confess here that I myself have contributed to the already overcrowded field of teachers’ theories and beliefs, by proposing elsewhere the notion of *teaching operating principles* (Pinto da Silva, 2001), a term I

borrowed from Psycholinguistics (see Slobin, 1979: 83) and have tentatively used to mean both the knowledge and the assumptions about teaching and learning the teacher is seen to draw upon and the strategies s/he uses to operate within the classroom. This notion, albeit embryonic, has shown some promise as a means of making sense of the intricate, dynamic, and often contradictory relationship between observed teaching practice and expressed espoused theories. In this sense, it is hoped that this piece of writing will unveil some of my own *teaching operating principles*.

Given all this, I will now try to uncover the main threads that contributed to the planning of a particular lesson, namely my previous teaching and research experience, the contributions from the literature on English for Specific Purposes (ESP), the notion of the classroom as a social encounter, and the tenets of Exploratory Practice (EP).

2. TOWARDS A LANGUAGE LESSON

2.1 English for Specific Purposes (ESP)

In spite of the debate on whether English for Specific Purposes (ESP) can be considered to be an autonomous branch of English Language Teaching (Swales, 1985; Hutchinson & Waters, 1987), I think one can non-controversially describe the teaching and learning of foreign languages at ISCAP as pre-occupational ESP (Robinson, 1991: 3).

Indeed, it shares some of the characteristics usually considered to be, if not distinctive, at least typical, of ESP (Robinson, 1980: 13-14): adult students, with diverse past language learning experiences and diverse levels of proficiency; locally-produced curricula and materials, with formal supervision by co-ordinating teachers; syllabi organised around future target needs; content-specific materials; optional co-ordination among teachers of the same level, but relative autonomy as far as the choice of materials, methods and exams are concerned.

Teacher autonomy at ISCAP, although considerable, does not in fact extend to all levels of decision-making: not surprisingly, there is some institutional pressure, even if only sensed and largely dictated by tradition, towards course content based on learners' future professional needs, in this case Business English. The content of the syllabi is therefore largely based on the perceived future professional needs of the students - there is

an institutional trend to view language classes as an *equipping* procedure (Prabhu, 1987: 190), with the stated objective of providing students with the necessary linguistic repertoires to perform effectively in those professional situations where L2 is required.

Thus, foreign language learning in ISCAP seems to comply with the prevailing ethos of polytechnic education - stress on the practical training of students and a strong link with the job-related needs of the community.

It follows that there are no externally-imposed curriculum, syllabus, materials or tests. In education in general, highly detailed syllabi seem to be a *sine qua non* for the large scale implementation of any curriculum. They seem to be in order when there is a number of teachers teaching the same type of student, or when the level of accountability (to parents, to school boards, to governmental offices) is high. As it is, in ISCAP the need for unifying criteria is minimal, or, at best, reduced to an agreement on a broad division of content areas across the different levels.

The selection of teaching materials, a perennial issue in ESP (Hutchinson and Waters, 1987: 106; Pinto da Silva, 1990, 1993: 40; Robinson, 1980: 34-35; Swales, 1985: 103), takes up a considerable amount of preparation time among the English teachers in my school. Textbooks are seldom adopted, at least completely. Indeed, a published ESP textbook is often looked at as a contradiction in terms - they never seem to be specific enough (if they were, they would not be commercially feasible, as DeEscorcia notes, 1985: 232). So our teaching materials follow the usual pattern of many ESP situations - a *mélange* of *realia*, published, and home-made materials. The rationale behind this laborious process follows the pattern of many ESP situations: a compromise between what teachers think the students will need in their future jobs, students' subjective needs (or *wants*, according to Allwright, 1982: 24), remedial work (to obviate students' *lacks*, Allwright, 1982: 24), and an earnest concern for up-to-date, topical, and relevant contentspecific materials.

Both this piecemeal process of gathering materials and the concern to provide students with a communicative repertoire have visible consequences in course planning.

In the absence of a general curriculum, or of a set of pre-defined achievement goals, the very nature of the teaching materials helps to determine the predominant methodological approach in most language classes in my school: task-based language teaching, albeit born out of necessity, rather than conviction.

My suggestion, at the beginning of this section, that language classes in ISCAP can be classified as ESP ones invites the question of the extent to which their 'specificity' generates particular expectations on the part of teachers and learners and whether it has any bearing on the way the participants react to and interpret classroom events. However, only five of the 32 students I interviewed in the data collection phase of my PhD referred to the perceived future usefulness of some of the classroom activities; overall, the issue did not seem to have a strong bearing on these learners' expressed statements about the lessons or on their views on teaching and learning a foreign language, which mostly focused on the more immediate aspects of their present needs as language learners. It seems that the 'face validity' (Pilbeam, 1987: 121) of the syllabus is sufficiently catered for by the fact that Business topics predominate, and so participants' preoccupations seem

to evolve around their present teaching/learning situations.

From my readings and reflections on ESP, then, three notions are worth bearing in mind and have had lingering effect on my teaching practice. First of all, there is the assertion that 'ESP has as its main concern the needs of the learners' (Waters, 1987: 3).

That this statement is valid to all teaching/learning situations is perhaps obvious, but it seems nevertheless to be particularly appropriate to those in the final stages of their formal education, when their professional life is looming. More intriguing, though, is how one should define students' *needs*, which leads us to my second point, namely that *future professional needs* should not override students' *current learning needs* (Pinto da Silva, 1993). Finally, there is the notion that foreign language teacher and learners are in a privileged position to explore their needs, given the fact that in our classrooms the foreign language is both the medium and the content of instruction.

I am aware that the preceding paragraph puts forward three notions that seem too simplistic. Taken as a professional rationale, it is difficult to see how they can even begin to address the complexity of the teaching/learning process, let alone provide useful operating principles to one's professional practice. Yet, I have found that the consequences of applying them in any consistent manner are far-reaching.

2.2 The classroom as a social encounter

For Prabhu, the classroom is simultaneously

... a unit of a planned curricular sequence, an instance of a teaching method in operation, a patterned social activity, and an encounter between human personalities. (1992: 225).

The perspective of looking at the classroom as a social event, and not only as an instructional one, is elegantly reinforced by Breen's metaphor (1985: 1429) of classrooms as *coral gardens*, places with a culture of their own, where participants engage in a twofold operation, as it were: on the one hand, the inter-subjective construction of meaningfulness, and on the other hand a subjective process of interpretation of events.

This perspective of the classroom as a complex microcosm calls for an ethnographic approach to the classroom, which takes into account '...the socio-cognitive experience made available through the meeting of individual and classroom group' (Breen, 1985: 154).

The view of the classroom as a 'joint endeavour' (Breen, 1985: 148) acknowledges the active role of the students in determining, to some extent, the course of events in the classroom: 'There is growing recognition that students influence instruction and its outcomes as much as teachers' (Weinstein, 1985: 332).

This influence takes different forms and operates at different levels. Allwright (1984: 160) suggests the following modes through which students contribute to the management of classroom interaction: *compliance* (doing what you are told), *negotiation* (trying to reach a consensus), and *navigation* (trying to steer events to suit individual needs). The idea that learners are not passive recipients of whatever the teacher chooses to teach is not new, and it is acknowledged that

...learning from teaching is not automatic. It occurs primarily through active and effortful information processing by students who must perceive and interpret teachers' actions for them to influence achievement. (Witrock, 1986: 298)

What is not so widely recognised, though, is the active role learners play in the actual flow of classroom events, be it through their *power of veto* (Allwright, personal communication), or through also Allwright's less drastic *navigation mode*, when they attempt '...to steer a course between, round or over the obstacles that the lesson represents for the participants' (Allwright, 1984:160).

Students' interventions seem to work at different levels, no matter how geared towards learner autonomy and independence the lesson may be. At task level, Breen (1987, 1989) claims that students seem to reinterpret and contextualise any language learning task according to their own purposes, background knowledge, preferred ways of working, conceptualisation of the language learning process, and the particular social context of the classroom where the task takes place.

Another useful insight into the language classroom seems to be Allwright's suggestion (1989) that quite often there is a conflict between the social and pedagogical (taken here as a synonym of 'academic') factors. That is, the discursual demands of the lesson as a pedagogical event (problems are created so that learning opportunities may occur), may threaten the co-operative nature of the lesson as a social event. More importantly, the argument goes, is that there seems to be a *covert conspiracy* between teacher and students, whereby conflicts

... seem typically to be resolved in a way that succeeds in minimizing social strain but only at the expense of a pedagogically satisfactory outcome.

(1989: 10).

This line of investigation in classroom language research that looks at the social dynamics of language classrooms has been particularly illuminating in itself (Allwright 1989, Breen 1985, Prabhu, 1992). But this more complex view of classrooms as both pedagogic **and** social encounters that are co-produced by the participants leads inevitably to a re-evaluation of the respective roles of teacher and learners, with the concomitant need to explore new ways of planning and managing lessons that may account for this allimportant dimension.

Given all this, it seems that, by ignoring the social dimension of the classroom, we may be neglecting an important source of information and debate on an issue that must surely have a strong bearing on learners' attitudes towards the teacher, their colleagues, the materials, the activities, and ultimately the discipline itself.

2.3 The principles of Exploratory Practice

Among recent attempts at narrowing the rift between teaching and research, I would like to refer to Exploratory Practice (EP), Allwright's framework for teacher development and education (Allwright, 1992, 1993, 1999b, 2003; Allwright & Bailey, 1991). Exploratory Practice has been mostly developed at Lancaster University, where a research centre is run by Dick Allwright, Judith Hanks, Inés Miller, and Morag Samson. An EP approach has also been carried out in different teacher development and education projects in Turkey (Özdeniz, 1996), Britain, (O'Brian *et al.*, 2000) and especially in Brazil (*inter alia*, Allwright & Lenzen, 1997; Miller & Bannell, 1998).

More recently, EP has also gained considerable *momentum* by the *Language Teaching Research Journal*, which dedicated a whole issue to articles written by researchers and practitioners who have developed projects along EP lines. A group of EP practitioners, led by Inés Miller and Isabel Cunha, from the Catholic University of Rio de Janeiro, held a one-day workshop at ISCAP in January 2004. This session, attended by both language and communication studies teachers, bodes well for the development of a collaborative stance between our two institutions.

At the core of EP lies its proposal for the integration of teaching, learning, and research in a way that is relevant to all classroom participants. The fact that teachers and learners pursue their own research agendas while conducting their normal classroom activities is a key feature in this proposal, as it advocates

...the deliberate exploitation of standard classroom language learning and teaching activities as the means for collecting data on what happens in the classroom, preferably making at the same time a direct contribution to the learning, and certainly without lessening in any way the value of lessons as language learning lessons. (Allwright, 1999b: 6)

More pertinent to the discussion at hand is the fact that this approach entails a novel view of both research and teaching, and an inversion of the traditional relationship between research and teaching, on the one hand, and teachers and learners, on the other.

In fact, it constitutes a sustainable way of doing research *through* teaching and learning, rather than *on* teaching and learning. The issue of relevance is thus satisfactorily addressed - teachers and learners become

the *initiators* rather than the *subjects* of the research process, as they make use of the opportunities provided by the language classroom to deepen their understanding about their personal puzzles about teaching and learning. Besides, the emphasis placed by an Exploratory Practice perspective on trying to *understand* the classroom before trying to implement *change* makes it a considerably less threatening proposal to both teachers' and learners' senses of plausibility. Finally, the investigative stance proposed, which takes up class time 'but promote[s] language development rather than get[ting] in its way' (Allwright, 1999a: 16), allows for the active involvement of the learners - whose voice, I would like to argue, is heard the least in traditional classroom research, let alone in the classroom itself.

It is important to mention that Exploratory Practice does not aspire to become a new research or teaching *method*, in the traditional sense of the word. Rather, it purports to offer a sustainable way for teachers and learners of understanding their classes better.

This approach is deceptively low-key, since it has as its ultimate goal the promotion of 'quality of life' for all classroom participants (Allwright, 2003). It is also a very empowering notion, since it advocates total freedom for the participants to set and pursue their own agendas and concomitant research tools. I present next the main premisses of this approach to practitioner research, which, true to its organic nature, has been evolving along the years:

EXPLORATORY PRACTICE IN SEVEN PRINCIPLES, AND ONE PIECE OF PRACTICAL ADVICE.

Principle 1: put 'quality of life' first.

Principle 2: work primarily to understand language classroom life.

NB: integrating the work for understanding into classroom practice is usually the best way, we find, to approach the above two principles within the framework set by the remaining five.

Principle 3: involve everybody.

Principle 4: work to bring people together.

Principle 5: work also for mutual development.

Principle 6: do not let the work lead to "burn out".

Principle 7: make the work a continuous enterprise.

Dick Allwright,

Lancaster, November 2003.

To conclude, I would like to suggest that an Exploratory Practice approach to the issue of learners' beliefs and learner heterogeneity in the language classroom seems particularly appropriate, since it allows teachers **and** learners to explore their diverse intentions and interpretations while going about their everyday business of teaching and learning a foreign language. As Breen has pointed out, That this 'meeting point' can also be used as a forum for teachers and learners to reflect upon their views and perceptions in a personally and pedagogically meaningful way seems to be a very promising investigative and professional conjecture.

3. A LEAP OF FAITH: FROM RESEARCH TO THE CLASSROOM

The classroom materials presented in this paper had at their starting point the data I gathered at ISCAP in 1995-96. Those are fully presented, described and analysed in the PhD dissertation I submitted at Lancaster University in 2001 (Pinto da Silva, 2001). My role as an observer and interviewer at a school where I had been a teacher for a considerable number of years provided me with a wealth of insights that opened up unsuspected lines of reflection and led, inevitably, to a re-evaluation of my teaching practice.

With the benefit of hindsight, I can say that the information gleaned from the learner interviews was especially fruitful. Indeed, the volunteer learners I had a chance to talk to about their English classes were able to articulate an astounding range of complex opinions, views, and beliefs about lessons, tasks, and the teaching/learning process. The strictly theoretical issues raised by the learner data were immediately obvious, especially the deceptively simple conclusion that learners do perceive classroom differently and that these individual perceptions may impinge considerably on their learning process. More to the point here, my raised awareness of the importance of learner heterogeneity and individuality and, not least, of learners' capacity to fully articulate their opinions and beliefs, has also had far-reaching consequences upon my

professional practice. However, I would like to point out that epiphanies are historically few and far between, and this

research endeavour proved to be no exception: a new teacher was not born. Rather, it helped me deepen my understanding of what had been so far scattered pieces of information amassed throughout my previous teaching experience, and whetted my appetite for pursuing the issue of learners' perceptions further.

3.1 Working *in* and *on* groups

Therefore, I decided that it would be worthwhile to use learner statements as a starting point for a classroom activity. The idea was to devise a questionnaire, followed by a group activity, that would require students to reflect and discuss the issue of working with their colleagues in the course of a language classroom. One of the drawbacks of educational research, and indeed research in general, is that we tend to impose our own preoccupations on 'informants' (the name alone is quite telling). On the contrary, here I had the opportunity to use learner-generated opinions that would hopefully resonate with their peers. I hasten to add that I included a parameter that belies this principle, more precisely number 11 (*It's easier for the teacher: he/she doesn't do much while we work*). This was obviously a fishing expedition on my part, since it tried to gather information on how exactly learners view the teacher's role while the groups are working. I confess that quite often I have doubts about how much to intervene during the task, so any input from my learners would be welcome.

3.2 The materials

The class handout is presented below. The questionnaire was used in two thirdyear LSS Course classes in 2002/2003.

Working in groups

How do you feel about working in groups in your English classes? Do you agree or disagree with the following? Tick the answer that suits you best:

QUESTIONS Agree Disagree Depends

1. I like being able to discuss ideas with my colleagues.
2. I think it's a waste of time.
3. I hardly ever speak in English when I work in a group.
4. I always try to speak in English when I work in a group.
5. It's nice to be able to make mistakes without the teacher correcting me all the time.
6. I hate making mistakes and I want to be corrected when I do.
7. Working in groups allows me to know my colleagues better.
8. I feel more comfortable speaking in a small group than in front of the whole class.
9. I prefer to be able to choose the colleagues I work with.
10. It's hard work for students.
11. It's easy for the teacher: he/she doesn't do much while we work.
12. I learn mistakes from my colleagues.
- 13.
- 14.
- 15.

Now get into groups and compare your answers. Negotiate a **statement** about working in groups, taking on board all the different points of view from the different members of the group. Then select a spokesperson to present your group statement to the class.

Good morning.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

3.3 The classes

As we can see, this activity was divided into two parts. First of all, students were asked to answer the questions individually, by ticking their opinions in the appropriate column. Then, they were asked to join a group and write a group statement that would encompass the different views on group work. This in turn would be presented to the whole class by a spokesperson. During the instructional phase, I was asked by a student if they had to write down their differences, or only those points everybody agreed upon. Otherwise, the task did not raise many questions, and students seemed to take the topic in their stride. I should add here that, in both classes, this activity was held in the second semester, when there was already a well-established relationship between students and myself. Therefore, one may speculate that this has helped pre-empt any visible reactions to the unfamiliarity of the topic, which was not part of the syllabus. More worryingly, it may well be the case that students were quite accommodating because that is what has been expected of them throughout their school life, but any discussion of this somewhat provocative hypothesis is well beyond the scope of this paper. The activity was wrapped up by a plenary discussion, where students had the opportunity to voice their opinions in more detail, and which they did in all classes with commendable candour.

3.4 Group statements

Next I present a selection of excerpts from the texts produced by the five different groups. I selected some of the statements that were both the object of further comments during the classroom discussion or that I find particularly interesting, and which I will then comment briefly.

STATEMENTS ABOUT GROUP WORK - 2002/2003

...working in groups improves our communication skills without too much stress.

... we all agree that it is good to be corrected when we make mistakes, but not all the time. Making mistakes is actually the only way of learning a language.

Group work is not so easy as it seems because matching ideas is very complicated.

Sometimes it is really embarrassing to be corrected in public. However, it gives us a chance to improve our English. Therefore, sometimes we feel that when working in groups we don't have enough feedback from the teacher. On the other hand, we feel more at ease when working in a small group, because it is less face threatening. (...) A student's life isn't always easy, but we also know that being a teacher isn't easy either. In spite of being in opposite sides of the fence, teacher and students alike have to work hard in order to make group work succeed.

Although it is easier to speak in small groups, we feel we miss the opportunity to be corrected by the teacher. We think that working in groups is a very demanding task, because we must be able to deal with several different and sometimes inflexible opinions.

3.5 Emerging topics

What follows does not aspire to be an exhaustive analysis of the statements, given the limitations of this paper. Nor can I presume to be able to generalise the expressed opinions to other learners or teaching/learning situations. That would actually defeat the whole purpose of the activity, which was precisely to bring to the fore the beliefs and assumptions of **those** particular students.

The notion that working in groups diminishes the potential for face-threatening situations was mentioned by most groups. It brings to mind Smith's assertion that language learning can be an 'intellectually humiliating business' (1980: 211), and the dangers of a lesson becoming an exercise in public humiliation were also touched upon, not only in the texts, but also during the plenary discussion that followed. However, these students did equate the issue of addressing a large audience with the question of missing out on being corrected by teacher. This bears witness to the complexity conveyed by these statements, and of how sophisticated their view of the different aspects of life in the classroom is. Indeed, these students seem to be well aware that there is a close, albeit often conflicting, relationship between the social and the cognitive

dimensions of the classroom. This proved to be a cruel reminder of how often I tend to ignore this complex relationship, by focusing too much on the strictly managerial and cognitive implications of the lessons I plan. The issue of teacher correction was hotly debated, and there was no unanimity about how, when or how often the teacher should correct the students. This lack of consensus should not surprise us - researchers have found that we teachers are notoriously inconsistent in our corrections (Allwright, 1980). Particularly striking here was the repeated assertion that group work diminishes the opportunities for being corrected by the teacher, a situation put forward as a disadvantage of this particular task format. Even here, though, some of the groups showed remarkable acumen, by stressing that it may not be a clear-cut question: *...we all agree that it is good to be corrected when we make mistakes, but not all the time*. When I introduced the dichotomy *fluency vs. accuracy* at some point during the discussion, the distinction seemed to strike a chord, but opinions did remain divided. In one class, when I asked why I should correct every single mistake, one of the students replied with a final, 'Because you're the teacher!', which provoked laughter and quite a few nods from her colleagues.

As we can see, these students reveal well-established habits and views about learning a foreign language. Indeed, most of them seem to have firm ideas about what to learn, how to learn it, and when to learn it. This alone is hardly surprising, since these learners are in their third year of higher education and learned two or three foreign languages for most of their secondary education. Therefore, all of them are seasoned foreign language students, and have chosen to attend a course that will enable them to become bilingual secretaries or translators, which denotes an interest in foreign languages.

More important, though, were the perceived differences in personal learning styles and preferences that surfaced, in spite of the fact that a group statement had to be negotiated. Cunha *et al.* (1997), while conducting learner interviews, detected traces of beliefs and assumptions that have been widely vented in the field of foreign language pedagogy in general and EFL in particular by different approaches. These tenets seem to have become part of a common sense, uncritical, and at times inconsistent view of what is important in learning a foreign language. And if research quite often bears witness to the need felt by (or imposed on) teachers to pay lip service to what is seen as the new fashions in language teaching, it should not surprise us that these new trends find their way into the teaching materials and, ultimately, into learners' beliefs and aspirations.

In retrospect, some of the group statements can actually be seen in this light, including the importance attributed to spoken practice or the role of the teacher as corrector of mistakes, which can be easily traced back to different methodological trends in foreign language learning. More to the point, this apparent endorsement of widely disseminated beliefs were complemented by others which are more difficult to trace back to any received wisdom, namely that group work allows for *a better and closer relationship* between teacher and learners, or that this format makes it easier for the teacher to monitor the students' work.

4. BEYOND THE LESSON

At this stage, I would like to reiterate earlier statements that the classroom activity presented does not aspire to be an example of a new method. Rather, in the line of the principles of Exploratory Practice, its aim is to bring forward underlying preoccupations of the participants while they go about the normal business of learning a language.

Also, it is not my intention here to promote the advantages of group work, or of any specific task format, come to that. The topic of group work is in fact quite accidental. As mentioned before, it just happened that a lot of the data collected for my PhD dissertation touched upon an organisational aspect of the classroom that has intrigued me throughout my teaching practice. I have always had mixed feelings about group work, and in fact I have changed the way I manage this type of task along the years. The question here is that I had never thought of actually asking the students about this issue, or of devising a task that would hopefully help them articulate their views.

Nor can I make claims about the usefulness of this task for the students, or even about what they learned. In my defence, the latter would be unattainable anyway, since it seems very difficult to establish a clear-cut relationship between types of tasks and learning (Dreeben, 1973; Prabhu, 1995; Slimani, 1987), not least because different people learn in different ways. Besides, language learning materials tend to have a life of

their own, given the interactive nature of the classroom encounter. Therefore, it should not be too controversial to postulate that materials are, at most, declarations of intentions, rather than scripts that will determine what actually takes place in the classroom. In this sense, the materials presented and the tasks they promote yielded different observable results with the two different classes where they were used.

Having said that, I am fully aware that there is here a question of degree, in that the very nature of the materials, the type of tasks they propose, and the roles they impinge on the participants, among many other factors, may influence the extent to which classroom events can be predicted. Crucially, though, they cannot possibly predict who learns what, a truism that most of us (and, sadly, I have to include myself in this group), tend to ignore. At best, materials will help teacher and learners *manage* whatever learning takes place; from a strictly language acquisition point of view, though, it may well be impossible to pinpoint exactly what the purpose of each activity is. As Prabhu remarks,

It is (...) difficult to establish any one-to-one correspondence, on rational or commonsensical grounds, between specific types of classroom activity and specific concepts of what learning they promote. (1995: 61).

Another important issue concerns the social aspect of the classroom. I referred above to how much researchers and teachers alike tend to ignore the social dimension of the classroom encounter. I am not an exception to the rule - my own preoccupations as far as group work is concerned tend to focus on managerial and cognitive aspects. Not that these are small matters, but I find my decision-making process tends to address questions such as, *Can these tables be moved? Will it take too long if I ask them to work in groups? Will they digress? Will they speak in English?.* In hindsight, there seems to be a whole repertoire of questions worth asking, which may be, incidentally, of more immediate interest to my students: *How much should I intervene during group work? When and how and how much should I correct my students? Do they feel that the negotiation side of this particular task is hampering their learning? Do these students feel comfortable working together?.* The list is endless, and highly subjective; above all, asking these new questions may help shift the onus of many classroom decisions onto the learners themselves, not only as individuals, but as co-producers of and full-fledged participants in the classroom. What I can undoubtedly claim is that this activity has helped me know my students better and has even provided me with new insights about this particular task format. The main objective of these specific materials is to bring forward learners' opinions and beliefs about a particular task format - in this case, group work. Seen in this light, they were very successful, in that they made room for a lively discussion, in English, about what is entailed in working in groups and how differently individual students react to and feel about this type of activity. To conclude, the ideas presented here should be 'judged by their explanatory power or their capacity to inspire the work of others' (Wolcott, 1990: 39). Or, as Allwright puts it, 'Think globally, act locally, think locally' (2003: 115). The way I see it, one may find one's inspiration in research and glean powerful insights from other people's reflections. But our own teaching practice is ultimately the most fertile and fascinating source of observation, reflection, action, and collaboration.

References

- ALLWRIGHT, D. 1980. 'Turns, topics, and tasks: patterns of participation in language learning and teaching'. In Larsen-Freemant, D. E. (ed.), *Discourse Analysis in Second Language Research*. Rowley, MA: Newbury House. 165-187.
- ALLWRIGHT, D. 1982. 'Perceiving and pursuing learners' needs'. In Geddes, M. and Sturtridge, G. (eds.), *Individualisation*. London: English Modern Publications. 24-31.
- ALLWRIGHT, D. 1984. 'The importance of interaction in classroom language learning'. *Applied Linguistics*, 5/2. 156-171.
- ALLWRIGHT, D. 1989. 'Interaction in the language classroom: social problems and pedagogic possibilities'. Paper presented at Les Etats Generaux des Langues. Paris, April 1989.
- ALLWRIGHT, D. 1992. 'Exploratory teaching: bringing research and pedagogy together in the language classroom'. *Revue de Phonétique Appliquée*, Université de Mon S. Hainaut, 103-104: 101-117.
- ALLWRIGHT, D. 1993. 'Integrating 'research' and 'pedagogy': appropriate criteria and practical possibilities'. In Edge, J. and Richards, K. (eds.), *Teachers Develop Teachers Research*. Oxford: Heinemann. 125-135.
- ALLWRIGHT, D. 1999a. 'Putting learning on the classroom agenda: a case for learner-based exploratory practice'. Unpublished paper delivered at the *National Congress on English*, Conferentiecentrum Woudschoten, Zeist, The Netherlands.

- ALLWRIGHT, D. 1999b. 'Three major processes of teacher development and the appropriate design criteria for developing and using them'. Invited plenary paper presented at the 'Research and Practice: Voices from the field' teacher education conference, Minneapolis.
- ALLWRIGHT, D. 2003. 'Exploratory Practice: rethinking practitioner research in language teaching'. *Language Teaching Research*, 7/2. 113-141.
- ALLWRIGHT, D. and Bailey, K. M. 1991. *Focus on the Language Learner*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ALLWRIGHT, D. and Lenzuen, R. 1997. 'Exploratory practice: work at the Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, Brazil'. *Language Teaching Research*, 1/1. 73-79.
- BREEN, M. 1985. 'The social context for language learning - a neglected situation?'. *Studies in Second Language Acquisition*, 7/2. 135-158.
- BREEN, M. 1987. 'Learner contributions to task design'. In Candlin, C. and Murphy, D. (eds.), *Language Learning Tasks*. Lancaster Practical Papers in English Education, 7. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall International. 23-46.
- BREEN, M. 1989. 'The evaluation cycle for language learning tasks'. In Johnson, R. K. (ed.), *The Second Language Curriculum*. Cambridge: CUP. 187-205.
- CLARK, C. and Yinger, R. J. 1987. 'Teacher planning'. In Calderhead, J. (ed.), *Exploring Teachers' Thinking*. London: Cassell. 84-103.
- CUNHA, M. I., Martins, M. and Miller, I. 1997. 'Building on learners' self-initiated suggestions to enhance fluency'. Proceedings of the XIII ENPULI (Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa), Rio de Janeiro: PUC-Rio. 287-301.
- DEESCORCIA, B. A. 1985. 'ESP and beyond: a quest for relevance'. In Quirk, R. and Widdowson, H. G. (eds.), *English in the World*. Cambridge: Cambridge University Press. 228-237.
- DREEBEN, R. 1973. 'The school as workplace'. In Travers, R. M. W. (ed.), *Second Handbook of Research on Teaching*. Chicago: Rand McNally. 451-473.
- HUTCHINSON, T. and Waters, A. 1987. *English for Specific Purposes - a learning-centred approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILLER, I. and Bannell, R. 1998. 'Teacher education, understanding and exploratory practice'. *IATEFL Teacher Training SIG Newsletter*, 22. 20-27.
- ÖZDENİZ, D. 1996. 'Introducing innovations into your teaching: innovation and exploratory teaching'. In Willis, J. and Willis, D. (eds.), *Challenge and Change in Language Teaching*. Oxford: Heinemann. 110-125.
- PILBEAM, A. 1987. 'Can published materials be widely used for ESP Courses?'. In Sheldon, L. E. (ed.), *ELT Document 126: ELT Textbooks and Materials: Problems in Evaluation and Development*. Modern English Publications with the British Council. 119-123.
- PINTO DA SILVA, C. 1990. *Inglês para Fins Específicos: A Problemática do Curso Superior Aduaneiro*. Unpublished MA dissertation. Aveiro: Universidade de Aveiro, Portugal.
- PINTO DA SILVA, C. 1993. 'ESP: back to methodology'. *English Teaching Forum*, 31/2. 40-41.
- PINTO DA SILVA, C. 2001. *Intentions and Interpretations in the Language Classroom: A Case Study of ELT in a Portuguese Polytechnic*. Unpublished doctoral dissertation. Department of Linguistics and Modern English Language, Lancaster: Lancaster University.
- PRABHU, N. S. 1987. 'Language education: equipping or enabling?'. In Das, B. K. (ed.), *Language Education in Human Resource Development*. Anthology Series 20. Singapore: SEAMEO Regional Language Centre. 190-201.
- PRABHU, N. S. 1992. 'The dynamics of the language lesson'. *TESOL Quarterly*, 26/2. 225-241.
- PRABHU, N. S. 1995. 'Concept and conduct in language pedagogy'. In Cook, G. and Seidlhofer, B. (eds.), *Principle and Practice in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press. 57-71.
- ROBINSON, P. 1980. *ESP (English for Specific Purposes)*. Oxford: Pergamon Press.
- ROBINSON, P. 1991. *ESP Today: A Practitioner's Guide*. New York: Prentice Hall.
- SLIMANI, A. 1987. *The Teaching/Learning Relationship: Learning Opportunities and Learning Outcomes. An Algerian Case Study*. Unpublished Doctoral Dissertation. Department of Linguistics and modern English Language, Lancaster: Lancaster University.
- SLOBIN, D. I. 1979 (2nd ed.). *Psycholinguistics*. Glenview, Ill.: Scott, Foresman and Co.
- SMITH, M. A. 1980. 'Common sense and ESP: an industrial language training project'. *ELT Documents Special: Project in Materials Design*. The British Council. 207-221.
- SWALES, J. 1984. 'Thoughts on, in, and outside the ESP classroom'. In James, G. (ed.), *The ESP Classroom*. Exeter: Exeter Linguistic Studies. 7-16.
- WATERS, A. 1987. 'Participatory Course Evaluation in ESP'. *English for Specific Purposes*, 6/1. 3-12.
- WEINSTEIN, R. S. 1985. 'Student mediation of classroom expectancy effects'. In Dusek, J., Hall, V. and Meyer, W. (eds.), *Teacher Expectations*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. 329-350.

- WITTROCK, M. C. 1986. 'Students' thought processes'. In Wittrock, M. (ed.), *Handbook of Research on Teaching* (3rd ed.). New York: Macmillan. 297-314.
- WOLCOTT, H. F. 1990. 'On seeking - and rejecting - validity in qualitative research'. In Eisner, E. W. and Peshkin, A. (eds.), *Qualitative Inquiry in Education - The Continuing Debate*. New York: Teachers College Press. 121-152.
- WOODS, D. 1996. *Teacher Cognition in Language Teaching - Beliefs, decision-making and classroom practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

CONSTRUÇÕES DE FOCALIZAÇÃO NA IMPRENSA INGLESA

Dalila Lopes

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

cc-iscap@iscap.ipp.pt

Sinopse

Este artigo consiste na análise do uso de construções de focalização na imprensa inglesa, utilizando como *corpus* a edição de 9 de Março de 2005 do jornal britânico *The Guardian, International Edition*. As construções de focalização aqui tratadas são basicamente as catalogadas por Erdmann (1990) e Tschida (1995). Todas as ocorrências tiradas do citado *corpus* são devidamente co-textualizadas, e comentadas em termos de sintaxe de frase e de texto.

Palavras-chave: Sintaxe de Texto; Focalização; Topicalização; Clivagem; Imprensa.

Introdução

As construções de focalização têm como função topicalizar determinados elementos do texto ou da frase. Em termos de sintaxe de texto, as principais construções de focalização encontram-se nos títulos e subtítulos e ainda em construções que topicalizam determinados constituintes de frases que retomam tópicos de parágrafos precedentes. Em termos de pura sintaxe de frase, as construções de focalização permitem topicalizar constituintes da frase. Para tal, há basicamente três processos: a codificação do elemento a focalizar como sujeito da frase, a deslocação para a esquerda da frase do elemento a topicalizar e transformações da frase matriz que permitam dar enfoque especial ao constituinte a topicalizar. Nestas últimas contam-se as ‘construções de apresentação’, com destaque para as construções de clivagem. Numa análise de um *corpus* oral, haveria ainda a considerar padrões de entoação, que constituem também meios de focalização. Porém, como a presente análise se restringe a texto escrito, as questões de entoação como factor de focalização não serão abordadas.

A análise aqui apresentada tem como *corpus* a edição de 9 de Março de 2005 do *The Guardian, International Edition* (G), incluindo o suplemento G2 (G2).

Focalização nos Títulos

Os títulos da imprensa têm como função informar o leitor sobre o tópico do texto e atrair a sua atenção. Por razões de espaço, entre outras, devem ser o mais sintéticos possível; no entanto, dado ser necessário simultaneamente informar e atrair a atenção do leitor, raramente se consegue obter na imprensa títulos muito curtos, ao contrário do que acontece muito frequentemente com os títulos de textos de ficção. Assim (e ao contrário do que se verifica na ficção), são raros os títulos da imprensa constituídos por um sintagma nominal (SN), e, nas escassas ocorrências de títulos de imprensa constituídos por um SN, este é praticamente sempre seguido de um subtítulo com a estrutura de frase (F).

(1) *New life* / ‘*It is almost like being a totally different person*’ (G:3)

Contraoando-se a estes raros títulos constituídos por SN seguido de subtítulo com a estrutura de F, a maior parte das ocorrências é, de facto, de títulos com a estrutura de F, como, por exemplo,

(2) *Schools in healthy eating programmes do better in national tests* (G:3)

abundando títulos com a estrutura de F nas chamadas ‘formas economizantes’¹, i.e., aquelas em que se suprime o verbo de cópula:

(3) *Clarke ready to back down on terror bill* (G:1)

ou

¹ Polenz (1970: 251 e ss.)

(4) *Robinson angry over cup delay* (G:24)

Codificação do Tópico como Sujeito

Em línguas em que predomine a seriação sujeito+verbo+objecto (SVO), como é o caso do inglês, o sujeito, pelo facto de vir à cabeça da frase, é normalmente considerado como o tópico, entendendo-se por tópico, e em termos muito simples ‘aquilo de que se fala’. Mas, se o sujeito-agente de uma frase matriz não for o constituinte que se pretende topicalizar, mas antes, por exemplo, o objecto-paciente da acção desencadeada pelo sujeito, pode topicalizar-se o objecto-paciente por meio da passivização, como em (5)

(5) *The (entirely useless) practice of simply sticking a spoon in the neck of a bottle of leftover champagne seems to be the result of a mistake in translation. / **The proper technique was explained to me by a winemaking Frenchwoman.***

(G2:13). Note-se que em (5) a passivização na frase a negrito permite topicalizar o segmento *the proper technique*, que, por sua vez, retoma o conteúdo do parágrafo precedente, constituindo assim simultaneamente uma técnica de sintaxe de frase e de texto. Em termos de sintaxe de texto, trata-se da chamada ‘referência extensiva’². Um outro modo de codificar o tópico como S é através do uso de conversos (como, por exemplo, comprar/vender, dar/ receber, etc.)³. Não se regista nenhuma ocorrência deste tipo no *corpus* aqui em análise.

Deslocação para a Esquerda da Frase

Complementos de vários tipos, como objecto directo ou indirecto e ainda complementos de tempo, causa, lugar ou modo podem ser topicalizados pela sua simples deslocação para a primeira posição em F, sem que se verifiquem quaisquer outras alterações na frase matriz. É assim que em (6) é topicalizado um complementode tempo

(6) *George Bush has nominated him [John Bolton] to be the next US embassado to the United Nations. **During the first Bush administration, Mr Bolton was number three at the state department** [...].* (G: 17)

e em (7) um complemento de lugar (7) *I got changed, then the guards came in again [...]. They covered my eyes and I started to adjust to temporary blindness. [...] ‘Keep quiet. They are going to come and look for you now [...] in 10 minutes’. [...] I had just started counting in my head when I heard a friendly voice: ‘Giuliana, Giuliana, I’m Nicola, don’t worry. [...] Relax, you’re free.’ / **In the car, Nicola Calipari talked and talked** [...].* (G2: 6)

Tanto em (6) como em (7), a topicalização respectivamente dos complementos de tempo e lugar marca a contrastividade entre situações anteriores e as situações agora descritas. Também nestes dois exemplos, tal como em (5), técnicas de topicalização a nível de sintaxe de frase constituem simultaneamente técnicas de sintaxe de texto, promovendo a coesão textual, nos dois últimos exemplos por contraste.

Construções de Apresentação

Construções de apresentação⁴ resultam de transformações de uma frase matriz que permitam dar enfoque especial ao elemento a topicalizar. Entre as construções de apresentação contam-se aquelas em que se faz uma asserção explícita de existência, como em (8)

(8) *Capital Radio is considering swapping Century, its station in the east Midlands, instead of selling it now that it has cleared the final hurdle in its £711m merger with GWR. / [...] / **There has been a lot of interest in***

Century, although we haven’t marketed it as we were waiting for the OFT to reach its final decision. (G:14) onde se topicaliza o elemento ‘interest in Century’, que assim passa a constituir não só o tópico da frase, como também de todo o parágrafo.

Um outro tipo de construções de apresentação consiste não na asserção explícita da existência do elemento a topicalizar, mas na sua introdução à cabeça da frase por meio de sequências como ‘as for + [TÓPICO] +F’, tal como em (9)

(9) *As for ITV, it simply left with a decidedly un-strategic 10% stake in a top*

club [...] (G:13) sendo o elemento assim topicalizado retomado seguidamente em F por meio de pronome pessoal (neste caso, 'it'). Este tipo de focalização marca contrastividade com tópicos de parágrafos anteriores, pelo que, mais uma vez, o processo utilizado entra simultaneamente no domínio da sintaxe de frase e da sintaxe de texto.

Dentro das construções de apresentação contam-se também, para além das construções já referidas, as construções de clivagem, tratadas no ponto seguinte.

Construções de Clivagem

Construções de clivagem são aquelas em que se opera uma cisão da frase matriz em duas frases, dando assim destaque ao elemento a topicalizar.

Dentro das construções de clivagem contam-se as chamadas 'it-clefts', como em (10) *Originally designed at German and French insistence to ensure fiscal rectitude within the eurozone, **it is those two core European economies that have broken the pact's deficit limit for the past three years*** [...] (G:13) onde a clivada a negrito resulta da cisão em duas frases da frase matriz *those two core European economies have broken the pact's deficit limit for the past three years*.

Para além destas, as típicas 'cleft sentences', há também as chamadas 'pseudo-cleft sentences' ou 'wh-clefts', como em (11) ***What we have today is a superpower unrealistically aspiring to a permanent world supermacy*** [...] (G:15)

Este tipo de clivadas pode também ocorrer de forma invertida, nas chamadas 'inverted wh-clefts' ou 'marked wh-clefts', o que resultaria, no exemplo (11) em *A superpower is what we have today (...)*.

Um terceiro tipo de construções de clivagem são as chamadas 'all-sentences', tal como em (12)

(12) *'We are undervalued. We get no credit for running this business well for nine years, for making £33m profit and having £52m in the bank. **All we get is everyone slugging us off.***' (G:12) em que a frase matriz subjacente à clivada a negrito seria *everyone is slugging us off*.

Um último tipo de construções de clivagem, a que poderíamos chamar clivadas com frase de cópula generalizantes, pode ser exemplificado por (13)

(13) ***One of Wright's last films was Francis Coppola's The Rainmaker (1997), in which she [Teresa Wright] was outstanding as Miss Birdie.*** (G:19) que corresponde à cisão em duas frases da frase matriz *she was outstanding as Miss Birdie in one of her last films, Francis Coppola's The Rainmaker (1997)*.

Ao cindir uma frase matriz em duas, a clivagem funciona regra geral como um processo de enfatização de determinado elemento intra-parágrafo e não tanto interparágrafos, como na quase totalidade dos outros

processos de focalização aqui descritos e exemplificados.

Notas Finais

As construções de focalização aqui tratadas revelam-se como processos de focalização / topicalização / enfatização a nível de sintaxe de texto, de parágrafo(s) e de frase. O texto jornalístico, pelas suas características, constitui um terreno fértil para a análise destas construções. Por isso, e a partir desta pequena amostra com um *corpus* muito limitado, é de recomendar um trabalho mais vasto nesta área, não se limitando necessariamente apenas à imprensa inglesa, mas abrangendo também o estudo de construções de focalização na imprensa envolvendo outras línguas. Aliás, alguns trabalhos contrastivos, como o de Erdmann (1990) e Lopes (2001) que não têm como *corpus* de análise textos jornalísticos, parecem apontar para diferenças na frequência de uso dos diversos tipos de construções de focalização em diferentes línguas.

Quer se opte por trabalhar nesta matéria intra-língua, como no caso vertente, ou interlínguas, como nos estudos acabados de referir, e se opte por um *corpus* constituído por textos jornalísticos quer por ou outros, convém frisar que as construções de focalização são apenas um elemento de sintaxe de texto. Para um trabalho mais abrangente de sintaxe de texto há que conjugar a matéria aqui abordada com o

estudo dos tipos de retoma, dos conectores e da articulação tema-remática ou dos vários tipos de progressão temática presentes no *corpus* em análise.

Bibliografia

CASTELEIRO, João Malaca (1976/1979), 'Sintaxe e semântica das construções enfáticas com *é que*', in *Boletim de Filologia*, Tomo XXV, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Pp. 97-166.

ERDMANN, Peter (1990), 'Fokuskonstruktionen im Deutschen und Englischen', in Gnutzmann, Claus (ed.) (1990), *Kontrastive Linguistik* (= forum Angewandte Linguistik, Band 19), Frankfurt am Main: Peter Lang. Pp.69-83.

GIVÓN, T. (1983), 'Topic Continuity in Discourse: An Introduction', in GIVÓN, T. (ed.) (1983), *Topic Continuity in Discourse. A Quantitative Cross-Language Study* (= Typological Studies in Language 3), Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. Pp.1-42.

GREENBAUM, Sidney, QUIRK, Randolph (1990), *A Student's Grammar of the English Language*, Essex: Longman.

LOPES, Dalila (2001), *Retoma Pronominal e Nominal em Tradução Alemão-Português. Um Estudo em Linguística de Texto* (diss.), Braga: Universidade do Minho.

LYONS, John (1980), *Semântica I*, Lisboa: Presença.

POLENZ, Peter von (1970), *História da Língua Alemã*, Lisboa: Gulbenkian.

TSCHIDA, Alexander (1995), *Kontinuität und Progression. Entwurf einer Typologie sprachlicher Information am Beispiel des Französischen* (diss.), (= pro lingua Band 25) Wilhelmsfeld: Egert.

D. JUAN DE E.T.A. HOFFMANN E DON GIONVANNI DE LORENZO DA PONTE – ANÁLISE COMPARATIVA E INTERTEXTUAL

Maria Helena Guimarães

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

mop88770@mail.telepac.pt

Sinopse

Através da análise comparativo/intertextual do conto *Don Juan*, de E.T.A.

Hoffmann e do libreto da ópera *Don Giovanni*, de Mozart, da autoria de Lorenzo da Ponte, o objectivo deste artigo foi pôr em relevo a relação intrínseca, presente em muitas das obras de E.T.A. Hoffmann, entre a escrita e a música, explicável pela enorme sensibilidade musical deste autor, a que não só dedicou a sua vida, como também produziu várias obras musicais. Tal como na ópera *Don Giovanni*, de Mozart, a escrita de Hoffmann é dirigida por uma batuta *imaginária*, apresentando o *suspense* próprio dos enigmas, cuja revelação é suspensa por um entreacto – neste caso, uma carta escrita a um amigo, em que nos é apresentada uma reformulação do mito de *Don Juan* – entreacto este que vem prolongar o mistério e nos encaminha para um *finale*, em que a progressão da melodia e a sequência narrativa *se unem* mais uma vez. Por seu turno, na análise puramente intertextual, é feita uma tentativa de estabelecer, de forma clara, os paralelismos existentes com o pré-texto, isto é, com o libreto da autoria de Lorenzo da Ponte, bem como com outros pré-textos presentes no texto de forma mais esbatida, mas cujo peso é, também ele, significativo para a criação do novo mito de *Don Juan*, um homem sempre consciente do absurdo da existência, interpretação esta que abriu caminho para novas abordagens do mito, do herói e da história. Tal como em muitas outras obras, o pós-texto procura, em geral, apropriar-se do texto pressuposto, tentando ultrapassá-lo em *mestria*, o que acontece com este texto de Hoffmann, literária e semanticamente mais rico que o seu pré-texto.

Palavras-chave: Intertextualidade, E.T.A. Hoffmann / Mozart: O Mito, a Palavra e a Música.

1. Introdução

1.1 E.T.A. Hoffmann e a música

As obras de Hoffmann foram grandemente influenciadas pela sua formação musical: “wie nach dem Ausspruch eines geistreichen Physikers Hören ein Sehen von innen ist, so wird dem Musiker das Sehen ein Hören von innen” (Moos, 1976: 10-11).

Muitos, aliás, são aqueles que consideram Hoffmann um antecessor de Schopenhauer, que, na sua obra *Metaphysik der Musik*, afirmava que “der Komponist offenbare das innerste Wesen der Welt und spreche die tiefste Weisheit aus in einer Sprache, die seine der Vernunft nicht verstehe” (*apud* Moos, 1976: 11). De facto, Hoffmann deixa o artista criador transformar-se em magnetizador, que obriga a *Natureza*-sonâmbula a dar uma resposta, acentuando, no entanto, o *querer consciente* do artista.

Em relação à ópera, Hoffmann, que, como veremos adiante, irá mostrar enorme admiração e entusiasmo pela obra *Don Giovanni* de Mozart, perguntava-se muitas vezes “ob vollkommene Einheit des Textes und der Musik überhaupt erreicht werden könne, ohne daß Dichter und Komponist ein und dieselbe Person seien” (Moos, 1976: 21). Hoffmann nunca nos vai dar uma resposta definitiva a esta pergunta. O seu apreço pela ópera do período romântico é deveras grande. O conceito de Romantismo tem, no entanto, de ser considerado num sentido bastante lato, já que ele considerava a música como a mais romântica de todas as artes, na qual imperavam compositores como Beethoven e Mozart. Assim, aquilo que ele afirma na sua novela *Don Juan* encaixa-se menos em conceitos estéticos quanto em juízos de carácter prático e artístico. Não é, pois, por acaso que Hoffmann, um amante da música por excelência, que a ela dedicava as últimas horas do dia, compondo algumas obras como *Faustina* e *Der Renegat*, afirme, referindo-se ao Romantismo, que “nur der Dichter versteht den Dichter; nur ein romantisches

Gemüt kann eingehen in das Romantische." (Hoffmann, 1996: 65). No conto *Der Dichter und der Komponist*, Hoffmann defende os pontos de vista já citados e [...] *in all ihren Momenten zeigt Hoffmanns Erzählung die Konsequenz des Beweiszwangs auf, den die Romantik sich aufgrund ihres transzendentalen Anspruchs auferlegt: Sie erklärt sich selber zum Kronzeugen ihres eigenen Anliegens [...] und hat deshalb – in den verschiedenen Varianten zwar – stets sich zum Gegenstand.* (Wellenberger, 1986: 126).

1.2 O mito de Don Juan

Em minha opinião, não deve a figura de Don Juan, em particular nesta obra, ser considerada, apenas, como símbolo literário, já que as inúmeras variantes desta figura criaram uma trama de mitos que se estendem até aos nossos dias. As questões que se colocam relativamente a esta figura, e às quais Hoffmann vai tentar dar, para a sua época, uma nova interpretação, são inúmeras, se bem que uma questão constante em todas as obras literárias sobre o tema seja o de saber até que ponto Don Juan é capaz ou não de amar ou se o seu objectivo é apenas o de possuir as mulheres que deseja.

Para além de se tratar de um mito, que poderíamos classificar de popular, Don Juan transformou-se, ao longo dos séculos, num símbolo literário, que levou à criação de uma constelação de figuras que têm conduzido à renovação desse próprio mito: basta para tal observar a evolução sofrida por esta personagem ao longo das obras de autores como Tirso de Molina, Molière, Byron, Hoffmann, Baudelaire, Camus, entre outros.

1.3 A história de D. Juan

Kierkegaard foi um dos primeiros a manifestar o seu entusiasmo pela obra *Don Giovanni*: “Mozart is the greatest among classic composers [...] his *Don Juan* deserves the highest place among all the classic works of art.” (*apud* Weinstein, 1959: 52). De facto, a sua posição relativamente ao mito de Don Juan pode ser considerada como intermédia, isto é, entre aquilo que *fora* até aí e aquilo em que *se iria tornar* através das novas interpretações dadas à obra, de que destacamos o conto de Hoffmann *Don Juan*. Don Juan Tenorio aparece pela primeira vez em Espanha, em 1630, em pleno Renascimento espanhol, pela mão de um monge, Gabriel Tellez, que escrevia sob o pseudónimo de Tirso de Molina. A peça recebeu o nome de *El Burlador de Sevilla*, sendo ela, na realidade, a fonte (pré-texto) de todas as obras que se lhe seguiram sob o mesmo tema. Contudo, este Don Juan estava ainda longe de ser um amante irresistível. De facto, ele abandona as suas ‘damas’ em lágrimas, o que, aliás, acontece ainda, em parte, no libreto de Lorenzo da Ponte:

Ana: ¿No hay quien mate este traidor homicida de mi honor? (El Burlador de Sevilla, cena 17, vv. 1572-3)

Já na ópera *Don Giovanni*, Don Juan mata o pai de Dona Ana e tenta seduzir também uma rapariga do campo, Zerlina. Don Juan Tenorio, dominado pela descrença em Deus e na morte, dá-se a si próprio total liberdade de acção, sem sombra de medo, sendo que a cena final entre a estátua do Comendador e Don Juan se mantém, praticamente, inalterada no libreto da ópera *Don Giovanni*. É, ainda, relevante referir que a personagem de Elvira é introduzida, pela primeira vez, na obra *Don Juan*, de Molière (in *Dictionnaire des Personnages*, 1994: 311).

Na obra original, Don Juan é, pois, um homem que se considera invulnerável, sem qualquer interesse por tudo o que lhe é exterior, numa atitude que designaria de narcisista. Don Juan é um homem de acção, em quem a vida interior se encontra praticamente ausente.

Apesar do número elevado de obras, peças de teatro, óperas e operetas com o mito de Don Juan como pano de fundo, é inegável que a ópera de Mozart se vai pautar, sobretudo, pelo texto original de Tirso de Molina e pela peça de teatro de Molière. O romantismo vai atenuar certos traços inumanos de Don Juan, tornando-o mesmo numa figura algo trágica, símbolo de uma busca sem fim e do desespero humano. A estas modificações operadas sobre a figura de Don Juan ao longo dos séculos até aos nossos dias não são alheias as mudanças que a própria sociedade foi sofrendo, em particular no que respeita às atitudes face à religião e ao papel da mulher na vida social.

2. Don Giovanni de Mozart

2.1 Divisão da obra em actos e cenas

A ópera *Don Giovanni o l'empio punito*, que Mozart classificou de '*dramma giocoso*' - o que, em parte, contradiz a exegese trágica que o romantismo, frequentemente, deu a esta obra-prima - é constituída por dois actos.

No primeiro acto, temos um total de vinte e uma cenas, de entre as quais destacamos as cenas iniciais com Dona Ana e a morte de seu pai por Don Giovanni, o encontro com Dona Elvira, as cenas com Zerlina e Masetto, o baile no palácio de Don Giovanni, a que assistem para além de camponeses e camponesas, Dona Ana, Dona Elvira e Don Ottavio, que aí chegam mascarados. O acto termina no palácio. Trovões e raios parecem ameaçar Don Giovanni, que exclama, na cena 21^a "Minacciando, o Dio, mi va."

O segundo acto é constituído por vinte cenas, de que destacamos a cena em que Leporello e Don Giovanni trocam de 'papéis', enganando Dona Elvira, Masetto e os camponeses, acabando Leporello por ser reconhecido e apanhado por Zerlina e Masetto, e, por fim, a cena no cemitério entre Don Giovanni e a estátua do Comendador, símbolo, em meu entender, da fatalidade.

2.2 Alguns aspectos musicais relevantes

Ao contrário de uma interpretação trágica desta obra, é possível verificar que grande número das suas árias são suaves ou, então, irónicas, como quando, já quase no fim do segundo acto, Don Giovanni convida a Estátua do Comendador para jantar, para já não mencionar a "bravoure scintillante, comme à l'acte premier dans *l'air du champagne*: 'Finch'han dal vino', ce qui semble préparer assez mal à l'atmosphère de Jugement dernier qui est celle de la scène finale." (in *Dictionnaire des Personnages*, 1994: 316), o que, de certa forma reforça a justeza da posição de Umberto Eco, quando afirma que "[...] the past is unavoidable, but can only be represented and reemployed in a non-innocent, ironic, parodic fashion." (*apud* Allen, 2000: 195).

Aquilo que melhor sugere o destino trágico de Don Giovanni é o elemento orquestral: o antagonismo musical com o Comendador, o contraste na *ouverture* entre *allegro assai*, com que são sublinhadas a paixão insaciável de Don Giovanni e os acordes sombrios em *ré menor* do *andante* a que se liga o *allegro*. Em particular, é, aqui, de salientar toda a última cena, em que a força demoníaca atinge o seu ponto culminante, quando, às harmonias implacáveis da Estátua, Don Giovanni responde apenas com uma frase cortante, símbolo da sua fidelidade a si mesmo, o que acaba por ser símbolo também da sua grandeza. Assim, a sua morte toma a forma de uma apoteose. Poder-se-ia, creio, afirmar que o Don Giovanni de Mozart é um herói que, de algum modo, se encontra acima do bem e do mal.

3. D. Juan de E.T.A. Hoffmann

O espaço do texto (legível) é inteiramente comparável a uma partitura musical (clássica). [...] O que brilha, o que fulgura, o que tonaliza e impressiona, são os semas, as citações culturais e os símbolos, análogos pelo timbre forte e pelo valor de descontinuidade, aos instrumentos de cobre e de percussão. (Barthes, 1970: 29)

3.1 Sequências narrativas do conto

Hoffmann, em subtítulo, designa esta sua obra como "eine fabelhafte Begebenheit, die sich mit einem reisenden Enthusiasten zugetragen" (Hoffmann, 1996: 55).

Quanto ao ritmo da história, pode dizer-se que ele se pauta, por um lado, pela batuta de um maestro imaginário e, por outro lado, pela condensação narrativa própria do romance policial.

Toda a narrativa é feita na primeira pessoa. Dir-se-ia, mesmo, que nos encontramos perante um narrador autodiegético, já que este relata as suas próprias experiências como personagem central da história. Segundo Hoffmann, o narrador é um viajante entusiasta. Se bem que sendo um sujeito com existência apenas textual, projectam-se nele as atitudes culturais, em particular musicais e filosóficas, do próprio autor. Por outro lado, toda a narrativa se dirige a um narratário bem explícito, *Theodor*, que cremos tratar se de Theodor Gottlieb von Hippel, "[...] vielleicht der einzige, dem Hoffmann seine Gedanken rückhaltlos offenbart und sein Herz geöffnet hat [...]" (Wittkop-Ménardeau, 1989: 14). Interessante também referir o diálogo entre o protagonista/narrador e a cantora, em que esta afirma ter representado

um papel na sua ópera mais recente, o que pode ser interpretado como uma menção implícita à produção musical de Hoffmann.

A história pode ser dividida em duas partes principais - sendo a linha divisória entre as duas a carta ao amigo - que, por seu turno, se dividem em várias sequências. A primeira sequência da história termina, em minha opinião, no fim da primeira página, com as palavras "[...] stellen wir in Rechnung." (Hoffmann, 1996: 55). Os sons dos instrumentos, as frases curtas, o diálogo com o criado podem ser considerados outros tantos quadros de referência que permitem a nós, leitores, construir o significado textual. Eivada de uma fina ironia, esta sequência insere o narratário/leitor virtual na ambiência própria do início de um espectáculo.

A segunda sequência estende-se até à entrada em cena de Leporello, D. Juan e Dona Ana, terminando com as palavras "[...] bei dem Mantel den Frevler festhaltend." (Hoffmann, 1996: 56). De notar, o uso da terminologia própria da música e a sua interpretação desta por Hoffmann. Assim, por exemplo, no *andante*, o narrador diz sentir o arrepio "del regno all pianto" (*Ibid.*: 56), enchendo-se a sua alma de horror, enquanto o *allegro* soou como "ein jauchzender Frevel" (*Ibid.*: 56). As comparações e metáforas com base musical são frequentes e têm claramente uma função significativa e cognitiva (cf. Ducrot, 1995: 488).

Mais longa, a terceira sequência termina com as palavras: "[...] im Innern kann sie hervorbringen." (Hoffmann, 1996: 58). Nesta sequência, é clara a importância dada à figura de Dona Ana. Se, para alguns críticos, ela não passa de um símbolo do amor filial, para Hoffmann, Don Juan teria deixado nela uma marca indelével.

Hoffmann faz de Dona Ana uma protagonista importante e descreve a cantora de ópera com enorme arrebatamento. A descrição feita de Don Juan, em que, como no caso de Dona Ana, assistimos à simbiose protagonista/cantor(a), é ela também pródiga em termos da sua caracterização física, reflexo, muitas vezes, de aspectos psicológicos. Por fim, aparece-nos a figura de Leporello, cuja descrição acentua os traços jocosos e irónicos desta personagem. Na sua descrição, Hoffmann parece respeitar o cenário e a entrada em cena das personagens, bem como as indicações musicais que sublinham as características das mesmas. Por último, uma referência à terceira cena, em que é claro o pouco apreço pela figura de Ottavio, descrita em termos breves e irónicos.

A quarta sequência prolonga-se até "[...] den Weg ins Freie." (*Ibid.*: 60), iniciando-se com um curto retrato de Dona Elvira. É aqui que, pela primeira vez, é referida a presença de alguém no camarote, o que, no entanto, não faz em nada abstrair o narrador do espectáculo. O fantástico e o *suspense* estão claramente presentes. De seguida, fazem a sua aparição Zerlina e Masetto, sendo este último classificado de pateta. Os mascarados são também referidos, sendo a sua intervenção classificada como "Gebet" (*Ibid.*: 59). Segue-se uma menção à festa e às peripécias que a envolvem.

Por seu turno, a quinta sequência terminaria com as palavras "ich habe *dich* gesungen, sowie deine Melodien *ich* sind." (*Ibid.*: 61). A aparição 'fantástica' de Dona Ana no camarote do *Entusiasta* é seguida de uma conversa em italiano entre os dois, em que ela expressa o seu amor pela música e em que faz uma referência breve às obras musicais do narrador, referência, contudo, não denotativa ao próprio autor. Na sexta sequência, Dona Ana deixa o camarote, pálida, continuando o delírio onírico do seu *Entusiasta*.

Na sétima sequência, passamos de imediato para o *Finale*, referindo-se o narrador aos acordes terríveis que acompanham a chegada da Estátua e ao grito de Don Juan por entre a tempestade. Dona Ana reaparece totalmente modificada, "eine Totenblässe überzog ihr Gesicht" (*Ibid.*: 63), como predizendo a sua morte.

Com as palavras "des Gewäschtes satt, eilte ich in mein Zimmer" (*Ibid.*: 64), chega-se ao fim da oitava sequência, em que o narrador, enfasiado pela conversa à mesa de jantar, corre a refugiar-se no seu quarto. A sequência seguinte, a mais longa de todas e que termina com as palavras "[...] forse un giorno il cielo ancora sentirà pietà di me!" (*Ibid.*: 70), leva-nos a acompanhar o narrador até ao camarote vazio, onde este escreve a um amigo, Theodor, as suas impressões sobre a ópera e as suas personagens.

Por fim, na décima e última sequência, é de assinalar a referência do narrador ao perfume de Dona Ana (cantora) que lhe parecera sentir, quando eram duas horas da manhã, sendo ele, no dia seguinte, informado que a cantora havia morrido às duas em ponto.

Muitos críticos consideram não conter esta história nada particularmente importante em termos literários (cf. Weinstein, 1959: 67). O mesmo já não acontece com a carta que o *Entusiasta* escreve ao amigo, onde encontramos exposta uma nova interpretação da figura de Don Juan que irá redireccionar este mito.

3.2 Nova interpretação da figura de Don Juan

De forma a melhor compreender a reformulação do mito de Don Juan, creio ser necessário, num primeiro momento, e na esteira da teorização efectuada por Claude Lévi-Strauss, centrar a nossa atenção na definição dos seus mitemas, essas grandes unidades constitutivas do Mito, cuja função significativa depende estritamente do conjunto de relações que entre elas se vão estabelecendo (cf. Lévi-Strauss, 1996: 227/234). No caso do mito de Don Juan, creio ser possível distinguir três mitemas principais: o Inconstante (Don Juan), a Estátua (a morte) e o grupo feminino. Hoffmann vai, na sua análise do mito, levada a cabo na segunda parte do seu conto, dirigir toda a sua atenção para as figuras de Don Juan e Dona Ana e para a relação existente entre ambos.

Para começar, Hoffmann vai fornecer-nos informações sobre Don Juan que "none of his predecessors had supplied in their versions" (Weinstein, 1959: 67): os seus traços fisionómicos - por exemplo, "ein kräftiger, herrlicher Körper" (Hoffmann, 1996: 66) -, a sua educação - "eine Bildung, woraus der Funke hervorstrahlt, der, die Ahnungen des Höchsten entzündend, in die Brust fiel; ein tiefes Gemüt, ein schnell ergreifender Verstand" (*Ibid.* 66) - e, ainda, as razões que teriam contribuído para a modelação do seu *ser*, as quais passariam pelo conflito "der göttlichen und der dämonischen Kräfte" (*Ibid.* 66). Deste modo, Don Juan aparece-nos como uma '*obraprima*' da Natureza que é levada à '*queda*' pelas forças demoníacas.

Também no tocante às razões que levam Don Juan a '*saltitar*' de mulher em mulher, Hoffmann, ao contrário da maioria dos autores que apresentavam razões como a vaidade e o desejo, vai defender um novo ponto de vista: "he is in quest of the ideal woman who will give him paradise on earth" (Weinstein, 1959: 68). Ele é, além disso, um homem '*revoltado*', que se vira contra Deus e os homens: "Jeder Genuß des Weibes, war nun nicht mehr Befriedigung seiner Sinnlichkeit, sondern frevelnder Hohn gegen die Natur und den Schöpfer." (Hoffmann, 1996: 67).

Relativamente à figura de Dona Ana, Hoffmann vai introduzir, também aqui, algo completamente novo: ela é transformada na figura feminina por excelência, apesar de só por três vezes aparecer com Don Giovanni em cena. Segundo o autor, esta sua interpretação basear-se-ia exclusivamente "on suggestions in the music" (Weinstein, 1959: 69). Ele chega mesmo a defender que certas árias dirigidas a Ottavio, se refeririam, de facto, a Don Giovanni (Hoffmann, 1996: 70). Dona Ana, por seu lado, nutriria por Don Giovanni, um amante irresistível, uma forte paixão, o que explicaria a raiva com que ela persegue o assassino de seu pai: "Nur *er*, nur Don Juan konnte den wollüstigen Wahnsinn in ihr entzünden, [...]" (*Ibid.*: 69). Segundo o critic Weinstein "it took three qualities to produce this view which no outside sources can account for: Hoffmann's fantastic imagination, his attitude toward music in general, and his personal situation at the time he wrote *Don Juan*." (Weinstein, 1959: 74)

Apesar do impacto produzido por esta nova interpretação, muitos elementos da história permanecem idênticos à interpretação tradicional: Don Juan continua a ir de mulher em mulher e o Comendador é assassinado. Aquilo que realmente muda é a atitude face às suas acções, que passam a ter um motivo. A interpretação de Hoffmann "opened the way to new treatments of the hero and the story, [...]" (Weinstein, 1959: 78), de que o ensaio *Le Don Juanisme* de Albert Camus é um exemplo lapidar.

Segundo este autor, Don Juan, ao contrário de *l'Étranger*, estaria sempre consciente do absurdo da existência humana.

4. Abordagem intertextual das obras *Don Giovanni* e *D. Juan*

[...] Um texto polivalente só consegue atingir completamente a sua duplicidade constitutiva, [...] quando consegue abolir, impiedosa e fraudulentamente, as aspas [...]
(Barthes, 1970: 40)

4.1 O processo de leitura e o fio de Ariadne

Abandonando o primado da intersubjectividade, Kristeva equacionará a problemática da criação, sob o conceito de intertextualidade, designando, desta forma, essa transposição de um (ou vários) sistema(s) de signos noutra, o que faz pressupor a desvalorização do sujeito em favor de uma valorização do discurso, que adquire força própria. O sujeito passa a ser postulado como uma palavra textual ambivalente, dupla, isto é, o discurso resulta de um trabalho de fusão e re-escrita de outro(s) texto(s). O texto literário reflecte, assim, uma dupla actividade de leitura e escrita. Ele não releva de um processo de mera imitação, mas constrói-se pela leitura, vista como exercício de apropriação, absorção, transformação ou mesmo destruição que o texto opera relativamente a um *corpus*, anterior ou sincrónico: o intertexto. Esta "Zirkularität der literarischen Kommunikation" de que nos fala Jauß (*apud* Stocker, 1998: 98), e na qual o receptor assume o papel de emissor, encontra-se omnipresente no conto *Don Juan*. O principal aspecto a referir é que não são nem o emissor nem o receptor que têm algo a comunicar, mas sim o texto e o seu pré-texto, os quais entram em diálogo entre si. Kristeva afirma que "par sa manière d'écrire en lisant le corpus littéraire antérieur ou synchronique l'auteur vit dans l'histoire, et la société s'écrit dans le texte." (1969: 181): assim, no caso do conto de Hoffmann, podemos afirmar que, conhecendo os textos anteriores sobre Don Juan, em particular, o libreto da ópera de Mozart, ele vai re-escrever o mito, introduzindo-lhe traços epocais, sociológicos e literários.

A intertextualidade veio introduzir, de facto, um novo modo de leitura que faz estalar a linearidade do texto. Cada referência intertextual dá lugar a uma alternativa: ou prosseguir a leitura, vendo apenas no texto um fragmento como qualquer outro, que faz parte integrante da sintagmática do texto, ou, então, voltar ao texto-origem, procedendo a uma espécie de *anamnese* - o que, aliás, tentarei fazer no ponto seguinte deste artigo - podendo-se concluir, com Stocker, que a intertextualidade tem uma influência inegável a nível da recepção estética, já que "Übertragen auf Intertextualität wäre das fremde, intertextuelle Wort jenes Ersatz-Zeichen, das ebenfalls nicht nur das meint, was es sagt, sondern darüber hinaus eben auch noch das, was es *im Prätext* bedeutet" (1998: 102).

No caso do texto de Hoffmann, são inúmeros os estereótipos nele presentes que nos permitem, quando procedemos à sua leitura, identificar o sistema, essencial, segundo Riffaterre, "pour que le lecteur perçoive [les] éliminations ou substitutions" (1979: 19). Deste modo, ler um texto significa interagir com ele, formulando, com base nas instruções textuais, hipóteses de sentido que se configurem narrativamente

'*possíveis*', isto é, que não contradigam o princípio da coerência textual. Assim, o comportamento que o leitor poderá evidenciar resume-se a fazer comparações entre o '*mundo possível*' e o seu mundo de referência.

Concluindo, podemos afirmar que o processo de leitura/análise de um texto constitui uma actividade que exige uma intervenção activa da instância receptora, dado que, devido aos numerosos elementos 'não-ditos', o receptor/leitor é permanentemente solicitado a tomar 'decisões interpretativas'. Se bem que dependa particularmente de um pré-texto - o libreto de Lorenzo da Ponte - , o conto de Hoffmann apresenta alusões a outros pré-textos. Por seu turno, o discurso irónico e metafórico presentes no texto são discursos inapropriados, que, conforme nota Bachtin, põem em movimento processos de reinterpretação por parte do leitor (cf. Stocker, 1998: 102).

4.2 A citação e o jogo de palavras intertextual

Uma análise cuidada do texto *Don Juan*, de Hoffmann, permite-nos rapidamente concluir da existência de um intertexto evidente, o libreto de Lorenzo da Ponte para a ópera *D. Giovanni* de Mozart, uma obra bem conhecida do público amante deste género musical. Mas não é este o único pré-texto passível de ser localizado nesta obra de Hoffmann, como veremos mais adiante. E quanto ao género, será que em *Don*

Juan estamos perante um exemplo de mudança de género literário? Como define Lenz, a mudança de género “hängt von qualitativen und quantitativen Kriterien ab, von einer gewollten inhaltlichen Übereinstimmung, zugleich jedoch gattungsspezifisch unterschiedlichen Bearbeitung” (1985: 162). Assim, relativamente à relação entre o texto de Hoffmann e o libreto de Lorenzo da Ponte, pode, desde logo, afirmar-se estarmos perante uma mudança de género literário, já que o libreto da ópera apresenta características lírico-dramáticas que se diluem, em parte, dado o próprio estilo de Hoffmann e, em parte, dado estarmos perante um conto, isto é, um texto narrativo. O texto não só preenche, assim, os critérios da intertextualidade, já que a activação do pré-texto não apresenta dificuldades para o leitor, como também a mudança de género que nele se verifica se baseia em factores estéticos, apresentando marcas que a distinguem.

Em minha opinião, poder-se-ia mesmo falar de uma outra mudança, desta feita de uma mudança de 'medium', já que Hoffmann transpõe, vezes sem conta, a própria música de Mozart para o conto. A semântica inespecífica do sistema de signos musicais torna tal transposição uma tarefa difícil, só possível devido à formação musical do autor. A transposição da música para o texto baseia-se, sobretudo, na própria sensibilidade de Hoffmann (cf. supra, 3.1).

No texto *Don Juan*, são muitas as citações usadas, as quais permitem suprir alguns hiatos em termos narrativos – já que Hoffmann não conta toda a história – e que, por outro lado, têm por função estabelecer marcas e ligações ao texto do libreto, o que vem confirmar a justeza das palavras de Compagnon, quando diz que “la citation est un élément privilégié de l'accommodation car elle est un lieu de reconnaissance, un repère de lecture.” (1979: 23). Eis, a título de exemplo, algumas das citações que encontramos no conto *Don Juan*, de Hoffmann: “Notte e giorno faticar” (p. 56), “Non sperar se non m'uccidi” (p. 57), “Ma qual mai s'offre, o dei, spettacolo funesto agli occhi miei!” (p. 58), “Tu nido d'inganni!” (p. 58).

Como já referido, assiste-se, ainda, em *Don Juan*, de Hoffmann, a uma certa interversão de qualificação, já que Dona Ana nos aparece, ou é apresentada, como a figura feminina principal, dominada por uma forte paixão por Don Juan. Este, por seu turno, aparece-nos também transformado num homem culto e bonito, em conflito com as forças demoníacas.

Relativamente ao texto do libreto, verifica-se, como já mencionado, uma certa redução no relato de algumas cenas, já que, de outro modo, o discurso se tornaria demasiado profuso e retiraria força ao próprio texto; por outro lado, dá-se também uma amplificação, com a introdução da descrição dos próprios cantores, em particular da executante do papel de Dona Ana. De notar, mais uma vez, que para construir a coerência semântica de um texto é, muitas vezes, necessário que o leitor “von seinem 'inferentiellen Spaziergang' zu einem bestimmten Prätext [...] zurückgekehrt ist.” (Stocker, 1998: 103), pois só através do co-texto é possível desambiguar enunciados e reconstruir a continuidade temática de um texto, como acontece com a obra em análise.

Entretanto, e como já foi dito, é possível encontrar em *Don Juan*, de Hoffmann, três outros intertextos, com que aquele texto mantém uma interacção semiótica.

Assim, logo no início do conto, o narrador refere: “[...] das sonderbare Spiel eines Stirnmuskels über den Augenbrauen bringt sekundenlang etwas vom Mephistopheles in die Physiognomie.” (Hoffmann, 1996: 57). *Don Juan* é, deste modo, lançado por Hoffmann em direcção a Fausto, por, com certeza, considerar existirem pontos comuns entre os dois heróis a pôr em foco - “A man who consciously seeks the ideal woman must necessarily have intellectual qualities.” (Weinstein, 1959: 95) -, sendo, ainda, que ambos buscam o absoluto.

A segunda situação de intertextualidade encontra-se na referência a Orlando Furioso, de Ariosto (Hoffmann, 1996: 59). Orlando simboliza o herói dominado por um excesso de idealismo, que acaba por enlouquecer por amor. Mais uma vez a luta, desta feita contra as forças terrenas e o amor.

A última situação de intertextualidade, encontramos-la no paralelismo entre Dona Ana (cantora) e Antónia, uma das principais figuras do conto de Hoffmann *Rat Krespel*. Em ambas, o mesmo amor pela música, o mesmo fim trágico (anunciado).

Segundo Aguiar e Silva, este tipo de intertextualidade deverá designar-se como *homo--autoral* (Aguiar e Silva, 1997: 630), já que estamos perante um texto de um autor em relação intertextual com outro texto do mesmo autor: "[...] ao auto-citar-se, o autor espelha-se a si mesmo e é, no entanto, já outro" (*Ibid.*: 631). Na obra assistimos, não raro, a um jogo de palavras - designadas por Riffaterre como "signes doubles" (1978: 108) - pois podem gerar simultaneamente dois textos, entendidos de forma diferente. Se bem que as relações intertextuais sejam bastante claras na obra, ela não está isenta de tais jogos de palavras.

5. Considerações finais

Para além dos paralelismos existentes entre os dois textos, gostaria de salientar, mais uma vez, a intermedialidade do pós-texto, onde tudo significa sem cessar e várias vezes, a ironia fina de algumas expressões ("Der alte Papa hat seine Torheit im Finstern des kräftigen Gegner anzufallen", p. 57), o recurso à paráfrase para uma melhor descrição de certas cenas e a infinidade de alusões, em que "a lexia não é mais do que o invólucro de um volume semântico, a crista da vaga do texto plural, disposto como uma banqueta de sentidos possíveis" (Barthes, 1970: 18).

As figuras da intertextualidade, algumas das quais acabámos de citar, oferecem, portanto, um vasto campo de exploração. É, com efeito, bastante raro um texto literário ser recuperado e citado tal e qual - já vimos que tal não acontece aqui.

O novo contexto procura, em geral, uma apropriação triunfante do texto pressuposto, o que em parte sucede com o texto de Hoffmann, literária e semanticamente mais rico do que o seu pré-texto.

Bibliografia primária

HOFFMANN, E.T.A. *Don Juan* (1ª Ed.: 1813). Stuttgart: ed. Reclam, 1996.

LORENZO DA PONTE, *Don Giovanni* (1ª Ed.: 1787), libreto da ópera do mesmo nome de W. Mozart.

MOLINA, Tirso de, *El burlador de Sevilla*, Edición electrónica de Matthew D. Stroud, in Colección de la Association for Hispanic Classical Theater, Inc.

Bibliografia secundária

AGUIAR E SILVA, V. M. (1997), *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.

ALLEN, Graham (2000), *Intertextuality*. London/New York: Routledge.

BARTHES, R. (1970), *S/Z*. Lisboa: Edições 70.

COMPAGNON, Antoine (1979), *La seconde main*. Paris: Éditions du Seuil.

DUCROT, O./ SCHAEFFER, J.-M. (1995), *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Éditions du Seuil. *Dictionnaire des Personnages* (1994). Paris : Éditions Laffont-Bompiani.

KRISTEVA, Julia (1969), *Σημειωτική*. Paris: Éditions du Seuil.

LENZ, Bernd (1985), "Intertextualität und Gattungswechsel: Zur Transformation literarischer Gattungen", in Ulrich Broich/Manfred Pfister (Ed.), *Intertextualität*. Tübingen: Niemeyer. Pp. 158-178.

LEVI-STRAUSS, Claude (1996), *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.

MOOS, Paul (1976), "E.T.A. Hoffmann als Musikästhetiker", in Helmut Prang (Ed.), *E.T.A. Hoffmann*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. Pp. 7-28.

RIFFATERRE, Michael (1978), *Sémiotique de la poésie*. Paris: Éditions du Seuil.

RIFFATERRE, Michael (1979), *La production du texte*. Paris: Éditions du Seuil.

STOCKER, Peter (1998), *Theorie der intertextuellen Lektüre*. Paderborn: Ferdinand Schöningh.

WEINSTEIN, Leo (1959), *The Metamorphoses of Don Juan*. Stanford, California: Stanford University Press.

WELLENBERGER, Georg (1986), *Der Unernst des Unendlichen*. Marburg: Hitzeroth.

WITKOP-MÉNARDEAU, Gabrielle (1989), *E.T.A Hoffmann*. Hamburg: Rowohlt Verlag.

DIDEROT, LE GRAND SATIRIQUE

Lúcia Margarida Pinho Lucas de Freitas de Carvalho Pedrosa
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Instituto Politécnico do Porto
Portugal
lpedrosa@iscap.ipp.pt, lucia.pedrosa@sapo.pt

Sinopse

Diderot est davantage un humaniste et un non-conformiste qui se préoccupe beaucoup de la stabilité et du confort de l'existence humaine. Il croit que l'homme est né pour vivre en société et qu'il doit être heureux. Toute cette philosophie ressort de ses oeuvres dont l'objectif est celui d'aider les hommes à atteindre le bonheur: il s'agit donc d'une littérature engagée.

La verve satirique de Diderot est le fil directeur d'une oeuvre variée et diverse qui risque de décourager le lecteur paresseux. L'élément satirique rassemble les articles de *L'Encyclopédie*, les *Salons* et les oeuvres fictives de Diderot, comme par exemple, *Le Neveu de Rameau*, *Jacques le Fataliste et son Maître* et *La Religieuse*. Bien que *L'Encyclopédie* soit une entreprise scientifique, Diderot cache, dans plusieurs articles, pour tromper la censure, des attaques virulentes contre la morale, la religion et ses institutions. Il critique aussi les superstitions et les croyances dont s'entourent les religions.

Dans les *Salons*, Diderot rédige des appréciations sur les tableaux de quelques peintres, parus dans plusieurs expositions. Mais Diderot ne les décrit pas en tant que technicien, il s'en sert pour faire une parodie de ces peintures, utilisant très souvent un langage grossier et un style gaillard.

La satire est le lien entre la non-fiction et la fiction. Dans ses oeuvres romanesques on trouve la satire sociale et littéraire : Diderot y met en question le genre romanesque traditionnel, par conséquent *Le Neveu de Rameau*, *Jacques le Fataliste et son Maître* et *La Religieuse* se caractérisent par un décousu apparent et désordonné – c'est la forme amusante dont Diderot se sert pour révéler aux lecteurs que les romans traditionnels les trompent.

La forme désorganisée sert aussi à montrer le manque de liberté dont l'homme jouit – l'homme n'est qu'un guignol manipulé par le destin. En effet, en « déconstruisant » le roman, Diderot oblige le lecteur à réfléchir sur la condition humaine et l'illusion romanesque de telle façon que le lecteur ne sait plus ce qui est faux et ce qui est vrai, surtout dans le cas de *La Religieuse*.

Palavras-chave: Diderot, *Salons*, *Encyclopédie*, Illusion romanesque, Satire.

Sinopse

Diderot é, por excelência, um humanista inconformado, que se preocupa com a estabilidade e o conforto da existência humana. Considera que o homem nasceu para viver em sociedade e tem o dever de ser feliz. Toda esta sua filosofia emana das suas obras, que têm o objectivo de ajudar o homem a alcançar a felicidade, tratando-se, por isso, de uma literatura *engagée*.

A veia satírica de Diderot é o fio condutor de toda uma obra vasta e variada, que se arrisca a desencorajar o leitor preguiçoso. O elemento satírico reúne os artigos de *L'Encyclopédie*, *Les Salons* e os seus romances, como por exemplo, *Le Neveu de Rameau*, *Jacques le Fataliste et son Maître* e *La Religieuse*.

Apesar de *L'Encyclopédie* ser um empreendimento científico, Diderot esconde, em vários artigos, para enganar a censura, ataques virulentos contra a moral, a religião e as suas instituições. Ele critica também as superstições e as crenças ligadas às várias religiões.

Em *Les Salons*, Diderot tece as suas críticas aos quadros de alguns pintores, expostos em várias exposições. Não os descreve enquanto técnico, porém, serve-se deles para fazer uma paródia, utilizando, muito frequentemente, uma linguagem popular e um estilo *folgazão*..

A sátira é o elo de ligação entre a não-ficção e a ficção. Nas suas obras romanescas, encontramos a sátira social e a literária : Diderot põe em causa o género romanesco tradicional, por isso *Le Neveu de*

Rameau, Jacques le Fataliste et son Maître e *La Religieuse* caracterizam-se por um descosido aparente e desordenado – é a forma divertida que Diderot utiliza para revelar aos leitores que os romances tradicionais os enganam.

Essa forma desorganizada serve também para mostrar a falta de liberdade de que o homem é vítima: o homem não é mais do que uma marioneta manipulada pelo destino. Com efeito, ao «desconstruir» o romance, Diderot força o leitor a reflectir sobre a condição humana e a ilusão romanesca, a tal ponto que este já não sabe o que é falso nem o que é verdadeiro, sobretudo no caso de *La Religieuse*.

Palavras-chave: Diderot, *Salons*, *Encyclopédie*, Ilusão romanesca, Sátira.

DIDEROT, LE GRAND SATIRIQUE

La satire est un facteur d'unité dans l'oeuvre de Diderot. Elle implique un mélange de formes, de genres et de styles, ce qui rend ses oeuvres très variées et originales. Diderot change la face de la satire, il ne la traite pas seulement comme une facétie. Il mêle savamment le sérieux et le comique, en cachant une profondeur psychologique et philosophique. Dans ses ouvrages, Diderot se sert de plusieurs procédés de la satire, tels que l'ironie, le sarcasme et la parodie, pour critiquer la religion, les institutions, la société, le manque de goût et d'imagination des peintres et les genres romanesques traditionnels.

La verve satirique de Diderot est visible dans plusieurs articles de *L'Encyclopédie*. Comme il s'agit d'un dictionnaire, le lecteur s'attend à beaucoup d'objectivité et à un grand détachement et effacement de l'auteur par rapport au texte.

Mais la surprise est totale. Diderot laisse ses lecteurs bouche bée, parce qu'il porte constamment des jugements de valeur très personnels et polémiques sur ce qu'il écrit.

Diderot fait un clin d'oeil à ses lecteurs, pour les avertir du fait que, même dans les articles *innocents*, il y a des attaques virulentes contre la société, la religion, la morale et les institutions de l'époque. En intégrant la satire dans *L'Encyclopédie*, il veut apporter aux hommes du 18^e siècle un message plus large, qui touche d'aussi près que possible leur vie quotidienne. *L'Encyclopédie* devient ainsi une espèce de littérature militante, un traité d'idées sous la forme d'un dictionnaire.

Diderot se révolte surtout contre les superstitions, mystères et croyances dont s'entourent les religions. Quelques articles touchent le comique, parce que sous le prétexte de parler d'une rubrique, il expose des idées qui n'ont rien à avoir avec le sujet. Dans l'article *Agnus Scythicus*, il décrit une plante rare de Tartarie et, tout à coup, il commence à attaquer ironiquement les esprits faibles et superstitieux: *Les faits clandestins pour peu qu'ils soient merveilleux, ne méritent presque pas d'être crus.* (*L'Encyclopédie*, 232) Dans *Anapauoméne*, où il parle d'une fontaine magique, son sarcasme éclate contre les superstitions qui sont la source du mal dans le monde:

Les superstitions et les folies ne sont que des "rêveries" contraires à la vérité (...) Elles sont autant plus pernicieuses qu'elles ont eu cours chez tous les peuples. (212)

La satire des ministres de la religion est pleine d'ironie et d'humour. Dans la rubrique *Capuchon*, il tourne les moines et l'ordre des Cordeliers en ridicule. Au lieu de s'occuper du salut des âmes et d'améliorer le monde, ils se disputent pour des niaiseries comme, par exemple, les mesures du capuchon. Les railleries de Diderot contre le fanatisme et l'intolérance sont incisives et ses critiques des dogmes et de la morale sont vraiment sévères. De cette façon, *L'Encyclopédie* apparaît véritablement comme l'arme d'un combat d'un homme révolté qui veut appeler le monde à la raison.

Le bonheur est la grande préoccupation des encyclopédistes et surtout de Diderot. C'est avant tout un humaniste qui se préoccupe de la stabilité et du confort de l'existence humaine. Il croit que le bonheur est dans les mains de l'homme et pas dans celles de la religion ni des souverains. Dans *Autorité politique* et *Droit naturel*, il proclame que la souveraineté réside dans la nation elle-même. Il y déclare, au nom de l'existence de la loi naturelle, que la toute-puissance appartient de droit au peuple et que la politique ne doit rien demander au ciel. Selon Diderot, il faut partir de l'homme pour revenir à l'homme et, de cette façon, il considère l'autorité politique et la souveraineté comme un *établissement humain*. *L'Encyclopédie* est une entreprise scientifique, mais aussi un bon prétexte pour Diderot d'écrire, de

façon satirique, ce qu'il pense. Il veut reformer l'opinion, toucher le lecteur, l'éveiller, pour qu'il s'aperçoive de tout ce qui va mal dans ce monde. Diderot, le philosophe, s'impose donc comme tâche de défier violemment, en suivant la nature et la raison, le manque de liberté de l'homme: *L'homme n'est homme que s'il rompt les chaînes qui l'asservissent à Dieu où à ses lieutenants; l'humanité de l'homme consiste pour lui à trouver sa juste place dans l'ordre de la nature* (Fabre, 71). Dans *L'Encyclopédie*, Diderot met la satire au service de la conquête de l'homme par lui-même. Les attaques virulentes et constantes contre la religion et la morale montrent que la connaissance n'est pas pure contemplation, mais surtout action. La satire transforme l'écriture encyclopédique dans *une immense et complexe toile d'araignée dont le centre est l'homme. Tout s'y organise et, par rapport à l'homme, tout s'ordonne au bonheur.* (Madouas, 128) Mais *L'Encyclopédie* ne suffit pas à Diderot pour montrer son non-conformisme et pour choquer le lecteur. Dans les *Salons*, il n'aime pas se mettre dans la peau du technicien qui décrit et commente objectivement une composition. Sa personnalité envahit toute sa critique d'art qui est très spirituelle, gaillarde et désordonnée. Diderot se fait satirique, se dresse en accusateur des peintres et apostrophe les personnages des tableaux. Le lecteur devient témoin, entre en scène et imagine tout un dialogue qui n'a aucun rapport avec le sujet ni avec la peinture. Les sujets des tableaux sont souvent très solennels, mais ils contrastent avec la façon dont ils sont traités, ce qui deviant une source de divertissement. Dans ses comptes-rendus, Diderot fait souvent une parodie des tableaux, en créant un effet de surprise chez le lecteur. Quand il décrit la toile *Naissance de Vénus* de Briard, il donne une image horrible de la déesse. Cela choque le lecteur qui considère Vénus comme le symbole de la Beauté. *Miséricorde! quel ventre! quelle hanche! et l'énorme derrière, et les cuisses extorquées d'une autre figure de femme posée sur des nuages qui avaient la complaisance de la porteur!* (*Salons*, 320) La satire du manque de goût et de génie de quelques peintres ressort aussi du portrait d'une des Grâces dans *Vénus et l'Amour couronné par les Grâces*, de Van Loo fils, que Diderot décrit dans un langage grossier et provoquant: *La troisième Grâce, à droite, bacchante ignoble, cul énorme, vilaine. Vénus, figure maussade, froide, immobile. Les deux autres Grâces, à la Boucher, pinceau moite. Cheveux verts à Vénus; il n'y a de grasses que les fesses de celle-ci.* (478)

La satire résulte d'une grande variété d'associations et de comparaisons ironiques et grotesques qui trempent le lecteur dans une atmosphère de bonne humeur et de surprise. Mais d'autres fois, Diderot est satirique d'une façon plus voilée et sobre.

Il lui suffit très souvent de mettre en relief un tout petit détail dans un tableau pour déclencher le rire chez le lecteur. Dans *Dauphin mourant environné de sa famille*, de La Grenée, le détail du rideau est assez pour tourner en ridicule le Dauphin qui a passé toute sa vie caché comme un lâche.

Cette idée du Dauphin derrière le rideau a fait fortune. Le Dauphin a passé toute sa vie derrière un rideau, et un Rideau bien épais: c'est Thomas qui l'a dit en prose; c'est moi qui l'a dit en vers; c'est la Grenée qui l'a dit en peinture... (71)

La verve satirique de Diderot va plus loin quand il prête des pensées humaines aux personnages des tableaux, mais qui ne sont pas d'accord avec la dignité du sujet. Dans *Le Miracle des Ardents*, de Doyen, il prête des pensées choquantes et moqueuses à Sainte Geneviève: *Allons donc, faites finir cela, puisque vous le pouvez. C'est un assez plat passe-temps que vous vous donnez là.* (168) Le dialogue que Diderot entretient avec Grimm, dans les *Salons*, constitue une bonne occasion pour introduire des digressions et des anecdotes sur une grande variété de sujets qui n'ont aucun rapport avec la peinture. A propos de *La fille qui reconnaît son enfant à Notre-Dame*, de Baudouin, Diderot se met à raconter une anecdote où il attaque ouvertement le clergé, les moines et le voeu de chasteté. Il s'agit de la petite scène du fiacre, du moine et des trois filles qu'il intégrera dix années plus tard dans *Jacques le Fataliste et son Maître*. Le moine sort d'un fiacre où il était avec trois prostituées, quand tout à coup *le caniche (...) saute d'à côté de son maître, suit le moine, l'atteint et saisit des dents sa longue jaquette.* Les marchands assistent à la scène, rient aux éclats et crient: *Il a chié au lit! Il a chié au lit!* (170)

Tous ces procédés satiriques mettent en ridicule les femmes, les prêtres et la religion, mais Diderot veut surtout mettre en évidence l'insuffisance du faire de l'artiste. Il lance tout le temps des attaques très directes aux peintres dans un langage grossier, violent et sarcastique. Dans *Renaud et Armide* il critique

l'imagination médiocre de La Grenée: *Eh! chienne de bête, si tu n'as pas d'idées, que n'en vas-tu chercher chez eux qui en ont, qui t'aiment, qui estiment ton talent, et qui t'en souffleraient.* (65) Diderot se moque aussi des artistes en refaisant lui-même leurs tableaux. Il donne ainsi libre cours à son imagination, tombe dans la digression et oublie complètement la toile qu'il doit décrire. Il peint avec les mots une autre composition qui divertit le lecteur. C'est ce qu'il fait clairement dans *La jeune fille qui pleure son oiseau mort*, de Greuze, et *Corésus et Callirhoé*, de Fragonard.

Diderot critique l'insuffisance du faire des peintres et aussi le mercantilisme. Il accuse ironiquement le peintre Robert de finir ses tableaux à la hâte pour les mettre à la vente: *Mais aujourd'hui il nous faut des petits tableaux; on ne les examine guère, mais on les compte, et l'artiste y gagne.* (496)

Les *Salons* sont un prétexte pour Diderot de continuer à montrer son esprit critique dans tous les domaines. On se rend compte dès les premiers comptes-rendus que tout va être sous le mode de l'ironie et que Diderot veut gêner le lecteur qui s'attendait à une description froide et impartiale des toiles. Les *Salons* sont donc un ouvrage satirique où on trouve un mélange de plusieurs ingrédients, tels que des contes, des anecdotes, des digressions romanesques, du théâtre, de l'art, de la morale... surtout pour critiquer le manque de goût, de génie et de virilité de la plupart des artistes: *Cela est difficile à dire et essentiel à avoir, et malheureusement cela ne vient pas comme les champignons.* (171)

La satire établit un lien entre la non-fiction et la fiction chez Diderot. Les oeuvres romanesques, elles aussi, ont une apparence décousue et se présentent comme un mélange de formes, de genres, de styles et comme une combinaison de théâtre, musique et pantomime. Dans *Le Neveu de Rameau*, *Jacques le Fataliste* et *La Religieuse*, on trouve surtout la satire sociale et la mise en question du genre romanesque traditionnel.

La plupart des personnages de Diderot se moquent de la société, la regardent avec mépris et cherchent une existence personnelle, détachée des lois morales. C'est ce que Lui essaie de montrer à Moi, tout au long de leur débat philosophique.

Souvenez-vous que dans un sujet aussi variable que les moeurs, il n'y a rien d'absolument, d'essentiellement, de généralement vrai ou faux, sinon qu'il faut être ce que l'intérêt veut qu'on soit. (*Le Neveu de Rameau*, 56)

Lui expose la fausseté de la vie sociale et morale. Il montre que le monde est égoïste et que chacun veut imposer à autrui des règles morales. La vie est une lutte pour l'existence et la grande satisfaction de l'homme réside dans la possibilité de dominer les autres. Selon Jacques, *chacun a son chien*, c'est la loi de la vie.

La grande ironie de cet ouvrage réside dans le fait que Lui, le parasite, atteint la grandeur dans la pantomime par une performance de clown. Cet épisode de *l'homme orchestre* montre l'absurdité de nos valeurs, actes et existence. Cette oeuvre est un curieux dialogue philosophique entrecoupé de gestes, de ballets et de pantomimes. Le débat tourne autour de la question du bonheur et de comment y accéder, ce qui mène à une grande variété de thèmes comme l'éducation des enfants, la vérité, les moeurs, la liberté, la nature et dignité humaines. Toute cette richesse, ce décousu apparent, l'idée de monde à l'envers fournissent la structure du *Neveu de Rameau*. Il s'agit d'un texte qui ne s'encadre dans aucun genre narratif et qui emprunte beaucoup au théâtre et à la musique aussi. La scène de *l'homme orchestre* devient un spectacle total. Lui *crie, chante, se démène comme un forcené, fait à lui seul les danseurs, les danseuses, les chanteurs, les chanteuses, tout un orchestre, tout un théâtre lyrique...* (88) Dans cet épisode il y a des moments de silence qui alternent avec un mouvement fou et le discours parlé alterne avec la pantomime. C'est un passage viscéral qui nous touche et nous pénètre. Diderot veut ainsi choquer et faire travailler le paresseux lecteur traditionnel. Rien n'est clair dans le texte. Aucune these n'est détruite, aucune solution n'est présentée. Le dialogue débouche sur la maxime *rira bien qui rira le dernier*, mais l'ambiguïté persiste: qui est celui qui rira le dernier?

Ce dialogue philosophique, au lieu d'apporter une réponse, laisse ironiquement une question qui gêne terriblement le lecteur, car c'est à lui de raisonner pour trouver lui-même la réponse. *Le Neveu de Rameau* est une composition savante et riche où Diderot attend du lecteur une participation active, en le lançant dans l'aventure du récit.

Mais Diderot, poussé par son imagination démesurée, va encore plus loin dans *Jacques le Fataliste et son Maître*. C'est un roman satirique qui se moque, avec beaucoup d'humour, du fatalisme (le *grand rouleau*) et de la conception du roman traditionnel. Il montre que la puissance du destin est incompatible avec la liberté et avec le jugement moral.

[La vie] est remplie de signes trompeurs et d'inexplicables lacunes, où l'on ne dispose jamais de rien, où la nature des êtres et des choses n'est jamais claire, où nul ne sait jamais ce qu'il veut, ce qu'il fait, où il va. (Jacques le Fataliste, 90)

Le récit jouit d'une grande liberté. On ne sait jamais où on est, ni où on va. La forme et le fond constituent un tout. Le narrateur fait avec le lecteur ce que le destin fait avec les hommes. Tous les deux manipulent leurs guignols qui croient jouir d'un peu de liberté. La forme de l'oeuvre semble être décousue et désordonnée. Dans le fond, il y a aussi cette mise en question du désordre et de l'ordre absurde du monde.

Le narrateur, en interpellant le lecteur, s'amuse à révéler que les romans traditionnels le trompent, car ils lui montrent un monde où tout est prévisible et explicable, dans une durée sans rupture.

Le dialogue et le récit se développent en ligne brisée comme la vie. Il y a une multitude de ruptures, de digressions, d'interpolations et un mélange de divers plans de langage et de narration. Le récit de l'hôtesse est interrompu plusieurs fois par les appels de la servante. Elle doit donc soutenir un double dialogue qui rend la lecture confuse. Le récit des amours de Jacques est constamment interrompu par des événements qui arrivent. Le narrateur aime mélanger les deux plans de narration, jusqu'au point de rapprocher les personnages qui racontent et ceux qui font l'objet du récit.

Ce récit, comme la vie, est envahi de personnages. Au premier degré il y a le narrateur et le lecteur, au deuxième il y a Jacques et son Maître, le troisième est constitué par les personnages qu'ils rencontrent et le quatrième par les personnages qu'on évoque. Le Marquis des Aras est un personnage au quatrième degré, car il figure à côté de Mme de la Pommeraye. Mais comme Jacques et son Maître le rencontrent, il est aussi personnage au troisième degré. De personnage raconté il devient personnage raconteur. Il chevauche à côté des héros et lui aussi évoque des souvenirs.

Le narrateur passe tout le temps à importuner le lecteur avec des digressions, des ralentissements du récit, des suspensions interminables et des quiproquos, pour rompre l'illusion romanesque. Le dialogue truqué entre le narrateur et le lecteur fournit à l'oeuvre une ligne de force aussi importante que le dialogue entre Jacques et le Maître. Tout est tellement mélangé et décousu dans cette oeuvre qu'on ne sait plus de quel côté sont les personnages et de quel côté sont ceux qui les inventent ou les racontent. Le lecteur est forcé d'être d'accord avec le narrateur quand celui-ci répète, triomphalement, que ceci n'est pas un roman. En vérité, c'est un roman et une parodie du roman.

Dans *La Religieuse*, Diderot essaie aussi de bouleverser le roman traditionnel mais d'une façon plus voilée. *La Religieuse* est une satire dans le sens étymologique du mot, parce que c'est un mélange de différents genres: roman à thèse, roman noir, roman personnel... La pantomime y a une place très importante et l'approche du théâtre: *Sachez que c'est à cette multitude de petites choses que tient l'illusion... le geste est quelquefois plus sublime que le mot. (Eloge de Richardson, 35)* Le récit s'approche aussi de la peinture, parce qu'il est saturé de métaphores picturales qui nous renvoient aux *Salons*. Diderot a pleine conscience de ce fait en disant: *C'est un ouvrage à feuilleter par les peintres. (Vallois, 163)* L'élément visuel est tellement important que Suzanne en s'adressant au marquis utilise le mot tableau: *Vous qui vous connaissez en peinture, je vous assure, monsieur le marquis, que c'était un assez agréable tableau à voir. (La Religieuse, 78)*

La Religieuse satirise à la fois les institutions religieuses et le discours romanesque. Elle fait ressortir la vérité sur ce qui se passait au 18^e siècle, dans les familles et dans les couvents qui sont présentés comme l'ancre du mal et du péché.

L'homme est né pour la société (153), par conséquent les religieuses ne peuvent pas se développer harmonieusement dans le cloître. La claustration produit la folie et la perversion. Les trois supérieures sont des personnages types qui représentent trois réactions possibles à la clôture. Le mysticisme de la Mère de Moni, le fanatisme et le sadisme de Sainte-Christine et le lesbianisme de Mme *** sont des

compensations pour le manque de liberté. Suzanne se révolte, parce qu'elle ne veut pas devenir une *bête féroce*. Elle a besoin de liberté pour être heureuse.

Dans cette oeuvre, Diderot fait tout pour confondre le lecteur et pour détruire la ligne entre la fiction et la réalité. Il écrit les aventures de Suzanne Simonin sous la forme d'une lettre *authentique*, adressée à un personnage vrai qui est le Marquis de Croismare. Le lecteur lit ce récit d'un seul trait et se laisse mystifier comme s'il s'agissait d'un roman traditionnel. Cependant, il se sent trompé en lisant, à la fin, la célèbre Préface-Annexe. Le récit par Grimm, du petit complot contre le Marquis de Croismare, la correspondance fictive composée par des lettres de Suzanne et de Mme Maudin, mêlées avec les lettres réelles du marquis qui se laissa prendre, tout cela fait de *La Religieuse* une *mystification vraie*. Le marquis répond aux lettres fausses de Suzanne. Diderot est surpris et se méfie des lettres du marquis. Diderot, lui aussi, ne sait plus ce qui est vrai et ce qui est faux. Le mystificateur devient mystifié, le trompeur est trompé. C'est après ce complot que Diderot se met à écrire *La Religieuse* qui n'est plus une lettre, mais un livre. Il commence à croire à l'existence de cette religieuse, un fantôme qui prend corps peu à peu. Diderot met ironiquement la Préface-Annexe à la fin pour jouer avec le faux-vrai. Le lecteur se confronte avec des lettres véritables, d'autres fictives et le récit de Grimm qui semble révéler tout le jeu.

Cette Préface détruit toute l'illusion romanesque. Les lettres affaiblissent l'intérêt du lecteur et font perdre le caractère de vérité du récit. Le truc est dévoilé, le lecteur choqué et déçu, parce qu'il aime croire à ce qu'il lit. Le lecteur ne sait plus de quel côté il est. Diderot le force de se poser des questions et de trouver des réponses. En quoi consiste l'illusion romanesque? Quels sont les limites entre l'illusion et la vérité, le vrai et le faux?

La Préface lève un voile, mais il y a plusieurs aspects qui restent obscurs. Diderot a mystifié le lecteur pendant le récit, mais dans la Préface, en démystifiant il mystifie de nouveau. Il brouille toutes les cartes et laisse le lecteur toujours confus. Diderot le gêne jusqu'à la fin, en laissant l'ouvrage ouvert. Il ne lui donne pas de conclusion, mais il lance une question aux hommes de lettres qui doivent réfléchir sur les limites entre l'illusion et la réalité.

Diderot est un écrivain non-conformiste qui aime mettre tout en question. Cet esprit turbulent et rebelle explique son oeuvre vaste et très variée. En regardant son oeuvre comme un ensemble, on trouve toujours l'élément satirique et la mise en question du roman traditionnel. Il est impossible de dégager une formule Romanesque qui soit propre à Diderot, parce qu'il s'amuse à gêner le lecteur en mélangeant tout comme dans la vie. Qu'importent les étiquettes? Qu'importe s'il s'agit d'une histoire, d'un conte, d'un récit, d'un roman, ou d'une satire?

En déconstruisant le roman, Diderot, quoiqu'il en ait, a fait un roman; en révélant les dissonances de la société dont est né le roman, Diderot a implicitement proposé la recherche de valeurs authentiques. (Lecointre, 124)

Diderot a réussi à désarticuler et à révéler les secrets de l'élaboration romanesque. Il a relié ce jeu provocant à la démystification des valeurs culturelles et sociales. *De la lecture du donné socioculturel aux transpositions successives dans lesquelles se manifeste la force créatrice, des figures du sens aux formes du signifiant, rien n'échappe au regard ironique et perçant* (Lecointre, 162) que chaque oeuvre de Diderot jette sur elle-même.

Bibliographie

ARDEN, Heather. "Le fou, la sottie et *Le Neveu de Rameau*." *Dix-Huitième Siècle* 7 (1975). 209-223.

CHOUILLET, Jacques. "Esthétique et littérature." *L'information littéraire* 24 (1972). 55-62.

DIDEROT, Denis. *Jacques le Fataliste et son Maître*, éd. Simone Lecointre, Jean Le Galliot. Genève: Droz (1976).

FABRE, Simone Goyard. "L'Encyclopédie de Diderot et les attaques contre la religion." *L'Encyclopédie et ses lectures*. Ed. Ecole Normale du Calvados. Caen: Calvados, 1987. 57-75.

GRIMSLEY, Ronald. "L'ambiguïté dans l'oeuvre romanesque de Diderot." *Association Internationale des Etudes Françaises* 13 (1961). 223-238.

- KOHLER, Erich. "Est-ce que l'on sait où l'on va? L'unité structurale de *Jacques le Fataliste*." *Philologica Pragensia* 13 (1970). 186-202.
- LAUFER, Roger. "Structure et signification du *Neveu de Rameau* de Diderot." *Revue des Sciences Humaines* 100 (1962). 399-413.
- MAUZI, Robert. "La parodie romanesque dans *Jacques le Fataliste*." *Diderot Studies* 6 (1963). 230-272.
- MYLNE, Vivienne. "Truth and Illusion in the *Préface-Annexe* to Diderot's *La Religieuse*." *Modern Language Review* 57 (1962). 350-356.
- NAHON, Albert. "Le comique de Diderot dans les *Salons*." *Diderot Studies* 10 (1968). 121-132.
- SHARON, Kabelac. "Irony as Metaphysics in *Le Neveu de Rameau*." *Diderot Studies* 14 (1973). 97-112.
- VALLOIS, Marie-Claire. "Politique du paradoxe: tableau de moeurs/tableau familial dans *La Religieuse* de Diderot." *Romanic Review* 76 (1985). 162-171.
- VESELY, Jindrich. "Denis Diderot et la mise en question des genres narratifs du 18^e siècle." *Philologica Pragensia* 24 (1984). 210-218.

PERSPECTIVAS DA TERMINOLOGIA NA CONCEPÇÃO DE UM DICIONÁRIO MULTILÍNGUE DE ESPECIALIDADE

Abordagem à Estruturação Conceptual de um Subdomínio do Dicionário

Manuel Moreira da Silva

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

mdasilva@iscap.ipp.pt

Sinopse

Uma das abordagens mais importantes da terminologia é a desenvolvida pelas disciplinas técnico-científicas, para as quais representa a reflexão formal da sua organização conceptual e, como tal, um meio essencial de expressão e comunicação. De forma a desenvolver as diferentes tarefas a que se propõe, a terminologia tem como principal objecto de estudo os textos de línguas de especialidade, que são o primeiro veículo, por excelência, de expressão e comunicação das disciplinas suprarreferidas. Estes textos reflectem, normalmente, um tipo de comunicação especializada, cujo objectivo é o da transferência de conhecimentos, realizada com recurso a um sistema de representação verbal.

No entanto, a abertura e a extensão do texto escrito a outros meios de representação, sobretudo nas áreas técnicas, está a conduzir a uma nova tendência no campo da terminologia e da pesquisa das línguas de especialidade, que tem vindo a reforçar a importância da utilização de formas não-verbais para representar o conhecimento. A tendência para o aumento do uso destas formas de representação, normalmente em complemento ou conjugação com a informação verbal, aponta para um novo paradigma em que a linguagem, como representação do pensamento, parece estar em busca de uma nova abordagem que venha transformar a maneira de produzir, organizar e transmitir conhecimentos, recorrendo às novas tecnologias, cada vez mais à disposição da chamada sociedade do conhecimento.

A nossa percepção desta realidade ganhou maior consistência ao longo do desenvolvimento de um projecto terminográfico de elaboração do *Dicionário Multilíngue de População e Desenvolvimento*, no qual o recurso a sistemas de representação não-verbais (organigramas e outro tipo de representações visuais), utilizados como forma de percepção e organização dos conceitos e dos domínios a incluir no dicionário, se tornou um meio importante de aquisição, discussão, estruturação e transmissão do conhecimento.

Daí a decisão de abordarmos, ainda que de forma breve, a análise de duas problemáticas sugeridas pelo desenrolar daquele projecto. A primeira recai sobre o estabelecimento de relações semânticas entre os conceitos, sobre as implicações deste processo na estruturação conceptual e sobre a sua importância no processamento da informação terminológica. A segunda incide na análise do recurso aos meios de representação não-verbais e do papel que desempenham e que podem vir a desempenhar no desenrolar do processo terminológico, enquanto elementos de estruturação de um sistema conceptual, de estruturação de um projecto terminológico e de comunicação especializada. Estas duas problemáticas estão directamente interrelacionadas e devem ser analisadas em conjunto, sobretudo quando se trata de formalizar a informação e armazená-la numa base de dados terminológica, de forma a poder ser processada (semi)automaticamente.

Palavras-chave: Terminologia; Conceptualização; Sistemas Conceptuais; Língua de Especialidade; Terminografia.

O desenvolvimento tecnológico e científico acelerado, que se tem verificado nas últimas décadas, deu origem ao surgimento de um grande número de conceitos e de domínios conceptuais que necessitam de nomenclaturas para serem (re)conhecidos, transmitidos e desenvolvidos. Esta complexidade e especialização crescente nas diferentes áreas científicas dão origem ao uso de linguagens específicas, que, por um lado, verbalizam o saber de cada ciência e dos seus respectivos campos, servindo como meio para estabelecer a comunicação entre os especialistas da área e entre estes e os seus públicos, num contexto de produção e intercâmbio de informações sobre o seu campo de saber, e, por outro lado, permitem a harmonização e standardização do uso dos termos e dos conceitos inerentes àquele campo.

A especialização resulta, assim, no desenvolvimento de uma terminologia própria que marca, nas palavras de Benveniste (1989:252),

(...) o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. (...) Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados.

À medida que cada domínio da ciência progride, aumenta, então, a necessidade de estabelecimento de uma terminologia passível de ser aceite e utilizada por todos os públicos interessados. Esta necessidade é promovida pela inevitabilidade de comunicação, que é integralmente preenchida pela linguagem. Ao terminólogo cabe estar atento ao fenômeno de surgimento e desenvolvimento contínuo das línguas de especialidade e contribuir, através do desenvolvimento de projectos terminológicos, para que a evolução da língua aconteça de uma forma ordenada, coerente, linguística e cientificamente correcta.

O clima tendencialmente monolíngua que se vive na comunicação científica a nível global ainda deixa espaço ou, numa minoria de casos, criou espaço para que cada língua adquira as suas próprias nomenclaturas, os seus termos, dentro daquela que é uma realidade linguística própria e única. A standardização a que, normalmente, conduz a elaboração de uma terminologia deve respeitar, segundo Cabré (1999:3), aquela realidade e as idiosincrasias culturais e formais de cada linguagem, permitindo ao mesmo tempo que a comunidade em causa participe em grupos de maior dimensão linguística.

O desenvolvimento de terminologias tornou-se uma tarefa que envolve pesquisadores de *backgrounds* e motivações diversificadas, como especialistas em informática, engenheiros, cientistas, técnicos, tradutores, lexicógrafos e terminólogos, que procuram aceder a ou transmitir informação de carácter específico. Este processo assumiu um carácter contínuo e, até certo ponto, circular, na medida em que a teoria da Terminologia

surgiu e continua a ser desenvolvida através da experiência prática, movida, segundo Cabré (1999:7), pela necessidade de *provide solutions to language-based problems in communication*.

Como disciplina, a Terminologia deve o seu avanço recente à rápida evolução tecnológica e ao surgimento de novas ferramentas de processamento da linguagem natural, disponibilizadas sobretudo na última década, e que permitiram, com maior exactidão, a análise de todo um sem número de fenômenos relacionados com as línguas naturais e o seu uso, a sua descrição, a sua quantificação e, finalmente, a elaboração, a partir dos dados pesquisados, de novas abordagens, abrindo novos caminhos à reflexão e à pesquisa científica.

A terminologia é um campo de pesquisa interdisciplinar relativamente recente, com relações estreitas com a linguística e a ciência cognitiva, mas com raízes nas necessidades de organização de termos e de conceitos das disciplinas técnico-científicas. Para Sager (1990:20), uma teoria da terminologia é uma teoria *concerned with those aspects of the nature and the functions of language which permit the efficient representation and transmission of items of knowledge in all their complexity of concepts and conceptual relationships*.

Este autor descreve a teoria da terminologia como tendo três tarefas básicas:

(...) it has to account for sets of concepts as discrete entities of the knowledge structure; it has to account for sets of interrelated linguistic entities which are somehow associated with concepts grouped and structured according to cognitive principles; it has, lastly, to establish a link between concepts and terms, which is traditionally done by definitions. (Sager, 1990:21)

Para proceder a estas tarefas a terminologia deve, como propõe Cabré (1999:10) na sua definição do conceito, compilar, descrever, processar e apresentar os termos de um domínio específico, numa ou mais línguas. O termo terminologia refere-se, segundo a autora (1999:32), a pelo menos três conceitos diferentes:

- a. The principles and conceptual bases that govern the study of terms
- b. The guidelines used in terminographic work
- c. The set of terms of a particular special subject

Uma das abordagens mais importantes da terminologia é a desenvolvida pelas disciplinas técnico-científicas, para as quais representa a reflexão formal da sua organização conceptual e, como tal, um meio essencial de expressão e comunicação.

De forma a desenvolver as diferentes tarefas a que se propõe, a terminologia tem como principal objecto de estudo os textos de línguas de especialidade, que são o primeiro veículo, por excelência, de expressão e comunicação das disciplinas suprarreferidas. Estes textos reflectem, normalmente, um tipo de comunicação

especializada, cujo objectivo é o da transferência de conhecimentos, realizada com recurso a um sistema de representação verbal.

No entanto, a abertura e a extensão do texto escrito a outros meios de representação, sobretudo nas áreas técnicas, está a conduzir a uma nova tendência no campo da terminologia e da pesquisa das línguas de especialidade, que tem vindo a reforçar a importância da utilização de formas não-verbais para representar o conhecimento. A tendência para o aumento do uso destas formas de representação, normalmente em complemento ou conjugação com a informação verbal, aponta para um novo paradigma em que a linguagem, como representação do pensamento, parece estar em busca de uma nova abordagem que venha transformar a maneira de produzir, organizar e transmitir conhecimentos, recorrendo às novas tecnologias, cada vez mais à disposição da chamada sociedade do conhecimento.

Esta tendência, que privilegia o recurso a imagens, o uso de ícones e, até, o desenvolvimento de linguagens artificiais, é o resultado, por um lado, da necessidade de criação de novas formas de processamento e armazenamento da informação, e, por outro, da agilização do uso destas na transmissão da informação em ambientes comunicativos cada vez mais específicos, quer se trate de informação genérica ou altamente especializada.

A nossa percepção desta realidade ganhou maior consistência ao longo do desenvolvimento de um projecto terminográfico de elaboração do *Dicionário Multilingue de População e Desenvolvimento*¹, no qual o recurso a sistemas de representação não-verbais (organigramas e outro tipo de representações visuais), utilizados como forma de percepção e organização dos conceitos e dos domínios a incluir no dicionário, se tornou um meio importante de aquisição, discussão, estruturação e transmissão do conhecimento.

Daí a decisão de abordarmos, ainda que de forma breve, a análise de duas problemáticas sugeridas pelo desenrolar daquele projecto. A primeira recai sobre o estabelecimento de relações semânticas entre os conceitos, sobre as implicações deste processo na estruturação conceptual e sobre a sua importância no processamento da informação terminológica. A segunda incide na análise do recurso aos meios de representação não-verbais e o papel que desempenham e que podem vir a desempenhar no desenrolar do processo terminológico, enquanto elementos de estruturação de um sistema conceptual, de estruturação de um projecto terminológico e de comunicação especializada. Estas duas problemáticas estão directamente interrelacionadas e devem ser analisadas em conjunto, sobretudo quando se trata de formalizar a informação e armazená-la numa base de dados terminológica, de forma a poder ser processada (semi)automaticamente.

A língua de especialidade

A nossa pesquisa terminológica, desenvolvida, numa primeira fase, em equipa (ainda que num quadro de tarefas e línguas de trabalho diferenciadas), procurou reflectir a situação actual e acompanhar a evolução do conhecimento nesta área de actividade, concentrando a sua atenção nas novidades conceptuais presentes no discurso especializado e nas consequências destas, tanto para a estruturação e a sistematização do conhecimento nos diferentes domínios e subdomínios em que o dicionário está dividido, como para a definição dos conceitos no interior de cada estrutura conceptual.

O estudo e a análise de uma língua de especialidade, enquanto meio de expressão e comunicação especializada entre um grupo específico e entre este e a sociedade no seu todo, colocam-nos, à partida, perante duas evidências: a linguagem que o grupo usa tem um valor e uma significação próprias, e verbaliza um saber concreto, mas é, ao mesmo tempo, composta por elementos linguísticos de um tronco comum, mais geral, ao qual foi beber o seu significado. Para Kocourek (1991:41), uma língua de especialidade é principalmente:

(...) une langue dite naturelle (...). Elle vise l'idéal de l'intellectualisation, c'est-à-dire la précision sémantique, la systématisation conceptuelle, la neutralité émotive, l'économie formelle et sémantique; elle a donc tendance à définir ses unités lexicales, à contrôler la polysémie et l'homonymie, à supprimer les synonymes, à simplifier et à mieux délimiter les moyens syntactiques, à neutraliser ou à contenir l'émotivité, la subjectivité.

Assim, embora se fundamente na linguagem comum, apresenta aspectos distintos, tais como um sistema conceptual mais diferenciado e mais exacto, o alargamento e especialização crescentes a nível lexical, e a nominalização, isto é, a predominância de substantivos, que constituem grande parte das terminologias. A temática, os interlocutores, a intenção, o contexto restrito e a situação comunicativa altamente especializada constituem os factores que permitem identificar a língua de especialidade como variante da língua geral. Nas palavras de Cabré (1999:59), quando falamos de línguas de especialidade, referimo-nos a um conjunto de:

subcodes (that partially overlap with the subcodes of the general language), each of which can be 'specifically' characterized by certain particulars such as a subject field, type of interlocutors, situation, speakers' intentions, the context in which a communicative exchange occurs, the type of exchange, etc.

A linguagem da Geografia Humana e dos Estudos da População e Desenvolvimento encerra, como nos foi possível observar, todas estas características na verbalização que faz da sua área de trabalho e de saber. É uma língua de especialidade que, como as restantes, assume um carácter específico e funcional, sendo usada como objecto de comunicação científica e técnica, muitas vezes em domínios interactivos, com uma forte correlação entre si, que importa compreender e delimitar. De facto, um fenómeno interessante com que deparámos foi a preocupação dos especialistas desta área em procurar estabelecer e confinar os limites dos conceitos que utilizam no seu discurso, dada a relativa facilidade com que se confundem e se utilizam em áreas como a Economia, a Biologia, a Sociologia, etc., o que faz com que a sua linguagem específica seja vista, não raras vezes, como parte da linguagem comum, conduzindo a erros de interpretação do conteúdo e da intenção comunicativa.

A esta preocupação acresce uma outra, com origem na grande dinâmica evolutiva desta área do saber e da sua linguagem, que se prende com a designação dos conceitos, resultante, por um lado, da necessidade da sua tradução para a língua portuguesa, com a consequente introdução e disseminação desses conceitos², e, por outro, da revisão das definições de alguns conceitos que sofreram uma evolução³. O motor da mudança linguística é constituído, nesta área mais do que em muitas outras, pelas transformações políticas, económicas, sociais e demográficas, que estão na génese da evolução de uma sociedade. A evolução desta linguagem, bem como a das restantes linguagens de especialidade, não pode, assim, ser vista como um fenómeno de laboratório, exterior aos seus utilizadores e ao contexto social em que é falada, pelo que essa influência é muitas vezes reflectida na análise conceptual da língua de especialidade.

O dicionário

A elaboração do dicionário e o consequente desenvolvimento do projecto terminográfico multilingue é ainda um processo inacabado. É um projecto multidisciplinar, onde intervêm especialistas em língua estrangeira, especialistas em Geografia Humana e Estudos da População e Desenvolvimento, informáticos e terminólogos, e constitui o ponto de partida para a breve abordagem que nos propomos realizar, também como forma de contribuir para o aumento do número de informações disponíveis à elaboração daquela que se pretende venha a constituir uma obra de referência na sua área.

Dado que o nosso objecto de estudo para este artigo não pode comportar a totalidade da informação e dos domínios que dão forma ao Dicionário, a nossa análise circunscreve-se a um dos domínios que o constituem, o da Dinâmica Populacional e, dentro deste, ao subdomínio da Mortalidade, pelo papel central que ocupa no estudo dos fenómenos demográficos.

A Demografia (do grego *demos* «povo», e *graphein* «escrever») é uma ciência que tem vindo a evoluir no contexto das ciências sociais. Esta ciência dedica-se à descrição do estado de uma população num dado momento: efectivos, composição por sexo e idade, estado civil, profissão, etc. Procura também evidenciar, através da análise da mortalidade, da natalidade e dos movimentos migratórios, a “dinâmica” de uma população, em termos de evolução passada e futura. Finalmente, investiga as causas profundas dessas evoluções, através da problematização e da análise dos contextos económicos, sociais, políticos e geográficos que condicionam a evolução.

A *mortalidade* e os fenómenos (conceitos) a ela associados surgem como elementos fulcrais na análise da Demografia, uma vez que conduzem à transformação das estruturas demográficas e condicionam o desenvolvimento de diferentes aspectos da estrutura de uma população.

Características terminográficas do projecto

Em terminologia é costume distinguir os dicionários de termos técnicos dos que não têm essa especificidade. Assim, são, por um lado, elaborados dicionários de língua, ou de uso, e, pelo outro, dicionários especializados, ou terminologias, que contêm léxico próprio de uma área científica ou técnica. A elaboração dessas terminologias corresponde ao desenvolvimento de um projecto terminográfico, cujo propósito assenta, normalmente, na recolha, validação e apresentação dos termos de um domínio específico ou actividade humana. Vai, assim, para além da simples recolha de termos para fins descritivos e informativos,

procurando estabelecer *certain terminological units as standardized forms, as reference forms, thereby discarding other variants for the same concept. The final goal is achieving precise and unambiguous professional communication* (Cabré, 1999:38).

Como é amplamente reconhecido, a organização de um projecto terminográfico tem como ponto de partida a definição dos seus objectivos e a especificação dos seus propósitos. Tal implica decisões sobre o grau de especificidade dos domínios e subdomínios a incluir, decisões tomadas na fase inicial e ao longo do processo de elaboração da terminologia, permitindo assim um desenvolvimento da estrutura conceptual interna de cada domínio que considere o conhecimento obtido no desenrolar do processo terminológico.

Numa primeira fase, partiu-se de um conjunto de termos pertencentes ao léxico específico deste domínio e já estabilizados em língua portuguesa, que foram estruturados conceptualmente, naquela que podemos classificar como uma primeira aproximação à estruturação do conjunto dos domínios e subdomínios e dos respectivos conceitos. Para uma organização coerente destes, optou-se por subdividir o dicionário em 7 domínios:

Fontes e Métodos, Dinâmica Populacional, Distribuição da População, Estruturas Populacionais, População e Desenvolvimento, População e Ambiente e Políticas Populacionais, cada um destes contendo vários subdomínios, como podemos observar no diagrama seguinte, que representa a macro-estrutura conceptual que esteve na base do dicionário.

Figura nº1 Macro-estrutura conceptual do Dicionário de População e Desenvolvimento

População
Population
Fontes e Métodos
Sources and Methods
Fontes
Sources
Métodos
Methods
Dinâmica Populacional
Population Dynamics
Crescimento
Population
Growth
Nupcialidade
Nuptiality
Fecundidade
Fertility
Mortalidade
Mortality
Mobilidade
Espacial
Spatial
Mobility
Distribuição da População
Population Distribution
Estruturas Populacionais
Population Structures
População e
Desenvolvimento
População e Ambiente
Population and
Políticas Populacionais
Population Policy
Povoamento
Settlement
Ruralidade
Rurality
Urbanidade
Urbanity
Sexo e Idade
Sex and Age
Familiares
Family
Socio-culturais
Socio-cultural
Económicas
Economic
Desenvolvimento
Socio-económico
Socio-economic
Development
Instituições e
Programas
Institutions and
Programms
Conferências e

Esta subdivisão corresponde a um dos princípios da terminologia, que consiste em organizar as entradas no dicionário de forma sistemática, em vez de seguir a ordem alfabética, tal como acontece nos dicionários de língua geral. Como esclarece Cabré (1999:34), *Systematic ordering is in itself an attempt to reproduce the conceptual system of a special subject*. Para a autora, ordenar por conceito, permite, também, no caso de dicionários multilingues, *a better layout for multilingual dictionaries, since in theory the concept is the same for all languages, and the difference lies in the designation*. Como podemos perspectivar a partir desta divisão, a pesquisa terminológica incidiu sobre campos com uma forte componente de interdependência e multidisciplinaridade entre si e entre estes e outras áreas do foro social, económico e político, o que levantou questões relacionadas sobretudo com a polissemia dos termos que compõem as duas grandes áreas deste projecto – a População e o Desenvolvimento – nas quais a questão demográfica assume um papel central. Uma outra característica terminográfica deste projecto é o facto de ser um trabalho descritivo, tal como é entendido por Wright (1997:18)⁴, em que se procuraram, recolheram e descreveram os termos, tal com são usados pelos especialistas em situações efectivas de comunicação profissional, a que acrescentámos a preocupação de elaborar a recolha de corpora em contextos comunicativos diversos e multilingues, de forma a garantir uma melhor validação do conteúdo de cada definição.

Estruturação conceptual e representação gráfica do subdomínio da Mortalidade

A elaboração de um dicionário multilingue numa área vasta, complexa e actual coloca-nos perante necessidades processuais e dificuldades de entendimento da mais variada ordem, que crescem quando esta se debruça sobre o todo da sociedade humana e da sua evolução, ficando quem pesquisa estes domínios perante a confluência de conceitos e termos que estão, muitas vezes, envoltos num grande grau de interdependências e subjectividades.

A partir do subdomínio da *Mortalidade* procurámos desenvolver uma metodologia de extracção, estruturação e representação da informação conceptual que fosse aplicável, futuramente, a todos os domínios e subdomínios em que o dicionário se subdivide, pelo que passámos a identificar, em primeiro lugar, os princípios que orientam aquelas actividades. Assim, para alguns autores, como Eisele e Le Meur (1999:2), a estruturação de um sistema conceptual é descrita como um compromisso entre uma ordenação ontológica, familiar ao especialista, e uma ordenação semântica correspondente, que permite e resulta em comunicação. No entanto, como apontam Faber e Sánchez (2001:193), a organização conceptual não reside só na consulta ao especialista, acompanhada da recolha de textos em que os termos constem e da análise dos diferentes dicionários técnicos, como orientação para a organização dos conceitos em conjuntos. Implica também, por um lado, que se integrem os conceitos em estruturas cognitivas já existentes e, por outro, que se reconheçam e representem as relações hierárquicas e não hierárquicas que os novos conceitos estabelecem com outros.

O processo de desenvolvimento de um sistema de representação leva-nos a partilhar de uma outra perspectiva expressa por Faber e Sánchez (2001:195), segundo a qual um domínio terminológico não pode ser representado como um sistema totalmente fechado ou aberto, uma vez que o conhecimento especializado é uma *subdivision of our general knowledge system with flexible cognitive schemas, which allows the manipulation of ideas and the construction of hypothesis*. Esta perspectiva está de acordo com os pontos de

vista, anteriormente referidos, de Sager (1990) e Cabré (1999), para quem um sistema conceptual é desenhado de acordo com as necessidades e propósitos dos seus construtores e dos seus potenciais utilizadores, tendo em conta os valores sociais e culturais vigentes. A estes princípios de participação do especialista, de não exclusão de estruturas cognitivas já existentes e de flexibilidade do sistema, acrescem outros factores mais pragmáticos, que, como pudemos observar, influenciam a sua estruturação, de que destacaremos, nesta fase, o nível e o ritmo de desenvolvimento do domínio em questão e as possibilidades oferecidas pelas aplicações informáticas utilizadas no processamento da informação.

A conjugação dos elementos descritos conduz, à medida que a pesquisa se aprofunda e o acesso à informação veiculada pelos corpora aumenta, a reestruturações das macro e micro-estruturas dos diferentes domínios conceptuais, continuando os sistemas conceptuais abertos à inclusão de nova informação (conceitos) relevante e, como consequência, abertos também ao estabelecimento de novas relações e de novas perspectivas sobre os conceitos já inseridos na estrutura, tal como acontece com o subdomínio da *mortalidade*.

A relação corpus – sistema conceptual

À medida que o trabalho do terminólogo evolui, existe uma necessidade de reajustar o sistema conceptual para acomodar o novo conhecimento resultante do processamento da informação contida nos corpora. O surgir de novos conceitos e dos respectivos termos, e a sua consequente acomodação, ao longo das várias fases do processo terminológico, reflectem a natureza dinâmica do processo de construção de uma terminologia. A

estruturação do sistema conceptual, tal como os restantes elementos do processo, deve também, e necessariamente, ser dinâmica e flexível, de forma a reflectir, por um lado, a evolução da ciência e da linguagem de especialidade que veicula e, por outro, os resultados da pesquisa terminológica em curso.

Este processo possui, assim, um carácter circular e de interdependência entre os diferentes elementos, que pode ser representado da seguinte forma.

Aquelas duas características estiveram presentes em todo os momentos do desenvolvimento do dicionário e resultam da metodologia adoptada na sua elaboração, que se baseia no recurso à análise de um conjunto de corpora multilingues, através da qual surgem frequentemente novos conceitos, novas acepções e novas questões a pesquisar.

A macro e as micro-estruturas resultantes de uma primeira abordagem foram, assim, sofrendo alterações à medida que a informação obtida a partir dos corpora era processada e que surgia a necessidade de acrescentar novos domínios ou subdomínios ao sistema conceptual, o que conduziu também a uma redefinição de alguns dos conceitos em função das novas dimensões em que eram inseridos e, paralelamente, levou à redefinição da posição de vários conceitos no interior da estrutura do subdomínio a que pertenciam. Este processo circular e contínuo, desenvolvido de acordo com a perspectiva onomasiológica, serviu ainda como auxiliar na atribuição de designações aos conceitos que foram surgindo e para os quais não havia ainda uma denominação estável ou que correspondesse ao conjunto das características que compunham o conceito.

Conclusão

A estrutura básica do sistema conceptual de uma área de saber é o esquema estrutural no qual todos os conceitos relevantes devem encontrar seu lugar apropriado. Partindo deste princípio, e através da análise conjugada de diferentes tipos de fontes informativas, de que destacamos as obras científicas, as classificações internacionais, os tesauri e o corpus, procuramos determinar a posição de cada termo no sistema conceptual. Esta tarefa revelou-se de grande complexidade, em virtude dos diversos factores que tivemos de equacionar.

Assim, procurámos determinar, primeiro, o tipo de conceitos que compõem o subdomínio. Como resultado desse processo classificamos os conceitos em oito classes: *acontecimentos*, *modelos*, *métodos*, *estados*, *processos*, *causas (de morte)*, *classificações (internacionais)* e *indicadores (de medida)*. A partir desta classificação definimos uma tipologia de relações, aplicável a cada classe de conceitos. Com base nesta classificação, determinamos as relações entre todos os conceitos considerados relevantes para a estruturação do sistema conceptual do subdomínio. Uma vez estabelecidas as relações, procedemos ao posicionamento de

cada conceito no interior da estrutura. O resultado final pode ser descrito como uma estrutura conceptual composta por diferentes tipos de relações lógicas, ontológicas e complexas.

O processo aqui descrito permite-nos afirmar que a estruturação de um campo conceptual resulta na produção de terminologias mais controladas e com maior grau de coerência, uma vez que permite:

- analisar sistematicamente cada domínio ou subdomínio específico,
- controlar efectiva e eficazmente as relações que se estabelecem entre os conceitos do mesmo subdomínio e entre estes e os restantes,
- controlar a existência de equivalências entre línguas diferentes,
- recolher informação de forma mais eficiente e objectiva,
- nomear os novos conceitos em consonância com as designações do mesmo domínio,
- produzir definições de forma mais sistemática.

Uma vez estruturados os conceitos, poder-se-á proceder à sua representação gráfica, com base na informação formalizada e armazenada numa base de dados, para permitir que essa estrutura seja visualizada. A representação que daí resulte será, dadas as condicionantes informáticas, uma representação estática e bidimensional, que não nos permitirá apreciar na totalidade a multidimensionalidade de cada conceito. Será também, e necessariamente, uma estrutura aberta, que pode acomodar todos os novos conceitos, de forma a manter actualizado o sistema conceptual terminológico.

Como já indicamos antes, a abordagem da terminologia ao uso de representações não-verbais como elementos de comunicação especializada está ainda numa fase de desenvolvimento e discussão. Consideramos, no entanto, após uma análise dos pontos de vista de diferentes autores, que a tendência para o uso de representações não-verbais resultantes do processamento (semi)automático da informação terminológica é uma tendência de futuro, tendo os terminólogos, por força dos avanços tecnológicos, que incorporar e lidar com estas formas recentes de representação do conhecimento.

Esta não poderá, no entanto, ser uma tendência exclusora, dadas as necessidades de processamento computacional envolvidas. Deverá ser holística e sempre aberta a revisões, novas reflexões e, até, a novos percursos. Cabe aos terminólogos acompanhá-la e prever os seus possíveis desenvolvimentos, que passarão, por exemplo, pela criação de sistemas dinâmicos e multidimensionais, em que texto e a imagem se integram como meios de transmissão do conhecimento especializado. Deve-se também evitar que o actual panorama – em que se verifica a existência de múltiplas formas de representação, associadas a um sem número de aplicações informáticas, que não são compatíveis, nem utilizáveis, fora do ambiente em que se processou o seu desenvolvimento – continue a existir, uma vez que é, a nosso ver, um factor de dispersão dos conhecimentos, quando devia ser de integração.

Bibliografia Geral

- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes.
- CABRÉ, M. Teresa (1999). *Terminology – Theory, Methods and Applications*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins.
- FABER, Pamela (2000). “Terminographic Definition and Concept Representation”. in *Training the Language Services Provider for the New Millennium*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FABER, Pamela e SÁNCHEZ, M. Tercedor (2001). “Codifying Conceptual Information in Descriptive Terminology Management”. in *Meta*, XLVI, 1. Montréal: Les Presses de l’université de Montréal.
- GALINSKI, Christian *et al.* (1997). “Graphic and Other Semiotic Forms of Knowledge Representation in Terminology Management”. in *Handbook of Terminology Management – Volume 1: Basic Aspects of Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO) (1992). ISO 10241:1992 (E). *International Terminology Standards; Preparation and Layout*. Genève: ISO.
- KOCOUREK, Rostislav (1991). “Textes et Termes”. *Meta* Vol. 36, nº1. Montréal: Presses de l’Université de Montréal.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1994). “Neologia, Terminologia e Novas Tecnologias da Informação”. in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* Vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MORTUREUX, M. F. (1990). “L’hyponymie et L’hyperonymie”. in *Langages* nº 98. Paris: Larousse.
- PUSTEJOVSKY, J. e BOGURAEV, B. (1994). “Lexical Knowledge Representation and Natural Language Processing”. In *Natural Language Processing*. Cambridge: MIT Press.
- REY, Alain (1995). *Essays on Terminology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- RONDEAU, G. (1984). *Introduction à la Terminologie*. Québec: Gaetan Marin Editeur.

SAGER, Juan C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

SLODZIAN, Monique (2000). "L'émergence d'une terminologie textuelle et le retour du sens. In *Le Sens en Terminologie*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

WRIGHT, Sue Ellen (1997b). "Representation of Concept Systems". in *Handbook of Terminology Management – Volume I: Basic Aspects of Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

WRIGHT, Sue Ellen (2001). *Handbook of Terminology Management – Volume II: Applications-oriented Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

WÜSTER, Eugen (1991). *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexicographie*. Bonn: Romantischer Verlag.

Obras consultadas na Internet

EISELE, Herbert, e LE MEUR, André (1999). Formation à la Représentation Formelle et à la Gestion des Arbres Notionelles en Terminologie: Méthodes et Nouveaux Outils Normalisés. in *Actes de la Conférence sur la Coopération dans le Domaine de la Terminologie en Europe*. www.unilat.org/dtil/aet/actes/EISELE_LEMEUR.html. Consultado em 15 de Abril de 2005.

EM VEZ DOS *ELEMENTOS*

Kai Immig

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

kai.ser@clix.pt

Sinopse

— O artigo pode ser lido como uma pequena introdução à linguística funcionalista martiniana. Consiste numa breve apresentação comentada de alguns dos conceitos fundamentais (*monema, dupla articulação, relação funcional, valor axiológico*) da obra “Elementos de Linguística Geral”¹ aplicada, nas suas exemplificações, à língua alemã. Consideramos a abordagem de André Martinet digna de ser conhecida por todos os estudantes e interessados da linguística. Descreve e explica, de forma não-dogmática e simples, o funcionamento de um sistema linguístico, isto é, de uma língua humana (no original, da língua francesa), facilita o entendimento da dinâmica desse mesmo sistema e abre caminho para abordagens científicas (operação com elementos discretos, segmentação, comutação), também ao nível da significação.

Palavras-chave: Monema, Dupla Articulação, Relação Funcional, Valor Axiológico, Escolha, Sintagma Verbal.

O seguinte artigo consiste numa breve apresentação comentada de alguns dos conceitos fundamentais (*monema, dupla articulação, relação funcional, valor axiológico*) da obra martiniana “Elementos de Linguística Geral”² aplicada, nas suas exemplificações, à língua alemã. Consideramos a abordagem de André Martinet digna de ser conhecida por todos os estudantes e interessados da linguística. Descreve e explica, de forma não-dogmática e simples, o funcionamento de um sistema linguístico, isto é, de uma língua humana (no original, da língua francesa), facilita o entendimento da dinâmica desse mesmo sistema e abre caminho para abordagens científicas (operação com elementos discretos, segmentação, comutação), também ao nível da significação.

A linguagem, objecto da linguística, só existe na forma de línguas diversas e portanto a primeira preocupação do linguista consistirá em estudar tais línguas. Como elas se nos apresentam na sua qualidade primeira de instrumento de comunicação, convém começar por observá-las e descrevê-las no seu funcionamento, indicando de que

maneira cada uma analisa a experiência humana em unidades significativas ... (Martinet 1980: 33, sublinhado nosso).

Este excerto dos *Elementos* deixa bem claro que Martinet não concebe a linguística como disciplina prescritiva ou normativa. Entendemos que é tarefa essencial da linguística a observação e descrição objectiva do funcionamento do material verbal produzido em contextos de comunicação naturais.

Acontece, no entanto, que nem sempre é possível proceder à descrição de um *funcionamento* sem integrar, no mínimo implicitamente, uma *explicação* dos factos obtidos. Ao indicarmos de que maneira funciona uma língua, referimo-nos a uma análise rigorosa cujos resultados manifestarão sempre uma vertente produtiva.

Subscrevemos, neste sentido, a posição defendida por Talmud Givón que salienta a complementaridade das vertentes descritiva e explicativa e argumenta que, “no âmbito da linguística, as hipóteses deveriam constituir o centro da pesquisa teórica, em detrimento de uma mera catalogação do material recolhido” (cf. Givón 1979: 2).

Pode-se dizer, portanto, que a linguística funcionalista descreve o funcionamento de um sistema linguístico, fornecendo, em simultâneo, o material a ser analisado e explicado.

Não partindo (necessariamente) do princípio de uma «gramática universal» subjacente a todas as línguas humanas, o procedimento científico consiste, fundamentalmente, na identificação formal de unidades *pertinentes*³ dentro de um sistema dinâmico e na descrição das *relações funcionais* que estas unidades manifestam entre si. O que foi delimitado como 'dupla articulação' por Martinet refere-se aos níveis fonológico e sintáctico. Unidades de som discretas, não-portadoras de sentido próprio, identificáveis

através de processos de segmentação e de comutação e de *carácter distintivo* (os *fonemas*), estão em relação produtiva entre si e constituem os *sintagmas*, unidades discretas de outro nível. Os sintagmas são formados por *monemas*, isto é, *unidades significativas*, que são, igualmente, identificáveis através dos processos científicos de segmentação e de comutação.

O falante, usando a linguagem, ou melhor, uma língua, *escolhe* as unidades que lhe permitem a transmissão mais adequada da sua experiência a comunicar. *Escolha* não significa que o falante possa combinar unidades arbitrariamente, mas sim que escolhe as unidades linguísticas compatíveis em função da mensagem que pretende transmitir.

Dadas as necessidades de economia na própria constituição de um sistema linguístico (inúmeras experiências devem ser transmissíveis adequadamente através de um sistema operacional), o princípio da dupla articulação "(...) parece impor-se às comunidades humanas como sendo o que melhor se adapta às necessidades e disponibilidades do homem" (cf. Martinet 1980: 21). Por outras palavras, a dupla articulação parece reger o funcionamento de qualquer sistema linguístico.

Facilmente se aplica o que foi dito à língua alemã. Para transmitir a experiência relativamente à observação de um cão a caçar um gato, o falante alemão pode escolher a sequência sonora *ein Hund jagt eine Katze* ("um cão está a caçar um gato"). Escolhe no plano da primeira articulação *Hund* em vez de *Bär* ("urso") ou *Mann* ("homem") etc., *jagt* em vez de *beißt* ("morde") ou *trifft* ("encontra") etc., *Katze* em vez de *Schnecke* ("caracol") ou *Frosch* ("sapo"). No mesmo plano escolhe *ein* e *eine* (monema "indefinido") em vez de *der* e *die* (monema "definido"). No plano da segunda articulação opta pela escolha do fonema /h/ em posição inicial em /hunt/ em vez de /m/ (*Mund* /munt/, "boca") ou /f/ (*Fund* /funt/, "achado") etc., por /u/ em vez de /a/ (*Hand* /hant/, "mão") e assim por diante. Os quatro fonemas /h/, /u/, /n/, /t/ em /hunt/ são *pertinentes* na medida em que cada um é, na sua posição, relevante para a constituição do significante do monema. Pertinente também é o monema por transportar informação relevante para a constituição da frase que transmite a mensagem.

O conceito de monema, aliás, é usado pelo funcionalista em detrimento do termo «morfema», porque aquele remete para *valor*, enquanto o outro se refere à forma. No que diz respeito aos planos fonológico e sintáctico, interessa, ainda, salientar que, no ramo da linguística funcional, são, à partida, tomados em consideração somente valores ou significados com manifestação formal própria⁴. No caso acima descrito,

esta consiste no significante /hunt/ com o respectivo valor significativo de 'cão'. No que respeita ao estudo das unidades significativas, salienta-se que os monemas se distinguem, fundamentalmente, em dois tipos: monemas lexicais e monemas gramaticais. Enquanto os primeiros se referem a algo concreto fora do sistema linguístico e existem, por conseguinte, em número ilimitado, restringem-se os segundos à especificação dos significados dos primeiros ou à marcação de relações entre unidades (maiores). Os monemas gramaticais existem, logicamente, em número limitados⁵. A especificação de significado de um monema lexical por outro (lexical ou gramatical) é susceptível de ser feita através da *determinação*. Pode, por exemplo, o monema "plural" (no seguinte caso com a manifestação formal de /n/) determinar o monema *katze* ("gato"): [katse/ _ (det) /n/]

Enquanto inserida em contexto sintáctico (*ein Hund jagt Katzen*, "um cão está a caçar gatos") a unidade é considerada *sintagma nominal* (SN). O SN pode receber outras determinações, por exemplo por um adjectivo⁶ *weiß* (branco): [/weis/ _ /e/] (det) _ [/katse/ _ /n/]

O monema "plural" manifesta-se em dois pontos (/e/ e /n/). Diz-se, por isso mesmo, que tem um *significante descontínuo* (fenómeno de *concordância*). A unidade obtida mantém o seu estatuto de SN. A determinação observável é chamada *determinação interna* ou *intra-sintagmática*, devido ao facto de se realizar *dentro* do sintagma. Um monema verbal como /jag/ ("caçar") estabelece, em primeiro lugar, uma relação estreita com os monemas que especificam o seu valor significativo. Assim determinam os monemas de "presente"⁷ e de "3ª pessoa", cujo significante é um *amalgama* (/t/), o monema verbal (/jag/): [/jag/ _ (det) /t/] A determinação é, igualmente, de tipo intra-sintagmático. O sintagma resultante chama-se *sintagma verbal* (SV). Todo o relacionamento entre monemas é concebido de acordo com as *compatibilidades sintácticas* de classes pelas quais os monemas se encontram distribuídos.

Na frase-exemplo que inicialmente usámos, o SV recebe determinações por dois sintagmas que, por sua parte, já receberam determinações intra-sintagmáticas: [/ein hunt/] (det) _ [/jagt/]_ (det) [/eine katse/]
 A relação que os SNs estabelecem com o sintagma verbal (que, ao nível da frase em exemplo, funciona como *núcleo predicativo* ou, mais precisamente, *sintagma verbal núcleo predicativo - SVNP*) é considerada *determinação inter-sintagmática*. O esquema da nossa frase é: [SN] (det) _ [SVNP]_ (det) [SN]

Quando se entra no âmbito da sintaxe propriamente dita constata-se, como acabámos de ver, operações em diferentes *níveis hierárquicos*. Estas operações sintácticas podem, obviamente, manifestar-se de forma muito mais complexa.

A frase é a unidade máxima de observação e análise sintáctica. Dentro da frase o predicado (ou núcleo - SVNP) constitui o centro com o qual outras unidades estabelecem relações funcionais. De forma diferente das abordagens tradicionais que distinguem, geralmente, entre orações «principais» e «subordinadas» (devido à utilização de critérios sintáctico-semânticos), distinguimos, na linha de César Hernández Alonso, entre quatro tipos de *funções sintácticas* dentro da frase que se caracterizam por determinação sintáctica do predicado através de functemas. Na nossa frase-exemplo manifestam-se duas das quatro funções sintácticas: [/ein hunt/] (det) _ [/jagt/] (função 1) [/jagt/]_ (det) [/eine katse/] (função 2)

Ao espaço que corresponde à unidade «sujeito» dá-se o nome de *functema 1* (/F1/). O functema 2 (/F2/) corresponde, *grosso modo*, ao espaço do «complemento directo».

Os functemas 3 e 4, não preenchidos na frase-exemplo, correspondem, aproximadamente, aos espaços do «complemento indirecto» e do «complemento circunstancial» respectivamente. Todos os functemas determinam o SVNP sintacticamente. Podem ser comparadas as funções sintácticas com funções matemáticas na medida em que espaços em relação potencial são preenchidos (na matemática por números, na linguística por sintagmas ou functivos).

Espaços em relação potencial:

[] x []

Os espaços ou functemas não têm significado em si, mas encontram-se, em contexto linguístico, ocupados por functivos (/F1/ a /F4/), os quais configuram uma pré-estruturação de qualquer sentido a transportar, devido à sua relação específica (de determinação sintáctica) com o predicado (SVNP). Em Alonso (1986: 26) lemos: "El hablante conoce la serie de estructuras sintagmáticas con que funciona (...) [la

lengua]; y según el mensaje que quiere transmitir, selecciona unos signos, cuyos significados responden a conceptos, y los coloca en *los huecos funcionales de la estructura conveniente*" (itálico nosso). A estrutura conveniente e os espaços funcionais não podem ser tomados em consideração sem ser reconhecida a sua ligação estreita com a mensagem propriamente dita e, por isso mesmo, com todo o processo da significação. O esquema da frase, nesse sentido, é:

Esquema da frase: espaço ocupado por predicado espaços ocupados por functivos [SVNP] + (_) [F1] (função obrigatória)

± (_) [F2] (*função fac. ou oblig. dependente do verbo*)

± (_) [F3] (*função fac. ou oblig. dependente do verbo*)

± (_) [F4] (*função facultativa*)

Os functemas encontram-se preenchidos por *functivos* (em forma de sintagmas).

Orações «subordinadas» enquadram-se no esquema:

Functemas preenchidos (ou não) por functivos:

(a) *Ein Hund jagt eine Katze.* ("Um cão está a caçar um gato.")

(b) *Ich gebe dir die Schlüssel morgen.* ("Dou-te as chaves amanhã.")

(c) *Ich wollte, du hättest mehr Zeit.* ("Queria que tivesses mais tempo.")

Esquematisação:

[F1] + [SVNP] ± [F2] ± [F3] ± [F4]

(a) [ein Hund] + [jagt] ± [eine Katze] ± [] ± []

(b) [ich] + [gebe] + [die Schlüssel] + [dir] ± [morgen]

(c) [ich] + [wollte] + [du hättest mehr Zeit] ± [] ± []

Acerca do carácter e da importância das funções sintácticas comenta Vieira Santos (1999: 57/8):

As funções sintácticas reconhecíveis no âmbito da frase não são portanto mais que uma das configurações possíveis da função comunicativa. Na nossa óptica "funcionalista", as funções (sintácticas) são no fundo o prolongamento natural da função (comunicativa), embora, pelo facto de organizarem a frase, ou melhor, de permitirem estabelecer ligações entre unidades da frase que exprimem ou reflectem as ligações externas à linguagem (as do pensamento do falante, as relações entre objectos, em suma, o que se pretende comunicar a outrem), tenham certamente um papel fundador.

Note-se a impossibilidade de operar com as funções sintácticas sem reconhecer o seu contributo no processo de significação. Ao mesmo tempo é imprescindível não misturar os planos sintáctico e semântico no sentido de manter todo o processo de descrição e análise, de facto, linguístico.

I.1.1. A abordagem funcionalista do sentido

A dificuldade que se manifesta ao linguista que se debruça sobre o *sentido* é o facto de a semântica não ser passível de um tratamento tão rigoroso como é a sintaxe. Os métodos aí aplicados não se deixam transportar ao reino do sentido. Por um lado manifesta o signo linguístico a sua forma indissociável do seu conteúdo, por outro lado não existe relação unívoca entre estas duas faces significante e significada. O problema consiste, metodologicamente, na inacessibilidade do sentido aos métodos linguísticos (segmentação e comutação).

Com a introdução da *axiologia* (do grego *axia*: valor), referida por Martinet pela primeira vez em 1973¹¹, estabelece-se um método linguístico que permite encarar o processo de significação como um processo de duas vertentes complementares. Uma está ligada ao plano sintáctico, a outra ao plano semântico-pragmático. A *axiologia* parte do princípio de cada monema possuir um significado constante, isto é, um *valor* que actualiza, em contexto de comunicação, de acordo com aquilo que o falante pretende transmitir, o sentido adequado. Fora de contexto, o monema possui somente potencialidades semânticas; inserido em contexto, ou seja, em uso, manifesta o seu valor do qual actualiza a faceta relevante para a comunicação, faceta essa da qual pode sempre ser deduzido o seu valor subjacente. O monema, unidade formalmente

manifesta e portador de um valor significativo constante, dispõe, desta maneira, dos requisitos para uma abordagem científica da significação.

Uma vertente do processo da significação torna-se acessível à análise linguística, como Vieira Santos (1999: 66-69) explicita. Entre os planos teóricos da sintaxe e da semântica introduz-se o plano da *axiologia* e alarga-se, por assim dizer, o escopo da análise verdadeiramente linguística. A *axiologia* constitui portanto "uma ciência dos valores dos significados" enquanto a semântica trata dos "factos do sentido em geral" (Martinet 1985: 200). Afirma-se, ainda, que a construção da significação na sua globalidade não pode ser apenas *axiológica*, como a escola martinetiana sugerira (cf. Vieira Santos 1999: 373), mas *íntegra*, devido à própria natureza da linguagem, a vertente semântico-pragmática.

Mesmo que não seja possível identificar o valor de um monema lexical positivamente (os monemas lexicais constituem campos abertos), é lógico que esse é delimitado pelo facto de tudo a que não diz respeito estar fora do seu âmbito. Quanto aos monemas gramaticais, que existem em número limitado, é mais fácil a concepção teórica para uma delimitação positiva. Atribuem-se, em língua portuguesa, valores específicos às modalidades verbais que se encontram distribuídas por quatro classes. O critério para a identificação das classes é a possibilidade/impossibilidade "de se lhes atribuir qualquer valor definido por referência a um ponto, contextual ou situacional, do enunciado" (Barbosa 1998: 55). Isto é, as modalidades verbais caracterizam-se:

(...) em primeiro lugar, pelas relações que entre elas se estabelecem na língua, ou seja pelos valores que as caracterizam, independentemente das realidades extralinguísticas que podem designar e dos efeitos de sentido que se lhes podem associar (Barbosa 1998: 51).

Sentido deve ser entendido como actualização contextual ou situacional de *valor*.__

Bibliografia

BARBOSA, Jorge Morais (1994). *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*, Coimbra: Almedina.

GIVÓN, Talmy (1979). *On understanding grammar*, New York: Academic Press.

MARÇALO, Maria João Broa Martins (1992). *Introdução à linguística funcional*, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.

MARTINET, André (1973). *Grammaire fonctionnelle du français*, 3^a éd. revue, Paris: Didier, 1979. 115 – 128.

MARTINET, André (1980). *Elementos de linguística geral*, 11^a ed. port. (traduzida por Jorge Morais Barbosa da 4^a ed. franc.), Lisboa: Livraria Sá de Costa Editora, 1991 (1^a ed. port. 1964 trad. da ed. original, 1960).

MARTINET, André (1985). *Syntaxe générale*, Paris: Armand Colin.

VIEIRA SANTOS, Joana (1999). *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa (uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática)*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VERBOS PREFIXADOS ALEMÃES E A SUA TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS

Análise contrastiva do conto *Mein Onkel Fred*, de Heinrich Böll

Eduarda Maria Ferreira da Mota

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

emota@iscap.ipp.pt

Sinopse

Este artigo analisa os verbos prefixados alemães e a sua tradução para português através da análise contrastiva do conto *Mein Onkel Fred*, de Heinrich Böll, e a sua respectiva tradução para português. Começa-se por um enquadramento teórico onde se revê a formação dos verbos prefixados alemães nos seus aspectos morfo-estruturais e léxico-semânticos, seguindo-se uma análise contrastiva da Derivação Prefixal na Língua Portuguesa com a Derivação Prefixal em Língua Alemã, acompanhada por um levantamento dos Verbos Prefixados e Tipos Tradutivos, nomeadamente, das Formações Prefixais, *Simplizia* e Paráfrases. Por último, ilustram-se estes tipos tradutivos através da análise de verbos prefixados alemães e respectivas traduções para a língua portuguesa com base no conto já referenciado anteriormente.

Palavras-chave: Prefixação; Tipos Tradutivos; *Simplizia*; Paráfrases.

A abordagem que aqui fazemos dos verbos prefixados alemães e sua tradução para português baseia-se na análise contrastiva do conto *Mein Onkel Fred*, de Heinrich Böll, e sua respectiva tradução para português. A razão para esta selecção assenta na grande diferença que existe entre a formação verbal na língua alemã e na língua portuguesa e no reflexo que esse facto tem na tradução. A formação verbal alemã ocorre frequentemente por prefixação e os verbos prefixados caracterizam-se por um comportamento muito particular, tanto a nível estrutural como a nível semântico. Já em português, não encontramos uma identidade verbal, visto que não se recorre com tanta frequência ao processo de prefixação e, em termos de tradução, isto significa que não existem, na maioria dos casos, correspondências directas em português para as formações prefixais alemãs. Esta constatação é ainda mais pertinente em termos de tradução literária, pois há aí maior recurso à formação de novas palavras o que aumenta o trabalho do tradutor.

1. A formação dos verbos prefixados em alemão

A língua alemã caracteriza-se por uma grande tendência para a formação de palavras novas, tanto a nível nominal como a nível verbal. Este fenómeno advém da necessidade permanente de designar novas ideias e objectos. Entendemo-la no sentido de Fleischer e Barz: *Wortbildung ist die Produktion von Wörtern (Wortstämmen) auf der Grundlage und mit Hilfe vorhandenen Sprachmaterials (...)* (Fleischer e Barz,

1995:5). É assim que, a partir da junção de dois morfemas ou mais, se constrói uma nova palavra. A nossa análise vai incidir sobre a formação verbal, onde a prefixação é a tipologia mais frequente e, dentro deste tipo de formação, vamos debruçar-nos exclusivamente sobre a prefixação verbal constituída por verbo base mais partícula separável, sendo que as partículas separáveis pertencem, na nossa análise, ao grupo das preposições e dos advérbios. Temos, assim, formações constituídas por verbo base mais preposição e verbo base mais advérbio. Fleischer e Barz incluem o primeiro tipo de formação na derivação, que definem do seguinte modo: *Die beiden UK₁ werden unterschieden als Derivationsbasis und Derivationsaffix (oder Derivatem). Die Derivationsbasis ist ein freies Morphem bzw. eine freie Morphemkonstruktion als Wort oder Wortgruppe* (Fleischer e Barz 1995:45).

Uma parte do segundo tipo de formação é incluída na composição:

Die beiden

UK werden als Erstglied und Zweitglied unterschieden (...) (op.cit.:47).

¹ UK, unmittelbare Konstituente.

² Na composição, Fleischer e Barz, consideram as formações verbais constituídas por verbo mais elemento adicional, podendo este elemento ser um outro verbo, um substantivo, um adjectivo ou um advérbio de lugar ou de tempo. Por outro lado, na derivação, incluem as formações verbais que derivam de um substantivo (ex. *ölen*), de um adjectivo (ex. *etwas blondieren*), a prefixação por preposição, a sufixação e a dupla derivação.

Nem sempre é fácil categorizar os morfemas que, por um lado, têm vida própria e que, por outro lado, se combinam com outros morfemas na construção de novas palavras. Fleischer e Barz, a propósito desta dificuldade, referem o grupo dos prefixos verbais (na sua maioria constituídos por preposições) e mostram como a relação semântica entre morfema base e prefixo pode variar dependendo da base derivante:

Ein synchroner Schnitt (...) muss die Morpheme jeweils jener Klasse zuordnen, für die die meisten ihrer Merkmale gelten. Bei den verbalen Präfixen ist das jedoch besonders schwierig, weil das dominante Differenzierungsmerkmal, der Bedeutungsunterschied zwischen Grundmorphem und Präfix, graduell abgestuft ist und sich (...) sogar bei ein und demselben Wort in einem Übergangsstadium befinden kann (op.cit.:30).

Estes autores sugerem que se faça o estudo funcional e semântico do desenvolvimento do morfema na construção da nova formação para o poder depois classificar e catalogar. A dificuldade de categorização junta-se ainda a falta de unanimidade entre os teóricos quanto à inclusão de alguns tipos de prefixação na derivação ou na composição, como veremos mais adiante. Não nos iremos debruçar sobre estas questões polémicas, já que nos interessa sobretudo caracterizar, estruturalmente e semanticamente, as formações resultantes dessa prefixação verbal para, em seguida, considerar as suas traduções possíveis.

Reportamo-nos à definição apresentada por Ettinger para considerar verbos prefixados:

Präfixverben sind a) Verben, die durch einen trennbaren bzw. nichttrennbaren Verbzusatz modifiziert werden, wobei zwischen Grundwort (Verb) und modifiziertem Wort semantische Kontinuität bestehen muß (...) (1997:305).

Os verbos prefixados são formados por verbo base mais partícula, separável ou inseparável, sendo que Ettinger usa o termo complemento verbal (*Verbzusatz*), para que este possa incluir palavras pertencentes a várias classes morfológicas, como sejam as preposições, os advérbios, os adjectivos e os substantivos. Relativamente à ligação entre radical e palavra deste derivada, menciona-se, na definição supracitada, a necessidade da existência de continuidade semântica entre as duas palavras. A continuidade semântica entre verbo base e verbo prefixado baseia-se no facto de o significado da palavra primitiva ser simultaneamente modificado mas, ainda, de algum modo, preservado. Assim, segundo esta definição, ao verbo *atmen* correspondem os verbos prefixados *einatmen* e *ausatmen*, excluindo-se desta definição os verbos prefixados, que só o são a nível formal, isto é, que do ponto de vista sincrónico não têm nenhuma ligação semântica à palavra primitiva ou base (como por exemplo *begreifen* e *greifen*). Também verbos prefixados que não possuem palavra base ficam de fora, como *ergötzen* (não existe *götzen*). Existe continuidade semântica nos verbos do tipo *sich freikämpfen*, *sich krankarbeiten*, etc., já que, aqui, o complemento do verbo descreve ou caracteriza o verbo base (*vide* Ettinger 1997:305- 306).

É, exactamente, a questão da continuidade semântica que vai estar no cerne da nossa análise. Não nos debruçaremos sobre as formações lexicalizadas³, ou seja, aquelas formas cuja relação entre prefixo e morfema de base não são de imediato imanentes e que só uma análise diacrónica nos leva ao seu significado, permitindo-nos entrever se, no passado, se tratou de uma construção motivada e qual a explicação semântica para essa lexicalização.

Vamos começar por apreender os processos morfo-estruturais que estão na base das formações verbais prefixais para, depois, analisarmos os aspectos léxicosemânticos inerentes a esses processos.

1.1 Aspectos morfo-estruturais

Ao analisarmos a constituição da estrutura formal de um verbo prefixado observamos que este é gerado a partir de um morfema base ao qual é adicionado um outro morfema, neste caso, um prefixo. Convém lembrar que a gramática da língua alemã distingue três grupos dentro dos verbos prefixados: verbos de partícula inseparável, verbos de partícula separável e verbos de partícula ora separável ora inseparável.

³ Lexicalização: processo linguístico pelo qual uma forma se torna estável, isto é, transforma um grupo de morfemas ou sintagmas em unidade lexical (Lamas *et.al.*: 2000:270).

A análise morfo-estrutural vai indicar-nos, ou mostrar-nos, algumas tendências de comportamento destas formações, nomeadamente, os tipos de formações existentes (prefixais ou outros tipos de formação), a sua frequência⁴, a sua produtividade⁵ e, ainda, quais as classes de palavras mais representadas, questões que teremos em conta na nossa análise.

As modificações morfo-estruturais originam mudanças a nível semântico que vamos passar a tratar de seguida.

1.2 Aspectos léxico-semânticos

Em termos lexicais, focámos já que o verbo prefixado é formado por verbo base mais a partícula ou prefixo e que este último pode pertencer a várias classes de palavras, que, ao juntarem-se ao radical, o modificam em termos semânticos⁶. Podemos afirmar que os prefixos acrescentam ao verbo base componentes de significado que podem ser de ordem temporal, espacial ou modal, como veremos.

A tentativa de classificação por agregação a diferentes tipos nem sempre é fácil, não só devido à polissemia dos prefixos mas também ao facto de o verbo base influenciar o significado total do verbo prefixado, de tal modo que temos frequentemente formações prefixais que partem do mesmo prefixo mas cujo conteúdo semântico diverge.

A nossa classificação segue o modelo proposto por Fleischer e Barz (1995), no qual, para além das já nomeadas modificações semânticas a nível espacial, temporal e modal da acção verbal, ainda se diferencia o modo de acção (*Aktionsart*), considerado como sendo “(...) uma categoria “objectiva”: [esta] representa o modo como apreendemos a realidade extralinguística. O verbo consubstancia lexicalmente o modo de apreensão da realidade.” (Vilela,1999: 65).

Relativamente ao aspecto espacial, Fleischer e Barz distinguem ainda as seguintes formações: *lokal / dimensional und lokal / relational*. No primeiro caso, junta-se um dado modal sobre a localização, ou direcção, da acção relativamente à orientação do falante, na forma tridimensional (*aufschauen – nach oben schauen*). Já no segundo caso – *lokal/relational* – estabelece-se uma relação entre a acção e um objecto (*etwas ankleben – an die Wand kleben*), podendo-se afirmar que têm um sentido preposicional.

As componentes semânticas temporais adicionadas ao verbo base através de prefixos levam a que as acções sejam relacionadas entre si num eixo temporal, como, por exemplo, em *vorkeimen (vorher - vor dem eigentlichen Keimproze_ keimen)*, em *nachbestellen (erneut - nach dem eigentlichen Bestellen bestellen)*, ou ainda no sentido de antecipação do futuro *für zwei Tage vorkochen (im vorraus kochen)* (vide Fleischer e Barz 1995: 318).

As modificações a nível modal consistem na complementação do significado do verbo base por componentes semânticos, tais como *offen (aufmachen)*, *geschlossen (zuklappen)*, *falsch (sich verrechnen)*.

⁴ Segundo Ettinger, há poucos dados científicos sobre a frequência dos verbos prefixados. Para os classificar, usam-se expressões como frequentemente, abundantes, pouco abundantes. Neste campo, existem apenas alguns estudos isolados.

⁵ É um dado consensual que os verbos prefixados alemães são muito produtivos e Ettinger sugere: *Untersuchungen zur Produktivität der Präfixverben laufen im wesentlichen hinaus, da_ die Produktivität einzelner Präfixe herausgearbeitet wird, z.T. mit Berücksichtigung eventueller Konkurrenzpräfixe und da_ zur genauen Erfassung der Produktivität zwei segmentartige zeitliche Einschnitte gewählt werden und die Zu- oder Abnahme der Präfixe innerhalb dieses Zeitraumes registriert wird* (Ettinger 1997:308).

⁶ Em algumas formações verbais as modificações semânticas são acompanhadas por mudanças a nível sintáctico, isto é, alterações de valência do verbo base, questão que não vamos tratar no presente estudo.

O modo de acção é diferenciado pelos aspectos incoativo (*entbrennen*), durativo (*durchfeiern*), perfectivo (*verblühen*), intensivo (*aufzeigen*), resultativo (*erhandeln*) e pontual (*aufschreien*) (vide Fleischer e Barz 1995: 318).

Como focámos, nem sempre é fácil distinguir os vários tipos de formação e os seus diferentes significados, mas, no âmbito tradutivo, a análise de todos estes componentes ganha grande pertinência.

1.3 A Derivação Prefixal na Língua Portuguesa e o seu contraste com a Derivação Prefixal em Língua Alemã

1.3.1 A Derivação Prefixal na Língua Portuguesa

Reportamo-nos aos gramáticos Lindley Cintra e Celso Cunha para apresentarmos algumas considerações sobre a formação de palavras⁷ em língua portuguesa. É de notar que o português, bem como as línguas românicas em geral, não recorre com tanta frequência, como o faz a língua alemã e as demais línguas germânicas, aos processos de formação nominal e verbal de novas palavras. É esta, aliás, uma das razões por que este tema não tem sido alvo de tantos estudos como os que encontramos em língua alemã. A definição de formação de palavras dos gramáticos portugueses acima mencionados é bastante semelhante à de Fleischer e Barz, por nós já apresentada:

Chama-se Formação de Palavras ao conjunto de processos morfosintácticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais. Utilizam-se assim, para formar as palavras, os afixos de derivação ou os procedimentos de composição (Cunha e Cintra 1997: 85).

Ao distinguirem os processos de composição e de derivação, estes autores adiantam que, quanto à derivação prefixal, esta tem origem, em geral, em advérbios ou preposições que têm, ou tiveram, vida autónoma, distinguindo entre prefixos que são meras partículas, sem existência própria, como por exemplo *des-*, *re-*, de elementos prefixais que funcionam como palavras independentes, tais como *contra-entre-*. No primeiro caso, haveria derivação e, no segundo, composição, mas como nem sempre é fácil fazer esta distinção, preferem considerar a formação de palavras por prefixos como um tipo de derivação, a derivação prefixal.

Tanto os prefixos como os sufixos formam novas palavras que conservam de regra uma relação de sentido com o radical derivante; processo distinto da composição, que forma palavras não raro dissociadas pelo sentido dos radicais componentes (Cunha e Cintra 1997: 85).

É de notar que é à derivação que se dá o atributo de continuidade semântica referida por Ettinger para definir verbos prefixados, sendo esta a forma de que nos vamos ocupar no nosso estudo.

A maioria dos prefixos na língua portuguesa são de origem latina ou grega, embora, normalmente, não sejam sentidos como tal, já que alguns sofrem modificações em contacto com a vogal e com a consoante inicial da palavra derivante.

Para além das modificações fónicas, acresce ainda que a maioria destes prefixos sofreu um processo de lexicalização, tendo perdido o seu significado próprio na junção com outro morfema e na consequente formação da nova palavra.

⁷ Existe a controvérsia entre os linguistas contemporâneos quanto à área a que pertence a formação de palavras: originalmente estudada no âmbito da morfologia, discute-se, hoje, se esta pertence ao léxico, à semântica ou, mesmo, à sintaxe (vide Cunha e Cintra 1997: 85).

1.3.2 Derivação Prefixal portuguesa e alemã

Wandruszka apresenta um estudo comparativo entre a formação verbal por prefixação nas línguas germânicas e os seus equivalentes nas línguas românicas, chegando à conclusão que os elementos explicitados nas línguas germânicas através da prefixação se encontram na sua maioria implícitos nos verbos de origem românica, apresentando, para esse efeito, um grande número de exemplos ilustrativos: *Er nimmt sein Hut ab... Er hebt seinen Hut auf... Er setzt den Hut auf*, “Tira o chapéu... Apanha o chapéu... Põe o chapéu”. Ou ainda *Er stand auf, trank im Stehen sein Bier aus*, “Levantou-se e bebeu a cerveja de pé” (vide Wandruszka 1969: 459).

Wandruszka distingue dois processos: um verbo com uma partícula que indica um movimento, uma direcção, ou que explicita, de diferentes maneiras, explicita um processo ou estado, e, por outro lado, um verbo simples, onde é no contexto e na situação que se encontra o implícito.

À partícula direccional alemã corresponde, como vimos, frequentemente um verbo direccional românico. A direcção do movimento (*hinaus*) é designada, nas línguas românicas, pelo verbo (sair); o tipo de movimento não é expresso nas línguas românicas, resulta de si próprio, este é compreendido como implícito. O que as línguas germânicas dizem com duas palavras, dizem as românicas, frequentemente,

com uma e de uma forma igualmente clara ou inequívoca. A disponibilidade polissémica das partículas de movimento é muito grande, como exemplificaremos na parte prática deste trabalho.

Wandruszka realça ainda que só a língua alemã tem o par *her- hin-*, para mostrar se o movimento é em direcção a nós ou em direcção a um objectivo, *her/hinlaufen, her/hinschauen, her/hinzeigen*: *Das Deutsche ist eine besonders kompositionsfreudige Sprache. Die beiden Richtungszusätze her und hin unseres subjektiven Koordinatensystems »EGO –HIC –NUNC« (...) verbinden sich mit schon vorhandenen objektiven Richtungszusätzen zu einem komplexen Richtungshinweis: hereinlaufen-hinauslaufen, herunterfallenhinunterfallen* ... (Wandruszka, 1969:470).

Seguem-se alguns exemplos ilustrativos:

- *vorerst sah er wartend und still wie ein ängstlicher Schüler und starrte neugierig und liebevoll zu dem Meister hinüber....* Na tradução temos “fitou”.

- *Er sah nicht, da_ der Meister mehrmals zu ihm herüberblickte....* Traduzido por “olhara para ele”.

- *Ich sah dem Dienstmann nach, der mein Gepäck mit seinem Karren ins Haus Modestgasse 7 hinüberfuhr.* Os equivalentes são “segui com os olhos” e “que levava”.

Segundo Wandruszka nenhuma outra língua tem este tipo de instrumento:

Jeder Übersetzer wei_ das nur zu gut: her und hin schaffen im Deutschen auf Schritt und Tritt ein ganzes Netz von Raumbeziehungen, subjektiv orientiert am Sprecher, am Erzähler, an der Gestalt, mit der der Erzähler sich gerade identifiziert (op.cit.: 471).

Também as línguas românicas têm partículas direccionais, tais como “para fora”, “embora”, etc. Por que fazem estas línguas tão pouco uso deste processo?

Wandruszka diz-nos que só podemos responder a esta questão com suposições e lembra que o latim tinha dois meios para atribuir ao verbo uma direcção, por advérbio ou prefixo, processo aliás idêntico ao germânico. A resposta para a pergunta acima mencionada estará talvez no uso e desgaste fónico desses elementos, já que, como também mencionam Cunha e Cintra, houve prefixos que se fundiram entre si, *ab-* e *ad-*, *de-* e *dis-*, e outros que se incorporaram no verbo, como por exemplo no verbo sair que deriva da palavra latina *ex-ire*.

Vielleicht hat die phonetische Reduktion der Präpositionen und Präfixe den Ansto_ dazu gegeben, den Ausdruck der Richtung mehr in das Verbum selbst zu verlegen, sich mehr und mehr reiner Richtungsverben zu bedienen. Denn das ist ja der entscheidende Unterschied zu der germanischen Vorliebe für den Richtungszusatz: die romanische Tendenz zum reinen Richtungsverbum (op.cit: 476).

⁸ Vide Wandruszka 1969:470-77.

⁹ O equivalente tradutivo escolhido é, neste caso, um verbo simples complementado por uma expressão. Este recurso é muito comum na tradução de verbos prefixados alemães para português,

como veremos em 2.1.

Wandruszka lembra ainda que estes verbos românicos indicam direcção ou modo de acção, enquanto os verbos germânicos transmitem modo e direcção do movimento, simultaneamente, como se ilustra de seguida:

- *Er begann im Dunkeln aus dem Hafen hinauszurudern* - começou a remar na treva para fora do porto.

- *Als er in den kleinen Hafen hineinsegelte* - quando entrou no pequeno porto.

Estes exemplos mostram com que facilidade a língua alemã une tipo de movimento com direcção de movimento, enquanto as línguas românicas ou desistem do modo ou o recuperam mais tarde e isto leva, muitas vezes, na língua germânica, a redundâncias informativas, e, na língua românica, a deficiências informativas.

Como vimos, Wandruszka menciona, na sua análise, quase exclusivamente prefixos preposicionais indicadores de movimento, conquanto lembre que a língua alemã também recorre à prefixação por meio de advérbios e adjectivos, acabando por concluir, na sua análise, que a composição verbal nas línguas românicas está pouco desenvolvida, ainda mais se em comparação com a língua alemã como é, aqui, o caso.

1.4 Verbos prefixados e tipos tradutivos

Ao estudar-se as possibilidades tradutivas dos verbos prefixados alemães para português chega-se à conclusão que há três tipos tradutivos possíveis¹⁰:

- 1) Tradução por verbo prefixado em português;
- 2) Tradução por *Simplex*, verbo constituído por uma palavra primitiva;
- 3) Tradução por paráfrase.

1.4.1 Formação Prefixal

No primeiro tipo, temos o verbo prefixado alemão a ser traduzido por um verbo prefixado português (*nach-kommen* / cor-responder), ambos formados por prefixo mais morfema base. Nestes casos, há que ter em conta a diferença entre uma palavra composta por prefixação e formas já lexicalizadas, onde o prefixo perdeu o seu significado próprio, aspecto muito comum na língua portuguesa. Na língua alemã há menos ocorrências destas formas lexicalizadas, mas é de notar que estas constituem uma dificuldade para os não nativos, pois é geralmente por troca paradigmática que se chega ao significado do prefixo. Embora esta combinação tradutiva seja a mais idêntica a nível formal nas duas línguas, é necessário ainda investigar se a nível de conteúdo há também identidade.

1.4.2 Simplex

No segundo tipo tradutivo, temos o verbo prefixado alemão a ser traduzido por um verbo *Simplex* em língua portuguesa (*an-fangen* / começar), processo muito comum, como vimos, referenciado por Wandruszka. Neste caso, perde-se o prefixo em português e é imprescindível que o tradutor analise se a essa perda a nível morfológico corresponde uma perda a nível semântico. Vimos como, em alguns casos, o verbo românico comporta implicitamente o que é explicitado no prefixo germânico, mas, se não for esse o caso, compete ao tradutor lançar mão de estratégias tradutivas, como sejam o reforço do *Simplex* por uma outra palavra ou expressão. Se for esta a opção tradutiva, vamos cair no terceiro tipo tradutivo, isto é, na tradução do verbo prefixado alemão por recurso à paráfrase.

1.4.3 Paráfrase

Quanto a este último tipo tradutivo, podemos afirmar que ele surge quando não é encontrada em português uma forma de expressão que tome a mesma forma morfológica e semântica do verbo prefixado original (*zu-nicken* / acenar com a cabeça). Opta-se então pela paráfrase, que entendemos

como (...) a reformulação de um enunciado: geralmente o segundo enunciado torna-se mais longo e mais explícito do que o primeiro (Lamas et.al., 2000: 360).

¹⁰ Vide Carvalho 1995: 5-6.

Ou ainda, como afirma Dryden, no Prefácio à sua tradução das *Epístolas de Ovídio*: (...) *paraphrase, or translation with latitude, where the author is kept in view by the translator, so as never to be lost, but his words are not so strictly followed as his sense; and that too is admitted to be amplified, but not altered* (apud Robinson 1998: 166).

Esta amplificação do texto original mencionada por Dryden é alvo de estudos neste âmbito tradutivo. Temos, por exemplo, um estudo levado a cabo por Blum- Kulka (2000), onde se comparam textos traduzidos com os seus originais, chegando-se à conclusão de que os textos traduzidos tendem ser mais explícitos do que os originais, o que regista uma preocupação da parte dos tradutores para que não haja diminuição semântica.

Também Hüsgen retoma esta temática, acrescentando o conceito de *Hinzufügungen* (acrescentos), que, por sua vez, engloba *Zusätze* (informações suplementares) e *Spezifizierungen* (especificações), entendidas do seguinte modo:

Im Bereich der Hinzufügungen wird zwischen 'Zusätzen' und 'Spezifizierungen' unterschieden. Bei Letzerem handelt es sich um die Übersetzungslösungen, wo der Übersetzer in einem nicht eindeutigen, abstrakten Übersetzungsinhalt disambiguierend eingreift und den Grad der Differenzierung im Vergleich mit dem AT [Ausgangstext] erhöht. Dagegen gehören zu den Zusätzen all die Übersetzungslösungen, denen im AT keine Texteinheiten zugeordnet werden können und die folglich vom Übersetzer zusätzlich beigefügt worden sind (1999: 331-332).

Registamos vários tipos tradutivos que recaem nestas categorizações e que tentaremos ilustrar no ponto seguinte deste artigo.

2. Análise contrastiva dos verbos prefixados alemães e portugueses¹¹

A análise semântica contrastiva dos verbos prefixados alemães e seus equivalentes portugueses que apresentamos neste ponto tem como base o conto *Mein Onkel Fred*, de Heinrich Böll, escrito em 1951 e publicado em 1972, e a sua respectiva tradução para português, “O meu tio Fred”, por Veronika Vasconcelos, editada em Portugal, na Coleção Livros de Bolso, Publicações Europa América, sem data.

Dividimos a análise pelos três tipos tradutivos já expostos anteriormente, ou seja, as formações prefixais, *Simplizia* e paráfrases.

2.1 Tipos Tradutivos

2.1.1 Formações Prefixais

Este tipo de equivalência é o menos representado na nossa análise, facto que deriva, como vimos anteriormente, de as línguas germânicas tenderem para a composição verbal formada por elementos que explicitam a acção ou o estado, enquanto as línguas românicas optam frequentemente pelo implícito, isto é, a informação é veiculada implicitamente através do contexto e da situação. O prefixo *an-* ¹²(*sehr produktiv*) *an-winkeln* (dic.) en-colher A formação derivante com o prefixo *an-* sinaliza o movimento de aproximação à pessoa ou objecto nomeado, designado pelo verbo base, como no verbo de aproximação *anwinkeln*. No verbo prefixado “encolher” temos o prefixo *en-*, derivado do latim *in*, (em, para), preconizando um “movimento para dentro”, e o radical “colher”, também de origem latina, *colligere*, significando coligir, recolher ou reunir. Os dois prefixos, alemão e português, têm o mesmo significado semântico. Os radicais, esses, não têm o mesmo sentido, já que em alemão a acepção é “dobrar as pernas”, o verbo é derivado do substantivo *Winkel* (canto ou dobra) e, em português, temos o sentido de “juntar as pernas”; no entanto, estes verbos derivados, em conjunto com os respectivos prefixos, são semelhantes e usados na mesma acepção, isto é, “juntar as pernas, dobrando-as de encontro ao corpo”.

¹¹ Apresentamos aqui apenas alguns exemplos ilustrativos. Para consultar a análise integral ver Eduarda Mota, "Verbos Prefixados Alemães e a sua Tradução para Português", ISCA/IPP, Porto, 2003, Lição apresentada em Provas Públicas para Professor Coordenador.

2.1.2 *Simplizia*

Este tipo tradutivo é o mais frequente nesta tradução: o verbo prefixado em alemão é traduzido por um *Simplex* em português. Neste caso, temos de analisar se o prefixo do verbo no TP (texto de partida) está contido semanticamente no *Simplex* do TC (texto de chegada) ou se, ao contrário, se verifica uma certa perda de significado por falta de prefixo em português. Iremos analisar ainda se se recorre a estratégias de

compensação dessa perda semântica ou não. O prefixo *auf-* (*sehr produktiv*) *auf-tauchen* (dic.) ver-se O prefixo *auf-* pode adicionar ao verbo base mais do que um sentido; no exemplo do verbo prefixado *auf-tauchen*, o sentido do prefixo é espacial, ilustrando um movimento "para cima". Neste verbo prefixado, o verbo base já contém a componente direccional e o prefixo serve para intensificar essa componente. Ao traduzir-se este verbo pelo *Simplex* "ver-se" regista-se uma nítida perda de significado, já que não está expresso o sentido de movimento, movimento esse que assume um valor essencial e cheio de simbologia, como ficará expresso de seguida.

Comparando excertos do TP e do TC, temos (...) *an vielen Ecken nun tauchten Blumenstände auf* (...). Na versão portuguesa lê-se "(...) por todos os lados *se viam* quiosques de flores (...)." Sugerimos a seguinte tradução: "(...) em muitas esquinas, *despontavam* agora bancas de flores (...)." Esta parte do conto tem uma importância fulcral, já que nestas últimas linhas se assiste a uma viragem do mundo aqui descrito; o ambiente destruído, pobre e triste dá lugar a um novo mundo onde as flores a irromper nas esquinas da cidade trazem a esperança de um renascimento possível.

O prefixo *vor-* (*wenig produktiv*) *vorsehen* (dic.) indicar A formação com este prefixo preposicional *vor-* tem um sentido temporal, *das Handeln im Vorraus*, como se lê no conto (...) *bin als sein Erbe vorgesehen*. Na tradução consta "Fui indicado por ele para seu herdeiro." O verbo "indicar", por si só, não tem o sentido de "agir antecipadamente" como é o caso do prefixado original, mas o contexto em que é usado transmite essa ideia de "indicação para o futuro", embora o verbo português "designar" nos pareça mais próximo do conteúdo do texto original. O prefixo *zusammen* – (*sehr produktiv*) (Adv.) *zusammen-zimmern* (dic.) [precisar]

Este advérbio, para além do sentido espacial e temporal, pode ainda ter outros significados, dos quais destacamos o sentido de "unificar", por exemplo *zusammenzimmern*, em que a acepção é "construir juntando/unindo as peças".

O tradutor optou por não traduzir este verbo prefixado, implícito no texto na expressão anteriormente usada "eram precisos". Em vez de (...) *immer mehr* (...) *Karren [wurden] zusammengezimmert*, optou por: "Eram precisos cada vez mais (...) carrinhos de mão." Trata-se de uma redução ou *undertranslation*, já que *zusammenzimmern*, significa *etwas meist aus Holz schnell und unfachmännisch bauen*. Perde-se a imagem dos carrinhos de mão a serem montados a partir de peças de madeira. Esta imagem está integrada numa passagem do texto onde se registam outras perdas, que passamos a expor. No texto de partida lê-se: (...) ; *immer mehr Zinkeimer wurden angeschafft, Bretterbuden errichtet und Karren zusammengezimmert*. Na tradução temos: "Eram precisos cada vez mais baldes, mais barracões e carrinhos de mão." Podemos verificar que a expressão "eram precisos" é usada para traduzir três verbos alemães, respectivamente, *anschaffen*, *errichten* e *zusammenzimmern*, levando em nossa opinião a uma perda das imagens criadas por estes verbos.

Propomos a seguinte tradução como alternativa: "(...); cada vez mais, era preciso *arranjar* baldes de zinco, *erguer* barracões e *montar* carrinhos de mão." Embora a nossa opção tenha recaído em verbos *Simplizia*, como "arranjar" e "montar", para a tradução dos verbos prefixados alemães, consideramos não haver perda semântica nesta opção, o mesmo não se podendo dizer da escolha feita na tradução aqui em análise.

¹² Os prefixos verbais aqui em análise são na sua maioria preposições, as excepções, representadas por advérbios, estão assinaladas através da abreviatura “Adv.”.

2.1.3 Paráfrases

Este tipo tradutivo aparece em segundo lugar em número de ocorrências. A não existência, em alguns casos, de verbos prefixados em português é compensada por uma estratégia de *Hinzufügungen*¹³, como focámos anteriormente. Os acrescentos (informação suplementar ou especificações) são sentidos que não se encontram no TP mas que o tradutor decide adicionar ao TC. Vamos ainda considerar acrescentos, os elementos que o tradutor adiciona ao verbo português para veicular todos os sentidos contidos no verbo prefixado alemão que passamos a designar por “acrescentos de compensação verbal”. *entgegen schlafen* (não dic.) deixar-se adormecer Este advérbio prefigura frequentemente construções no sentido figurado, como é aqui o caso, já que o movimento descrito não é um movimento real no sentido espacial, mas sim no sentido temporal, um movimento até um determinado ponto no tempo. A formação prefixal *entgegen schlafen* é um ocasionalismo não estando, por isso, dicionarizada e constituindo, deste modo, um desafio maior para o tradutor.

A expressão (...) *dem Abendessen entgegen schlafen* é traduzida por “deixar-se adormecer até ao jantar”, uma paráfrase constituída pelo verbo auxiliar causativo “deixar” mais o infinitivo não flexionado “adormecer” e ainda pela preposição “até”. Consideramos a complementação do verbo “adormecer” pela preposição “até” um acrescento de compensação verbal (especificação), para a tradução da partícula prefixal *entgegen* do texto original. Entendemos, por outro lado, a forma verbal “deixar-se” como um acrescento relativamente ao texto original, tratando-se também aqui de uma especificação, já que no texto original não se dá conta da forma como se adormeceu até ao jantar. A equivalência através desta paráfrase é, a nosso ver, bem conseguida.

O prefixo *heraus-* (*sehr produktiv*) (Adv.)

herauskommen (dic.) – do seu interior saíam *heraussuchen* (dic.) – ir procurar *Her*¹⁴ mais advérbio preposicional *aus-* juntam-se frequentemente a verbos de movimento, como no primeiro exemplo, *herauskommen*; *her-* exprime ainda a aproximação ao sujeito, como é o caso nos dois exemplos apresentados, *herauskommen* e *heraussuchen*. Quando este advérbio se junta a verbos que não expressam movimento, acrescenta ao significado do verbo base a componente direccional, como em *heraussuchen*. No primeiro exemplo, temos contido no *Simplex* português “sair”, verbo por nós já analisado, a direcção do movimento do prefixo alemão *heraus-*, “de dentro para fora”, mas não o movimento implícito no verbo *kommen*, isto é a aproximação ao sujeito, que, aliás, também está contido na partícula adverbial aqui em análise. A solução tradutiva encontrada corresponde a um acrescento de compensação verbal através duma especificação “do seu interior”, construindo-se a paráfrase “do seu interior saíam”. Também o contexto e a situação em que esta paráfrase é usada complementam tanto o tipo de movimento como a direcção desse movimento, já que se fala no texto de um caixote que é aberto e de cujo interior se retiram objectos. No texto original pode ler-se (...); *es kamen heraus*: (...). Podemos desde logo notar que esta expressão é iniciada pelo pronome *es*, que não tem um equivalente directo na língua portuguesa, facto que corrobora a opção do tradutor em apoiar ou reforçar o emprego do verbo “sair”, aditando-lhe a expressão “do seu interior”.

Podemos ainda acrescentar que a opção tradutiva pela paráfrase resulta numa mudança de papéis, isto é, a direcção expressa na partícula *heraus-* é veiculada em português pelo verbo “sair”, enquanto o tipo de movimento contido no verbo *kommen* é explicitado pela expressão “do seu interior”. Como lembra Wandruszka, este é um fenómeno muito comum durante o processo tradutivo, nomeadamente, na tradução de enunciados de línguas germânicas para línguas românicas e ao qual a literatura dá o nome de *chassé-croisé*¹⁵. Em conclusão,

podemos afirmar que a escolha tradutiva corresponde semanticamente ao verbo prefixado do texto original.

¹³ Cf. *supra* 1.4.3

¹⁴ Cf. *supra* análise de Wandruszka sobre o par *her* e *hin*, em 1.3.2.

¹⁵ *Procédé de traduction par lequel deux signifiés permutent entre eux et changent de catégorie grammaticale* (Vinay et Darbelnet 1972: 6).

No segundo exemplo, o verbo prefixado alemão *heraussuchen* é traduzido por “ir procurar”. O *Simplex* português “procurar” significa *suchen*, sendo, por isso, necessário acrescentar o sentido do prefixo *heraus-*, isto é, a componente direccional implícita nesta partícula. O tradutor optou pela paráfrase “ir procurar”, tratando-se aqui de um acrescento de compensação verbal (especificação) constituído pelo verbo “ir” e que adita movimento e direccionalidade ao verbo base, apesar de essa direccionalidade diferir da que é consubstanciada na partícula adverbial *heraus*, *her+aus*, concretamente o sentido “de dentro para fora em direcção ao sujeito”.

No texto original lê-se (...) *und bat sie, seine Habseligkeiten herauszusuchen*. A tradução é a seguinte: “(...) e pediu-lhe que fosse procurar os seus haveres.” Para complementar a ideia expressa no texto original, que não foi totalmente transmitida na tradução, sugerimos o seguinte enunciado: “(...) e pediu-lhe que fosse à procura dos seus haveres e lhos trouxesse”.

Como vimos no caso anteriormente analisado, também aqui a nossa opção resulta numa mudança de papéis, isto é, a partícula *heraus-*, que indica direccionalidade, é transmitida pelo verbo “trazer” e o verbo *suchen*, onde se exprime o tipo de movimento, é substituído pela expressão “ir à procura”, tratando-se de mais um caso de *chassé-croisé*.

O prefixo *hinein* – (*sehr produktiv*) (Adv.) *hineinbröckeln* (não dic.) – morder e partir aos pedacinhos *Hin-* tem um comportamento semelhante a *her-*, isto é, junta-se frequentemente a verbos de movimento e contém um sentido direccional, de fora para dentro; também tem, muitas vezes, o sentido de afastamento relativamente ao sujeito. *Hin-*, mais advérbio preposicional *ein-*, acrescenta ao verbo *bröckeln* uma componente de significado direccional, neste caso, um movimento de fora para dentro.

O verbo *bröckeln*¹⁶ significa “partir em pequenos pedaços e deitá-los para dentro de algo”. O autor juntou o prefixo *hinein-* e formou um ocasionalismo ou composto espontâneo, intensificando o movimento, neste caso, em direcção ou para o interior do sujeito *in sich hineinbröckeln*.

No texto original lê-se: *Er liebte es (...) ein gro_es Stück Brot genu_voll in sich hineinzubröckeln, (...)*. O tradutor, não tendo um verbo prefixado em português para expressar todo este movimento, construiu a paráfrase “morder e partir aos pedacinhos”, como se transcreve a seguir, “(...) morderava com prazer um bocado de pão que partia aos pedacinhos, (...)”.

Nesta paráfrase temos um acrescento, o verbo “morder”, que resulta de uma informação suplementar não patente no texto original e, ainda, um acrescento de compensação verbal, na forma de uma especificação “aos pedacinhos”, estando este último sentido contido no verbo *bröckeln*, mas não no verbo “partir”. Apesar de o tradutor ter optado por esta paráfrase, reformulando o enunciado e tornando-o mais

longo e explícito do que o original, ainda assim há uma perda de significado na tradução, já que o movimento contido em *in sich hinein* “para dentro de si próprio” não se encontra aí expresso.

Para obviar a este facto, poder-se-ia trocar a ordem dos verbos; apareceria, deste modo, primeiro o verbo “partir” e depois o verbo “morder”, “(...) partia um bocado de pão aos pedacinhos que morderava com prazer (...)”.

Sugerimos, em alternativa, o emprego do verbo “engolir” em substituição do verbo “partir”, ficando o enunciado como se segue: “morderava com prazer um bocado de pão que ia engolindo aos pedacinhos”.

Outra alternativa seria ainda o emprego da expressão “meter à boca” em lugar dos verbos “partir” e “morder”¹⁷, pelo que obteríamos, assim, o seguinte enunciado: (...) ele gostava de se deleitar com um grande naco de pão que ia metendo à boca aos pedacinhos (...).

Podemos notar que neste verbo *hineinbröckeln* há três acepções: 1. partir o pão aos bocadinhos, 2. levar os bocadinhos à boca, 3. engolir os pedaços de pão. Como comenta Wandruszka relativamente a verbos análogos que analisou é claro que as línguas românicas também têm meios para exprimir todo este movimento, *aber eine solche Explikation würde unerträglich schwerfällig werden*, optando-se então por deixar alguns aspectos implícitos. *Es ist die (...) romanische Tendenz zum einfachen Wort, (...) es ist vielmehr das grö_ere Vertrauen auf das Verstehen der Implikation, das den romanischen Sprachen so oft eine »schlankere«, eine »flinkere« Form gibt* (Wandruszka 1969: 472-3).

¹⁶ *Etw. bröckeln: in kleine Stücke zerteilen (u. in etw. hineingeben)*. Ex.: *Der alte Mann bröckelte das Brot in die Suppe* (in Langenscheidts *Gro_wörterbuch*, 1997).

Da análise desenvolvida, podemos concluir que a tradução dos verbos de partícula separável de língua alemã para a língua portuguesa se perfaz recorrendo em primeiro lugar aos *Simplizia*, em segunda instância às paráfrases e só em último lugar aos verbos prefixados. A tradução pelo tipo tradutivo *Simplex* confirma as teses de Wandruszka¹⁸, quando este autor afirma que existe uma tendência das línguas românicas para o implícito, enquanto o recurso às paráfrases valida também as teses¹⁹ que defendem que o texto traduzido muitas vezes tende a ser mais explícito do que o seu original.

¹⁷ Comutamos ainda a expressão “com prazer” pelo verbo “deleitar-se”.

¹⁸ Vide 1.4.2.

¹⁹ Vide 1.4.3.

Bibliografia

- BAKER, Mona (1992). *In Other Words*, London: Routledge.
- BLUM-KULKA, Shoshana (1996). “Shifts of Cohesion and Coherence in Translation”, in L. Venuti (ed.) (2000), *The Translation Studies Reader*, London; Routledge. Pp. 298-313.
- BÖLL, Heinrich. *Contos irónicos*, (edição bilingue), Publicações Europa-América, tradução de Veronika de Vasconcelos, Editor: Francisco Lyon de Castro, Coleção Livros de Bolso. Título original: *Erzählungen*, 1972, Köln: Verlag Kiepenheuer und Witsch.
- CARVALHO, Elisabete Madureira (1995). *Übersetzungsprobleme vom Deutsch ins Portugiesische, “Quebracabeças” (Kopferbrechen) bei der Übersetzung deutscher Präfixbildung ins Portugiesische*, (Diss.), Philosophische Fakultät II der Bayerischen Julius- Maximilians-Universität Würzburg, Würzburg.
- CUNHA, Celso e Cintra, Lindley (1997). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duden Grammatik der Deutschen Gegenwartssprache* (1998). Mannheim/Leipzig/Wien/Zürich: Dudenverlag.
- ENGEL, Ulrich (1996). *Deutsche Grammatik*, Heidelberg: Julius Groos Verlag.
- ETTINGER, Stefan (1997). “Die Übersetzung deutscher Präfixverben ins Portugiesische”, in Hemut Lüdtke e Jürgen Schmidt-Radefeldt (eds) (1997). *Linguística Contrastiva. Deutsch versus Portugiesisch-Spanisch-Französisch* (Acta Romanica, Band 9). Tübingen: Narr. Pp.303-324.
- FLEISCHER, e W. Barz, I. (1995). *Wortbildung der deutschen Gegenwartssprache*, Tübingen: Niemeyer.
- FLORIDIA, Aurora (1993). *Deutsche Ent-Verben (und italienische Äquivalente)*, (Diss.) Philosophische Fakultät II der Bayerischen Julius-Maximilians-Universität, Würzburg, Würzburg.
- HEINZ, Griesbach (2000). *4000 deutsche Verben, ihre Formen und ihr Gebrauch*, Ismaning: Hueber Verlag.
- HÜSGEN, Thomas (1999). *Vom getreuen Boten zum nachschöpferischen Autor. Entwicklung und Anwendung eines integrierenden Modells der Übersetzungskritik* (diss.), Porto, Faculdade de Letras do Porto.
- LOPES, Dalila M^a C. P. (1992). *Estruturantes nas Conversas Telefónicas de Negócios em Alemão*, Lição integrada nas provas públicas para professor-coordenador na área científica de Línguas, disciplina de Língua Alemã, Porto, ISCA/IPP.
- NEWMARK, P. (1988). *A Textbook of Translation*. Hertfordshire: Prentice Hall International.
- ROBINSON, Douglas (1998). “Paraphrase”, in Mona Baker (ed.) (1998), *Encyclopedia of Translation Studies*. London Routledge. Pp.166-167.
- SCHULZ, Dora e Griesbach, Heinz (1982). *Grammatik der Deutschen Sprache*. München: Max Hueber Verlag.
- VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.

VINAY, J.P. e Darbelnet, J. (1972). *Stylistique Comparée du Français et de L'Anglais*, Paris: Didier.
WANDRUSZKA, Mario (1969). *Sprachen, Vergleichbar und Unvergleichbar*: München: Piper & Co Verlag.
WEINRICH, Harald (1993). *Textgrammatik der deutschen Sprache*. Mannheim: Duden.
ZINT, Ingeborg (1985). "Pragmatik, Wortbildung und Übersetzung", in *Studia Linguistica, diachronica et synchronica*: Werner Winter sexagenario anno MCMLXXXIII quae redigenda curaverunt atque ediderunt Ursula Pieper et Gerhard Stickel (1985) Berlin,/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter.

O USO DE CORPORA NA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO EM TRADUÇÃO

Silvana Maria de Jesus

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais¹

Brasil

silanjos@yahoo.com

Sinopse

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre a representação do discurso ficcional embasado na gramática sistêmico - funcional proposta por Halliday e na Lingüística de Corpus, utilizando-se o software WordSmith Tools. A análise focaliza a metafunção ideacional, realizada pelo sistema de transitividade, focalizando os processos mentais e a relação lógico - semântica da projeção. O objetivo da pesquisa foi observar como os pensamentos das personagens de um corpus ficcional são representados através dos verbos de elocução THINK e PENSAR, buscando descrever padrões textuais nos três romances que compõem o corpus.

Palavras-Chave: Tradução como Retextualização, Transitividade, Representação do Discurso, Lingüística de Corpus

Abstract

This paper presents a study of discourse representation in fiction based on Halliday's systemic functional linguistics and the methodological approach of Corpus Linguistics with the use of the software WordSmith Tools. The analysis is centered upon the ideational metafunction of language realized by the transitivity system. More specifically, it focuses on the mental processes and the logical-semantic relation of projection. The aim was to verify how the thoughts of the characters in the fictional corpus are represented through an analysis of a prototypical verb of mental process in English, the reporting verb THINK and its counterpart in Portuguese PENSAR, searching for patterns in their use in each novel of the corpus. Através da metodologia da Lingüística de Corpus e com o suporte da gramática sistêmico-funcional proposta por Halliday² (1994), teorias que dialogam com os Estudos da Tradução, o presente artigo situa-se no campo interdisciplinar conhecido como abordagens discursivas da tradução baseadas em corpora. Pretendese contribuir para a análise textual das formas de representação do pensamento na ficção, a partir da análise dos verbos de elocução *think* (no inglês) e *pensar* (no português), num corpus ficcional formado por três romances: *Point counter point*, *Contraponto* e *Caminhos cruzados*. Estes dois verbos foram selecionados como prototípicos de processos mentais de cognição em suas respectivas línguas em função da alta ocorrência dos mesmos no corpus.

A questão de investigação surgiu a partir da leitura do romance *Caminhos cruzados* de Érico Veríssimo (1979), especialmente do prefácio da obra, no qual o próprio Érico Veríssimo faz comentários interessantes sobre a relação desta com a obra *Point counter point*, do autor inglês Aldous Huxley (1994).

Érico Veríssimo publicou a obra *Caminhos cruzados* em 1935, depois de ter traduzido a obra do autor inglês Aldous Huxley, *Point counter point*, publicada pela primeira vez em 1928³. A tradução teve o título de *Contraponto* e teve sua primeira edição em 1934. Os críticos acusaram Veríssimo de ter sofrido demasiada “influência” da tradução, e conseqüentemente, do original, na criação de *Caminhos cruzados*, ou seja, Veríssimo teria recriado na sua obra (*Caminhos cruzados*) várias das técnicas e temas presentes em *Point counter point*.

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, em programa de intercâmbio na Universidad Autonoma de Barcelona com apoio da CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² A primeira edição da obra *An introduction to functional grammar* é de 1985. A edição usada nesta pesquisa é a segunda, de 1994.

³ Nesta pesquisa, faço uso da edição de 1994 da Editora Flamingo de *Point counter point*; da edição de 1971 da Editora Globo de *Contraponto*; e da edição de 1979, também da Editora Globo de *Caminhos Cruzados*.

Daí então minhas perguntas de pesquisa: seria possível, através dos estudos de corpora, identificar padrões análogos recorrentes nos três textos em pauta, que pudessem sustentar a afirmação da época, em relação à “parecença”? Até que ponto a escrita de Veríssimo, comparando-se o romance de sua autoria (*Caminhos cruzados*) e o romance por ele traduzido (*Contraponto*), incorpora traços léxico-gramaticais do romance de Huxley (*Point counter point*)?

No campo dos estudos da tradução, a pergunta “Qual a relação entre um texto traduzido e seu original?” é pertinente e recorrente (Halliday, 2001:14, House, 2001:127). A discussão sobre a relação entre a obra *Point counter point* de Aldous Huxley e a obra *Caminhos cruzados* de Érico Veríssimo, definida por vários críticos de décadas anteriores como “influência” (Chaves, 1996:13), nos leva a refletir sobre esta questão num novo viés: qual a relação entre um texto traduzido e um texto original de autoria desse tradutor, considerando, no caso, a “parecença” entre a obra de Veríssimo como tradutor (*Contraponto*) e sua obra como escritor (*Caminhos cruzados*)?

Coulthard (1991:2-3) propõe considerar a tradução como uma re-textualização, feita pelo tradutor, da mensagem que foi textualizada pelo autor. Coulthard (1994:1) vê “um texto como apenas uma das numerosas possibilidades de textualização” de uma mensagem, o que se aplica tanto para um texto fonte como para uma tradução.

Segundo Vasconcellos (1998:216), a percepção de como “a realidade foi construída através da linguagem no texto fonte, pode ajudar a avaliar os significados escolhidos e re-textualizados no texto traduzido”.

Desta forma, a análise dos três romances aqui tratados visa observar padrões textuais de cada texto, cuja comparação poderá fundamentar ou não a analogia vista pela crítica entre o texto textualizado por Huxley (*Point counter point*), que Veríssimo re-textualiza em *Contraponto*, e a mensagem textualizada por Veríssimo em *Caminhos cruzados*. Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise extensiva das obras, nem chegar a um veredicto final sobre as questões. Tenta-se apenas fazer o recorte de um aspecto da questão e analisá-lo para fins de pesquisa lingüística e não de julgamento (House, 2001:155).

A análise concentra-se, então, como já foi apontado, na textualização de processos mentais usados na representação dos pensamentos, mais especificamente, na análise dos verbos de elocução *think* e *pensar*, focalizando os pares *Point counter point* – *Contraponto* como corpus paralelo bilíngüe (original-tradução), e *Contraponto* – *Caminhos cruzados* como corpus comparável, ou seja, dois romances em português do Brasil, sendo o primeiro um texto traduzido para essa língua e o segundo um texto originalmente produzido nela.

Point counter point é classificado como um romance de idéias (Bradshaw, 1994). Assim, as personagens se caracterizam muito mais pelas idéias que elas representam do que como representações de seres humanos. *Caminhos cruzados*, por outro lado, é considerado um romance realista, definido pelo próprio Veríssimo em seu prefácio como sendo cheio de histórias “objetivas e de pura ação”, sendo Veríssimo prestigiado por sua presteza como contador de estórias (Chaves, 1972).

No caso em questão, os verbos de elocução *think* e *pensar* aparecem como um aspecto interessante e relevante para descrição e comparação entre as obras, pois uma outra crítica feita à obra de Veríssimo (1979), que também se encontra em seu prefácio, foi a de que ele criou em *Caminhos cruzados* “personagens sem nenhuma profundidade psicológica”, o que fortalece a expectativa de que a ocorrência de processos mentais não seria expressiva em *Caminhos cruzados*. O próprio Veríssimo (1979) comenta em seu prefácio que o livro foge “às sutilezas psicológicas”; poderíamos, então, supor que a obra não dá ênfase à apresentação dos pensamentos das personagens.

Partindo das reflexões do próprio Veríssimo, poderia se considerar que a ocorrência do verbo de elocução *pensar* no romance *Caminhos cruzados* fosse bastante inferior à ocorrência do mesmo em *Contraponto* e de *think* em *Point counter point*, considerando a diferença entre os subgêneros das obras, e também que, segundo o próprio Veríssimo (1979) em seu prefácio, “a semelhança entre as obras é apenas de superfície”. A proposta desta pesquisa é comparar padrões de textualização na representação dos pensamentos das personagens, através dos verbos de elocução *think* e *pensar*, e observar sua analogia ou especificidade no corpus.

Até a segunda metade do século XX, a palavra corpus (do latim, pl. corpora) era usada para se referir a um dado material textual utilizado para análises e pesquisas lingüísticas. Esse material era impresso e tratado manualmente. O surgimento e desenvolvimento do computador tornou possível o armazenamento de grandes quantidades de textos e o tratamento automático deste material. Na década de 1960, surgiram os primeiros corpora eletrônicos. Entre 1980 e 1990, os corpora eletrônicos proliferaram e ganharam prestígio junto a várias comunidades acadêmicas, entre elas a lingüística, culminando com o surgimento da disciplina Lingüística de Corpus (Kenny, 2001:22-27).

Os pesquisadores da tradução também foram atraídos pelo potencial lingüístico representado pelos corpora. Entretanto, o texto traduzido não havia sido incluído na maioria dos corpora existentes. Coube então aos pesquisadores da tradução iniciar a compilação de corpora contendo textos traduzidos, não somente para pesquisas, mas também para legitimar a importância do texto traduzido no contexto social e lingüístico. Mona Baker (1993:234) constata que, no início dos anos 1990, o texto traduzido ainda ocupava um lugar inferior ao do texto original, sendo excluído de muitos bancos de dados. Constata, também, que a maior parte das pesquisas em tradução se baseava na relação original-tradução e na busca de algum tipo de equivalência. Baker foi uma das pioneiras a defender que o acesso a corpora de grandes dimensões no campo dos estudos da tradução iria reverter este enfoque para a busca de “princípios que governam o comportamento tradutório” (1993:235), o que levou a incorporação do texto traduzido nos corpora eletrônicos e ao desenvolvimento dos estudos da tradução baseados em corpora.

Importa ressaltar que, neste domínio, a palavra corpus significa, conforme definido por Baker (1995:225), um conjunto de textos eletrônicos, de fontes diversas, reunidos a partir de critérios e finalidades específicas, passível de receber tratamento automático ou semi-automático. E, como destaca Kenny (2001:23), um dos critérios para a compilação de um corpus é o uso de textos autênticos, ou seja, eventos comunicativos ocorridos naturalmente na língua. Sob esta perspectiva, o casamento da Lingüística de Corpus com a Lingüística sistêmica tornou-se bastante viável, visto que esta última trata a linguagem sob uma perspectiva funcional.

Dentre as várias vertentes da gramática funcional, destaca-se aqui a proposta de Halliday (1994). A gramática sistêmico-funcional de Halliday não dissocia forma e significado; pelo contrário, o significado se realiza na forma. Entre as várias finalidades que podem ser alcançadas através desta teoria, destacam-se duas dentro do universo do discurso: “entendimento do texto” e “avaliação do texto”, ou seja, a lingüística funcional proporciona a análise de “como e por que o texto significa” e “por que o texto é ou não uma realização bem sucedida do significado que se propôs a produzir” (Halliday, 1994: xv).

Para descrever como o texto “significa”, ou seja, como ele textualiza a realidade, Halliday (Halliday, 1994: xiii) propõe três metafunções: ideacional, interpessoal e textual. Estas metafunções expressam a relação entre o sistema lingüístico e o uso que é feito da linguagem, quer seja na forma como o texto representa nosso entendimento do mundo (metafunção ideacional), ou a forma como interagimos com o

outro (metafunção interpessoal); estes dois aspectos são representados por escolhas específicas do sistema lingüístico a partir de uma organização textual (metafunção textual). Assim como o texto não existe isolado de um contexto, que é o “contexto de situação”, a linguagem não está isolada de seu meio, que é o “contexto de cultura”; texto, contexto, linguagem e cultura são elementos inter-relacionados na teoria funcional hallideana (Halliday, 1994:xv).

De acordo com Halliday (1994:xiv), “uma mensagem é sobre ação (mundo material), sobre pensamento (mundo mental) ou sobre o ser (mundo relacional)”; assim, uma análise dos processos presentes no texto (aspecto experiencial da função ideacional), o que Halliday chama de acontecimentos ou “goings-on” (1944:106), revela o universo em que a mensagem está inserida. Halliday propõe a análise da função ideacional através do sistema da transitividade (processos), através do qual representamos o mundo ao nosso redor.

Como foi apontado, Halliday (1994:106) classifica os processos em três grandes grupos: material, mental e relacional; e três grupos intermediários: existencial, verbal e comportamental. Para cada um destes tipos, Halliday atribui participantes específicos, como por exemplo, ator (actor) e objetivo (goal) nos processos materiais, portador (carrier) e atributo (attribute) nos processos relacionais.

Nesta pesquisa, serão selecionados os processos mentais, mais especificamente, os verbos de elocução *think* e *pensar*, na investigação da representação dos pensamentos das personagens num universo ficcional.

O que aqui se denomina como representação do discurso é comumente chamado, em inglês, de *Reporting* ou *Reported Speech*. Fairclough (1988:125) questiona a adequação desta expressão e sugere o uso do termo *representação do discurso* (*discourse representation*), que será adotado nesta pesquisa, visto que, em português, não existe um termo específico para *reporting*, sendo este assunto geralmente mencionado nas gramáticas como “discurso direto e discurso indireto” (Bechara, 1999:481).

Halliday (1994:215) trata da representação do discurso em termos das relações entre orações, ou seja, através da análise do complexo oracional, mais especificamente, através do sistema lógico-semântico da projeção, que é realizada através de processos verbais e mentais.

Segundo Halliday (1994:250), a projeção é “uma relação lógico-semântica onde uma oração funciona não como uma representação direta de uma experiência (não-lingüística), mas sim como uma representação de uma representação (lingüística)”. Halliday (1994:250) explica que a relação de interdependência entre

duas orações pode ocorrer de três formas no sistema da projeção: parataxe, hipotaxe e encaixe (parataxis, hypotaxis e embedding).

Nos processos mentais, Halliday (1994:117) classifica os participantes da oração como experienciador e fenômeno (Senser e Phenomenon). Geralmente, o experienciador e o processo estão em uma oração, chamada de oração projetante (reporting clause) e o fenômeno em outra oração, denominada oração projetada (reported clause). Na análise dos verbos de elocução THINK e PENSAR, são considerados, então, três elementos:

I – o experienciador, que para Halliday é sempre humano; no discurso ficcional é uma das personagens, podendo esta ser humana ou não;

II – o processo mental prototípico THINK ou PENSAR

III – o fenômeno, ou seja, o que foi pensado.

A partir das categorias propostas por Halliday (1994) e Thompson (1994), considera-se a classificação de cinco tipos de fenômenos: i) *sinagma* (thing); ii) *encaixe* (embedding); iii) *paráfrase* ou discurso indireto (report); iv) *citação* ou discurso direto (quote); e v) *relato descontínuo* (discontinuous reports). As ocorrências de THINK e PENSAR foram anotadas segundo o tipo de fenômeno e analisadas segundo as teorias da representação do discurso. Os dados foram tratados com o software *WordSmith Tools*.

O software *WordSmith Tools* foi desenvolvido por Mike Scott e comercializado pela Oxford University Press a partir de 1996. Para informações completas sobre o programa, remeto o leitor a Scott (1999, 2001) e Berber Sardinha (1999). Como explicita Berber Sardinha (1999), o programa é composto de ferramentas, utilitários, instrumentos e funções. Neste trabalho farei referência apenas às três

ferramentas do programa: WordList, Concord e KeyWord, e um dos utilitários: Viewer. Importa ressaltar, como aponta Berber Sardinha (1999), que o software *WordSmith Tools* funciona a partir de três princípios abstratos: i) ocorrência (itens que não aparecem não serão contados), ii) recorrência (itens que aparecem uma única vez, chamados *hapax legomena*, são tão relevantes quanto itens que se repetem muito), e iii) co-ocorrência (um item tem relevância a partir dos itens que o acompanham). O uso das ferramentas e as análises lingüísticas baseiam-se nestes princípios.

Após uma leitura inicial dos três romances, os mesmos foram digitalizados e corrigidos, anotados e investigados. Cada etapa do processo demanda atenção, dedicação de tempo e procedimentos específicos.

Os primeiros dados do corpus são levantados utilizando-se a ferramenta WordList: tamanho, número de palavras, quantidade dos verbos de elocução. Neste primeiro levantamento, destacou-se a quantidade de processos mentais em *Caminhos cruzados*, especialmente de PENSAR, o que confirmou a relevância da investigação de THINK e PENSAR no corpus. A ferramenta Concord é usada para se obter as linhas de concordância de THINK e PENSAR e o utilitário Viewer é utilizado para o alinhamento do corpus.

O corpus passa, então, por dois processos de anotação. Segundo Hunston (2002:79) “a anotação é o processo de adicionar informações ao corpus (...) para interpretação lingüística do mesmo”. A informação é adicionada através de *etiquetas* (tags), ou seja, ela é inserida dentro de caracteres como < >, os quais foram usados nesta pesquisa. A contagem das etiquetas é facilitada pelo software *WordSmith Tools*, pois este permite visualizá-las ou ocultá-las.

Para melhor apreciação dos dados quantitativos encontrados, faz-se necessária a apresentação de dados estatísticos sobre as obras em análise, fornecidos pela ferramenta WordList.

Dados estatísticos do corpus

Características/Obras PCP CP CC

Types (vocábulos) 14.426 19.483 11.544

Tokens (ocorrências) 173.492 186.259 93.120

PCP: *Point counter point*, CP: *Contraponto*, CC: *Caminhos cruzados*

Juntos, os três romances formam um corpus de cerca de 452 mil palavras. Segundo Berber-Sardinha (2000), este poderia ser considerado um corpus médio, entretanto, a abordagem de corpora de pequenas dimensões utilizada nesta pesquisa define-se pela metodologia de análise e não pelo tamanho absoluto do corpus.

Os dados mostram que a tradução, *Contraponto*, é maior que o original, *Point counter point*, tanto em vocábulos como em ocorrências. *Caminhos cruzados* é cerca de 50% menor que as outras duas obras, dado relevante para a análise do número de ocorrências de THINK e PENSAR nos três romances.

É a grande quantidade de PENSAR em *Caminhos cruzados*, considerando-se o tamanho da obra e a expectativa, segundo os comentários de Veríssimo sobre o romance, de que este não enfocasse o aspecto psicológico das personagens. Levandose em conta o número de tokens das obras, *Point counter point* possui 0,28% de

THINK, *Contraponto* possui 0,22% de PENSAR enquanto que, em *Caminhos cruzados*, PENSAR representa 0,32% da obra.

Quantidade de THINK/PENSAR no corpus

PCP CP CC

TOKENS 173.492 186.259 93.120

Ocorrências

Think/Pensar

487 398 295

Porcentagem 0.28% 0.22% 0.32%

Usando as ferramentas do software *WordSmith Tools* e o processo de anotação foram analisados os tipos de fenômeno projetados pelos verbos de elocução THINK e PENSAR, bem como as funções destes tipos de fenômeno no corpus da pesquisa.

Dentre os cinco tipos de fenômeno - descontínuo, sintagma, encaixe, paráfrase e citação - o encaixe foi eliminado devido a sua baixa ocorrência no corpus, não havendo nenhum caso em *Caminhos cruzados*.

Os quatro tipos de fenômeno analisados foram relacionados com os quatro tipos de funções propostos por

Thompson (1994:84): palavras, significado, idéia geral e sem mensagem. A Tabela abaixo exemplifica os tipos de fenômeno e suas funções.

Tipos de fenômeno de THINK e PENSAR e suas funções

Função Tipo de fenômeno

Exemplos retirados de

Point counter point

Palavras Citação

'How absurd he looks!' *thought*

Mary, as she glanced at him.

Significado Paráfrase He didn't *think* she would idéia geral

Sintagma

(sintagma nominal, geralmente preposicionado)

He *thought* of Carling

I don't *think* anything sem mensagem Descontínuo His *thoughts* returned to Marjorie

A Tabela abaixo apresenta a frequência dos tipos de fenômeno no corpus, associados às suas respectivas funções.

Ocorrência e percentagem dos tipos de fenômeno no corpus

Point counter point *Contraponto* *Caminhos cruzados*

Tipo/Função

Ocorrência % Ocorrência % Ocorrência %

Citação/Palavras 103 21 124 31 78 26

Paráfrase/Significado 139 28 42 11 14 5

Sintagma/Idéia geral 150 31 129 32 125 43

Descontínuo/Sem mensagem 95 20 103 26 78 26

TOTAL 487 100 398 100 295 100

Observa-se que, em termos absolutos, o tipo de fenômeno mais utilizado nos três romances do corpus foi o sintagma, que representa uma idéia geral do que foi pensado. Proporcionalmente, o sintagma tem alta ocorrência em *Caminhos cruzados*, representado 43% do total. Nota-se também que a paráfrase é o tipo de fenômeno que mais varia no corpus, ocorrendo 28% no original, 11% na tradução e apenas 5% em

Caminhos cruzados.

Cada um destes tipos de fenômeno representa uma forma de representação do pensamento das personagens, segundo as funções a eles atribuídas. Segundo Halliday (1994:256), citação e paráfrase “não são simples variações de forma: elas diferem no significado”. Como foi explicitado anteriormente, na citação, uma oração é projetada pela outra através da representação das palavras que foram ditas pelo falante no ato de fala. As orações são independentes e estão ligadas parataticamente. Na paráfrase, o significado do que foi dito é reconstruído numa oração (projetada) e é projetado por uma outra oração (projetante). Neste tipo de combinação, denominado hipotaxe, a oração da mensagem representada é dependente da oração principal que contém a marca da representação.

Calda Coulthard (1994:304) afirma que o uso de citação é uma estratégia retórica para legitimar o que é relatado, tornando o discurso mais vivo, mais dramático. A paráfrase, por outro lado, marca a interferência explícita do narrador.

Garcia (1986:130) também endossa esta idéia, apontando que, na citação, o narrador representa o discurso como se tivesse as cenas do passado diante de si, evocando os fatos em quadros que se sucedem de maneira mais concreta.

Deste ponto de vista, justifica-se que Huxley use mais paráfrase (28%) do que citação (21%), visto que o foco do romance são as idéias das personagens e não as personagens em si. Em *Caminhos cruzados*,

por outro lado, Veríssimo faz maior uso da citação (26%) e pouco uso da paráfrase (5%), o que poderia ser associado ao “estilo elétrico” atribuído à obra pelo crítico William Dubois, segundo Veríssimo (1974:256), em suas memórias.

Apesar de estes dois tipos de estrutura - citação e paráfrase – serem considerados os mais típicos pelas gramáticas (Quirk et al., 1985:1020), os dados mostram que eles não representam a maioria em relação aos verbos THINK e PENSAR em nenhuma das obras analisadas. Citação e paráfrase correspondem a 49% das ocorrências em *Point counter point*, 42% em *Contraponto* e apenas 31% em *Caminhos cruzados*.

Comparando-se, primeiramente, original e tradução, nota-se que Veríssimo usa, na tradução, mais citação com PENSAR (31%) do que Huxley com THINK (21%). Com relação à paráfrase, que ocorre somente 11% na tradução e 28% no original, um aspecto interessante a ser observado é o uso de THINK para indicar modalização, mais especificamente, probabilidade.

Quanto ao uso de paráfrase em *Caminhos cruzados*, nota-se que Veríssimo utiliza apenas 5% de PENSAR com paráfrase, em contraste com 26% de citação, sinalizando uma menor interferência do narrador, o que, como foi apontado, pode ser associado à caracterização de dinamismo da obra, atribuída pelo próprio Veríssimo.

Considero que o uso de citação e paráfrase está relacionado a uma maior preocupação em explicitar os pensamentos das personagens, enquanto que no uso de sintagma e relato descontínuo essa preocupação é menor, caracterizando diferentes tipos de representação do pensamento.

O uso de sintagma como o tipo de fenômeno de maior ocorrência no corpus é um dado pouco esperado, considerando-se que citação e paráfrase são os tipos mais típicos, conforme apontado pela literatura, onde o sintagma não é muito explorado na representação do discurso. Conforme os dados apurados, este tipo de fenômeno não apresenta grande variação entre o original (31%) e a tradução (32%). Já em *Caminhos cruzados*, esta categoria destaca-se bastante, correspondendo a 43% das ocorrências.

Observa-se, também, que a ocorrência de sintagma nominal não preposicionado foi baixa no corpus: 15 ocorrências em *Point counter point*, 4 em *Contraponto* e 4 em *Caminhos cruzados*; portanto, a maioria dos casos representa sintagmas nominais preposicionados. Além de resumir o que foi pensado, este tipo de fenômeno parece ser utilizado para fragmentar a idéia, apresentando, muitas vezes, o pensamento da personagem como uma lembrança, uma imagem.

Os dados mostram que citação e paráfrase correspondem a 49% em *Point counter point*, 42% em *Contraponto* e 31% em *Caminhos cruzados*. Por outro lado, sintagma e descontínuo correspondem a 51% em *Point counter point*, 58% em *Contraponto* e 69% em *Caminhos cruzados*.

Isto representa diferentes configurações do pensamento nas obras. Enquanto *Point counter point* tem uma distribuição equilibrada entre as duas categorias, *Contraponto* destaca-se pelo uso um pouco maior de sintagma e descontínuo do que o original, enquanto que em *Caminhos cruzados* o uso de sintagma e descontínuo é predominante.

Esta distribuição aponta para diferentes caracterizações, sobretudo no que diz respeito à comparação entre os romances *Point counter point* e *Caminhos cruzados*.

Enquanto Huxley preocupa-se em apresentar mais explicitamente o pensamento das personagens, expressando de maneira mais acabada suas idéias e opiniões, Veríssimo, em *Caminhos cruzados*, focaliza esta representação de forma mais fragmentada, preocupando-se menos com a representação exata do que foi pensado.

Os dados mostram que na tradução, sintagma e descontínuo também são maioria (58%), apontando para uma distinção entre o original e a tradução. Entretanto, cabe aqui ressaltar a questão do uso da paráfrase com ACHAR na re-textualização de THINK na tradução, que demanda uma nova pesquisa. De qualquer forma, a alta ocorrência de sintagma e descontínuo na tradução parece apontar um aspecto estilístico de Veríssimo.

As diferenças no uso de PENSAR caracterizam diferentes padrões de uso deste verbo de elocução feitos por Veríssimo tradutor e Veríssimo autor.

Conclusão

Este trabalho se propôs a investigar, dentro dos estudos da tradução baseados em corpora, e a partir dos pressupostos teóricos da gramática sistêmico-funcional de Halliday, que se constitui em uma abordagem discursiva da tradução, os padrões de representação dos pensamentos de personagens num corpus ficcional de pequenas dimensões, utilizando-se a metodologia da Linguística de Corpus. Teorias sobre a representação do discurso complementam o suporte teórico da pesquisa. O trabalho constatou que cada um dos recursos teóricos e metodológicos citados acima apresenta grande potencial de aplicação em análises linguísticas, incluindo-se os estudos da tradução.

Os estudos da tradução baseados em corpora de pequenas dimensões, teórica e metodologicamente orientados pela Linguística de Corpus, oferecem, através do uso de softwares como o utilizado nesta pesquisa – o *WordSmith Tools* – inúmeras possibilidades de investigação da linguagem, colocando à disposição do pesquisador recursos computacionais que facilitam a obtenção de dados quantitativos que corroboram padrões linguísticos existentes em ocorrências naturais da língua. Além de padrões, o estudo com corpora revela também usos criativos da linguagem, tanto por parte do autor quanto do tradutor. Isto, em certa medida, vai de encontro às expectativas de alguns teóricos, entre eles Tymoczko (1998), de que os Estudos de Corpora ofereçam apenas dados óbvios ou meramente quantitativos.

A gramática sistêmico-funcional de Halliday, explorada neste trabalho no aspecto do sistema da transitividade e do sistema lógico-semântico de projeção, mostrou-se produtiva enquanto teoria gramatical aplicada na investigação textual, possibilitando a descrição e a comparação de textos, oferecendo ao pesquisador recursos para a análise de como a linguagem representa a realidade e como as formas linguísticas servem a realização de determinados significados.

Finalmente, as teorias sobre a representação do discurso, com ênfase dada por esta pesquisa nos verbos de elocução, mostraram-se relevantes quanto à investigação de textos literários, onde os verbos de elocução ocorrem de forma significativa.

Halliday (1978:12) considera que o estudo linguístico não é distinto do literário, pois, segundo o autor, é difícil “levar a sério a literatura sem considerar seriamente a linguagem”. E Carter e Burton (1982:7) discutem a importância do texto literário nos estudos linguísticos, declarando que os textos literários apresentam dados linguísticos relevantes para serem estudados pela linguística.

Esta pesquisa contribui, do meu ponto de vista, para os estudos linguísticos, ampliando a discussão sobre a representação do discurso, e para os estudos da tradução, promovendo a aplicação de conceitos teóricos e metodológicos para a descrição e comparação de textos traduzidos e seus originais.

Referências Bibliográficas

Corpus Analisado

HUXLEY, Aldous. *Point counter point*. London: Flamingo, 1994. (Coleção Modern Classic)

HUXLEY, Aldous. *Contraponto*. Trad. Érico Veríssimo. Porto Alegre: Editora Globo, 1971. (Tradução de: *Point counter point* – Coleção Imortais da Literatura).

VERÍSSIMO, Érico. *Caminhos cruzados*. 23. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. (1a. ed., 1935)

Bibliografia Consultada

BAKER, M. “Corpus linguistics and translation studies: implications and applications.” In:

BAKER et al. (Ed.). *Text and technology: In honour of John Sinclair*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993. Pp. 233-250.

BAKER, M. “Corpora in translation studies: an overview and some suggestions for future research.” *Target*, Amsterdam, v. 7, n. 2, 1995. Pp. 223-243.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37a. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERBER SARDINHA, Tony. “Usando WordSmith Tools na investigação da linguagem.” *DIRECT Papers* 40, 1999. Disponível em: < <http://lael.pucsp.br/~tony/download.htm> > Acesso em: 12 março 2003.

BERBER SARDINHA, Tony. “Linguística de Corpus: Histórico e Problemática.” *DELTA*. [online]. 2000, vol.16, no.2. Disponível em: < <http://lael.pucsp.br/~tony/download.htm> > Acesso em: 12 março 2003.

- BRADSHAW, David. Aldous Huxley (1894-1963). [Preface] IN: HUXLEY, Aldous. *Point counter point*. London: Flamingo, 1994. (Coleção Modern Classic).
- CARTER, Ronald & BURTON, Deirdre. *Literature text and language study*. London: Edward Arnold, 1982.
- CARTER, Ronald & SIMPSON, Paul. (Ed.). *Language, discourse and literature: an introductory reader in discourse stylistics*. London & New York: Routledge, 1995. Pp 1-20.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Érico Veríssimo o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Escola Técnica/UFRGS, 1996. Pp 13.
- CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias: quarenta anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- COULTHARD, Malcolm. "A tradução e seus problemas." In: COULTHARD, M. & CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa (Org.). *Tradução: teoria e prática*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. Pp 1-15.
- COULTHARD, Malcolm. "On analysing and evaluating written text." In: COULTHARD, Malcolm. (Ed.) *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994. Pp 1-11.
- FAIRCLOUGH, Norman. "Discourse representation in media discourse." *Sociolinguistics*, n. 17, 1988. Pp 125-139.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 13. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. Pp 129-151.
- HALLIDAY, M.A.K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K. "Towards a theory of good translation." In: STEINER, E., YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2001. Pp 13-18.
- HOUSE, J. "How do we know when a translation is good?" In: STEINER, E., YALLOP, C. (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production: beyond content*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2001. Pp 127-160.
- HUNSTON, Susan. "Methods in corpus linguistics: interpreting concordance lines." In: *Corpora in applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Pp 38-95.
- JESUS, Silvana Maria de & OLIVEIRA, Janaina Minelli de. "Brasil-Canadá: diálogos entre mulheres negras." In: DINIZ, Dilma Castelo Branco (org.). *Brasil-Canadá: confrontos literários e culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/ABECAN/NEC/UFGM, 2003. Pp 123-146.
- JESUS, Silvana Maria de. *Representação do discurso e tradução: padrões de textualização em corpora paralelo e comparável*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFGM/PosLin, 2004. (Dissertação, Mestrado em Letras/Linguística Aplicada).
- KENNY, D. *Lexis and creativity in translation: a corpus-based study*. Manchester, UK & Northampton MA: St Jerome Publishing, 2001. Pp 22-72.
- QUIRK, Randolph, GREENBAUM, Sidney, LEECH, Geoffrey and Jan SVARTVIK. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London & New York: Longman, 1985.
- SCOTT, Mike. *WordSmith Tools*. Oxford University Press, 1999. Disponível em <http://www.lexically.net/wordsmith/> > Acesso em: 12 março 2003.
- SCOTT, Mike. "Comparing corpora and identifying key words, collocations, frequency distributions through the WordSmith Tools suite of computer programs." In:
- GHADESSY, M. et al. (Ed.). *Small corpus studies and ELT. Theory and practice*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. Pp 47-67.
- THOMPSON, Geoff. *Collins Cobuild English Guides 5: Reporting*. London: HarperCollins Publishers, 1994. Pp v-32, 120-135.
- TYMOCZKO, Maria. "Computerized corpora and the future of translation studies." *Meta*, XLIII, 4, 1998. Pp 652-659.
- VASCONCELLOS, M.L. "Araby and meaning production in the source and translated texts: a systemic functional view of translation quality assessment." *Cadernos de Tradução III*. Florianópolis: UFSC, 1998. Pp 215-254.
- VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta: memórias*. 4. ed. v.1. Porto Alegre: Editora Globo, 1974. (1a. ed., 1973)

LITERATURA ESPIRITUAL ALTOMODERNA: A *ARS MORIENDI*

Sara Cerqueira Pascoal

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

spascoal@iscap.ipp.pt

Sinopse

O presente artigo consagra-se à redescoberta de alguns dos textos que, na Europa do passado, foram fazendo a pedagogia da morte cristã, propondo atitudes normativas, morais como orações, culpas e arrependimentos, ascetes como espiritualidades, ensinando verdadeiramente a bem morrer. Conhecidos desde o período medieval, alguns desses textos mais frequentados haveriam de cristalizar-se numa *ars moriendi* em que se oferecia, desde o período quatrocentista, um texto muitas vezes procurado, compulsado e copiado, mas intimamente ligado a uma iconografia que parecia mesmo sobrepujar essas lições fixadas pela “arte de morrer”.

Palavras-chave: História da Cultura e Mentalidades, Literatura de Espiritualidade, *Ars Moriendi*, Época Moderna.

A literatura de preparação para a morte

O presente artigo consagra-se à redescoberta de alguns dos textos que, na Europa do passado, foram fazendo a pedagogia da morte cristã, propondo atitudes normativas, morais como orações, culpas e arrependimentos, ascetes como espiritualidades, ensinando verdadeiramente a bem morrer. Conhecidos desde o período medieval, alguns desses textos mais frequentados haveriam de cristalizar-se numa *ars moriendi* em que se oferecia, desde o período quatrocentista, um texto muitas vezes procurado, compulsado e copiado, mas intimamente ligado a uma iconografia que parecia mesmo sobrepujar essas lições fixadas pela “arte de morrer”.

Se, inicialmente, era precisamente para essas lições iconográficas que se virava a investigação especializada, actualmente é também em torno do próprio discurso deste tipo de literatura devota que se concentram a maior parte das atenções.

Trata-se de uma mudança de atitude que não deixa mesmo de acompanhar a evolução das próprias *ars moriendi*. Excessivamente vinculadas no ocidente medieval a explicar as imagens, as iconografias da morte, as *artes moriendi* começam a partir do século XVI a ganhar progressivamente terreno em relação à imagem, transformando-se ao longo do período de Seiscentos num conjunto autónomo de textos devocionais que podemos identificar, sem prejuízo de algum excessivo simplismo, sob a designação e organização genérica de *preparações para a morte*. Ligando-se, agora, ao desenvolvimento geral da literatura religiosa tridentina, ao aprofundamento das militâncias religiosas, morais e espirituais da Contra-Reforma católica, esta literatura barroca da morte não deixa de se ligar, em complexas intertextualidades, com outros géneros da literatura devota, ascética e penitencial, dialogando ainda com a

multiplicação de parenéticas e obras confessionais, acompanhando, afinal, a formidável multiplicação do livro religioso na época moderna. Ao mesmo tempo, as *preparações da morte* distanciam-se progressivamente dessa hereditariedade cada vez mais longínqua que as ligava à *ars moriendi*, apresentando-se como obras em que se valoriza progressivamente o texto, a oração e a meditação. Perdem-se as estruturas e as lições fixadas pelas artes medievais, descobrindo-se livros especializados, muitas vezes complicados, perseguindo novos didactismos religiosos, alcançando também grande popularidade e consumo, impresso e manuscrito. De diferentes formatos e extensões, de títulos variados, exibindo diversificadas conexões com os públicos devotos barrocos, os textos modernos de *preparação para a morte* desafiam as fronteiras de um género unívoco, expressando uma literatura devocional e ascética que dificilmente se consegue estudar e interpretar rigorosamente fora da investigação dos

textos, dos casos, das lições de obras, autores, correntes, contextos religiosos e sociais particulares. As atenções especializadas pelas artes de morrer e pelas preparações para a morte foram, portanto, despertadas, mas, apesar deste interesse renovado e que se quer contínuo, o estudo deste tipo de literatura revela-se, contudo, bastante escasso.

Além disso, as poucas investigações já efectuadas debruçaram-se mais sobre a forma e determinação das influências e origens de textos concretos do que propriamente sobre o conteúdo devoto, as lições religiosas e morais, os sentidos históricos e os contextos epocais dessas obras, restando ainda um largo caminho a percorrer para se poder reconstruir, principalmente para o período barroco, todos os significados e funcionalidades da literatura religiosa da morte.

A especialização escatológica

Apesar da pluralidade de direcções e temários que surgiram nos últimos anos nos estudos sobre a história da morte, compaginam-se algumas ideias-chave partilhadas por vários autores e obras, especialmente no que concerne à história da escatologia cristã, nitidamente especializada no dealbar da época moderna, assim procurando responder a novas preocupações e interrogações suscitadas por um mundo social, económico e cultural em mudança. Com efeito, todos os principais impulsionadores da história da morte, nomeadamente Ariès e Chaunu (ARIÈS, 1977, 1989 e CHAUNU, 1978) salientaram com larga unanimidade que a Biografia, a vida social individual, tal como era entendida pelo homem do final da Idade Média, não se acabava com o fim da vida terrestre, cabendo somente à sentença pronunciada no dia

do Julgamento Final extinguir essa Biografia, esse fluir da vida terrena de um indivíduo, tal como o devir do género humano só se terminaria no Fim dos Tempos.

Toda a Biografia aparece, nestas concepções, como um andamento vivencial provisório que se dividia, afinal, em duas partes: de um lado, comparecia a totalidade da vida terrestre, enquanto de outro se impunha o Julgamento e a execução da sentença que preparava a vida depois da morte.

A escatologia cristã apresentou, desde muito cedo, várias versões do Fim dos Tempos e da concepção do pós-morte que não eram coincidentes, oferecendo ambiguidades, complexidades, abrindo-se a diferentes hermenêuticas que, em grande medida, assentavam na própria diversidade dos textos evangélicos. Assim, se o crente seguisse as lições do Evangelho segundo São Mateus era convidado a frequentar a ideia de que o Julgamento Final teria lugar *no fim dos tempos, após o segundo regresso de Cristo que julgaria os homens, acolheria os justos no Reino Celeste e condenaria os pecadores ao fogo eterno preparado pelo diabo e pelos seus servidores.* (Mateus, 25) Caso o cristão acompanhasse o texto denso e difícil do Apocalipse de São João encontraria uma imagem patética e dramática do fim do mundo, inserida numa intensa interpretação mística da salvação. Em contrapartida, quando se acompanha o Evangelho segundo São Lucas encontra-se uma cuidada versão do destino reservado à alma depois da morte física: os anjos, segundo a parábola, conduziram Lázaro até ao seio de Abraão logo após a sua morte, enquanto o rico se encontrava no Inferno, de onde podia contemplar as alegrias celestes de Lázaro (Lucas, 16, 22-31), descobrindo-se, assim, um texto evangélico em que o destino das almas não residia causalmente no "fim dos tempos" ou no Julgamento Final.

Acredita-se que é entre os séculos XV e XVI que se organiza e estrutura, pelo texto e pela imagem religiosa, a arquitectura escatológica do julgamento final particular. De facto, a reflexão sobre o tempo que medeia entre a morte física do homem e o fim do mundo começa a precisar essa ideia completamente nova de que o destino de cada homem se determina em termos particulares, vazando-se, na realidade, no quarto do moribundo, no seu próprio leito de morte. Desta forma, também a ressurreição abandona o grande drama cósmico, distancia-se dessa vidência de um tempo estranho que se inscrevia numa espécie ambígua de subeternidade, para se situar no destino pessoal de cada homem (ARIÈS:1989:110). Tratava-se, agora, de edificar uma nova temporalidade do juízo e da morte, especificando as etapas e os tempos da morte, do julgamento e da deliberação antinómica

salvação/condenação, oferecendo-os especialmente aos últimos momentos, ao *memento mori* de cada crente.

Assim, desde meados de Quatrocentos, à iconografia clássica do Julgamento Final sobrepõe-se uma nova iconografia, que invade os espaços religiosos, que se multiplica também em gravuras de madeira para, nos finais do século, começar a difundir-se pela arte tipográfica, procurando também ajudar a ilustrar e explicar um texto, as *ars moriendi*, ecoando essa recente forma de encarar o fim do mundo, particularizando e individualizando o julgamento. Descobrem-se nos exemplos iconográficos actualmente conhecidos imagens destinadas à meditação e consumo pessoais, em que se recupera o modelo vetusto do agonizante, que aguarda pacientemente a morte no leito, procurando-se enxertar as etapas que especializavam o seu julgamento particular. Ariès (1989:19-30) chamara já à atenção para esta forma tradicional de encarar o último momento da vida, largamente normativa em termos imagéticos, repetindo-se literária e plasticamente de época para época, de século para século – dos cavaleiros medievais a D. Quixote, manifestando-se ainda, mais recentemente, em Tolstói ou nas tipologias cinematográficas –, mas que tinha a vantagem de potenciar o acto de preparação, gerando um *ante mortem* em que a morte era sempre pressentida, suscitando, assim, um tempo especializado em que era fulcral estar avisado e "aparelhado" para enfrentar a morte. É esta comunicação entre preparação, morte física e julgamento da alma que a iconografia das "artes de morrer" procurava pedagogicamente ensinar, exibindo uma sucessão tipológica de imagens que parece obedecer à seguinte sucessão: (a) em primeiro lugar, a morte é sistematicamente aguardada no leito; (b) a morte suscita, então, uma cerimónia pública, organizada pelo próprio moribundo, que a ela preside e lhe conhece o protocolo, transformando a câmara do moribundo num lugar público; (c) finalmente, a convocação oracional dos ritos sacramentais da morte cristã acabavam, neste contexto, por ser aceites e cumpridos, de uma maneira cerimonial, é certo, mas sem carácter dramático, sem excessiva emoção e comoção (Idem:23-24). Apesar do carácter discutível das tipologias propostas por Ariès, este modelo constituiria o paradigma da morte domesticada, colocada no culminar de uma longa privatização religiosa e social do mundo europeu finimediaval, assentando numa tríplice relação entre meditação, cerimonial e ritualização que se poderia coligar a todos os grandes esforços religiosos e espirituais que, das *devoções modernas* aos *humanismos cristãos*, procuraram inscrever as práticas religiosas no interior de um consumo religioso cada vez mais virado para as esferas do privado (Cf. ARIÈS e DUBY, 1990:vol.II).

É este modelo tradicional da morte no leito que a iconografia das *artes moriendi* vai reproduzir, renovando, no entanto, o significado da câmara do moribundo. Na verdade, ela perde o sentido de local de acontecimento banal, para adquirir o estatuto de teatro onde iria ter lugar um drama em que o destino de um indivíduo era decidido, em que a sua vida, as suas acções, iriam ser postas em causa.

Segundo era costume, o quarto do moribundo encontrava-se repleto de amigos, parentes e, por vezes, de simples curiosos, uma vez que a morte era encarada como um cerimonial público. Porém, algo de estranho parece perturbar a tranquilidade deste quadro: é que, aos presentes passa despercebido um espectáculo, reservado exclusivamente ao moribundo. Seres sobrenaturais precipitam-se sobre a sua cabeceira; de um lado, a Trindade, a Virgem e toda a corte celeste; do outro, Satanás liderando os seus demónios.

Nestas cenas, Deus aparece, segundo Ariès, não propriamente como um juiz – tal como acontecia nas antigas representações do Julgamento Final, no Fim dos Tempos – mas antes assume o papel de observador, árbitro ou testemunha da conduta do moribundo, uma vez que é dela que depende a sorte ulterior da sua alma (Idem:107). Que interpretações poderemos dar a estas imagens? Interrogando-se precisamente sobre isso, Ariès chegará a duas conclusões. A sua primeira interpretação é a de que estas imagens representam uma batalha, uma luta entre as forças do bem e do mal, disputando renhidamente a alma do moribundo. A segunda ideia leva-nos a crer que, tanto Deus como os seres celestiais que representam o Bem assistem à luta desesperada do moribundo que tem que ultrapassar a derradeira prova que lhe é imposta para poder aceder ao Paraíso. *O moribundo verá a sua vida toda, tal como está contida no livro, e será tentado, quer pelo desespero das suas faltas, quer pela vã glória das suas boas*

acções, quer pelo amor apaixonado das coisas boas e dos seres (Idem:34). Aqui se decidirá a sua salvação, pelo repúdio do pecado ou a sua danação, pela vitória do Demónio.

É neste preciso instante que, respondendo a estas especializações escatológicas, o homem se torna no seu próprio juiz. O tema do destino concentra-se, então, em volta do indivíduo que aspira reunir todos os elementos da sua biografia e a inevitabilidade da morte permite-lhe concentrá-los num todo compacto. A concepção da morte liga-se, desta maneira, de forma mais estreita que anteriormente, ao conhecimento íntimo do ser. E é precisamente agora no espelho da morte que cada um pode descobrir o mistério da sua própria individualidade.

O Julgamento Individual, consistindo nessa prova derradeira que *in hora mortis* o indivíduo deve ultrapassar, substitui então o Julgamento Final, e a segunda escatologia, que retomava a interpretação de São Lucas, apagou quase totalmente, no início do século XVI, a primeira, isto é, a escatologia da espera imprecisa da ressurreição. Ora, o Julgamento Final, como demonstraram Ariès, Chaunu e outros historiadores, era um rito apaziguador que solenizava a passagem necessária – o trespasse – reduzindo as diferenças entre os indivíduos. Ninguém se inquietava perante a sorte particular de determinado moribundo, já que todos enfrentariam colectivamente, eclesiasticamente esse Juízo Final, que teria lugar numa grande acção cósmica, no fim dos tempos. Era antecedido do encontro com o próprio corpo que, assim, parecia revestir a alma de uma armadura, de uma protecção, sem dúvida tranquilizante, já que a alma separada do corpo se encontra despida, desprovida de qualquer amparo perante a fulgurante justiça divina. O Julgamento Final deixava decantar de melhor forma do que o Julgamento individual das almas separadas do corpo essa tranquilidade de uma morte enfrentada colectivamente, pela Igreja e pelo Povo do Criador.

O que é certo é que, reproduzindo o sumário de Pierre Chaunu, *entre le XIVème siècle et le début du XVIème, la théologie des âmes séparées a démantelé l'eschatologie de la Réssurrection, non pas au niveau des textes, c'est faite à Lyon et confirmé à Florence, mais, cette fois, au niveau de la sensibilité par le jeu fascinateur et tout puissant de l'image, parce que l'individualisation du destin, au sein d'une société plus complexe, donc plus libre et moins secourable, était chose irréversible* (CHAUNU, 1978: 244-245).

"Sociedade complexa, mais livre e menos segura", é certo, e cujos receios não deixam de aumentar; sociedade povoada de fantasmas, sociedade em que o risco de um destino jogado no momento preciso da morte, enfrentada individualmente – na medida em que se desenvolve aquilo a que Chaunu chama *teologia da solidão* –, perante as tentações de um demónio impiedoso, vai suscitar todo um conjunto de temores, que desembocam numa rede conceptual de reacções que se estendem das grandes manobras de solidariedade dos vivos com os mortos, à grande onda de macabro, fenómenos que caracterizam a Idade Moderna.

A ars moriendi altomoderna:

A crise do macabro que qualquer manual geral de história moderna não deixará de evocar acabará por desembocar numa pedagogia da morte, e particularmente na mobilização de todo um arsenal macabro com a finalidade de aprender a bem morrer, de que o aparecimento e difusão das *ars moriendi* são um dos melhores exemplos. O apagamento da ressurreição e o destaque dado ao Julgamento individual no fim da vida conduzem à inevitável valorização do último instante.

Assim, numa primeira etapa, ensina-se desde o período quatrocentista a morrer, para depois, entre os séculos XVI e XVII, se aprofundar o ideário de que uma boa morte se conquista por uma vida inteira.

Apesar da sua inegável importância no contexto da história da cultura e das mentalidades, o estudo das *artes moriendi* tem-se limitado a reunir contributos que, não obstante a sua importância, se têm revelado parcos e insuficientes. Por outro lado, a maior parte dos historiadores tem concentrado as suas atenções exclusivamente na parte iconográfica das *artes moriendi* e, por razões metodológicas, utilizam essas fontes iconográficas como prova das suas teses mais gerais. A análise do significado e da importância da

parte textual que acompanhava essas imagens tem sido, portanto, negligenciada, ou até porque não dizer, completamente ignorada.

¹ Relembramos, aqui, duas das principais abordagens das artes de bem morrer. Por um lado, o artigo de CHARTIER, Roger, *Les Arts de Mourir*, *Annales E.S.C.*, 1976, nº 1, p. 51-75, e por outro, o de ROCHE, Daniel, *La mémoire de la mort. Recherche sur la place des arts de mourir dans la librairie et la lecture en France aux XVIIème et XVIIIème siècles*, *Annales E.S.C.*, 1976, nº 2, p. 76-119.

Ficava, assim de lado, um dos vectores mais interessantes para a compreensão do pensamento específico sobre a morte na Idade Moderna, uma vez que a parte textual das artes é reveladora, a nível estrutural e discursivo, de atitudes, crenças, destinadores e destinatários que o simples estudo da parte iconográfica não deixa vislumbrar.

Roger Chartier num excelente artigo referencial publicado nos *Annales* propunha começar a investigação destas obras pela distinção entre duas versões principais das *artes moriendi*. A primeira, mais longa, estruturada em seis momentos, seria a versão tipográfica, isto é, uma versão cuidada, que se dirige a uma elite e se sistematiza na transição de Quatrocentos para Quinhentos; a segunda, mais curta, seria a versão que se imporia aos xilógrafos, e se destinaria a um público mais alargado, normalmente analfabeto, documentos que se encontram ao longo de todo o século XV (CHARTIER, 1976:2)

As obras que estariam nas origens destas *artes moriendi* foram também minuciosamente delimitadas pelo historiador francês. Por um lado, teríamos as sùmulas teológicas, por outro, obras como o *Opusculum Tripartitum* de Gerson, esse grande mestre da pastoral e da espiritualidade do fim da Idade Média. Além destas fontes principais, sabemos também que a quase totalidade das *artes moriendi* é posterior aos séculos XIII /XIV, e portanto, põe em cena a segunda escatologia, ou seja, o julgamento individual no quarto do moribundo, rodeado por seres divinos e diabólicos que num grande combate lutam pela alma do agonizante.

Esta acção de difusão cultural e pedagógica preenchida pelas artes de bem morrer, exerce-se, então, num duplo sentido: pelo texto e pela imagem. Tratava-se de proceder à conquista dos espíritos e a uma homogeneização entre o topo e a base da Igreja. Importa, por conseguinte, saber quais são as partes que correspondem respectivamente ao texto e à imagem?

No século XIV, a imagem tem um papel fundamental no conjunto das *artes moriendi*. Ela ocupa um lugar preponderante e primordial. Já conhecemos o seu poder emocional prodigioso: ela tem algo de instantâneo e fotográfico, que sugere mais do que qualquer descrição. O livro nasceu da imagem; mais tarde, será a imagem que se incorporará ao livro. Mas, nas *artes moriendi*, a iconografia teve momentos de vida autónoma, em que não se limitou meramente a acompanhar o livro, como adquiriu estatuto e significado próprios. Émile Mâle tinha tido, a este respeito, uma intuição fundamental: *Les images ne sont - diz ele - qu'un hiéroglyphe des types, des moeurs et des idées qui règnent, il reste à les interpréter* (MÂLE, 1969). Do conjunto da iconografia das artes de bem morrer importa sobretudo destacar esta imagem que ganha autonomia - a imagem volante. Tratavam-se de gravuras em madeira que circulavam e se vendiam com grande sucesso, e que encenavam a batalha que, no seu leito de morte, o moribundo travaria com as forças demoníacas, sempre com a intercessão da corte celeste – os anjos, a Virgem e, por vezes, o Arcanjo Gabriel. O preço relativamente acessível destas imagens, a sua facilidade de transmissão e de empréstimo fez delas um instrumento privilegiado de difusão de crenças, de medos, numa palavra, de uma pedagogia, num mundo maioritariamente iletrado. A imagem volante desempenhou, portanto, um papel fulcral na expansão da segunda escatologia, e na difusão da prática de indulgências que organiza o arbítrio da Igreja. Pierre Chaunu (1978: 280) revela-nos que estas imagens – adquiridas durante as peregrinações – não eram só utilizadas com o propósito de protecção *in hora mortis*, isto é, como uma espécie de garantia no momento do trespasse e do julgamento, visto que, para além desta função de assegurar a salvação, a imagem volante foi também utilizada como um intercessor durante a vida.

Ora, entre o século XVI e o século XVII, opera-se uma importante permuta que vai substituir a imagem pelo texto, e o lugar de destaque na transmissão de uma arte de bem morrer, que anteriormente era

ocupado pela iconografia, vai passar integralmente para o texto. Esta substituição deve-se, sem dúvida, à pressão de vários factores que se estendem desde o crescimento da alfabetização massiva até à especialização da literatura religiosa ascética e penitencial promovida pela Contra-Reforma católica.

Com efeito, esquece-se frequentemente que é à Reforma católica que se deve o aumento impressionante das taxas de alfabetização da Europa, a partir do século XVII. A reforma será a principal responsável, por exemplo, pelo ensino da leitura às mulheres, que constituíam, já naquela altura, mais de metade da população europeia, ao mesmo tempo que através das escolas de catequese e das redes de seminários seria também responsável pela criação daquela que foi, afinal, a primeira grande rede geral e organizada de ensino primário e secundário. Este importante movimento de alfabetização e escolarização, se preferirmos, de enquadramento e controlo religiosopedagógico do mundo social católico constituirá, portanto, explicação suficiente para esta verdadeira explosão de livros, completamente dominados pelo verbo, a que assistiremos no século XVII.

Daniel Roche notará, com toda a razão, que a primeira grande lição que podemos extrair das *artes moriendi* deste século é a proclamação do triunfo do texto sobre a imagem: *À l'opposé des multiples éditions de l'ars moriendi qui montraient le pouvoir édifiant de l'image (...) les préparations à la mort de l'âge baroque et classique parient sur la puissance du verbe contre les facilités concrètes de l'illustration* (1976:78). Através do seu estudo pormenorizado dos vários títulos de artes que surgem em França podemos seguir este movimento de expurgação da imagem. Entre 1601 e 1650, 47% dos títulos possui uma ilustração, enquanto que, entre 1650 e 1700 essa percentagem reduz-se para 23% e desce, finalmente, para 10% no século XVIII.

Se compararmos estes números com as Artes de Bem Morrer portuguesas do mesmo período (século XVI a século XVIII), que constituíram o objecto dos nossos estudos, facilmente se chegará à conclusão que o texto ultrapassou por completo a imagem, já que quase nenhuma destas Artes possui qualquer tipo de ilustração. É a prova derradeira de que o texto ganhou autonomia, e vida própria, dispensando largamente o poder ilustrativo da imagem.

Concomitantemente a este triunfo do discurso, podemos também observar – na passagem das *Artes Moriendi* do século XV e do início do século XVI para as Artes do século XVII e XVIII – que uma multiplicidade de abordagens e conteúdos parece ter conquistado estes novos textos. A nível dos conteúdos, podemos distinguir o surgimento de um método bem menos patético e dramático daquele que nos era familiar na iconografia realista das *Artes Moriendi* do século XV, e cuja imagem mais tranquilizadora parece ser a do confessor à cabeceira do agonizante. Sendo assim, duas escolas parecem destacar-se: uma pela clara economia dos recursos afectivos, outra mais tradicionalmente dramática e violenta. A corrente discreta é, todavia, a mais poderosa, associando vivência moral e Arte de bem morrer que tende progressivamente a especializar-se como uma verdadeira Arte de bem viver, estribando-se no princípio de que a boa morte deverá ser o reflexo de uma boa vida.

Uma tendência que acabará por adensar a dimensão moral e religiosa geral destes textos, mas procurando concretamente situar-se em termos mais precisos nas áreas da penitência e da ascese, assim comunicando com toda a literatura barroca de espiritualidade.

A Arte de bem morrer transforma-se, assim, a pouco e pouco numa recolha de orações e exercícios espirituais que permitem, com o auxílio de uma vida piedosa, aceder a uma boa morte. Daniel Roche opõe, por exemplo, a sobriedade do título *Exercices d'une bonne mort*, publicado em Paris, em 1781, por um capuchinho anónimo, ao gongorismo titular de um *Le secret pour ouvrir la porte du paradis au mourant, très utile à un chacun pour partir de ce monde, s'envoler vers le ciel. Tiré des mines d'or de l'immense bonté de Dieu et des riches trésors qu'il a mis en dépôt entre les mains de son Épouse l'Église Sainte*, do canónico François Arnoulx, publicado em 1619. Entre os dois títulos, entre a diversidade didáctica que perseguem, situa-se um longo trajecto de especialização da literatura das artes de morrer em comunicação com a complexa especificidade da literatura e dos exercícios de espiritualidade. Uma comunicação que se consegue reconstruir e comprovar sem dificuldade também quanto à organização temática. Na verdade, em vez de um texto único, centrado maioritariamente sobre a agonia, encontramos um texto múltiplo, uma preparação para a morte que recua no tempo e anexa grande parte da vida,

abrindo-se a uma colecção de exercícios morais e espirituais que tendem a preparar com uma distância cada vez maior, praticamente coextensiva com a vida social física, o tempo de enfrentar a morte e ganhar a salvação. Daniel Roche distingue nesta renovada e alargada organização temático-temporal três grandes etapas: *la préparation lointaine, le chemin de la vie, le cérémonial de la fin et du passage*.

Pierre Chaunu faz-nos um relato ainda mais minucioso da evolução destas especializações temáticas principais, assinalando que, nas *Artes Moriendi* do século XV, o cerimonial do trespasse ocupava 90% do texto, enquanto, ultrapassada uma nítida ruptura operada no século XVI, se destaca na literatura da morte da primeira metade do século XVII uma organização narrativa/discursiva em que o cerimonial decaiu de 90% para 42%, a vida ocupa 32% e a doença 24% do texto. A partir de 1650, atingida uma certa maturidade narrativa e temática destes textos em comunicação com o seu amplo consumo público, estabelece-se um novo equilíbrio que permanecerá largamente imutável em grande parte dos manuais actualmente conhecidos e estudados: 40% para a vida, 35% para a agonia e 25% para a doença (CHAUNU, 1978: 335). Trata-se, pois, de um desenvolvimento que cruza didactismo narrativo e especialização discursiva, reorganização temática e alargamento de conteúdos, mas que expressa um género de literatura religiosa que se baseia agora no acompanhamento, progressivamente mais longo, de todas as etapas que, da actividade material à doença, preparam e decidem a boa morte. Seria, assim, necessário acostumar-se à ideia de uma morte bem preparada e, com esta condição, ela poderia cumprir-se como uma morte sem tormentos. A literatura de preparação para a morte trata de convidar o cristão a abordar o drama terrível do trespasse dotado de uma couraça protectora que não é mais do que uma série de etapas penitenciais e ascéticas bem reguladas, gradativas, fundadas na meditação oracional que, em termos religiosos e espirituais estruturantes, é dada pela total identificação com o mimodrama cristológico, pela identificação da morte que iremos sofrer com a morte exemplar do Filho Único de Deus.

A importância e o consumo destas obras modernas de preparação para a morte começaram por ser estudados para o caso francês, valendo a pena sumariar rapidamente os seus resultados. Com efeito, a investigação pioneira de Daniel Roche permitiu recensar cerca de 236 preparações para a morte escritas em francês, entre 1600 e 1789, através das quais se efectua a divulgação da boa morte barroca, num contexto de progressiva clericalização do acompanhamento e controlo religioso e confessional da morte. Roger Chartier, por seu turno, no termo de um estudo estatístico extremamente cerrado, chegará à conclusão de que as preparações para a morte da época moderna apresentam uma produção editorial e um consumo público que atravessam dois pontos culminantes: um no final do século XV, o outro no decurso do século XVII. No século XVI, teria havido um recuo deste fascínio por este tipo de pedagogia da morte, que Chartier faz depender do Humanismo e da crença na salvação pela fé pregada pela Reforma. De facto, neste século, as artes de bem morrer representam somente um por cento da produção do livro religioso francês, enquanto para os séculos XV e XVII, com cerca de 400 ou 500 mil exemplares, as preparações para a morte atingem valores da ordem dos 3 aos 7% da produção religiosa (quando o sector religioso representa de 25 a 30 % da produção total do livro). Números impressionantes que, recentemente, foram também sugeridos para o mundo editorial português dos séculos XVII e XVIII, contabilizando-se 129 títulos e cerca de 261 edições², entre traduções e produções originais, números que, afinal, seguem as tendências percentuais do modelo francês, sugerindo uma tendência provavelmente geral na produção e difusão do livro religioso católico no período barroco.

Podemos, em conclusão, sumariar que: (a) a historiografia da morte sobrelevou as pesquisas quantitativas e de longa duração que, orbitando em torno da análise de fontes repetitivas como os testamentos, se interessou sobretudo pela reconstituição das tendências gerais que, largamente inscritas na psicologia colectiva ou “mentalidades”, organizam as atitudes e comportamentos gerais face à morte; (b) no entanto, investigando com mais atenção a evolução cronológica e cultural do discurso religioso cristão sobre a morte, foi possível destacar um laborioso investimento na especialização da escatologia cristã que, desde os finais da Idade Média, certamente em comunicação com transformações sociais e culturais, mas também em conexão com novas práticas e programas religiosos, tratou de sublinhar a

importância decisiva do julgamento final particular, aquele que, antes do juízo final universal, decidiria individualmente a sorte de cada crente; (c) concentrando, assim, a atenção nos momentos finais da vida física, desde o período quatrocentista que se foi afirmando uma literatura especializada vocacionada para ensinar a enfrentar e “ganhar” a morte, as *ars moriendi*, textos com um consumo progressivamente mais significativo, mas que se debruçavam exageradamente em torno de uma iconografia dos últimos momentos;

² ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*. Coimbra, 1995. Pp. 228

(d) Também desde finais do período medieval, uma crescente divulgação de temas macabros, debruçando-se sobre a corrupção do corpo em ligação com a crítica da corruptibilidade moral e religiosa da vida social terrena, foi ganhando terreno já através do gesto e da palavra religiosa, já ainda através da especialização da arte e iconografia cristãs; (e) finalmente, configuradas pela cultura cristã barroca tridentina, estas tendências viriam a plasmar uma literatura de preparação para a morte em que se opera uma revisão do macabro, da organização das etapas da morte e das modalidades actuautes na preparação do juízo individual em que se alargam os investimentos penitenciais, ascéticos e espirituais que, das orações aos cerimoniais fúnebres, se começam a julgar indispensáveis para garantir a salvação.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*. Coimbra, 1995.

ARIÈS, Philippe. *L'Homme devant la Mort*. Paris: Seuil, 1977. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989.

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges, *História da Vida Privada*. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1990.

BRÉMOND, Henri. *Histoire Littéraire du Sentiment Religieux en France depuis la fin des guerres de religion jusqu'à nos jours*. Paris: Armand Colin.

CHARTIER, Roger, « Les Arts de Mourir », in *Annales E.S.C.*, 1976, n° 1. Pp. 53-54. CHAUNU, Pierre. *La Mort à Paris, XVIème, XVIIème et XVIIIème siècles*. Paris: Fayard, 1978.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do sentimento religioso em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1969.

MÂLE, Émile. *L'art religieux de la fin du Moyen-Âge en France*. Paris: Armand Colin, 1969.

ROCHE, Daniel. «La mémoire de la mort. Recherche sur la place des arts de mourir dans la librairie et la lecture en France aux XVIIème et XVIIIème siècles». in *Annales E.S.C.*, 1976, n° 2. Pp. 76-119.

SOBRE A ‘TRADUÇÃO’ OU NÃO ‘TRADUÇÃO’ DE NOMES PRÓPRIOS

Dalila Lopes

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

cc-iscap@iscap.ipp.pt

Sinopse

No conjunto dos vários tipos de designadores, os nomes próprios ocupam um lugar à parte. A particularidade dos nomes próprios advém do facto de funcionarem como designadores não por via de qualquer conteúdo semântico que eventualmente possam ter, mas pela *associação única e arbitrária entre um nome próprio e o seu portador* (Lyons, 1980: 176). É esta particularidade que leva a maior parte dos autores a advogar que os nomes próprios não são traduzíveis, com a ressalva de poderem, em certos casos, figurar no texto de chegada, não na sua forma original, mas na forma de um equivalente comumente aceite. Uma análise dos nomes próprios revela, no entanto, que eles não constituem uma categoria uniforme, sendo antes classificáveis em vários tipos. Essa classificação acaba por levar o tradutor a adoptar procedimentos diversificados, conforme o tipo de nome próprio a transpor para o texto de chegada.

Neste artigo centramo-nos, por isso, na apresentação de uma tipologia de nomes próprios, discutimos as questões que se prendem com a sua traduzibilidade e exemplificamos os procedimentos tradutivos possíveis com base na tipologia apresentada.

Palavras-chave: Tradução; Nomes Próprios; Nomes Comuns; Equivalentes.

Introdução

O objectivo deste artigo é dar respostas possíveis à disjuntiva do título. Antes, note-se, porém, que a palavra *tradução* ocorre, no título, escrita entre aspas simples, facto a que convém dispensar alguma atenção: é que talvez não possamos, com propriedade, falar de tradução de nomes próprios, pois estes, por definição, denotam (e não conotam) o seu portador, na medida em que – e tal como referido pela maior parte dos autores – os nomes próprios não têm conteúdo semântico. Ora, não havendo conteúdo semântico, nada há para verter da língua de partida (LP) para a língua de chegada (LC); resta-nos então, teoricamente, a hipótese de transpor o nome próprio da LP para a LC, e transpor não é traduzir, na verdadeira acepção da palavra.

Se, em teoria, o exposto parece ser inquestionável, na prática verificamos que, de facto, a matéria não é assim tão simples. Basta recordar inúmeros casos em que não há uma mera transposição do nome próprio da LP para a LC, como, por exemplo, (al) München / (pt) Munique, e outros ainda em que o nome próprio é traduzido, na verdadeira acepção da palavra ‘traduzir’, como, por exemplo, (al) Schwarzwald / (pt)

Floresta Negra.

Assim sendo, há que reequacionar a questão do conteúdo semântico dos nomes próprios, e proceder a uma análise que permita a sua distinção em vários tipos, de modo a dar uma resposta à aparente incongruência entre o que foi exposto em termos teóricos e o que de facto verificamos ocorrer em termos práticos.

Sobre o Conteúdo Semântico dos Nomes Próprios

A posição mais consensual, e actualmente prevalecente, consiste em sustentar que os nomes próprios, quando utilizados como termos de referência, designam entidades, não por via de qualquer conteúdo

semântico que eventualmente possam ter, mas *utilizando a associação única e arbitrária entre um nome próprio e o seu portador* (Lyons, 1980:176). Esta associação cria-se pelo acto de baptismo ou atribuição de nome, atribuição que, no entanto, pode não ser tão arbitrária como as palavras de Lyons deixam antever. De facto, a escolha de um nome pode ser fortemente motivada: na base da escolha do nome ‘Clara’ para uma criança de tom de pele claro, ou do nome ‘Rua Direita’ para uma rua comparativamente mais direita do que as outras, por exemplo, está um determinado conteúdo semântico considerado descritivo do designado. Contudo, mesmo quando assim é, o nome, a partir do momento em que é atribuído, passa a funcionar como designador do seu portador, independentemente da motivação que tenha estado na base da sua atribuição. Aliás, nem de outro modo poderia ser, pois no decorrer da existência ontológica de qualquer designado processam-se sempre determinadas transformações, de tal maneira que o eventual conteúdo semântico descritivo que possa ter estado na base da atribuição do seu nome deixa de ser adequado à descrição do designado numa outra fase da sua existência.

Apesar desta instabilidade objectivo-ontológica (Harweg, 1997: 153 e ss.), o nome próprio mantém-se, pois não é por via de qualquer conteúdo semântico que o nome próprio funciona como designador, mas sim por via da associação que, através do acto convencional de atribuição de nome, se estabelece entre o nome próprio e o seu portador. Na terminologia de Kripke (1972: 269 e passim), os nomes próprios podem por isso ser considerados **designadores rígidos**, enquanto outros tipos de termos de referência, como, por exemplo, descrições definidas ou sintagmas nominais com um núcleo de nome comum, podem ser considerados **designadores acidentais**.

Na sequência do exposto, a maior parte dos autores entende que aos nomes próprios não é atribuível qualquer conteúdo semântico². Outros ainda como Polenz (1985: 123) e Harweg (1997: 149) entendem que, quando num determinado nome próprio é patente uma motivação, o respectivo conteúdo semântico não deve ser atribuível ao nome próprio em si, mas ao nome comum que está, nesses casos, na origem do nome próprio³. Nome próprio e nome comum são assim homónimos ou homófonos⁴. Polenz (1985: 123) encara ainda a questão do conteúdo semântico dos nomes próprios sob outra faceta: concede, ainda assim, à maior parte dos nomes próprios um conteúdo semântico mínimo, exprimível por características como [PESSOA], [RIO], [LUGAR], etc., i.e., características que permitem a categorização do portador do nome próprio. No entanto, esta posição é dificilmente sustentável, por diversas razões, a mais óbvia das quais se encontra no próprio facto de, não raramente, idêntico nome próprio poder ser atribuído a uma pessoa e a um lugar, por exemplo. Tais características semânticas não podem, portanto, ser atribuíveis ao nome próprio em si.

Todavia, não restam dúvidas que os utentes de uma língua (principalmente os seus falantes nativos), regra geral, perante referências feitas através de nomes próprios, procedem de imediato à categorização do seu portador. Ora, se isso não acontece por via de um eventual conteúdo semântico do nome próprio em si, então terá que ser explicado por outra via.

¹ ‘Notare’, to mark; ‘connotare’, to mark along with, to mark one thing with or in addition to another (Mill, 1843, 1973: 31). É esta a aceção na qual são usados, respectivamente, os termos ‘denote’ e ‘connote’ por John Stuart Mill, que, no entanto, como ele próprio refere, os tomou de James Mill, dando-lhes uma aceção diferente; em alemão, respectivamente, *bezeichnen* e *mitbezeichnen*.

² Como, por exemplo, Lyons (1980: 164 e passim), Raible (1972: 179-180), ou Vater (1991: 22).

³ *Wenn Namen eine semantische Motiviertheit/Durchsichtigkeit haben, sind sie als ‘sprechende Namen’ ebenfalls nicht mehr reine Eigennamen, so wenn z.B. ein Zahnarzt zufällig ‘Reisser’ heisst, ein Innenminister ‘Schiess’, ein Ort ‘Elend’.* (Polenz, 1985: 123).

⁴ *Eigennamen sind als solche, wie u.a. John Stuart Mill dargelegt hat, bedeutungslose Erkennungszeichen, obwohl sie sehr oft homophon mit nomina comunia sind und somit, allerdings nicht als Eigennamen, eine Bedeutung haben können.* (Raible, 1972: 179-180). Idêntica posição também em Harweg (1997: 149).

Os Nomes Próprios como Categoria não Uniforme

A teoria de nomes de Harweg (1997) afigura-se como adequada para a explicação do fenómeno acima mencionado da categorização do portador referido através de nome próprio. Harweg postula, para cada nome próprio, a existência de uma base (*Socket*) de nome comum, base essa que refere a classe a que o

portador de nome próprio pertence (Harweg, *ibid.*: 90, 171 e *passim*). Tal base pode ser explícita, como, por exemplo, em ‘Rio Douro’, ou implícita, como, por exemplo, em ‘Douro’. A base, quer explícita, quer implícita, constitui parte integrante do nome próprio.

Partindo do carácter implícito ou explícito da base e ainda do tipo de designador que constitui a base, Harweg estabelece uma classificação dos nomes próprios em quatro categorias:

a) nomes próprios puros (*reine Eigennamen*), aqueles em que a base de nome comum é apenas implícita, como, por exemplo, ‘Schiller’;

b) nomes próprios de classe genuínos (*genuine Gattungseigennamen*), aqueles em que a base de nome comum que refere a classe do portador do nome próprio é parte integrante do nome próprio, como, por exemplo, ‘(der) Alexanderplatz’;

c) nomes próprios de classe semi-genuínos (*halbgenuine Gattungseigennamen*), constituídos por um nome próprio puro expandido através de um título, como, por exemplo, ‘Professor Müller’;

d) nomes próprios de classe não genuínos (*nichtgenuine Gattungseigennamen*), constituídos por um nome próprio puro expandido através de um nome comum não especificador de título, mas determinante da categoria na qual o designado é mencionado, como, por exemplo, ‘der Romanist Harri Meier’.

É interessante verificar que o uso do artigo definido em português precedendo grande parte dos nomes próprios puros (ao contrário do que acontece em alemão) constitui um factor morfossintático que pode corroborar a teoria de Harweg de que para todos os nomes próprios há uma base de nome comum, ainda que apenas implícita. É que, quando, em português, o nome próprio puro é precedido de artigo, esta, regra geral, concorda com a base de nome comum implícita, o que acaba por constituir um comprovativo da sua existência (implícita): assim, dizemos, por exemplo, ‘o União da Madeira’ (clube), ou ‘a Almirante Reis’ (rua). Também a obrigatoriedade da concordância do predicativo do sujeito no português (ao contrário do que acontece no alemão) pode constituir um factor morfossintático a favor da teoria de Harweg: regra geral, o predicativo do sujeito concorda com a base de nome comum implícita de um nome próprio puro. Assim, dizemos *Faro* (a cidade) *estava cheia de turistas* e não **Faro estava cheio de turistas*.

Perpassando esta classificação há ainda um ponto que interessa assinalar. É que dentro da categoria não uniforme dos nomes próprios há ainda uma distinção de carácter muito mais geral do que a categorização quadripartida acima apresentada: trata-se da distinção entre nomes próprios decomunais, i.e., aqueles que, como vimos atrás, são homófonos ou homónimos de nomes comuns, e os que o não são. Esta distinção, assim como a categorização quadripartida supra, constituem traves-mestras de uma teoria de nomes, com reflexos decisivos sobre a questão da ‘tradução’ ou não ‘tradução’ dos nomes próprios.

Procedimentos ‘Tradutivos’

Equacionada a questão do conteúdo semântico dos nomes próprios e esboçada a sua subcategorização, podemos agora colocar a questão dos procedimentos a adoptar quando, ao traduzir um texto, deparamos com nomes próprios. O que a seguir se expõe não deverá ser considerado como um receituário, mas antes como um conjunto de procedimentos que resultam da discussão teórica acima, e que devem ser encarados pelo tradutor com um certo grau de flexibilidade, na medida em que são frequentemente condicionados por factores co-textuais e contextuais e ainda por factores pragmáticos em sentido lato, como adiante veremos.

Começemos pelos **nomes próprios puros**. Por via de regra, estes nomes são simplesmente transferidos de texto de partida para texto de chegada (pelo que não se poderá falar propriamente de ‘tradução’, e daí as aspas simples na palavra ‘tradutivos’). São exemplos deste procedimento nomes de cidades como (al) Trier / (pt) Trier, (al) Mannheim / (pt) Mannheim ou (al) Rostock / (pt) Rostock. No entanto, alguns nomes próprios puros têm equivalentes comumente aceites, que devem ser usados. É o caso da maioria dos nomes de países, de muitos nomes de cidades, como (al) München / (pt) Munique, (al) Hamburg / (pt) Hamburgo ou (al) Bonn / (pt) Bona, e também de muitos outros nomes geográficos, como nomes de rios, por exemplo, (al) Rhein / (pt) Reno ou (al) Donau / (pt) Danúbio, ou nomes de

montanhas, como (al) Alpen / (pt) Alpes. Há, para além destes, um número considerável de nomes próprios puros de cidades para os quais existem equivalentes que não se podem verdadeiramente considerar como sendo comumente aceites, mas que, contudo, são defendidos por sectores mais puristas. São exemplos deste caso (al) Düsseldorf / (pt) Dusseldórfia, (al) Mainz / (pt) Mogúncia, (al) Frankfurt / (pt) Francoforte ou (al) Stuttgart / (pt) Estugarda. Em termos de frequência de uso, não se poderá propriamente dizer que estes equivalentes se conseguiram impor, mas a verdade é que também não se poderá afirmar que estão em desusos. Quanto a nomes próprios puros de pessoas ou de personagens de ficção, poderá dizer-se que a problemática é, teoricamente, idêntica; porém, quanto aos procedimentos, é, a meu ver, preferível proceder à simples transferência do nome de TP para TC, mesmo no caso de existir um equivalente comumente aceite. Esta posição é justificável por factores pragmáticos que mais adiante serão explicitados.

Tomemos agora os **nomes próprios de classe**. Nestes, há que distinguir duas partes: o núcleo, que é um nome próprio puro, e a base, que é um nome comum. No respeitante ao núcleo, ou seja o nome próprio puro, aplica-se o que até agora foi dito em termos de procedimentos tradutivos. No respeitante à base, esta é, de facto, traduzível, pois é constituída por um nome comum, e os nomes comuns, na medida em que têm conteúdo semântico, podem ser traduzidos. Assim, num nome próprio de classe genuíno como (al) Hölderlinstrasse, pode optar-se por traduzir a base de nome comum, obtendo-se (pt) Rua Hölderlin. Grande parte dos tradutores opta, no entanto, por não o fazer⁶, enquanto outros o fazem⁷. As razões que estarão na base destas opções prendem-se com questões pragmáticas, que serão tratadas mais adiante. Já nos nomes próprios de classe semi-genuínos e não genuínos, o procedimento prevalecente consiste em traduzir a base de nome comum: assim, encontramos, por exemplo, na tradução referida na nota de rodapé 6, para os nomes próprios de classe semi-genuínos (al) Pater Willibrord / (pt) Padre Willibrord e (al) Frau Borussiak / (pt) Sr^a Borussiak; do mesmo modo, encontramos também para o nome próprio de classe não genuíno (al) Dichter Bach / (pt) poeta Bach. Passando por fim aos procedimentos tradutivos a aplicar aos nomes próprios **decomunais**, i.e., aqueles que, como vimos atrás, são homófonos ou homónimos de nomes comuns, aqui, podemos dizer que é, em princípio, possível uma tradução, mas uma tradução não do nome próprio em si, mas sim do nome comum homófono ou homónimo do nome próprio. No entanto, o facto de ser possível não significa que seja aconselhável. A verdade é que é comumente aceite uma tradução de um nome próprio decomunal como (al) Schwarzwald / (pt) Floresta Negra, mas o mesmo não acontece com a maioria dos nomes próprios decomunais. Traduzir, por exemplo, (al) Volkswagen por (pt) Carro do Povo seria uma aberração, uma aberração porque neste caso, como na grande parte dos nomes próprios decomunais, a motivação que esteve na base da atribuição do nome se perdeu completamente e a designação funciona, na prática, como funciona qualquer outro nome próprio não decomunais.

Em tradução literária, porém, pode haver razões fortes que determinem a tradução de certos nomes próprios decomunais. É assim que, na tradução mencionada na nota de rodapé 7, os nomes próprios decomunais de ruas e praças são integralmente traduzidos, ocorrendo, por isso, no TC designações como ‘Travessa dos Cães’, ‘Rua Comprida’, ‘Praça Comprida’, ‘Avenida das Tílias’, etc.

⁵ Veja-se, por exemplo, a tradução para português de *L'Oeuvre au Noir* (Marguerite Yourcenar) de António Ramos Rosa, Luísa Neto Jorge e Manuel João Gomes (*A Obra ao Negro*, 2002, Coleção Mil Folhas, nº 28), onde, para nomes próprios puros de cidades (e não só), se lança mão de equivalentes que estão longe de ser comumente aceites

⁶ Veja-se, por exemplo a tradução para português de *Haus ohne Hüter* (Heinrich Böll) de Jorge Rosa (*Casa Indefesa*, s/l data, Lisboa: Livros do Brasil), em que o tradutor optou por não traduzir a base de nome comum dos nomes próprios de ruas. Nesta tradução, estes nomes próprios de classe genuínos são pura e simplesmente transferidos do TP para o TC, ocorrendo assim, no TC, Hölderlinstrasse, Novalisstrasse, etc.

⁷ É o caso da tradução para português de *Unkenrufe* (Günter Grass) de Maria Antonieta Mendonça (*Mau Agoiro*, 1994, Venda Nova: Bertrand), em que a tradutora optou por traduzir a base de nome comum dos nomes próprios de ruas.

⁸ No caso de ‘Wolkswagen’, estamos, além do mais, perante um nome de marca, ou seja, perante os chamados ‘Warennamen’, que, em princípio não são traduzidos. A propósito dos ‘Warennamen’ vejase a análise muito profunda destes nomes em Bühler (1999).

Esta opção justifica-se por se tratar de um romance que se desenrola, na sua maior parte, no centro histórico da cidade de Danzig, e os topónimos da cidade são relevantes para a compreensão e interpretação cabal do texto. Quando assim não é, os tradutores literários optam, regra geral, por não traduzir os nomes próprios decomunais⁹.

Questões Co-textuais, Contextuais e Pragmáticas

No final da secção anterior, dedicada a procedimentos tradutivos, acabámos por invocar questões de compreensão e interpretabilidade do texto para justificar uma determinada opção tradutiva. Ora, a verdade é que a advertência feita no início da secção anterior, no sentido de que o exposto não fosse interpretado como um receituário, mas antes como um conjunto de procedimentos que são condicionados por factores co-textuais, contextuais e pragmáticos, necessita agora de uma explicitação detalhada. Para tal, é conveniente recordar uma das regras da *Skopostheorie* (Reiss / Vermeer, 1991: 109 e passim), nomeadamente a chamada regra da coerência intratextual: *Eine Nachricht gilt als 'verstanden', wenn sie vom Rezipienten als in sich hinreichend kohärent und als hinreichend kohärent mit seiner (Rezipienten-)Situation interpretiert werden kann bzw. wird.* (Reiss / Vermeer, 1991:109)

Esta regra é infringida, nomeadamente quando o tradutor não toma em devida consideração os conhecimentos prévios que o receptor da tradução possa ter sobre as culturas em que se inserem TP e TC¹⁰. Ora, aplicando esta regra à matéria que aqui nos ocupa – a da ‘tradução’ ou não ‘tradução’ dos nomes próprios – a primeira questão que se coloca é a seguinte: se, como atrás foi dito, perante um nome próprio puro, o utente de uma língua é, regra geral, imediatamente capaz de proceder à categorização do seu portador, o mesmo não acontece, ou pode não acontecer, com o receptor de uma tradução, porque o receptor de uma tradução não é, em princípio, um utente da língua do TP, pois, se o fosse, leria provavelmente o original e não a tradução.

Assim sendo, e a bem do cumprimento da regra da coerência intratextual, deverá o tradutor assegurar que os nomes próprios ocorram no TC de modo a que o recepto seja capaz de categorizar os seus portadores. Quanto a este ponto, há duas hipóteses: ou o co-texto ou contexto em que ocorre o nome próprio puro é suficientemente elucidativo para que se proceda à categorização do seu portador, ou não é. Em caso afirmativo, como no excerto seguinte, pode proceder-se uma simples transferência de TP para TC,

(al) *Unten floss die Brer dahin: grünes, schmales Gewässer [...], frisches Flüsschen zwischen Wiesen und Wald [...].* (Heinrich Böll, *Haus ohne Hüter*, München: dtv, 1998, 12ª edição, p. 238) (pt) *Lá em baixo corria o Brer, um rio verde, estreito [...], riacho fresco entre prados e florestas [...].* (Tradução de Jorge Rosa, *Casa Indefesa*, Lisboa: Livros do Brasil, s/ data, p.250) na medida em que, no co-texto subsequente há construções de aposição contendo nomes comuns co-referentes, como ‘rio’ e ‘riacho’, que permitem ao leitor português a imediata categorização de ‘o Brer’. No entanto, nos casos em que o co-texto não for elucidativo, é preferível que o tradutor proceda a uma operação muito simples: a transformação de um nome próprio puro num nome próprio de classe genuíno. Assim, se, por exemplo, no excerto anterior ‘die Brer’ não estivesse suficientemente cotextualizado, poder-se-ia optar por ‘Lá em baixo corria o rio (ou o riacho) Brer [...]’. É que, lembre-se, ‘o Brer’ podia também ser o designador de uma pessoa, ou de um animal, por exemplo. Cabe aqui uma advertência quanto aos nomes próprios puros de pessoas: em tradução literária, por exemplo, é preferível simplesmente transferi-los de TP para TC, mesmo quando para muitos deles há um equivalente comumente aceite, como, por exemplo (al) Peter / (pt) Pedro. É que, se para uns há um equivalente, como no caso referido, para outros pode não haver, como, por exemplo, (al) Wolfgang. Ora, coexistindo um certo número de personagens num determinado universo de discurso, não faz sentido que no TC umas sejam designadas por um nome próprio português e outras não; o leitor da tradução interrogar-se-ia sobre a própria nacionalidade das personagens, o que acabaria por constituir uma infracção à regra da coerência intratextual.

⁹ Veja-se, por exemplo, a tradução para português de *Liebesgeschichten* (Hermann Hesse) de Maria Adélia Silva Melo (*Contos de Amor*, 1997, Algés: DIFEL), em que a tradutora optou por não traduzir os nomes próprios decomunais, nomeadamente os nomes de ruas: assim encontramos no TC, por exemplo, ‘Salzgasse’ e não ‘Beco do Sal’.

¹⁰ Vide exemplos em Reiss / Vermeer (1991:112).

Se tomarmos agora os nomes próprios de classe genuínos, por exemplo, nomes de ruas, praças edifícios, etc., e equacionarmos em termos pragmáticos os procedimentos tradutivos a adoptar, teremos talvez que pensar em primeiro lugar no tipo de texto em que esses nomes ocorrem e no público a que se destina a tradução. Se, como vimos acima, em tradução literária, fica em grande medida ao critério do tradutor a opção pela tradução ou não tradução da base de nome comum do nome próprio, ou até, no caso dos nomes próprios decomunais, a tradução, na íntegra, do nome próprio de classe genuíno – sendo que, qualquer destas opções também é, esperemos, sempre determinada por questões pragmáticas em sentido lato –, o certo é que esta liberdade de opção não se coloca se, por exemplo, estivermos a traduzir um guia turístico.

Assim, por exemplo, na referida tradução do romance de Böll *Haus ohne Hüter*, perante vários nomes próprios de classe genuínos, traduz-se a respectiva base de nome comum: (al) Wohwinkels Weinstube / (pt) Adega Wohwinkel ou (al) Schloss Breznich / (pt) Palácio de Breznich; e ainda, perante nomes próprios de classe genuínos decomunais, traduz-se a totalidade: (al) Vertrauensbank / (pt) Banco Confiança ou (al) Gasthof Zum blauen Schwein / (pt) Estalagem O Porco Azul. Mas se, por hipótese, idênticos nomes ocorressem, por exemplo, num guia turístico, esta opção tradutiva não se poderia considerar boa. Seria preferível transferir o nome próprio da língua de partida para a língua de chegada por duas ordens de razões: primeiro, porque nomes próprios deste tipo encontram-se, em guias turísticos, normalmente categorizados, porque listados em categorias como ‘O QUE VISITAR’, ‘ONDE COMER’, etc., e até em subcategorias, como ‘PALÁCIOS’, ‘EDIFÍCIOS’, ‘RESTAURANTES’, ‘BARES’, etc.; segundo, porque traduzi-los iria levar a que o utente do guia muito provavelmente fosse incapaz de identificar os locais em mapas, placas toponímicas, etc.

Estas considerações pragmáticas são justamente consentâneas com o primeiro princípio da já citada Skopostheorie, que determina que *eine Translation ist eine Funktion ihres Skopos* (Reiss / Vermeer, 1991: 105), princípio que estabelece o primado do objectivo da tradução, tendo em conta os seus destinatários. Não esquecer os destinatários a que a tradução se dirige acaba assim por constituir uma regra de ouro que o tradutor deve seguir, aplicando-a, de modo coerente, à matéria aqui em análise, ou seja, a opção pela ‘tradução’ ou não ‘tradução’ dos nomes próprios

Bibliografia

- BÜHLER, Karl (1999) (3ª edição), *Sprachtheorie*, Stuttgart: Lucius & Lucius.
- HARWEG, Roland (1997), *Namen und Wörter*. Erster Halbband, Bochum: Brockmeyer.
- HARWEG, Roland (1999), *Eigenbezeichnungen und Fremdbezeichnungen*, Aachen: Shaker.
- KRIPKE, Saul A. (1972) ‘Naming and Necessity’, in Davidson, Donald / Harman, Gilbert (eds.) (1972), *Semantics of Natural Language*, Dordrecht: D. Reidel. Pp. 253-355.
- LOPES, Dalila (2001), *Retoma Pronominal e Nominal em Tradução Alemão-Português. Um Estudo em Linguística de Texto* (diss.), Braga: Universidade do Minho.
- LYONS, John (1980), *Semântica I*, Lisboa: Presença.
- MILL, John Stuart (1843, 1973), *A System of Logic. Ratiocinative and Inductive*, Toronto: University of Toronto Press, London: Routledge & Kegan Paul, Book I. Pp. 19-45.
- NEWMARK, Peter (1988), *A Textbook of Translation*, Hertfordshire: Phoenix ELT.
- POLENZ, Peter von (1985), *Deutsche Satzsemantik. Grundbegriffe des Zwischen-den-Zeilen- Lesens*, Berlin : Walter de Gruyter.
- RAIBLE, Wolfgang (1972), *Satz und Text. Untersuchungen zu vier romanischen Sprachen* (= Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie 132), Tübingen: Niemeyer.
- REISS, Katherina / VERMEER, Hans (1991) (2ª edição), *Grundlegungen einer allgemeinen Translationstheorie*, Tübingen: Niemeyer.
- VATER, Heinz (1991), ‘Referenzrelationen in Texten’, in Brinker, Klaus (ed.) (1991), *Aspekte der Textlinguistik* (= Germanistische Linguistik 106/107), Hildesheim: Olms. Pp. 19- 54.

CONTRASTIVE TERMINOLOGY: SEMITIC, ANGLO-GERMANIC AND LATIN CONCEPT BUILDING THROUGH COMPLEX TERMS. (AVOIDING ONE-WAY METHOD PROCEDURES IN TRANSLATION)

Anna Aguilar-Amat

anna.aguilar-amat@uab.es

Willy Neunzig

willy.neunzig@uab.es

Pilar Sánchez-Gijón

pilar.sanchez.gijon@uab.es

Ouissem Touhami

witoo@caramail.com

Facultat de Traducció i d'Interpretació

Universitat Autònoma de Barcelona

Spain

Abstract

This paper aims to present a contrastive approach between three different ways of building concepts after proving the similar syntactic possibilities that coexist in terms. However, from the semantic point of view we can see that each language family has a different distribution in meaning. But the most important point we try to show is that the differences found in the psychological process when communicating concepts should guide the translator and the terminologist in the target text production and the terminology planning process. Differences between languages in the information transmission process are due to the different roles the different types of knowledge play. We distinguish here the analytic-descriptive knowledge and the analogical knowledge among others. We also state that none of them is the best when determining the correctness of a term, but there has to be adequacy criteria in the selection process. This concept building or term building success is important when looking at the linguistic map of the information society.

1. Terminological collocations

One of the most useful ways of creating new terms when naming a new reality is to build a compound or what we call a terminological collocation¹.

In any language or sub-language, one can find a great number of these terminological collocations. In fact, there is approximately the same number of complex terms as simple terms or concepts. The most frequent collocations are binomials, that is, terminology collocations constituted by a two-concept-phrase with a nucleus or head and a modifier.

We make a distinction between terminological collocations and what we call *attributive collocations*² and *idiomatic collocations*³. Focusing only on the first class, terminological collocations have a set of well-known morphosyntactic, semantic and conceptual properties that undergo few variations whether we talk about one language or another.

¹ Created by Firth (1957) within the British contextualism tradition, the term 'collocation' has a long flow in lexical semantic studies.

² Those that can be quantified: en. fresh bread, very fresh bread / ca. pa tendre, pa molt tendre

³ Those with a high level of opacity or non-compositionality: en. blue joke / es. chiste verde

⁴ According to the International Standard Organization (ISO) we are going to use the following codes for the languages: en. for English, de. for German or Deutch, ar. for Arabic, ca. for Catalan, es. For Spanish.

So we have started a contrastive approach between some languages that belong to different families to analyse this set of grammatical and conceptual properties in order to indicate how close the procedures are to correctness. The chosen languages belong to Anglo-Germanic (English, German), Latin (Catalan, Spanish) and Semitic (Arabic) families⁴. They would represent three North-South classified families and also three different levels with respect of technology production and, thus, terminology production.

From the linguistic point of view there is a great difference between an Anglo-Germanic language, a Latin language and a Semitic language. This gives us a wide perspective to analyse the possibility of thinking about a universal way of building concepts and, on the other hand, about particular styles of doing it in order to achieve the optimal level of utility and satisfaction.

2. Syntactic properties of terminological collocations

Concerning the syntactic properties of terminological collocations it is important to talk about syntactic rigidity because it implies a subset of behavioural features:

1. *Modifiers within (compound nouns) terminological collocations can be referred to other entities or processes within a nominal phrase and an adjectival phrase. Latin languages can also have a prepositional phrase as a modifier.*

N + n

ca. taula escriptori, en. desk table de. Stuhlbein, en. chair leg ar. en. capital sum phrase head: ca. cap, en. Head phrase modifier: ca. diner, en. money

N + adj.

ca. manta elèctrica, en. electric blanket de. Rotwein, Weißwein, en. red wine, white wine ar. en. architecture phrase head: ca. enginyeria, en. Engineering phrase modifier: ca. arquitectònica, en. architectonic

N + np (Latin languages)

ca. sala d'espera, en. waiting room es. mesa de billar, en. billiard table

2. *It is possible to make a quantification or modification of the complex term in its entirety, but it is not possible to do so with respect to one of the components.* ar.

(ca. disc dur ràpid, en. fast hard disk) (ca. *disc ràpid dur, en. *hard fast disk) es. cuchillo de cocina, en. kitchen knife cuchillo de cocina afilado, en. sharp kitchen knife *cuchillo afilado de cocina, en. *kitchen sharp knife de. Verkehrsmittel, en. means of transport schnelles Verkehrsmittel, en. fast means of transport

Verkehrs (schnell) mittel

3. *Including a modifier determination (defined or undefined article) implies a change in the meaning. (However this does not apply in the case of Arabic).*

ca. ganivet de la cuina

(this means not a type of knife but a knife located in the kitchen) ar. es. partida de nacimiento es. partida de(l) nacimiento

4. *There cannot be any change on topicalization.*

ca. enginyer electrònic, en. electronic engineer *l'electronicitat de l'enginyer, en. *the electronicity of the engineer (but, ca. vestit blanc, en. white dress -> ca. la blancor del vestit, en. the whiteness of the dress -> *attributive collocations*) ar.

(en. architect – *architectonic engineer*)

(*en. engineer architectonicity)

3. Semantic features of terminological collocations

From a semantic point of view, terminological collocations are typifications or specifications of other concepts that have a more extensive denomination (al. *Topf* with respect to *Blumentopf*). It seems important for us to point out that there is a different distribution of information within complex terms for the three languages considered. That is what the Prague school called *theme* and *rheme*. If we consider the

head position in terminological collocations we find that the information or theme already known is topicalized in Spanish, but not in German. As we will see, this has some conceptual implications (see 4.). When talking about Arabic we can see the theme/rheme questions have a relation to predicative questions. When meaning **process**, modifiers are usually only predicative nouns, not verbs. These kinds of nouns are called *Masdar*, and cannot be topicalized.

In the following examples we can see the difference between a), where the predicative noun *protector* is topicalized in Catalan (*protector de pantalla*, *screen saver*) but not in Arabic, and b), where the nominal concept *element* is topicalized in both languages.

ca. pantalla, en. screen

ca. protector de pantalla, en. screen saver

ca. element, en. element

ca. element de dibuix, en. sketching element

The issue of order when modifying in Latin and Semitic languages becomes quite predictable if we consider that normally the head or nucleus goes in the first place, but it is possible to build some concepts while inverting their usual positions: ca. alta tensió, en. high tension -> alta: modifier ar. (ápteros, miriápodos)

It is also worthwhile to note that terminological collocations usually have a high degree of transparency in reference to what Ullmann states (when a collocation is split up, individual elements maintain the most standard sense at any level of abstraction).

(With regard to terminology, we must always speak about some specialised sublanguage and sense). This transparency criteria makes a difference between idiomatic and terminological collocations while they both have coincidences with respect to syntactic rigidity, for example. Semantic transparency is due to the referential function (cf. Jakobson) of these chunks within specialised communication. However we have to point out some cases of analogy with a loss of transparency (i.e. ca. *serp monetària* for the money curve on the market).

4. Conceptual questions on terminological collocations

In considering some conceptual aspects of complex terms, we see that concept complexity cannot always be extrapolated from one language to the other (al. *Blumentopf* -one concept, two subconcepts, vs. ca. *test* (one concept, one subconcept)).

This is the same for the Arabic example seen before about ‘capital’, with two subconcepts referred to ‘head’ and ‘money’.

In addition to this, we can see how contradicting the natural tendency to binomials, there is an increasing number of collocations with more than two elements in Latin languages and Arabic as a consequence of calque and loan translations:

ar.

es. juegos fotorealistas, en. photorealistic games

ar.

es. bomba de píxels, en. pixel charge

This is a destabilising factor for these languages. A term like the Spanish *carretilla hidráulica de elevación de horquilla* is the conclusion of the loan-translation from the German *hydraulischer Gabelhubwagen*, and a very difficult term in the real world of communication.

The term length is only one of the problems. The most important is the meaning given in decodification due to the over-generation of meaning related to the preposition 'de' in Latin languages like Catalan or Spanish. This preposition can be used to introduce a genitive, an argument, a specific modifier or an explicative modifier (attributive, circumstantial):

Peter's car (genitive) -> es. el coche **de** Pedro

Power needs (argument) -> es. las necesidades **del** poder

Kitchen table (specific -type of- modifier) -> es. mesa **de** cocina

The kitchen table (place) -> la mesa **de** la cocina

So, if we use this preposition several times within a complex term the possibilities and the ambiguity become multiplied.

When we look at the problem from the Prague theme/rheme perspective, we observe furthermore that in the non Anglo-Germanic languages, the string of modifiers (rheme) grows after the head (theme) has been enunciated; this makes the communication process become boring to the speakers in addition to causing ambiguity because of the different possibilities of the prepositional phrase attachment.

While in English or German the listener has to pay attention until the end of the expression to understand the theme expressed in the last word or head, in Latin languages, the speaker has enunciated the theme at the beginning, so the listener's attention steadily decreases.

These sometimes long terms become binomial within a simple process of key information deletion (de. hydraulischer Gabelhubwagen -> *carretó hidràulic*; *de elevación de horquilla* is missing). This is what happens when translating from German. The resulting term is different when translating from English. Then the English term *forklift truck* for the same concept is translated into Catalan as *transportadora de forqueta*:

In the real working world, people dealing daily with these kinds of concepts usually reject the more or less odd translations and try to find a functional solution based on analogy. In this case, for instance they call this machine es. *toro* -bull. We can also find es. *oruga* (caterpillar) for a continuous mining machine or es. *girafa* for the studio television microphones.

This phenomena has been studied from the social-terminologist's point of view as a matter of a difference and a coexistence of different registers (cf. Corbeil). What we are saying, is that although register differences exist (and they represent a problem for the terminological univocity principle), some of the differences are partly due to incorrect efforts in order to reproduce the analytical-descriptive way of building terms in Northern societies and Anglo-Germanic languages.

5. Conclusions on the contrastive approach

All this makes us think that the very different language families studied here have a similar procedure when compounding nouns and building new concepts held by terminological collocations. However, the different way of expressing modification makes the literal translation of the term structure not useful in some cases. This is one of the reasons why some machine translation efforts fail. We are referring to the Term Frame experience within the EUROTRA project. The main misconception assumed was the term argumental structure or frame would be able to be translated into all European languages without any difference. We have tried to prove that concerning complex term building, this is not possible for syntactic and semantic reasons. As a result of these linguistic characteristics, people using these languages employ different thought processes and different ways of expressing concepts. While Anglo-Germanic languages tend towards a descriptive-analytical process when compounding nouns, southern languages prefer to create new terms by using analogical processes of form and function or metonymies. This could be one of the reasons for a high lexematic production.

When trying to be faithful to the descriptive-analytic effort of Anglo-Germanic languages, terminological planificators and translators sometimes become ineffective because of the lack of adequacy. Last but not least, we want to emphasise that there is not one concept building approach that is better than the others from a cognitive science point of view, and that, in any case, every approach has

to be taken into account. If not, we are feeding a prejudice that confers some superiority to the descriptive-analytical way of knowledge. It is important to note that this kind of knowledge is not the only important factor in order to determine the utility and the satisfaction of speakers and readers. So, although it is very useful to enumerate the concept features when defining the concept through the denomination, this is not the only question when deciding the success level of a new term from a communicative point of view. Analogies, as a way to establish relations between different realities are a very important type of knowledge within science.

Using natural terminological words when speaking and writing a language is one of the aspects that can let southern countries deal with scientific progress and take part in the information society. The hypertext information world is changing traditional ways of thinking and giving more importance to links between reality and the associative concepts that can act as key bridges between logical spaces.

References

- AGUILAR-AMAT CASTILLO, A., 1990, Tratamiento computacional de las unidades léxicas múltiples en el sistema de traducción automática EUROTRA, Proyecto de Investigación para el Programa de Doctorado de Informática y Lingüística de la Universidad Autónoma de Barcelona (Biblioteca de Letras), B., 1990
- ALBANO, R., CUMMING, S., SONDEHEIMER, N., 1990, "How to Realize a Concept: Lexical Selection and the Conceptual Network in Text Generation" in *Machine Translation* n. 5, Kluwer Academic Publishers, 1990, pp. 57-78
- FIRTH, J.R., 1957, *Papers in linguistics 1934-1957*, Oxford University Press, N.Y., 1969
- ISO/DIS5127/1. Information and documentation vocabulary, section 1: basic concepts.
- MORENO, J.C., 1989, *Semi-compositionality and idioms in machine translation: the functional word strategy*, EUROTRA ESPAÑA, Madrid. Documento interno.

EUROPA NACH 1945 – ZUR SITUATION NACH DEM ZWEITEN WELTKRIEG

Marco António Cerqueira Mendes Furtado
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Instituto Politécnico do Porto
Portugal
marco.mendes.furtado@sapo.pt

„Heute steht Europa vor der wohl größten Herausforderung seiner Geschichte: Die Einigung Europas wird Wirklichkeit. Die Europäische Union ist dabei, sich nach mehreren Jahrzehnten der Trennung unseres Kontinents [...] zu erweitern. Darüber hinaus kommen neue Aufgaben auf die EU zu. [...] Wir sind Zeugen erheblicher politischer Umwälzungen [...]. Vor dem Hintergrund dieser Entwicklungen ist der EU-Konvent aufgefordert, über eine grundlegende Reform der gewachsenen Strukturen unserer Zusammenarbeit nachzudenken.“
Peter Glotz (2002)

Sinopse

Bevor man „Europa“ als politisches Konzept in zahlreichen theoretischen Texten erörterte, ist in der deutschen Literatur der Gedanke eines vereinten Europas schon seit dem 16. Jahrhundert thematisiert worden. Im folgenden Aufsatz sollen Texte der Essayisten Ernst Jünger, Frank Thiess, Werner Bergengruen und Klaus Mann (20. Jahrhundert), in denen ihr Standpunkt bezüglich des Europa-Gedanken, d.h. ein vereintes Europa zur Zeit nach dem Zweiten Weltkrieg zum Ausdruck gebracht wird. Dabei sind hauptsächlich Gemeinsamkeiten und Differenzen zwischen den Autoren unter geistigen und historischen Gesichtspunkten zu ziehen.

Palavras-Chave: Europa-Gedanke; Deutsche Literatur; Essay; Nachkriegszeit; Krieg; Religion; Geschichte.

1. Einführung

Die Grundlage dieser Arbeit sind einige Texte aus der Zeit nach dem Zweiten Weltkrieg von den Essayisten Ernst Jünger, Frank Thiess, Werner Bergengruen und Klaus Mann, die in den Werken *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger* und *Plädoyers für Europa – Stellungnahmen deutschsprachiger Schriftsteller 1915 - 1949* von Paul Michael Lützeler erscheinen und von diesem herausgegeben worden sind. Es handelt sich dabei entsprechend um die Essays *Der Friede* (1945), *Europa als politisches Problem* (1948), *Über abendländische Universalität* (1948) und schließlich *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1949). Im folgenden Aufsatz soll die Analyse dieser Essays innerhalb der Thematik, der Europa- Gedanke in der deutschen Literatur, durchgeführt werden.

Im ersten Teil dieses Aufsatzes werde ich auf die Gattung des Essays eingehen und diesen für die Analyse der oben erwähnten Texte genauer erläutern. Dabei werde ich ebenfalls versuchen deutlich hervorzuheben, weshalb speziell nach der Nachkriegszeit Essays als wichtige und fundamentale Gattung erscheinen.

Im darauffolgenden Teil werde ich mich bei der Analyse dieser Texte auf die folgenden Hauptpunkte konzentrieren: fokussiert werden sollen kriegerische, religiöse und historische Aspekte, die in den Texten implizit oder explizit erscheinen und sich auf den – und um auf die eigentliche Thematik einzugehen – Einheits-Gedanken innerhalb des europäischen Kontinentes beziehen. Hierbei sollen spezifisch die ersten Aspekte als Argument zu letzterem Aspekt untersucht werden, und zwar wie der Zweite Weltkrieg,

Religion und die europäische Geschichte es erst jetzt nach Mitte des 20. Jahrhunderts ermöglichten, dass ein vereintes Europa zustandekommen konnte. Unter diesen Gesichtspunkten sollen die oben erwähnten Essays analysiert werden, wobei Gemeinsamkeiten und Unterschiede hervorgehoben werden sollen. Hierzu möchte ich anmerken, dass als Oberbegriffe für die folgende Arbeit die Termini **Europäische Einheit, Europa-Diskussion, Europa-Gedanke, Europa-Debatte**, etc. und der in diesen Begriffen enthaltene Einheitsgedanke in allgemeinem Sinne behandelt werden und gelten sollen. Wie diese Begriffe schon deutlich machen, sollen sie sich nicht auf politische oder sozio-ökonomische Aspekte beziehen, jedoch aber auf die in den Texten inhärente geistige Bewegung, die – und das möchte ich nicht bestreiten – als Wurzel zur eigentlichen heutigen Europäischen Union geführt hat. In diesem Zusammenhang möchte ich außerdem betonen, dass ich mich nicht auf historische Ereignisse zur Epoche nach dem Zweiten Weltkrieg und auf die Entwicklung der einzelnen Phasen der diversen Gemeinschaftsformen, die es in Europa bis zur heutigen Europäischen Union gegeben hat, konzentrieren werde. Dies soll nicht Hauptsache der eigentlichen Analyse sein und deswegen hier nur eine untergeordnete Rolle spielen.

In einem abschließenden Teil dieses Aufsatzes werde ich dann zusammenfassend und in Form einer Bilanz nochmals erläutern, wie der Europa-Gedanke von den oben genannten vier Autoren behandelt wird.

2. Essay – eine Gattung zur Reflexion

*„Der Essay ist so zu schreiben, wie wir denken, sprechen, für uns schreiben oder im Zusammenhang frei reden, Briefe schreiben – über einen sittlichen Gegenstand, aus reinem Interesse daran, nicht philosophisch und nicht poetisch.“
Friedrich Schlegel (1798)*

Der Begriff *Essay* gelangte erst im 19. Jhd. in den deutschen Sprachraum und wurde dementsprechend als Fremdwort in die deutsche Sprache, welches sich noch bis heute erhalten hat, aufgenommen. Das soll jedoch nicht heißen, dass die Gattung nicht schon vor dieser Zeit existierte. Die Etymologie des Wortes zeigt, dass der Begriff aus dem vulgärlateinischen *exagium* stammt; ursprünglich bedeutete er „Gewicht“. Seit dem Obwohl niemand den Begriff *Essay* vor Montaigne – dieser begründet dieses Wort und dessen Geschichte und gebraucht es metaphorisch als „Kostprobe meines Geistes“ – im 16. Jhd. verwendet, sind ähnliche, d.h. Vorformen des Essays in der antiken Literatur bei klassischen Autoren wie Platon, Plutarch, Seneca, Marc Aurel, etc. vorzufinden: „kürzere, offene Prosaformen [...], die sich auf undogmatische Weise mit solchen Fragen der Lebenserfahrung und -führung beschäftigen“¹. Im Deutschen wird der französische *essai* bzw. der englische *essay* bis ins Ende des 18. Jahrhunderts als „Versuch“ oder als „Gedanken und Meinungen“ wiedergegeben, obgleich Schlegel diesen Begriff schon zu dieser Zeit verwendet und definiert (vgl. Anfangszitat dieses Abschnittes), doch sind seine Schriften erst im Jahr 1963 veröffentlicht worden, seinen Zeitgenossen waren diese also fremd. Der Begriff *Essay* erscheint zum ersten Mal als Titel in einem deutschen Buch von Herman Grimm.

Wie in der antiken Literatur festzustellen ist und wie Schlegel in seiner Definition über den Begriff *Essay* äußert, verzichtet diese Gattung auf einen strengen Aufbau sowie auf gelehrte Fachterminologie, um ihren kommunikativen Zweck nicht zu verfehlen.

Nichts darf den allgemeinen Leser daran hindern die Bildungssprache des Essayisten zu verstehen. Trotzdem soll dies nicht heißen, dass der Verfasser auf poetische bzw. Rhetorische Mittel verzichten muss. Dies gerade – wie in allen anderen literarischen Gattungen auch – ist ebenfalls wichtig und bedeutend für den ästhetischen Reiz des Essays. Doch muss der Essay seine Anschaulichkeit und Klarheit über ein bestimmtes Thema bewahren. So werden keine spezifischen Vorkenntnisse vom Leserpublikum erfordert, um den Inhalt dieser Texte zu verstehen. Vielmehr „knüpft der Essay an vertraute Sujets und Meinungen an, um daran durch Verstehen und Kritik bislang Unbeobachtetes zu entdecken und bestehende Vorurteile zu korrigieren“². Das macht den Essay als Gattung zur Reflexion aus. „Montaigne begleitete seine ‚Essais‘ mit wiederkehrenden Reflexionen über Grund und Ziel – oder Grund- und Ziellosigkeit – dieser unfertigen Form“³.

Die Gattung des Europa-Essays, von denen ich, wie bereits erwähnt, vier zur Nachkriegszeit, d.h. nach 1945, untersuchen werde, erscheint ebenfalls in diesem Zusammenhang eine wichtige Rolle zu spielen. In ihnen geht es um Reflexionen über den Einigungsgedanken des europäischen Kontinents. Wie LÜTZELER erklärt, „gab keine andere dichterische Gattung so häufig das Medium zur Diskussion drängender kontinentaler Fragen ab wie der literarische Europa-Essay“⁴ – daher auch seine bedeutende Wichtigkeit zur Reflexion besonders in der Zeit nach dem Zweiten Weltkrieg. In den folgenden Abschnitten werde ich auf die einzelnen Essays eingehen, diese untersuchen und dann Gemeinsamkeiten und Unterschiede bezüglich des in ihnen enthaltenen Europa-Gedanken erläutern.

3. Die zu analysierenden Essays:

3.1. *Der Friede* von Ernst Jünger (1948)

In diesem Essay geht es dem Autor in der Europa-Diskussion um einen Neuanfang europäischer Zusammenarbeit nach einem schrecklichen und grausamen Krieg. Diese Zusammenarbeit ist jedoch nur möglich, wenn der Friede wieder auf dem europäischen Kontinent währt.

Die Einigung in Europa kann diesem Autor nach nur durch Krieg zu Stande kommen, und zwar meint er den Zweiten Weltkrieg. So wie er diesen Krieg beschreibt, ist dieser der grausamste und schrecklichste gewesen, den die Welt je gesehen und erlebt hat, denn es ging in diesem nicht nur um die Verteidigung von Grenzen und Eroberung anderer Territorien, sondern dieser Krieg ist gerade so grausam und schrecklich gewesen, denn ihm sind viele unschuldige Menschen zum Opfer gefallen:

„Wer kennt die Heere derer, die an Hunger, an Seuchen, aus Erschöpfung, durch Mangel an Pflege gestorben sind? Und jene anderen Heere, die verdarben, als die Städte zerschmettert wurden, die unter den Trümmern ihrer Heime erlagen, die in den Kellern ertranken, erstickten oder in flüssigem Phosphor zerglüht wurden?“

Ganz endlos ist der Zug von Frauen, Kindern, Greisen, die so dahingegen sind. Zahllosen wurden die Tage abgeschnitten, zahllose andere durften nie erfahren, was Leben heißt“⁵.

Weiterhin thematisiert JÜNGER die Grausamkeit dieses Krieges, indem er von der Verfolgung unschuldiger Menschen spricht, die eine dem nationalsozialistischem Denken unterschiedliche Weltanschauung hatten. Offensichtlich handelt es sich hierbei um die Staats- und Regimefeinde des Dritten Reiches, die in Lager verschleppt, dort gequält, gefoltert und schließlich ermordet worden sind. Er erwähnt zwar den Holocaust, dennoch, und wie LÜTZELER bemerkt, werden Begriffe wie „Holocaust“ und „Juden“ weggelassen (vgl. LÜTZELER: „Aber auch Jünger benannte nicht die Tatsache des Holocaust als solchen, und das Wort Jude wird man in seiner Schrift vergeblich suchen.“⁶).

Trotz der grausamen Episoden, die von JÜNGER in diesen Passagen beschrieben werden, ist dennoch in ihm der „Militarist“ zu erkennen: dieser Essay ist in gewisser Hinsicht kriegsverherrlichend⁷, denn nur durch diesen Krieg kann der wahre Friede währen und es zur Einigung auf dem europäischen Kontinent kommen:

„So muß, was aus getrennten, doch reinen Quellen entsprungen ist, in guten Frieden sich vereinigen. Es muß durch die Vernunft verwirklicht werden, was unklar, doch mächtig in der Sehnsucht ungezählter Millionen lebte, gleichviel in welchem Land der Erde ihr Schicksal sie geboren werden ließ: ein größeres und besseres Friedensreich“⁸.

² Ibid. S. 522

³ Ibid. S. 523

⁴ LÜTZELER, PAUL MICHAEL (1994), S.9

⁵ JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.331)

⁶ LÜTZELER, PAUL MICHAEL (1992), S. 414

⁷ Schon im Jahre 1920 erscheint sein Werk *In Stahlgewittern*, in dem JÜNGER seine Kriegererlebnisse verherrlicht und ästhetisiert.

⁸ JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.330)

⁹ Ibid. S.338 f

Zwar ist es notwendig gewesen, dass dieser Krieg Opfer mit sich gebracht hat, dennoch waltet gemäß des Autors gerade die Herrlichkeit dieses Krieges darin, denn nur so ist es möglich, dass dieser Krieg für alle Frucht bringt. JÜNGER möchte offensichtlich hier eine Rechtfertigung des Zweiten Weltkrieges erreichen. Er interpretiert Gutes in dem, was eigentlich schlecht und zu verurteilen ist, und begründet dies folgendermaßen:

*„Die Mannigfaltigkeit der Fronten verhüllte den Tätern und den Leidenden die Einheit des großen Werkes, in dessen Bann sie wirkten – doch wird sie durch ihre Verwandlung zum Opfer offenbar. So wurden sie fallend zum guten Korne, das vielfach fruchten wird.“*⁹

Das Kriegskonzept und die Notwendigkeit des Leidens durch den Krieg selbst werden bei JÜNGER dann noch deutlich radikalisiert, indem er meint, es sei besser, länger zu kämpfen, länger zu leiden, als zu einer „alten Welt“ zurückzukehren, in der die Einigung auf dem europäischen Kontinent vorher nicht möglich gewesen ist.

Bezüglich des religiösen Aspektes ist zu erwähnen, dass JÜNGER „die Mutation vom Militaristen zum Friedensapostel“¹⁰ versucht, was ihm jedoch nicht völlig in seiner Lesergemeinde gelungen ist. Dies betreffend und um diesen Gedanken zu verstärken, führt LÜTZELER an, dass „der antimetaphysische, technikbesessene Autor des *Arbeiters* von 1932 zu unglaublich unwahrscheinlich scheint, als dieser „nun verkündete, daß »den reinen Technikern die Menschenführung nicht zugebilligt werden« könne, daß »die Menschen sich methaphysisch stärken« müßten »im gleichen Maße, in dem die Technik wächst«“¹¹.

Gerade in dieser von LÜTZELER erwähnten Passage scheint JÜNGER sehr verängstigt vor der Übernahme von Verantwortung für die grausamen Taten der Nationalsozialisten während des Dritten Reiches zu sein. Er möchte nicht als Kriegsverbrecher hingestellt werden, sondern scheint vielmehr jetzt plötzlich wie ein philosophierender Theologe, der sich trotzdem nicht seiner Schuld bekennt, aber dennoch im durch den Frieden nach dem grausamen Krieg vereinten Europa auch die Versöhnung der Kirchen in eine Art Ökumene sieht. Es ist schon in gewisser Hinsicht absurd für einen ehemaligen Soldaten der Wehrmacht, ein Anhänger des nationalsozialistischen Regimes und möglicherweise Verfolger und Mörder von unschuldigen Menschen folgende Worte in den Mund zu nehmen:

*„Genau so wie eine Mannigfaltigkeit von Völkern, Rassen und Nationen kann Europa auch eine Mannigfaltigkeit von Kirchen besitzen, gleichviel, in welchen Formen und Symbolen die Verehrung sich darbietet. Man darf niemanden verwehren, dem Glauben anzuhängen, den seine Väter ihm vererbt haben oder zu dem er sich bekehrt. Auch wenn man vom Menschen fordert, daß er eine höchste Idee besitze, muß man ihm Freiheit lassen in der Art, in der er sich zu ihr erhebt“*¹².

Der Versuch sich seiner Verantwortung zu entziehen, wird ebenfalls deutlich in der Passage, in der er den

Frieden in einem heilungsbedürftigen Europa vorsieht, doch dieser Friede kann nur währen, wenn Vernunft

Bezüglich des historischen Aspektes so führt JÜNGER an, dass die Einigung Europas in vorherigen Jahren bzw. Jahrhunderten sich nicht verwirklicht hat, doch gibt er hier keine klaren Züge an. Er spricht von einem „Europa, das reich an altem Erbe ist und das in vielfacher Zerklüftung die Last und erlebter und erlittener Geschichte trägt“¹³.

Wichtig – und dennoch zugleich paradox – verurteilt JÜNGER den „nationalen Stoff“, der sich nun im Feuer zu verzehren hat, damit „die alten Grenzen gelockert werden und fallen durch neue Bünde, und neue, größere Reiche, die die Völker einigen müssen“¹⁴.

¹⁰ LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 406

¹¹ Ibid. S. 407

¹² JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.362)

¹³ Ibid. S.345

¹⁴ Ibid. S.340 f

¹⁵ THIESS, FRANK; *Europa als politisches Problem* (1948); in *Plädoyers für Europa – Stellungnahmen deutschsprachiger Schriftsteller 1915 - 1949* (S.265)

3.2. Europa als politisches Problem von Frank Thiess (1948)

Frank Thiess beteiligte sich immer wieder mit seinen Essays an Problemdiskussionen des 20. Jahrhunderts. Die Europa-Diskussion und der entsprechende Einheitsgedanke setzen bei diesem Autor in der Überwindung des Nationalismus an, d.h. die Staaten, „deren Politik sich noch im Denkgefälle des nationalen Egoismus bewegt“¹⁵, müssen diese Denkweise zum Zweck der Schaffung und zu Gunsten der „Vereinigten Staaten von Europa“ aufgeben. Dieser nationalistische Wahn führt, wie der Autor erwähnt, zu einer egoistischen Haltung der entsprechenden Nationen, die diese Einstellung haben:

„Gleichzeitig treffen sich die Vertreter der westlichen europäischen Nationen, obwohl sie dies nicht offen zugeben, zweifellos im Stillen bereits überzeugt, daß sie einen Teil ihrer Souveränität zugunsten einer europäischen Gruppenbildung opfern werden. Diese Opferung ist unvermeidlich und obendrein der zweite Schritt in der und Ordnung ihm vorausgesetzt werden. JÜNGER macht in der folgenden Passage eindeutig eine Anspielung auf die Nürnberger Prozesse zwischen 1945 bis 1949. Der Friede darf dort nicht herrschen, in dem rachsüchtige Richter urteilen: „Das ist besonders zu bedenken, wo von Bestrafung der Schuldigen die Rede ist. Es werden gerade jene sich zum Amt des Richters drängen, die stark im Willen, doch schwach im Urteil sind. Daher ist es vor allem wichtig, daß hier Vernunft und Kenntnis des Ganzen regieren, nicht aber blinde Rachsucht der Parteien, die neues Unrecht zu altem fügt.“ (Ibid. S.349 f)

Überwindung des Nationalismus. Der erste war die Niederwerfung der Staaten, die ihre Politik auf dem sacro egoismo der Nation errichtet hatten“¹⁶.

Der Gedanke des vereinten Europa wird dadurch verstärkt, indem THIESS auch den Kommunismus auf eine gleiche Stufe mit dem Erlebnis des Wahns dieser „nationalistischen Selbvergottung“ setzt:

„Auch östlich der Elbe wird der Nationalismus zwar mit Heftigkeit verurteilt, ist aber dort durch den totalitären Kommunismus abgelöst worden, der ganz ähnliche Erscheinungen hervorgerufen hat. Und noch merkwürdiger ist es, daß Molotow auf der Pariser Konferenz den Marshall-Vorschlag mit der Begründung ablehnte, er griffe in die Souveränität der Einzelstaaten ein. Diese gelte es vor allem zu wahren“¹⁷.

Der Europa-Diskurs bei THIESS setzt auf einer historischen Argumentation an. Die Geschichte zeigt, dass der Europa-Gedanke in vorherigen Jahrhunderten nicht möglich gewesen und dementsprechend gescheitert ist. Dafür gibt der Autor einige Beispiele: trotz des europäischen Einigungsgedanken und der Vorstellung seitens Napoleons beispielsweise richtete sich dessen Einigungsvorstellung gegen England; trotz der Suche nach einem rettenden Ausweg für Europa nach dem Ersten Weltkrieg wurde durch den stärkeren Gedanken und durch die „Überzeugung von Untastbarkeit und Souveränität der Nation“ der Einheitsgedanke unterdrückt; schließlich ist der Europa-Gedanke an Hitlers „Phantasie eines neuen Europas“ gescheitert, denn nach dessen Konzept lief der Einheitsgedanke auf die Beherrschung des europäischen Kontinents durch die deutsche Nation hinaus.

Trotz dieser Argumentation ist deutlich festzustellen, dass, so wie LÜTZELER es veranschaulicht, „Thiess [...] dem Zweiten Weltkrieg positive Seiten abgewinnt“¹⁸. Auch er interpretiert in diesem schrecklichen und grausamen Krieg das Gute, was ebenfalls bei JÜNGER zu verurteilen ist. Auch in ihm ist – zwar nicht so radikal und verstärkt wie bei JÜNGER – das Merkmal des kriegsverherrlichenden Militaristen, der ebenfalls aktiv am Ersten Weltkrieg teilgenommen hatte, zu sehen.

Was den religiösen Aspekt betrifft, ist festzustellen, dass THIESS der katholischen Kirche seine Hochachtung erweist; sie hat es gewusst, das zwei Jahrtausende alte Erbe aus der antiken hellenisch-römischen Welt (Sprache, Kunst, Denkformen, Sport, Erziehung und Konzepte wie Demokratie, Freiheit des Individuums, Parlament) mit Sicherheit zu pflegen und zu erhalten:

„Das Unbewußte der abendländischen Völker darf man sich als Potential vorstellen, das sich aus einer ungeheuren Masse von Erinnerungsbildern geformt hat. Hierbei sind gewisse Grundvorstellung, die die >Gestalt< der europäischen Nationen modulierten, dominant, weil sie, als wesensbestimmendes Erbe aus der gräco-latinischen Mutterkultur übernommen, mit ihren Völkern gewachsen sind“¹⁹.

¹⁶ Ibid. S.266

¹⁷ Ibid. S.266

¹⁸ LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 414

¹⁹ THIESS, FRANK; *Europa als politisches Problem* (1948); in *Plädoyers für Europa – Stellungnahmen deutschsprachiger Schriftsteller 1915 - 1949* (S.270)

²⁰ Ibid. S.275

Auch werden diese Gedanken dadurch verstärkt, dass das Konzept des „Abendlandes“ weiter hinausreicht, als dass es sich bloß auf den geografisch gesehenen, europäischen Kontinent beschränkt („Geographische Entfernungen sind Vorurteile, es gibt nur noch bürokratische Entfernungen“²⁰); doch stellt THIESS eindeutig einen Gegensatz zu den Ländern, die von den Weltanschauungen des „Sultanats“ beeinflusst worden sind, selbst wenn dieses Territorium sich auf dem europäischen Kontinent befindet. Die Argumentation in diesem Essay zeigt Indizien dafür, dass die geistige Einigung und der „geistige Austausch“ auf dem europäischen Kontinent keine Unmöglichkeit darstellen. Dass es sich jedoch bei THIESS nur um eine Idee, nur um einen Gedanken bei seiner Europa-Diskussion handelt, welches schon seit Jahrhunderten existiert, dass diese Jahrhunderte alten Einigungsversuche, so wie der Autor sie beschreibt, immer wieder gescheitert sind und dass der Zweite Weltkrieg Vorurteile bei den in verschiedensten Fronten herkommenden Soldaten eingerissen haben sollen, erscheint als absurd, unglaubwürdig und unsinnig. Vielmehr sind diese Gedanken Schwärmereien und das Herstellen von einer nicht realen Kohärenz, um zum Ausdruck zu bringen – speziell wenn es sich um Aspekte des Zweiten Weltkrieges handelt – dass Konflikte trotz ihrer Grausamkeit und Schrecken nicht umsonst gewesen sind.

3.3. Über abendländische Universalität von Werner Bergengruen (1948)

In seinem Essay *Über abendländische Universalität* dreht sich die Europa- Diskussion um die Einigung von dem, was „abendländisch“ ist. Für diesen Autor ist dieses Konzept des „Abendlandes“ nicht bloß „eine Entdeckung des Frühjahrs 1945“, sondern basiert auf einem antik-christlichen Erbe. Das bedeutet gleichzeitig, dass der Begriff „Abendland“ – der Autor mahnt jedoch davor, diesen Begriff als bloßes Schlagwort oder *Terminus technicus* zu benutzen – mehr ist als ein „geo- oder ethnografischer“ Begriff, wie folgende Passage deutlich aufweist:

„Was verstehen nun wir, denen der abendländische Gedanke nicht erst eine Entdeckung des Frühjahrs 1945 gewesen ist, unter dem Abendlande? Gewiß werden wir das Wort, das für uns den Klang der großen Universalität hat, am wenigsten in einem einschränkenden, abgrenzenden und ausschließenden Sinn meinen. Und auch nicht, wie frühere Geschlechter es wohl taten, in einem geo- oder ethnographischen Sinne. Sondern wo wir hier Grenzen wahrzunehmen glauben, da können es nur fließende oder verschiebbare sein, gleichwie uns von Urzeiten her als das eigentlich europäische Meer das Mittelmeer erscheint, das doch zugleich afrikanische und asiatische Küsten bespült und uns so schon darauf hinweist, daß Europa mehr ist als ein geographischer Begriff“²¹.

Das bedeutet gleichzeitig, dass das „Abendland“ über den geografischen Raum Europas hinausreicht. BERGENGRUEN scheint hier etwas verunsichert, da er nicht genau voraussehen kann, jenseits welcher Meere die abendländische Welt in künftigen Zeiten ihre Schwerpunkte haben wird. Das könnte demnach auf dem europäischen Kontinent oder gar beispielsweise auf amerikanischem Territorium der Fall sein, auf dem ebenfalls – auf Grund historischer Entwicklungen und Verhältnisse – die Weltanschauungen auf dem von BERGENGRUEN antik-christlichen Erbe basieren und somit diese Weltanschauungen abendländisch, d.h. diesem Autor nach europäisch sind. Weiterhin stellt BERGENGRUEN hierzu einen starken Gegensatz: es handelt sich dabei um den asiatischen Kontinent, auf dem chaotische Verhältnisse herrschen (vgl. LÜTZELER: „Dieses Wort [Abendland] bestimmte er dann in der konventionellen Weise mit dem Hinweis auf das antik-christliche Erbe und mit dem Gegensatz zwischen Europa und Asien als jenem zwischen Ordnung und Chaos“²²). BERGENGRUEN macht als Hauptthema seines Essays die christliche Religion, die „geistige Bewegung“, die die Wurzeln und das Erbe des Abendlandes bildet. Zudem wird dieser Essay, den er als Ansprache hält, in Köln vorgestellt, eine von ihm

ausgewählte Stadt, in der durch dessen Bauten dieses antike Erbe zu seiner Zeit deutlich zu spüren sind:
„Es sind vierzig Jahre her, daß ich zum ersten Male diese Stadt und ihren Dom, ja, überhaupt zum ersten Male den vergangenheitsreichen westlichen, lateinisch imprägnierten

²¹ BERGENGRUEN, WERNER; *Über abendländische Universalität* (1948); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.373)

²² LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 414

Kulturgrund betreten durfte. Hier war alter Römerboden, in welchem wir, ob wir uns das nun bewußt werden lassen oder nicht, den Mutterschoß all dessen ehren, was wir als europäisch oder abendländisch zu bezeichnen gewohnt sind. [...] Ich empfand Köln als einen Strahlen aufnehmenden und vermehrt aussendenden Fokus, ich fühlte mich angeweht von der leichteren linksrheinischen Luft, ich meinte im Anhauch zweier Jahrtausende die noch lebenden und wirkenden Geschichtsströme zu spüren”²³.

Wie bereits erwähnt, ist für BERGENGRUEN das Konzept der europäischen Einigung mehr als ein geografischer Begriff: vielmehr basiert er auf dem Erbe der christlichen Religion. So versteht dieser Autor auch auf Basis einer historischen Argumentation das Konzept des „Abendlandes“:

„Und hier liegt auch das Erbe, in welchem die schmerzlich getrennten Völker des Abendlandes sich von jeher und über alle Klüfte hinweg als eine Einheit begreifen durften. Dieser Gedanke ist den alten Jahrhunderten eine Selbstverständlichkeit gewesen. Wir alle sollten ihn wiedergewinnen [...]”²⁴.

Historisch betrachtet, ist diese Einigung auch gefährdet worden durch ein nicht mehr „natürliches Nationalgefühl“, sondern durch dessen „pathologische Überhitzung“. Offensichtlich verurteilt auch BERGENGRUEN die zuvor existierenden Verhältnisse des Dritten Reiches. Er bezeichnet Adolf Hitler als einen „supponösen, arroganten Menschen, einem seiner Sache und seiner selbst nicht gewissen Hysterikers. [Zwar erwähnt er, so wie LÜTZELER feststellt,] die Verbrechen des Dritten Reiches, [...] die

sogenannten Euthanasiemaßnahmen, wenn er das Hinmorden der Erb- und Geisteskranken anprangerte“²⁵, und der Autor steht hier eindeutig dem Nationalsozialismus – gerade wegen seiner christlichen Gesinnung – ablehnend gegenüber, doch bleibt auch in diesem Essay der Mord an Juden unerwähnt.

Auch die Argumentation zur Europa-Einigung von BERGENGRUEN in diesem Essay, welche stets auf einer geistigen Ebene beruht, lässt daraus schließen, dass es sich um Wünsche und Vorstellungen bezüglich eines vereinten Europas nach einem schrecklichen und grausamen Krieg handelt, die vom Essayisten hier zum Ausdruck gebracht werden.

3.4. Die Heimsuchung des europäischen Geistes von Klaus Mann (1949)

Als Gegensatz zu den vorher analysierten Europa-Diskursen präsentiert Klaus MANN in diesem Essay ein klareres und reelleres Bild von dem europäischen Kontinent seiner Zeit. Dieser Autor steht mit seiner Analyse des Europabildes auf festerem Boden, doch ist dieser ein sehr wackeliger Boden, denn *dieses* Europa ist das Nachkriegs-Europa, das MANN „als ideologisches Schlachtfeld empfindet“²⁶. MANN argumentiert aus historischer Perspektive und deshalb scheint sein Essay wirklichkeitsgetreuer. Bei ihm, werden die barbarischen Zustände des Dritten Reiches und des Zweiten Weltkrieges – an dem er ebenfalls aktiv, jedoch auf Seite der Alliierten als amerikanischer Soldat teilgenommen hat – nicht als Rechtfertigung für ein derzeitiges Europa präsentiert:

„Die düsteren Ahnungen, die blutigsten Phantasien, genährt von Pessimisten des 19. Jahrhunderts, waren übertroffen von der schaurigen Wirklichkeit des zwanzigsten. Der Antichrist, dessen Gesten und Laute Nietzsche eins frevlich geöffit – nun war er da und seine Macht war fürchterlich. Gaskammern und Explosivbomben; giftig-geifernde Propaganda und organisierte Ausbeutung; die

Greuel des totalitären Staates und die satanische Geschmacklosigkeit des Vergnügungsmarktes; der Zynismus der herrschenden Cliquen und die Dummheit der irregeleiteten Massen; die Anbetung des Geldes und des Mordes; der Triumph der Gemeinheit und des Aberglaubens – und alle Schrecken der Unwissenheit –, das sind die Waffen und Mittel, deren der Böse sich bedient hat und bedient, um die Menschheit zu versklaven und seine Herrschaft aufzurichten über unsere verfluchte Gattung“²⁷.

23 BERGENGRUEN, WERNER; *Über abendländische Universalität* (1948); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.374 f)

24 Ibid. S.375

25 LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 416

26 Ibid. S.415

27 MANN, THOMAS; *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1949); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.391 f)

Eindeutig wird in dieser Passage eine Anspielung auf den Pessimismus des 19. Jahrhunderts gemacht, welcher das Europa des 20. Jahrhunderts negativ beeinflusst hat und ein vereintes Europa dementsprechend scheitern ließ.

Es ist in diesem Europa, in welchem – so der Autor – er sich dieser Zuständen bewusst ist. Es ist der Kontinent, auf dem die Weltkriege schwerwiegender stattgefunden haben; hier sind diese Grausamkeiten Wirklichkeit geworden. Diese Zustände resultierten nach MANN in „Trümmer und Ruinen“, der Europäer sieht sich jetzt vor einem zerstörten Europa stehen. Das sind die Szenen und die Bilder, die allen anderen Weltbürgern unglaublich erscheinen, doch dem Europäer stecken sie im tiefsten Bewusstsein.

MANN versucht, wie bereits erwähnt, die Geschichte und speziell den Krieg nicht als Rechtfertigung zu einem vereinten Europa darzulegen. Zwar ist es sein Wunsch, dass dieses Europa einig ist („Es fehlt nicht an kontinentaler Solidarität“²⁸), doch sind seine Ansatzpunkte verschieden. Er geht von einem realen Standpunkt aus: das gemeinsame Leiden der europäischen Völker während des Zweiten Weltkrieges. Dieses Konzept soll die europäische Solidarität, die MANN erwähnt, vereinigen. Dies kann jedoch nur unter

einer bestimmten Voraussetzung möglich sein – MANN appelliert dabei auf gegenseitiges Verzeihen der Völker auf dem europäischen Kontinent:

„Gemeinsames Leiden hat einigende Kraft. Trotz einer Vielzahl von nationalen und ideologischen Gegensätzen fehlt es dem heutigen Europa (und besonders seinen Intellektuellen) nicht an Gefühl für kontinentale Solidarität. Haßt der tschechische Patriot seinen ungarischen Nachbarn? Kann der Belgier dem Deutschen nicht verzeihen? [...] Es scheint, als hätten selbst die Engländer ihrem Insel-Hochmut, ihrer >splendid isolation< entsagt. Auch sie haben gelitten – nicht weniger als ihre kontinentalen Vettern; auch sie sind arm, auch sie schauen in eine ungewisse und gefährdete Zukunft. Warum, also, sollten sie nicht endlich beitreten der stolzen und rührenden Gemeinschaft der krisenkranken Europäer“²⁹?

Gleichzeitig wird in dieser Passage deutlich, dass Europa in einer Krise steckt. Der Zweite Weltkrieg ist zwar nun vergangen, dennoch findet nun ein ganz anderer Krieg statt. Der Autor stellt das Nachkriegs-Europa als ein konfuse Europa dar, in dem nichts anderes übrig bleibt, als weiterhin Angstzustände zu empfinden und in dieser Form weiterzuleben. Es ist der Ost-West-Konflikt, den die Welt zwischen der jungen Nachkriegszeit und Ende der 80er Jahre als den „Kalten Krieg“ kennen gelernt hat, der von MANN hier thematisiert wird.

In seinem Essay präsentiert MANN diese Verzweiflung des europäischen Bürgers, der diese Krise erlebt. Während nach den Schrecken des Zweiten Weltkrieges um Frieden gebetet wird, entfacht ein neuer Konflikt. Es ist dieser Konflikt zwischen den Großmächten der USA und der Sowjetunion, der hier zum Ausdruck gebracht wird (vgl. LÜTZELER: „Der Autor sah den Kontinent bedrängt von zwei »anti-geistigen Riesenmächten«, vom amerikanischen Geld und dem russischen Fanatismus«³⁰).

Zwar wünscht sich der Autor ein vereintes Europa, doch ist dies ein nur schwer erreichbarer Zustand – ein neuer Krieg wird von einem alten abgelöst. Die Zustände auf dem europäischen Kontinent verschlechtern sich: „[...] während Millionen von angsterfüllten Menschen den Frieden wollen und um den Frieden beten, nehmen die Kriegsvorbereitungen ihren ominösen Fortgang, die Schlacht der Ideologien geht weiter, die verhängnisvolle Kluft zwischen zwei Weltanschauungen wird täglich tiefer“³¹.

Der Intellektuelle ist sich dieser Krise bewusst und dieser muss in diesen pessimistischen Zuständen leben. Doch wird die Unsicherheit des Intellektuellen bei MANN nicht negativ gewertet. „Im Gegenteil, er erhob Unsicherheit und Zweifel zu Kriterien intellektueller Redlichkeit. Als Intellektueller gehöre

man »unwiderruflich einer Spezies von Forschern und Dissidenten« an, kenne nur »sein eigenes Gesetz und Evangelium«, entdecke nur »seine eigene Wahrheit«³².

²⁸ Ibid. S. 393

²⁹ Ibid.

³⁰ LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 418

³¹ MANN, THOMAS; *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1949); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.393)

³² LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 417 f

Der wahre Intellektuelle hat in diesem Kampf zwischen Ideologien keinen Platz. Zu sehr sieht MANN die Welt gespalten. Er spricht von „Anlagen und Gegenanklagen, Beleidigungen, Denunziationen und Schmäworten“. Die „Entdeckung des eigenen Gesetzes und Evangeliums“ setzt er auf eine gleiche Stufe wie „Neutralität, Weisheit und Objektivität“, doch selbst diese gelten als „Hochverrat“.

Was religiöse Fragen betrifft, so ist MANN ebenfalls skeptisch. Zwar erweist er ebenfalls der katholischen Kirche seine Ehre („Der katholische Einfluß auf die europäische Intelligenz diesseits des >Eisernen Vorhanges< ist in ständigem Zunehmen begriffen.“³³). Er erkennt, dass die katholischen Doktrinen im Westen an Bedeutung gewinnen, doch sind diese Verhältnisse zu einseitig. Im Osten hingegen besteht weiterhin der ideologische Fanatismus zum Kommunismus, in dem Religion „nur Opium fürs Volk ist“, und somit keine Lösung des Konfliktes bringt, sondern eher absurde Verhältnisse in der Welt unterstützen.

Es sind diese absurden Verhältnisse in der Welt, die das Europa als Erfahrung einer Krise in diesen negativen Verhältnissen und Zuständen fördern. Es ist die Unmöglichkeit innerhalb neuer Fronten zwischen Ost und West etwas auszurichten, das Misstrauen gegenüber politischen Verhältnissen und die Hoffnungslosigkeit, sich gesellschaftlich zu engagieren, die den Autor schließlich dazu treiben, im Mai 1949 Selbstmord zu begehen.

4. Gemeinsamkeiten und Unterschiede in den untersuchten Essays

Die Europa-Diskurse zur Situation nach 1945 sind in erster Linie durch eine Vermeidung kriegerischer Konfrontationen markiert. Hier liegt kein bedeutender Unterschied zu den Beiträgen von Europa-Essayisten schon nach dem Ersten Weltkrieg.

Worum es sich nun nach dem Zweiten Weltkrieg in verstärkter Form handelt, ist die Überwindung des totalitären Nationalstaates, um somit eine Zusammenarbeit durch die europäischen Nationen auf dem europäischen Kontinent zu fördern und zu unterstützen, damit Vorurteile abgebaut werden und man die Freundschaft zwischen diesen unterstützt. So haben es auch die Essayisten, deren Texte in den vorherigen Abschnitten analysiert worden sind, gesehen. Auch bei ihnen geht es – jedoch mit unterschiedlichen Argumentationen und Visionen – um die Einigung der Nationen auf dem europäischen Kontinent. Der erste Schritt bei den vier Autoren ist die Überwindung der schrecklichen Zustände des Dritten Reiches (vgl. LÜTZELER: „Daß die deutschen Autoren sich in dieser Sache besonders engagierten, ist verständlich. Ging es ihnen doch nach Holocaust und Kriegsverbrechen, die von Deutschen begangen worden waren, darum, neben der vergangenheitsmäßig belasteten nationalen eine neue positive zweite Identität, nämlich die europäische zu vermitteln“³⁴).

Die Argumentationen, die von den Essayisten präsentiert werden, sind jedoch unterschiedlich. JÜNGER versucht als ehemaliger Militarist das Gute im Krieg zu interpretieren. Der Krieg ist für diesen Autor der erste Schritt zum Frieden. Nur in solchen Verhältnissen kann eine Einigung auf dem europäischen Kontinent wahren. Seine Argumentation beruht darauf, dass ohne diesen Krieg, welcher „das erste allgemeine Werk der Menschheit gewesen ist“, kein Friede auf dem europäischen Kontinent möglich ist. Es ist diese Form von Rechtfertigung des Krieges, die JÜNGER mit sprachlicher Ästhetik präsentiert. – „Die Mannigfaltigkeit der Fronten verhüllte den Tätern und den Leidenden die Einheit des großen Werkes [...], doch wird sie durch ihre Verwandlung zum Opfer offenbar. So wurden sie fallend zum guten Korne, das vielfach fruchten wird“³⁵.

Der Einheitsgedanke wird ebenfalls bei JÜNGER sprachlich ästhetisiert. Seine Vorstellungen von einem vereinigten europäischen Kontinent beruhen auf „der Vermählung der Völker, auf Verträgen höchsten Ranges“, die in ihrem Wesen der Ehe zwischen diesen gleichen.

³³ MANN, THOMAS; *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1949); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.400)

³⁴ LÜTZLER, PAUL MICHAEL (1992), S. 403 f

³⁵ JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.338 f)

Dieser Essayist besteht auch auf eine geistige, d.h. eine religiöse Vereinigung des europäischen Kontinentes. Diese geistige Einheit darf aber nicht – was bei diesem Autor seltsam und überraschend erscheint – auf einer humanitären, rein technischen Grundlage fundamentiert sein:

*„Der Friede [und somit die Einigung] darf nicht allein auf menschliche Vernunft gegründet sein. Er kann nicht dauern, beschränkt auf seine Eigenschaft als Rechtsvertrag, der unter Menschen geschlossen wurde, wenn er nicht zugleich als heiliger Vertrag besteht. [...] Wir werden trotz allen Gerichten und Verträgen tiefer in die Vernichtung schreiten, wenn die Wandlung eine humanitäre bleibt, und nicht von einer theologischen begleitet wird“*³⁶.

Die geistige Einheit, die wir bei JÜNGER in theologisierter Form vorfinden, ist auch bei den Essayisten THIESS und BERGENGRUEN deutlich wiederzuerkennen. Der Einheitsgedanke bei diesen Autoren basiert ebenfalls auf einer geistigen Ebene und beruht auf dem Erben aus der antiken gräco-latinischen Welt, welches speziell die Kirche als Menthor zu erhalten und zu pflegen stets gewusst hat. Als Beitrag zum Nachkriegs-Europa ist auch bei diesen Autoren der Gedanke der Überwindung des totalitären Nationalstaates in der Form, wie die deutsche Nation diesen im Dritten Reich erlebt hat. Trotz dieser Ansichten versucht THIESS genau wie JÜNGER das Gute im Krieg zu sehen und zu interpretieren:

*„Vermutlich haben zwei Tatsachen wesentlich dazu beigetragen, daß heute in allen Schichten der Bevölkerung der europäische Gedanke lebt: Einmal die Ausbreitung der deutschen Armeen über nahezu den gesamten abendländischen Raum und zweitens die Zerstörung der Städte. [...] Es hat sich auch her bewiesen, daß Kriege nicht trennen sondern verbinden. Die zwei Kriege des 20. Jahrhunderts [...] haben Riesenraum von Vorurteilen eingerissen“*³⁷.

Wie bereits erläutert, liegt der Schwerpunkt in der Europa-Diskussion bei THIESS und BERGENGRUEN in religiösen Aspekten. Doch liegt bei diesen Essayisten ein deutlicher Unterschied zu JÜNGER. Obwohl dieser ebenfalls dem christlichen Glauben seinen Hochmut erweist, toleriert er andere Konfessionen. Dies ist bei THIESS und BERGENGRUEN nicht der Fall. Es ist stets der christliche Glaube, basierend auf den Erben der antik-christlichen Welt und deren Einfluss auf dem, was die beiden Autoren als „abendländisch“ bezeichnen. Dieser Gedanke bildet gleichzeitig einen anderen Unterschied. Bei JÜNGER scheinen die Verhältnisse sich auf dem europäischen Kontinent zu beschränken („Es handelt sich bei der Gründung Europas darum, einem Raume, den die geschichtliche Entwicklung gliederte, geopolitische Einheit zu verleihen“³⁸), während bei THIESS und BERGENGRUEN die Verhältnisse über den europäischen Kontinent hinausreichen; das Abendländische beschränkt sich nicht auf einen geografischen Begriff. THIESS erläutert diesen Gedanken durch die Aussage, dass „geographische Entfernungen Vorurteile sind, es gibt nur noch bürokratische Entfernungen“ (s.S.7); BERGENGRUEN weist ähnliche Vorstellungen auf, indem er behauptet, dass „das geographische Europa nur einen bescheidenen Teil des Abendlandes ausmacht“. Dementsprechend werden speziell bei letzterem Autor die Gegensätze zu dem, was abendländisch ist, gesetzt. Verurteilt werden bei diesem Essayisten der Kommunismus (s.S.6) und die vom „Sultanat“ beeinflussten Länder. LÜTZLER verdeutlicht in der Einleitung seines Werkes *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger* folgenden Aspekt: seit der Romantik enthielten die literarischen Europa-Essays nicht lediglich Vorschläge zur politischen Einigung, sondern auch Reflexionen über die kulturelle Identität des Kontinents. Dabei schaute man nach Amerika, Afrika und Asien, um Abgrenzungen oder Vergleiche vornehmen zu können. BERGENGRUEN stellt deutlich eine Abgrenzung zu Asien und blickt auf die westliche, die abendländische Welt. Bei JÜNGER werden ebenfalls Vergleiche hergestellt, jedoch um deutlich zu machen, dass der europäische Kontinent sich

eindeutig ein Bild bzw. ein Vorbild an den Beispielen der USA, der Sowjetunion oder der Schweiz machen kann. Während bei JÜNGER und speziell bei BERGENGRUEN hierbei die eine oder andere Partei ergriffen wird, hat MANN in seinem Essay völlig verschiedene Ansichten.

³⁶ JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.365 f)

³⁷ THIESS, FRANK; *Europa als politisches Problem* (1945); in *Plädoyers für Europa – Stellungnahmen deutschsprachiger Schriftsteller*; (S.270 f)

³⁸ JÜNGER, ERNST; *Der Friede* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.354)

Bei ihm werden ebenfalls die westliche und östliche Welt dargestellt und erläutert, doch er ergreift weder die eine noch die andere Partei, und privilegiert dabei den europäischen Intellektuellen, den es seiner Ansicht nach im Reich dieser beiden neuen Weltmächte nicht gibt: „Viele sprechen mit offener Verachtung von den Vereinigten Staaten sowohl als von der Sowjetunion, diesen beiden Kolossen, die so reich sind an materieller und militärischer Macht, und so arm an kultureller Tradition, an Freiheit, Weisheit und Sensitivität“³⁹.

Genau wie die anderen zuvor analysierten Essayisten ist MANN für die Überwindung des totalitären Nationalstaates und sein Einheitsgedanke beruht auf das gegenseitige Verzeihen durch die verschiedenen Länder auf dem europäischen Kontinent.

Das soll aber bei diesem Autor nicht bedeuten, dass die zuvor erlebten Grausamkeiten des Zweiten Weltkrieges in Vergessenheit gedrängt werden sollen. Anders als bei JÜNGER, THIESS und BERGENGRUEN gewinnen die Verhältnisse des Dritten Reiches bei MANN reellere Bilder. Die Rechtfertigung des Zweiten Weltkrieges bei JÜNGER und THIESS, die Schwärmereien nach einem wie plötzlich durch Wunderbares vereinten Europa bei diesen Autoren und bei BERGENGRUEN sind bei MANN nicht vorzufinden.

Es stellen sich bei diesem Autor gleichzeitig Fragen und Zweifel. Es bannt sich ein ganz anderer Konflikt an: neue Fronten sind jetzt am Platz der alten, der Kalte Krieg zwischen Kapitalisten des Westens und den Kommunisten im Osten beginnt. MANN sieht sich in „dieser verhängnisvollen Kluft zwischen diesen zwei Weltanschauungen, die täglich tiefer wird“⁴⁰, verzweifelt.

5. Der Einheitsgedanke Europas

Die in diesem Aufsatz vier analysierten Beiträge von JÜNGER, THIESS, BERGENGRUEN und MANN erscheinen in der Zeit nach dem Zweiten Weltkrieg als wichtige Beiträge zur Europa-Diskussion. All diese Essays sind ein wichtiger Aufruf zur Überwindung und Vermeidung von den Grausamkeiten und Schrecklichkeiten des Dritten Reiches und zur Abschaffung von Vorurteilen auf dem europäischen Kontinent, um somit den Frieden und die Freundschaft zwischen den Nationen und eine politische Kooperation unter ihnen zu unterstützen und zu fördern.

Die ersten drei untersuchten Autoren appellieren auf diese Denkweisen und Mentalitäten; diese Aufrufe erscheinen von ihren Ideen her ideal zu sein, jedoch diese in die Wirklichkeit umzusetzen, nicht ganz einfach. Zu tief dürften wohl noch die Folgen des Zweiten Weltkrieges in den Köpfen der Menschen gesteckt haben, sodass es sicherlich zu der Zeit nicht einfach gewesen ist, die Mentalitäten und Denkweisen von heute auf morgen zu ändern. Zu verlangen, dass zuvor gegeneinander kämpfende Völker

in so kurzer Frist Bündnisse schließen, ist absurd, gerade dann wenn bei JÜNGER und THIESS kriegsverherrlichende Passagen zu lesen sind.

Wie bei MANN zu lesen ist, werden eher wirklichkeitstreuere Bilder präsentiert. Er argumentiert aus einer historischen Perspektive: die pessimistischen und satanischen Einflüsse Nietzsches haben im 20. Jahrhundert die Mentalitäten moduliert, die die Welt von Auschwitz und Dachau schufen und den Zweiten Weltkrieg auslösten. Diese Bilder werden bei diesem Autor nicht verdrängt, und doch lebt trotz der Überwindung dieser Verhältnisse in der Welt der Pessimismus bei diesem Essayisten durch die Eskalationen des Kalten Krieges weiter. Wovon bei JÜNGER, THIESS und BERGENGRUEN auf unglaublicher Weise geschwärmt wird, ist im Europa-Diskurs bei MANN verzweifelt.

³⁹ MANN, THOMAS; *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1945); in *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*; (S.393)

⁴⁰ Ibid. S.404

Literaturverzeichnis

a) Primärliteratur

JÜNGER, Ernst. *Der Friede* (1945).

THIESS, Frank. *Europa als politisches Problem* (1948).

BERGENGRUEN, Werner. *Über abendländische Universalität* (1948).

MANN, Klaus. *Die Heimsuchung des europäischen Geistes* (1949).

b) Sekundärliteratur

FRICKE, Harald; GRUBMÜLLER, Klaus; MÜLLER, Jan-Dirk (1997). *Reallexikon der deutschen Literaturwissenschaft – Band I (A-G)*. (hrsg. von Klaus Weimar). Berlin, New York: Walter de Gruyter

GLOTZ, Peter (2002). „Historisches Ziel“ in *Deutschland – Nr.3*

LÜTZLER, Paul Michael (1992). *Die Schriftsteller und Europa – Von der Romantik bis zur Gegenwart*. München: R.Piper GmbH & CoKG.

LÜTZELER, Paul Michael – Hrsg. (1994). *Hoffnung Europa – Deutsche Essays von Novalis bis Enzensberger*. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag GmbH

LÜTZELER, PAUL Michael – Hrsg. (1987). *Plädoyers für Europa – Stellungnahmen deutschsprachiger Schriftsteller 1915 – 1949*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag GmbH

Onlineverzeichnis

http://www.bautz.de/bbkl/t/thiess_f.shtml (11.06.2002)

<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/BergengruenWerner/> (11.06.2002)

<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/JuengerErnst/> (11.06.2002)

<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/MannKlaus/> (11.06.2002)

THE ESSENTIAL NERUDA.

Edited by Mark Eisner. Pp. 199. San Francisco:
City Lights 2004. Pb. \$16.95.

Penny Johnson

University of Newcastle Upon Tyne

United Kingdom

penelope.johnson@ncl.ac.uk

Abstract

In April 2004 an independent American publisher, City Lights, based in San Francisco, published a compilation of translations of fifty poems by the Chilean poet laureate, Pablo Neruda. This publication, which was part of a project to celebrate the one hundred years since the poet's birth, coincided with the National Poetry of the Month celebrations in the US. As the editor of the collection, Mark Eisner¹, said the book is a complement to a more comprehensive 1000-page volume of Neruda's poetry in English translation titled *The Poetry of Pablo Neruda*, published in New York in 2003 by Farrar, Straus and Giroux.

Key words: Neruda; poetry translation; translation review; Neruda in English; Review of Neruda in English. Neruda (1904-1973) was born in Parral, a small town in Southern Chile. He started writing poems from a very young age, winning his first literary prize in 1920 and publishing his first collection of poems, *Crepusculario*, in 1923. With the publication of *Veinte poemas de amor y una canción desesperada* (1924), the following year, his reputation as a great poet began to be established. From 1927 his work for the Chilean diplomatic service took him abroad to Far Eastern countries, Argentina, Spain and Mexico. In Spain he came into contact with the Spanish poets of the so-called "generación del 27". This, together with the experience of witnessing the on-set of the Spanish Civil War (1936-1939) and the assassination of the Spanish poet, Lorca, was to have a profound personal effect on him and on his development as a poet.

From then on, his poetry changed from hermetic, neo-romantic and pessimistic, into direct and simple verse. Thus, he became a poet of and for the people and his poems were accessible to all. In 1945 he officially joined the Communist party and in 1949 he had to go into hiding and eventually into exile, because of having accused the government of treason for breaking their promises to the left. He returned to Chile in 1953 and continued to write poetry for the next three decades. In 1971 he was awarded the Nobel Prize for poetry while being the Chilean ambassador in France.

He died of cancer in Chile in September 1973, shortly after General Augusto Pinochet's military coup, where many Chileans were murdered, including the president Salvador Allende.

Throughout his literary career, which spans from 1917 to 1974, with over thirty-eight collections of poems spanning over 4000 pages (including four posthumous publications), Neruda's poetry has undergone many changes: erotic, neo-romantic, modernist, existentialist, socially committed, epic, etc. Often different styles co-exist within the same collection or even within the same poem. This co-existence of styles and themes, together with the immense bulk of his work, makes the task of the anthologist making a *representative* selection of this poet's life's work practically impossible. As a gateway for the passage of Neruda's poems into the Englishspeaking world, the anthologist is responsible for producing a fair image of the author, even though it will inevitably be incomplete and partial. Mike Eisner, the anthologist and editor of *The Essential Neruda*, is also one of the translators. He is a Latin American scholar at Stanford University, a writer and a filmmaker Both in the title and in the blurb, the readers are told that the selection is "essential", "definitive" and "crucial" and "that draws from the entire breadth of Neruda's various styles, themes and periods".

¹ Quoted in Sanford, John (2003) 'New translations, documentary film highlight Neruda project' in Stanford Report, March 5, 2003 (<http://www.stanford.edu/dept/news/report/news/2003/march5/neruda-35.html>). Accessed 28/02/2005.

Therefore, it has poems from twelve out of the thirtyeight collections, and the selection includes poems from both earlier works such as *Veinte poemas de amor y una canción desesperada* (1924) and from posthumous works such as *Jardín de invierno* (1973). However, Neruda's most overtly political poetry such as *Que despierte el leñador* (*Canto general*, Section IX, 1950) and *Las uvas y el viento* (1954), have not been represented. Many of the poems have been translated before and there are some all-time favourites such as "Walking around" from *Residencia en la tierra 2* (1935), which has been translated thirteen times before; "La United Fruit Co." and "El gran océano" both from *Canto general* (1950); and a selection from Section II of *Canto general* (1950), *Alturas de Macchu Picchu*, which has been considered to be Neruda's master piece, has been translated into English in its entirety at least eleven times, and has appeared in selections in most of the anthologies of Neruda's translations into English. Perhaps it might have been better if the selection included poems that are still not available in the English-speaking world. Nevertheless, in the introduction to the anthology written by Einser, we are told the reasons why it was decided to retranslate certain poems: "the salient poets from any period deserve retranslating for each ear of each new generation" (XVIII) and "[t]here can be no 'definitive' translation" (XVIII). However, it is questionable whether it may not have been more rewarding to the reader to have access to poems by Neruda that had not been translated before.

Regarding translation strategies, in the introduction we are told that it was a collaboration between scholars and translators; that sometimes they revisited old versions of the poems (which is acknowledged at the end of each poem); and that they "all felt it was critical that this book be bilingual" because their "translations can never aspire to exactly replicate the rhythms and colours of Neruda's words" (XX). Ideologically, the fact that the volume is bilingual may have the effect of devaluing the translations and giving supremacy to the original poem. From the Sixties onwards, however, this seems to have been the norm, since most of Neruda's translations into English have been in bilingual form, with the notable exception of the translation of *Canto General* (1991) by Jack Schmittz.

The task of translation was shared by eight poet translators: Mark Eisner, John Felstiner, Forrest Gander, Robert Hass, Jack Hirschman, Stephen Kessler, Stephen Mitchell, and Alistair Reid, whose names appear in big capital letters in the blurb. This gives them prominence since they are all poets in their own right and, possibly known by the intended readership. According to Gregory Rabassa³, translator of Gabriel García Márquez, translating one poet into several different voices is right for translating Neruda, since he can be "several poets according to where he is and when and what his mood might be". Conversely, other critics think that this may be a source of confusion since an individual translator may have been able to offer "a certain consistent interpretation of a particular poet"⁴. Nevertheless, with several translators the reader is not limited to just one, partial, interpretation.

Regarding the individual poems, Neruda wrote mainly in free verse, with added stylistic devices such as the frequent use of enjambment, leaving double spaces between the lines, having a particular number of lines for each stanza, but without following a particular pattern, and breaking off the lines belonging to the same verse. As a result, certain words have more weight and emphasis than others. In this collection, all these devices have been maintained. Thus, for example, in the last stanza of "Explico algunas cosas" (I explain some things), a poem composed after the on-set of the Spanish Civil War, Neruda writes:

Venid a ver la sangre por las calles,
venid a ver
la sangre por las calles,
venid a ver la sangre
por las calles!
rendered by Einser as:
Come and see the blood in the streets,
come and see

² Neruda, Pablo (1991) *Canto General*. Translated by Jack Schmitt. California: University of California Press.

³ Quoted in *The Essential Neruda* (2004).

the blood in the streets,
come and see the blood
in the streets!

Another aspect, at the level of the individual poem, is the frequent use of Latin cognates instead of an Anglo-Saxon equivalent. Thus for example in “Galope muerto” (from *Residencia en la tierra* (1933), Einser translates “sumergida”, “.“confuso”, “intimamente”, “multitudes”, by “submerged”, “confused”, “indefinitely”, and “multitudes”, whilst John Felstiner previously had rendered them as “sunken”, “blurred”, “endlessly”, and “crowds”. The effect of the use of Latin cognates may be that a greater Spanish flavour has been brought to the translation, thus signalling to the readers that they are actually reading a foreign work. This unfamiliarity with certain terms, which may make the readers work slightly harder to understand the poem, may also allow them to experience a culture alien to them. All in all, this is a good introduction to the poems of one of the greatest poets “ever, in any language” as García Márquez said.⁶ It will appeal both to those who are already familiar with his work in translation and to those that have never experienced him. It is a beautiful collection of poems, both in Spanish and English.

⁴ Pettingell, Phoebe (2003) ‘The Many Voices of Pablo Neruda’, *The New Leader*, 7/01/2003

⁵ Felstiner, John (1980) *Translating Neruda: The Way to Macchu Picchu*. Stanford: Stanford University Press. Pp. 66-69.

⁶ Quoted in the blurb of Pablo Neruda (1991) *Canto General*. Translated by Jack Schmitt. California: University of California Press.

ANTHONY PYM

The Moving Text. Localization, translation and distribution. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2004. xviii + 223 pp. ISBN 1 58811 508 9 / USD 102.00 [Benjamins Translation Library 49]

Ignacio Garcia

University of Western Sydney

Australia

i.garcia@uws.edu.au

For some years now, translation theorist and educator Anthony Pym has been trying to establish a dialogue between the academic tradition he comes from and the world of the language industries into which he is meant to introduce his students: in other words, between the Translation Studies discipline and the localisation sector.

This rapprochement is also the stated aim of his new book *The Moving Text* (p. 159). Rather than collect and synthesise what was previously dispersed over several articles, Pym has rewritten his material completely, both literally and conceptually, all in the light of the more than three decades of research he has conducted into the field of cross-cultural communication. The theoretical arguments are ably supported by a few short but telling and well-exploited examples.

The book opens with a detailed exploration of what Pym calls *market-driven translation theory*, and points out the narrowness of the definition that global industry offers of 21st century translation – a simple “replacement of natural language strings” in localisation projects (p 52). This new world of Globalisation, Internationalisation, Localisation, Translation (or GILT for the initiated) has its own language and agenda, and Pym’s description of it should interest not just academics specialising in language and cross-cultural transfer, but anyone who has wondered how global communication is evolving.

As in any dialectic, there are some interesting conflicts and paradoxes. For example, we are now at a point where Translation Studies has broadened the concept of translation (and reduced the importance of the concept of equivalence) so as to encompass summarization, adaptation, and all those areas localisation now claims for itself. For the GILT sector however, translation remains a simple linguistic problem - just another component (and an outsourced and poorly paid one at that) in a complex workflow including project management, adaptation, quality assurance, reengineering and testing.

Pym links this paradox (or irony perhaps) with another equally salient one: namely, that precisely now when text linguistics and discourse analysis are helping us understand how the different pieces of flowing, “linear” composition fit together, digital text is becoming “chunky”. Here the author brings in his previous research on translation history to point out how, in a way, the digital landscape now resembles the pre-print, pre-Modern paradigm of unstable (source) text, perpetually idling in edit mode.

This shift, which began from a need for the type of discrete, self-contained “infobites” associated with computer help files, is now driven by the imperatives of paragraph-based, xml-tagged single-source writing. In texts where deictics have been largely displaced by hyperlinks (p. 195), we can readily see that changes wrought by the digitalization of information are not just cosmetic ones.

Nor does Pym neglect the impact of this shift on us all as readers. Much has been made of the fact that these days, thanks to translation memory, translators need never translate the same sentence twice; now, with single sourcing, writers need never write the same sentence twice. This is well and good, but - as Pym reminds us – readers (sorry, “end-users”) must consequently cope with that disorienting feeling of having to *read* the same sentence twice... and more (p. 186).

This self-replicating sameness is a theme of underlying unease - and also implies another paradox: localisation rather than enhancing diversity restricts it. As English affirms itself as the *lingua franca* of production, other languages are relegated to the localised dissemination of product marketing based on the English template. The localised product may have “the look and feel of locally made” ones (as Pym quotes Fry in p. 46), and Windows may offer twenty different “locales” just for Spanish, but the

internationalisation straight-jacket rules the whole process, as best exemplified by the fact that no matter which locale they occupy, users still have to press the same key (p. 55).

Which brings us to a theme I found thought-provoking: raising the banner of cultural ecology against current dominant market economy, Pym would demand the GILT industry to address cultures rather than locales, to limit the overuse of controlled language aimed at filling marketing-driven internationalised kernels in favour of messages embedded in all the richness - synonymy, metaphor, connotation, overlapping, superimposing - of natural language. For Pym, the individual should be treated not just as a block in a Lego set, with a fixed and passive "user" role, but something rather like a chess king who, apart from occupying an individual slot, dynamically exercises influence through the adjacent spaces (p. 59). The main point of the book seems to be this: text is propagated in our global economy through "distribution", multiplied by the technological advances and corresponding reduction of costs in transport and communication. Distribution across cultures is facilitated by internationalisation and carried out through localisation. If, instead of the present, narrow paradigm, the Language Industry adopts the lessons learned in the last decades through Translation Studies and Pym's own take on the ethics of cooperation, and applies both through a "humanising" approach that addresses people in cultures rather than end-users in locales, the future will be a better place. For Pym, "humanisation" is not a facile exercise of "plain language" technical writing using the grammatical second person and avoiding jargon, as the more "sophisticated" *I10n* projects already tend to do now. Instead, and more importantly, it means a move back from the disjunction of "chunkiness" to a more fluid pedagogical progression through which readers, now in a role of passive consumers, can master the new language of technology, and have the chance to become active producers as well.

The Moving Text will certainly attract the attention of translation theorists: its arguments are too significant to miss. But will it register with the GILT sector? There's no reason why not: the two key concepts put forward by Pym - a more symmetric *D10n* and a *H10n* propelled by loads of "rational egoism" - should be attractive supplements to its standard *G11n*, *I18n* and *L10n* diet. Hope to see them on the menu some time soon.

Wolf Wondratschek
43 HISTÓRIAS DE AMOR
43 LIEBESGESCHICHTEN₁, 1969
Tradução comentada

Introdução

Este conto, aparentemente de uma extrema simplicidade, na medida em que não tem orações subordinadas, nem conectores, nem léxico que apresente dificuldades tradutivas, acaba por criar alguns problemas de tradução.

De facto, o texto é constituído na sua totalidade por frases muito curtas, separadas por pontos finais e todas elas com a mesma estrutura: referência e predicação, sendo a referência sempre veiculada por nomes próprios.

Contudo, deparamos com dificuldades tradutivas de dois tipos: uma que se prende justamente com a questão dos nomes próprios e a outra que advém do carácter implícito do tópico do texto. No que respeita aos nomes próprios, colocam-se duas questões: devemos ou não procurar um equivalente em português para os nomes próprios alemães do texto de partida? E ainda, devemos ou não colocar o artigo definido antes dos nomes próprios no texto de chegada? Quanto aos problemas decorrentes do carácter implícito do tópico, somos confrontados com dificuldades de interpretação cabal do texto, dificuldades essas que também existem para o leitor do texto de partida, pois o carácter implícito é intencional por parte do autor. Assim sendo, devemos tentar manter também esse carácter implícito no texto de chegada.

Tradução

Didi quer sempre. Olga é conhecida por isso. Ursel já teve azar três vezes. Heidi não dá grande importância a isso. Com Elke não se sabe ao certo. Petra hesita. Barbara fica em silêncio.

.Andrea está farta. Elisabeth faz contas. Eva procura por toda a parte. Ute é simplesmente demasiado complicada. Gaby não arranja ninguém. Sylvia acha isso espectacular. Marianne tem ataques. Nadine fala disso. Edith chora durante isso. Hannelore ri-se disso. Erika fica feliz como uma criança. A Loni, passa-lhe ao lado. Katharina tem que ser convencida. Ria alinha logo. Brigitte é de facto uma surpresa. Angela não quer saber disso. Helga percebe disso. Tanja tem medo. Para Lisa é tudo trágico. Com Carola, Anke e Hanna não vale a pena. Sabina fica à espera. Com Ulla é cá uma coisa. Ilse tem um autocontrolo extraordinário. Gretel não pensa nisso. Vera leva isso na desportiva. Para Margot definitivamente não é fácil. Christel sabe o que quer. Camilla não prescinde disso. Gundula exagera. Nina faz-se rogada. Ariane pura e simplesmente recusa. Alexandra será sempre Alexandra. Vroni é louca por isso. Claudia aceita a opinião dos pais. Didi quer sempre.

Comentário

No que concerne à questão dos nomes próprios, optámos por mantê-los na mesma forma da língua de partida, pois, não havendo equivalentes em português para todos eles, esta pareceu-nos a melhor solução; quanto ao uso/ não uso do artigo precedendo os nomes próprios no texto de chegada, optámos por não o usar, pois isso iria definitivamente determinar o género dos portadores dos nomes próprios, o que não seria conveniente, uma vez que o texto deixa em aberto alguma ambivalência em relação ao género do portador de um nome próprio: *Didi*.

A questão dos implícitos revela-se, no texto principalmente por via dos advérbios pronominais, como *dafür*, *daraus*, *dabei*, etc., em que o elemento *da* não é nem anafórico nem catafórico, antes apontando para uma realidade extratextual que não é explicitada. Também a ocorrência da frase *Didi will immer* no princípio e no fim do texto deixa no ar a questão *Didi will immer, was?* Perante isto, mantivemos o carácter implícito presente no texto de partida, traduzindo, na maior parte das vezes, o elemento *da* desses advérbios pronominais por *isso*, um demonstrativo invariável que mantém o mesmo carácter vago.

1 In Vormweg, H. (1983), *Erzählungen seit 1960 aus der Bundes Republik Deutschland, aus Österreich und der Schweiz*, Stuttgart: Reclam. Pp. 171-172

A chave para interpretação e para a tradução deste texto acaba por residir no seu título: o tópico do texto é 43 histórias de amor. Assim, e para que o texto de facto dê conta de 43 histórias, colocam-se três hipóteses:

1ª hipótese: *Didi* é uma personagem feminina nas duas ocorrências, salientando-se, desta maneira, que ela é a melhor de todas;

2ª hipótese: existem duas personagens com o nome próprio Didi: a primeira (na 1ª ocorrência) é do género feminino, o que perfaz 43 mulheres e suas histórias de amor, e a segunda (na outra ocorrência) é de género masculino, tratando-se de um homem que procura um relacionamento com as 43 mulheres;

3ª hipótese: *Didi* é a mesma pessoa nas duas ocorrências, mas, desta vez, é uma personagem masculina, havendo assim quarenta e duas perspectivas de como um homem vê a reacção de variadas mulheres ao amor e a sua própria perspectiva em relação ao amor (*Didi will immer*).

As opções tradutivas encontradas permitem preservar estas três hipóteses. Também o carácter implícito presente em todas as frases do texto acaba por ser solucionado através do título: trata-se de histórias de amor, amor que pode assumir inúmeras formas, desde uma mera procura de alguém até ao acto sexual. Por tudo isto, a tradução apresentada, embora parecendo constituir um texto algo estranho, acaba por ser uma boa solução face ao texto original, que provoca também alguma estranheza no seu leitor.

Tradução colectiva dos alunos do 4º ano do curso de Tradução e Interpretação Especializada, disciplina de Tradução de Textos Literários (Língua Alemã):

Ana Clarisse Marques

Ana Margarida Cruz

Andreia Santos

Carla Guimarães Silva

Cátia Santos

Claudia Correia

Mafalda Pinto

Mónica Santos

Natália Valadares

Patrícia Martins

Patrícia Soare

Paulo Silva

Sandra Santos Pereira

Emily Dickinson (1830-1886)

“MUCH MADNESS IS DIVINEST SENSE” (1862)¹

Tradução

Muita Loucura é divino Juízo –

Para um Olhar perspicaz –

Muito Juízo – absoluta Loucura –

Nisto, a Maioria

Como em Tudo, prevalece –

Consente – e serás são –

Resiste – e serás logo perigoso –

E tratado com Correntes –

Tradução original da turma T11N

Disciplina de Tradução de Textos Literários – Língua Inglesa

¹ Publicado em: *Emily Dickinson: Poemas e Cartas (antologia para um recital)*, selecção de Nuno Vieira de Almeida. Lisboa: Cotovia, 2000, p. 50.